

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JULIANO MARTINS DOBERSTEIN

A PARTE DO TODO

**DAVID CARNEIRO, O PARANISMO E O SPHAN: ETNICIDADE,
PRESTÍGIO E DISPUTAS PELA CONSAGRAÇÃO DAS
IDENTIDADES SOCIAIS PARANAENSE E BRASILEIRA**

CURITIBA

2017

JULIANO MARTINS DOBERSTEIN

A PARTE DO TODO

**DAVID CARNEIRO, O PARANISMO E O SPHAN: ETNICIDADE,
PRESTÍGIO E DISPUTAS PELA CONSAGRAÇÃO DAS
IDENTIDADES SOCIAIS PARANAENSE E BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial ao título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Dr. Paulo Renato Guérios

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Doberstein, Juliano Martins

A parte do todo David Carneiro, o paranismo e o sphan:
etnicidade prestígio e disputas pela consagração das identidades
sociais paranaense e brasileira / Juliano Martins Doberstein – Curitiba,
2017.

289 f.; 29 cm.

Orientador: Paulo Renato Guérios

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Antropologia social - Identidade. 2. Regionalismo - Paraná. 3.
Patrimônio cultural. 4. Etnicismo - Brasil. 5. Racismo. I. Título.

CDD 305.981



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ANTROPOLOGIA

No dia trinta e um de Julho de dois mil e dezessete às 14:00 horas, na sala 617, Rua General Carneiro, 460, Ed. D. Pedro I, 6º andar, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **JULIANO MARTINS DOBERSTEIN** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada ***A Parte do Todo - David Carneiro, o paranismo e o Sphan: etnicidade, prestígio e disputas pela consagração das identidades sociais paranaense e brasileira.*** A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: PAULO RENATO GUÉRIOS (UFPR), MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA (UFPR), LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, PAULO RENATO GUÉRIOS, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

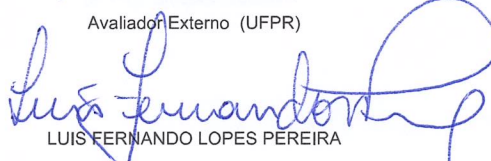
Curitiba, 31 de Julho de 2017.


PAULO RENATO GUÉRIOS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UFPR)


LUIS FERNANDO LOPES PEREIRA

Avaliador Externo (UFPR)

“Curitiba, onde o céu azul não
é azul, Curitiba que viajo”.
(Dalton Trevisan)

AGRADECIMENTOS

Já é lugar-comum dizer que se trata de um lugar-comum a dificuldade de lembrar em algumas poucas linhas de agradecimentos todas as pessoas que passam pela nossa trajetória durante a realização de uma dissertação, contribuindo de algum modo nos rumos tomados. Imagine-se isso para um trabalho que levou cinco anos para ser concluído e que quase sempre se misturava às outras coisas de um envolvido nas rotinas do Iphan. Alguém que às vezes tinha que se policiar para não falar do lugar de trabalho como “o Sphan”.

Ana, companheira desde o início, pela compreensão em dividir meu tempo com “o David” e pelos marcantes momentos nossos, incentivo constante para continuar o trabalho e para me fazer lembrar que havia uma vida além das coisas “do patrimônio”. À minha família também. Ao meu pai e a meus irmãos, mas em especial à minha mãe, igualmente compreensiva em me receber “em casa” sempre com meia dúzia de livros e de textos sobre aquele “paranista” a tiracolo, que acabavam roubando bastante do nosso tempo juntos. O mesmo vale para os amigos “de Porto”, Carlos, Dai, Fernando e Felipe, e para aqueles que a vida me presenteou em Curitiba, entre os quais meus sogros, quase pais, José e Marina.

Ao meu orientador, o Paulo, pela paciência com meus “silêncios” e por acreditar na minha capacidade e autonomia na redação do texto, mas também por ter sido figura fundamental em algumas das reviravoltas que meu olhar sobre David Carneiro sofreu ao longo desta meia década de contato com o pensamento antropológico. Fora isso, não há como deixar de mencionar o alento na fase final de escrita, ânimo para terminar a tarefa. Devo agradecer também à professora Ciméa Bevilacqua, que durante a qualificação acabou “sacramentando” uma guinada que meus *nativos* já vinham indicando há algum tempo. Ao professor Ricardo Costa de Oliveira também agradeço os comentários na qualificação.

Agradeço também às arguições e disponibilidade dos membros da sessão pública de defesa. Foi motivo de satisfação poder contar com as avaliações de duas referências no estudo do “paranismo”, os professores Luis Fernando Lopes Pereira e Márcio de Oliveira.

No Iphan, contei bastante com a consideração do nosso sempre “chefe”, agora servidor aposentado, José La Pastina Filho, além das trocas com os colegas também dedicados à pesquisa, como o Alex Guergolet, a Ges Giovana Braga, Liliane Monfardini Lucena e o Moisés Stival, além da nossa bibliotecária Célia Regina Carrano de Oliveira, que não raras vezes chegava com algumas “novidades” sobre o acervo do David Carneiro.

Agradeço imensamente também à equipe de colaboradores do Arquivo Central do Iphan, no Rio, mas em particular aos colegas Andressa Furtado da Silva de Aguiar e Hilário Figueiredo Pereira Filho, que me deram condições de acessar os vários *escaninhos* do nosso acervo institucional em minha busca pelos movimentos de David Carneiro nas suas conversas com o *Doutor Rodrigo*. Graças a eles é que uma semana de contato direto com o passado da instituição foi suficiente para dar conta de tantas fontes e informações.

Contei também com a equipe do Arquivo Público do Paraná, que muito gentilmente forneceu acesso ao acervo do amigo e mestre de David, Romário Martins. Solange Rocha em especial. Agradeço ainda a Daiane Vaiz Machado, “colega” de pesquisa naqueles dias de frequência do Arquivo Público, que forneceu preciosas dicas de alguém que já seguiu as pistas deixadas pelo “David”. No Museu Paranaense, agradeço a Vera Lúcia Coelho e a Tatiana Takatuzi. Na Casa da Memória de Curitiba, “o cara” é o Roberson Maurício Caldeira Nunes. No caso da Biblioteca Pública do Paraná, por sua vez, é a “instituição” que merece todos os créditos, pois sempre fui atendido e tive acesso às fontes que buscava, embora tenha sido auxiliado por inúmeros funcionários e colaboradores diferentes.

RESUMO

Certas tradições de interpretação social do sul do Brasil sublinham o lugar da imigração europeia na formação *racial* e étnica regional, gerando um diacrítico ao país negro e mulato. No Rio Grande do Sul, a antropologia já observou entre os gaúchos uma diferença imaginada entre *a parte e o todo*. Em Santa Catarina, a construção *científica* da ideia do “vazio” de gente ocupado pelo imigrante. No Paraná também se nota a ocorrência da mitologia do território *branco*, gerado da colonização europeia e sem presença negra.

David Carneiro (1904-1990), intelectual já considerado “o último dos paranistas” e homem processado por incentivo ao regionalismo, foi um dos responsáveis pelo prestígio social dessa mitologia, compartilhada com Romário Martins e outros atores do paranismo.

Entretanto, foi também o primeiro assistente regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão do centralizador Estado Novo que, segundo a literatura especializada, buscava compor sem regionalismos a imagem do país. Dividido e movido pelo não-essencialismo, combinava um orgulho *regionalista* do paranaense *branco* com críticas de fundo *nacionalista* a quem procurava insinuar a sua falta de *brasilidade*.

Gaúcho migrado para o Paraná, estranhava que a ideia da diversidade da gente e da natureza deste estado sul-brasileiro estivessem tão alinhadas com imagens de unidade, que, como sempre fez David Carneiro, destacavam as conexões dos (ante)passados nacional e paranaense. A Revolução Farroupilha, marco celebrado da ancestral singularidade gaúcha, contrastava com o Cerco da Lapa, tido como símbolo da unidade do Paraná com o Brasil.

Sua compreensão do Paraná como uma antiga *parte do todo* brasileiro, aliás, esteve na origem da acusação de regionalismo. Motivou-o a desafiar o adversário Wilson Martins, regionalista (anti)paranista que simbolizaria, com o livro *Um Brasil diferente*, a ideia do “vazio” local tomado pelos imigrantes promotores da distinção entre *a parte e o todo*.

Sugiro então que uma segmentação dos pensadores do Paraná *branco*, que dividiam preconceitos contra a *raça* e a *cultura* das etnias negras, mas ao mesmo tempo lutavam pela consagração de uma identidade social regional (europeia) de linhagem ou imigrante ou portuguesa, ajuda a explicar o nacionalismo de David Carneiro. O regionalista convicto, acreditando no processo de “branqueamento” nacional em curso, encontrou na legitimação do patrimônio das “colonizações primitivas”, anteriores às imigrações “extra-íberas”, uma conexão com o Sphan e suas imagens de uma nação luso-brasileira, moderna e civilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; paranismo; patrimônio cultural; racismo; etnicidade.

ABSTRACT

Some traditions of social interpretation of brazilian southern emphasize the place of european immigration in *racial* and ethnic regional formation, generating a diacritic in relation to the black and mulatto nation. In Rio Grande do Sul, anthropology has already observed among the gaúchos an imagined difference between *the part and the whole*. In Santa Catarina, the *scientific* construction of the concept of the “emptiness” of people occupied by the immigrant. In Paraná also the occurrence of the mythology of a *white* territory, generate of the european colonization and without black presence occurs.

David Carneiro (1904-1990), intellectual already called “the last of the paranistas” and a man accused for encouraging regionalism, was one of those responsible for the social prestige of this mythology, shared with Romário Martins and others actors of paranismo.

However, he was also the first regional assistant of Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), an agency of the centralizer Estado Novo that, according to the specialized literature, hoped to form the image of the nation without regionalisms. Divided and non-essentialist, it combined a proud regionalism of the *white* paranaense with nacionalistic denunciations to those who tried to insinuate its lack of *brazilianness*.

Gaúcho migrated to Paraná, it surprized me that the idea of diversity of the people and the nature of this south-brazilian state were so closely combined with images of the unity that, as David Carneiro always did, emphasized the connections between the national and paranaense pasts. Revolução Farroupilha, celebrated ícon of the ancestral singularity gaúcha, contrasted with Cerco da Lapa, symbol of the unity of Paraná and Brazil.

His understanding of Paraná as an anciant and traditional *part of the whole* formed by Brazil, in fact, was the origin of the accusation of regionalism. It led David Carneiro to challenge the adversary Wilson Martins, a regionalist (anti)paranista who would symbolize, with the book *Um Brasil diferente*, the idea of the local “emptiness” of people occupied by the immigrants who promoted the distinction between *the part and the whole*.

I suggest then that a segmentation of *white* Paraná thinkers, who divided prejudices against the *race* and the *culture* of black ethnic groups, but at the same time contend for the recognition of a regional social identity (european) of lineage or immigrant ou portuguese, helps to explain the nationalism of David Carneiro. The convicted regionalist, believing on the ongoing process of national “whitening”, found in the legitimation of the cultural heritage of the “primitive colonies”, previous to the “extra-iberian” immigration, a connection with the Sphan and its images of a luso-brazilian, modern and civilized nation.

KEY WORDS: Identity; paranism; cultural heritage; racism; ethnicity.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI - Arquivo Central do Iphan
ALP - Academia de Letras do Paraná
ALBA - [Associação] Amigos do Livro e das Belas Artes
AN - Arquivo Nacional
APL - Academia Paranaense de Letras
BANESTADO - Banco do Estado do Paraná
BPP - Biblioteca Pública do Paraná
CLP - Centro de Letras do Paraná
CPP - Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná
DEAP - Departamento Estadual de Arquivo Público [do Paraná]
DEIP - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DET - Divisão de Estudos e Tombamento do SPHAN
IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES - Ministério da Educação e Saúde Pública
MP - Museu Paranaense
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TSN - Tribunal de Segurança Nacional

LISTA DE IMAGENS, LISTAS E MAPAS

IMAGENS

<i>IMAGEM I</i> - DAVID CARNEIRO E ROMÁRIO MARTINS, EM HOMENAGEM PELO SEU 73º ANIVERSÁRIO, EM DEZEMBRO DE 1947.....	37
<i>IMAGEM II</i> - ANÚNCIO DA EMPRESA ERVATEIRA DA FAMÍLIA DAVID CARNEIRO NA 1ª EDIÇÃO DA <i>ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE</i> , DE NOVEMBRO DE 1927.	139
<i>IMAGEM III</i> - SEDE DA HERVATEIRA AMERICANA EM 1928.	139
<i>IMAGEM IV</i> - SEDE DA HERVATEIRA AMERICANA EM 1894.	140
<i>IMAGEM V</i> - INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO À REPÚBLICA, NA PRAÇA TIRADENTES, TENDO JOÃO TURIN E DAVID CARNEIRO [JANEIRO DE 1940].....	153
<i>IMAGEM VI</i> - 25.º ANIVERSÁRIO DE CASAMENTO DO CORONEL DAVID CARNEIRO (1927)...	165
<i>IMAGEM VII</i> - CORONEL DAVID A. DA SILVA CARNEIRO, POR ALFREDO ANDERSEN.....	170
<i>IMAGEM VIII</i> - [DE BONA, THEODORO]. “GUARDAMENTO DO CORPO DE JOSÉ FELIX DA SILVA”, ILUSTRAÇÃO DE <i>O DRAMA DA FAZENDA FORTALEZA</i> , DE DAVID CARNEIRO. ..	172
<i>IMAGEM IX</i> - INTERIOR DO MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO, TENDO AO FUNDO A TELA “GUARDAMENTO DO CORPO DE JOSÉ FELIX DA SILVA”, DE THEODORO DE BONA.....	172
<i>IMAGEM X</i> - <i>DAVID DA SILVA CARNEIRO</i> (THEODORO DE BONA, [S. D], ÓLEO SOBRE TELA)..	173
<i>IMAGEM XI</i> - <i>RETRATO DE DAVI CARNEIRO</i> (THEODORO DE BONA, 1946, ÓLEO SOBRE TELA)	173
<i>IMAGEM XII</i> - INTERIOR DO MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO NO 1º NÚMERO DA REVISTA DO PATRIMÔNIO, DE 1937.	213

LISTAS

<i>LISTA I</i> - LIVROS DE AUTORIA DE DAVID CARNEIRO (1928-1938).....	155
<i>LISTA II</i> - ARTIGOS DE DAVID CARNEIRO NA <i>ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE</i>	181
<i>LISTA III</i> - ARTIGOS DE DAVID CARNEIRO NA REVISTA <i>A DIVULGAÇÃO</i>	195
<i>LISTA IV</i> - BENS IDENTIFICADOS POR DAVID CARNEIRO NO PARANÁ	242

MAPAS

<i>MAPA I</i> - "MAPA HISTÓRICO" DO PARANÁ DESENHADO POR DAVID CARNEIRO SOBRE MAPA DE ESTRADAS DO PARANÁ PATROCINADO PELA HERVATEIRA AMERICANA.	233
<i>MAPA II</i> - O PARANÁ EM 1929.....	238

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - “IMAGINE-SE O LEITOR...”: UM <i>ADVENTÍCIO</i> CHEGA À CAPITAL DO PARANÁ	11
CAPÍTULO I - UMA “SITUAÇÃO SOCIAL”: O NACIONALISMO DO ESTADO NOVO E O REGIONALISMO DE DAVID CARNEIRO: DISPUTAS PELA CONSAGRAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL PARANAENSE	47
1.1. Um “JORNALISTA” REGIONALISTA, ACUSADO DE “CRIMINOSO DE LESA PÁTRIA” .	47
1.2. O QUE FAZ DO PARANÁ, PARANÁ? DAVID CARNEIRO (EN)CONTRA O ANTIPARANISMO.....	54
1.3. O QUE FAZ DO PARANÁ, UM BRASIL DIFERENTE? WILSON MARTINS (EN)CONTRA O PARANISMO	61
1.4. O QUE FAZ DO PARANÁ, BRASIL? O PARANISMO, DAVID CARNEIRO E O PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO LUSO-BRASILEIRA DO ESTADO.....	69
CAPÍTULO II - OS PARANISMOS, DAVID CARNEIRO E O FAZER ANTROPOLÓGICO: CONSTRUINDO UM ESTRANHAMENTO E UM INFORMANTE	84
2.1. “O PASSADO É UM PAÍS ESTRANGEIRO...”: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE PERSPECTIVA E MÉTODO, OU DE COMO FAZER ANTROPOLOGIA DO PASSADO	86
2.2. AS “SITUAÇÕES SOCIAIS”: A “PONTE” DE MAX GLUCKMAN E AS SEGMENTAÇÕES DO (ANTI)PARANISMO EM DAVID CARNEIRO E WILSON MARTINS.....	99
2.3. O BRASIL, A “TEORIA DO BRANQUEAMENTO” NACIONAL E O PARANÁ SEGUNDO OS PARANISTAS: UMA PARTE “DIFERENTE” DENTRO DA “DIVERSIDADE” DO TODO?	107
CAPÍTULO III - A (MODERNA) TRAJETÓRIA DE DAVID CARNEIRO: DESTAQUE ECONÔMICO E INSERÇÃO NOS CAMPOS POLÍTICO E INTELECTUAL PARANAENSES	127
3.1. CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ: PROTAGONISMO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE SUSTENTADOS NA ECONOMIA DA ERVA-MATE	127
3.2. DAVID CARNEIRO E SUA FAMÍLIA: O RICO NEGÓCIO DA ERVA-MATE E SEU PRESTÍGIO NO CAMPO ECONÔMICO DA SOCIEDADE CURITIBANA E PARANAENSE.....	133
3.3. A FORMAÇÃO POSITIVISTA DE UM HISTORIADOR REGIONAL E MUSEÓLOGO: O PROJETO POLÍTICO DE DAVID CARNEIRO	145
CAPÍTULO IV - A PARTE DO TODO: DAVID CARNEIRO E OS “MOVIMENTOS” DO MOVIMENTO PARANISTA	162
CAPÍTULO V - O REGIONALISMO DE DAVID CARNEIRO E O SPHAN: PRESTÍGIO E DISPUTAS PELA CONSAGRAÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS PARANAENSE E BRASILEIRA	200
5.1. O PRESTÍGIO REGIONAL DE UM “SERVO NO SERVIÇO DA PÁTRIA” E O CHAMAMENTO DO SPHAN A CONSTRUIR UMA IMAGEM DO BRASIL.....	202
5.2. O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO “CIVILIZADO”: O SPHAN E O (ANTE)PASSADO COLONIAL E MODERNO DA NAÇÃO “LUSO-BRASILEIRA”	217
5.3. O LUGAR DO PARANÁ NO “MAPA DO BRASIL PASSADO”: UMA “PARTE” DO PAÍS COLONIAL	239

CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
INFORMANTES E FONTES	262
FICHAS E RELATÓRIOS ENCAMINHADOS POR DAVID CARNEIRO AO SPHAN	275
CORRESPONDÊNCIA ENTRE DAVID CARNEIRO E O SPHAN (1937-1948)	277
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	280

INTRODUÇÃO - “Imagine-se o leitor...”: um *adventício* chega à capital do Paraná

O objetivo desta Introdução é situar meu objeto de estudo, um tema não localizado no *presente* (etnográfico) e completamente inacessível às técnicas da observação-participante, no âmbito do conhecimento disciplinar produzido pela antropologia.

Para tanto, contarei uma breve passagem da minha trajetória de vida e como essa experiência me colocou diante de uma situação antropológica de contornos *tradicionais*, no sentido de encontro com a *alteridade*, com formas outras de experimentar, interpretar e ordenar as coisas do mundo. Traço um paralelo dessa experiência vivida com a situação enfrentada por Malinowski, fundador e/ou consagrador da antropologia social moderna e do método por excelência da disciplina – o trabalho de campo, com observação-participante do objeto etnografado –, e convido o leitor a se imaginar vivendo essa minha experiência, de contato de um gaúcho, nativo do estado do Rio Grande do Sul, com a *cultura* e a *identidade social* presentes em outro estado brasileiro. No caso, o Paraná.

Narrarei, então, uma série de estranhamentos (e de familiaridades) proporcionados por essa situação de não nativo (ou de “adventício”, no vocabulário do nativo curitibano David Carneiro, meu informante privilegiado sobre a *cultura* e a *identidade* paranaenses).

A seção cumprirá, também, a função de apresentação do problema de pesquisa e de parte da fundamentação teórica e metodológica com a qual será enfrentado, além de indicar os informantes e fontes e o modo de organizar a apresentação do conhecimento produzido.

- - - - -

Cheguei em Curitiba às vésperas do início oficial do inverno de 2006, num dia frio e ensolarado do começo de junho. O azul do céu se mostrava, coisa que não demoraria a ser informado que se tratava de uma quase raridade, motivo de várias piadas do dia-a-dia local e matéria-prima para os versos do poeta paranaense, e antiparanista, Dalton Trevisan.

Vim para trabalhar na Superintendência estadual do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Órgão do governo federal ligado ao Ministério da Cultura, a instituição estava em fase de comemoração dos seus 70 anos, já que fora fundada em 1937.

Historiador de formação, naquela oportunidade de celebração dessas origens tomei contato com os primeiros movimentos da instituição no lugar que também estava recém começando a conhecer. Um tanto impressionado, percebia que os supostos de diferença do estado em relação ao país, entre *a parte e o todo* (Oliven, 1992) – como o clima (a)típico e

a presença do frio, a natureza particular simbolizada na araucária e a ideia da singularidade étnica de sua gente –, se combinavam com imagens de alinhamento e de identidade com o país. Tais imagens delineavam esse estado brasileiro como uma espécie de *parte do todo*, retratado à imagem e semelhança do Brasil. Não era algo *à parte*, firmado na diferença.

David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990), o primeiro representante no estado do Paraná do então Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), lá nos distantes anos 1930 e 1940, era um exemplo muito bem acabado dessas tensões entre se aproximar e se distanciar das coisas tidas como características do (restante do) Brasil.

Uma das grandes fontes de prestígio social e cultural desse intelectual curitibano foi como pensador do universo regional e pesquisador interessado nas coisas de seu estado natal. Sobre isso, pesquisadores de sua obra já notaram seu empenho em abordar em “seus discursos temas sobre a identidade, a cultura, a tradição e a formação histórica paranaense” (Cordova, 2009, p. 224). Quanto a essa vocação regionalista, aliás, uma estudiosa de sua carreira concluiu que: “Indícios apontam que foi com a imagem de ‘historiador regional’ que David Carneiro obteve mais destaque na vida pública”, contribuindo em muito “para lhe assegurar uma posição de destaque na sociedade curitibana” (Machado, 2012, p. 19).

David Carneiro já foi considerado, nesse sentido, como o “último dos paranistas” (Oliveira, 2001, p. XXIV). Essa identificação dá conta de sua trajetória como seguidor dos princípios do *paranismo* articulado desde fins do oitocentos – mas, especialmente, ao final dos anos 1920, com o chamado “movimento paranista” –, que juntou gente empenhada em consagrar imagens do Paraná baseadas numa série de “características particulares que diferenciassse o povo da terra deste estado do restante do país” (Pereira, 1998, p. 82).

Esse percurso voltado para o regional não o impediu, contudo, de auxiliar o Sphan, órgão federal criado pelo governo centralizador do Estado Novo, em 1937, com a ambição de “buscar, sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil” (Chuva, 2003, p. 316).

Essa participação começou em abril de 1937, quando atendeu ao pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, sediado no Rio de Janeiro, para “tomar a si o encargo de relacionar as obras de architectura civil, religiosa e militar existentes no Paraná [...] que possam ser consideradas de excepcional valor artistico ou historico” (Carta 3).¹

Suas sugestões iniciais constavam de seis imóveis, sendo a maioria delas muito bem recebidas pela nova instituição. Cinco desses bens foram patrimonializados. A única dessas indicações que não acabou em tombamento foi a da Fazenda Fortaleza, em Tibagi.

¹ Para detalhes sobre as cartas citadas ao longo do texto, consultar “CORRESPONDÊNCIA ENTRE DAVID CARNEIRO E O SPHAN (1937-1948)”, na seção de “Informantes e Fontes” ao final do trabalho (p. 277-79).

Em 1938, o Sphan atribuiu valor à Casa do Coronel Joaquim Lacerda, à Igreja Matriz de Santo Antônio e à Casa onde faleceu o Coronel Gomes Carneiro, três edificações situadas na Lapa. Nesse mesmo ano, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e o Antigo Colégio dos Jesuítas, ambos construções de Paranaguá, também foram tombados pelo novo órgão.

Essas sugestões deixavam transparecer sua dedicação aos estudos sobre o “Cerco da Lapa”. Metade das indicações era de bens ligados àquele episódio, ocorrido na cidade durante a Revolução Federalista (1893-1895). Na carta ao Sphan, aliás, o interlocutor paranaense do órgão se dedicava a tentar convencer seu diretor de que a Lapa é “historica desde 1894”, quando “barrou o avanço federalista por 26 dias, salvando a Republica”. Naquela oportunidade, David Carneiro apresentava essas suas sugestões ao novo órgão federal como as contribuições de “seu patricio e servo no serviço da Patria” (Carta 4).

Um dos motivos pelos quais a figura de David Carneiro me chamou tanto a atenção foi a circunstância de ele ter tido essa participação tão bem-sucedida na construção de uma ideia de nação unitária, via Sphan, e ao mesmo tempo ter sido (re)conhecido como um dos expoentes do regionalismo paranista, movimento ocupado em *destacar* o estado (do país).

Nesse sentido, David Carneiro fez parte de um movimento que, segundo um olhar mais crítico e combativo, era bastante provinciano. O “que queriam os paranistas”, na ótica desses rivais, era “opor o local ao nacional ou local ao universal” (Oliveira, 2009a, p. 118). Essa postura ficava marcada na sua figura-chave, Romário Martins, que “procurava quase criar um mundo à parte para caracterizá-lo como sendo o Paraná” (Oliveira, 2009a, p. 58).

Concordando com essas observações, outro estudioso do assunto concluiu que, ao longo de sua vida, “Romário construiu símbolos representativos da memória coletiva que identificavam e diferenciavam o Paraná do resto do Brasil”, uma movimentação que ficou bem caracterizada em suas performances como legislador e homem de governo atuante em favor da “criação da Bandeira e do Brasão do Estado do Paraná” (Salturi, 2009, p. 3-4).

Um indicativo bastante expressivo desse horizonte provinciano é que meia década depois de sua ativa participação junto ao novo órgão de patrimônio nacional, em 1943-44, David Carneiro veria seu regionalismo submetido ao Tribunal de Segurança Nacional do mesmo Estado Novo com que colaborara anteriormente, através do Sphan. A causa do julgamento foram textos jornalísticos em que, segundo a denúncia, levantara “a bandeira de reivindicações regionalistas, nesta hora historica de nossa patria” (Firman Neto, 1943).

Será que alguma coisa mudou, consideravelmente, do David Carneiro de 1937, o “servo no serviço da Pátria” que ajudou a construir uma imagem da nação, em relação ao

David Carneiro de 1943-44, homem levado a um tribunal que “decidisse si eu era ou não criminoso de lesa Pátria, e indivíduo perigoso para o meu país” (Carneiro, 1944a, p. V)?

De nacionalista, ele teria se tornado, no curso de meia década, um regionalista?

Parece-me que não.

Em *História psicológica do Paraná*, de 1944, por exemplo, o autor retomava o flerte com o nacionalismo da época e sublinhava que um dos seus propósitos era “anular a nefasta idéia da cisão de um Estado”, na medida em que seu povo era “Paranaense e Brasileiro, porque o **Paraná é Brasil!**” (Carneiro, 1944a, p. 48, 96, grifado no original).

Por outro lado, David Carneiro foi um intelectual bastante orgulhoso de certas características e/ou singularidades do seu estado. Exaltava, por exemplo, o “meio que é estético como nenhum outro”, marcado pelos “pinheiros hieráticos, esteticamente perfeitos” (Carneiro, 1944a, p. 28), que junto ao seu “clima ameno” (p. 37) compunham um cenário de “paraíso terrestre” (p. 26), onde se movimentava uma gente marcada pela “superioridade” da “raça” (p. 9). Em tal *raça* superior, a “miscibilidade foi insignificante”, já que os “paranaenses, na massa da população, somos brancos” (Carneiro, 1944a, p. 55).

Ao mesmo tempo, porém, foi um pesquisador do passado sempre ocupado em destacar as conexões entre as experiências de formação histórica e social brasileira e paranaense. Muito de seu orgulho das coisas locais, aliás, foi canalizado numa espécie de obsessão em descobrir encadeamentos entre as trajetórias históricas do Brasil e do Paraná, fazendo assim conhecida e reconhecida a importância paranaense na formação brasileira.

O próprio título de dois de seus livros mais reeditados são um expressivo indicativo disso: *O Paraná na Guerra do Paraguai*, lançado em 1940, e *O Paraná na história militar do Brasil*, que começou a circular em 1942. Nessas obras, o pesquisador das coisas do passado se empenhava em reverter certos conceitos sobre o desencaixe entre brasileiros e paranaenses, “como se não fôssemos filhos do Brasil” (Carneiro, 1995 [1942], p. 171).

Essa espécie de projeto intelectual de David Carneiro, aliás, já chamou a atenção de pesquisadoras de sua vida e de sua obra. Uma delas constatou que seus “temas demonstram a incessante tentativa de legitimar a importância do Paraná no cenário nacional” (Machado, 2012, p. 60). A outra, por sua vez, observou que David Carneiro dedicou grande parte do seu tempo a pesquisar “intensamente sobre temas regionais que envolviam o papel e a luta paranaense em favor da nação [...], conferindo ao Paraná a necessidade de caminhar para além da sua situação de periferia dos acontecimentos nacionais” (Cordova, 2009, p. 273).

Nesse aspecto, aliás, David parecia estar bastante condicionado pelas ambiguidades e contradições do paranismo, movimento sempre dividido entre se aproximar e se afastar

do país e de suas coisas. Essas tensões e complexidades, aliás, se fizeram refletir nas divergências de opinião sobre os propósitos e a orientação ideológica desse movimento.

No campo acadêmico, por exemplo, de um lado temos estudos sobre o tema que o interpretam, basicamente, como um movimento de diferenciação do estado. Este é o caso do trabalho precursor de Luis Fernando Lopes Pereira (1998), já citado aqui, e de outros que se seguiram a ele, como o de Geraldo Leão Veiga de Camargo (2007). Neste último, são sublinhados os possíveis antagonismos entre o regionalismo paranista e as ideias de base nacionalista, já que aquele projeto destacava no estado sua “diferença do conjunto da nação, na contramão dos cânones do nacionalismo que daria no Estado Novo” (p. 158). No outro trabalho, um dos mais importantes sobre o tema, o paranismo é tratado como “fruto de um projeto de construção de uma identidade cultural que mostrasse o Paraná como um local diferente, fruto de suas particularidades naturais e étnicas” (Pereira, 1998, p. 10).

Outros pesquisadores, por sua vez, classificam o movimento como uma espécie de “regionalismo ao inverso”, já que muitos de seus expoentes “nunca quiseram opor o Paraná ao resto do Brasil”. Eles batalhavam pelo contrário, aliás, “criar um repertório cultural que igualasse o Paraná aos outros Estados, em vez de o diferenciar” (Dudeque, 2001, p. 67).

Essas nuances do paranismo sujeitaram David Carneiro a ser *lido* de várias formas pelos contemporâneos. Não só como responsável por “obra impatriótica”, formatada com a “intenção preconcebida de explorar sentimentos regionalistas” (Firman Neto, 1943). Como portador, também, de uma “mentalidade tropical”, que fazia dele um “verdadeiro patriota”, cuja obra era um “dos mais altos e dignos tabernáculos da brasilidade” (IHGP, 1939, p. 5).

Observar e explorar, desde uma visada antropológica, o paranismo desenvolvido por David Carneiro nos ajudará a compreender que, na verdade, ambos os ângulos de análise sociológica sobre esse movimento intelectual estão corretos. O paranismo de fato combinava esses componentes aparentemente ambíguos, de regionalismo e nacionalismo.

Mas que regionalismo tão ambivalente, afinal de contas, era este alimentado pelo paranismo, de carga assim tão nacionalista? Eis a pergunta que me fazia, como gaúcho.

Essa experiência vivida tinha contornos de uma situação antropológica *tradicional*, de encontro de duas formas de interpretação e classificação das coisas do mundo. Vindo da capital gaúcha, Porto Alegre, o meu *desembarcar* de um avião na urbanizada Curitiba, para viver na até então desconhecida capital do Paraná, não se tratou, óbvio, nem de perto de um contato etnográfico como o experimentado por um dos fundadores da antropologia ocidental moderna, Bronislaw Malinowski, quando *desembarcou* em ilhas melanésias.

Ao traduzir em texto o estranhamento pelo qual passara, o autor do *Argonautas do Pacífico Ocidental* chega a sugerir: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” (Malinowski, 1998 [1922], p. 23).

As palavras com que definia as consequências desse entrar em contato com uma gente assim tão *distante* faziam algum sentido para mim, embora firmados os devidos redimensionamentos. Dizia Malinowski, já nas últimas linhas da fundadora introdução de sua etnografia: “Talvez a mentalidade humana se revele a nós através de caminhos nunca dantes trilhados. Talvez, pela compreensão de uma forma tão distante e estranha da natureza humana, possamos entender nossa própria natureza” (1998 [1922], p. 38).

Vendo – ou melhor, lendo – um curitibano como David Carneiro falar das coisas do Paraná, percebia que estava ao mesmo tempo muito próximo e muito distante das formas de contar uma certa identidade social do lugar de onde vinha. O estado mais meridional do território brasileiro, o Rio Grande do Sul. Se, por um lado, o destaque à presença do frio e a valorização da branquidão dos *nativos* não eram nenhuma novidade para mim, maior estranheza causavam as imagens costurando o passado regional com o passado nacional.

Em Curitiba, não observara nada semelhante ao culto que muitos gaúchos têm à Revolução Farroupilha (1835-1845). Entendida, em linhas gerais, como um movimento de mobilização e de luta de um estado contra o país – ou, melhor ainda, a insubmissão de uma província periférica contra a dominação e a centralização de um império –, a sua memória é celebrada com uma data cívica respeitada, o feriado estadual do “vinte de setembro”.

Em Porto Alegre, por exemplo, a data baliza uma série de atividades de celebração das chamadas *tradições gauchescas*, que são realizadas durante a “semana farroupilha”. A frequência do “acampamento farroupilha”, montado no centro da cidade, é tida como oportunidade de (re)atualizar as tradições culturais do estado, como os seus trajes típicos, as lidas rurais, a relação com os animais do campo, a roda de chimarrão, o churrasco etc.

Se tivemos oportunidade de presenciar algumas vezes essa celebração na capital, a antropóloga Ana Paula de Carvalho nos conta que algo semelhante ocorre, todos “os anos, em vários municípios do Rio Grande do Sul, [onde] são realizadas cerimônias, desfiles, acampamentos e comemorações em tributo à memória dessa guerra” (2007, p. 256). O sentido dessas rememorações é, frequentemente, reavivar o imaginado desacerto entre *a parte e o todo*, já que no (ante)passado farroupilha “se estabelece simbolicamente a relação do gaúcho com o restante do país, [...] o seu caráter autônomo” (Carvalho, 2007, p. 256).

Data de bases regionalistas por excelência, o “vinte de setembro” já era, na época de David Carneiro, celebrado por muitos gaúchos como um marco do desalinhamento do estado em relação ao nacional, e não de sua sintonia. Essa postura, aliás, era criticada pelo responsável por *O Paraná na história militar do Brasil*: “Êles não comemoram, e estou inclinado a crer que não comemorarão, 1845, a **união** com o Brasil pela derrota e pelo acordo, mas 1835, a **separação** e a **revolta**” (Carneiro, 1944a, p. 91, grifado no original).

Em contraponto, o Paraná da mesma época era um modelo de “fidelidade” à nação. Seu alinhamento político “deu ganho de causa ao governo central”, garantindo a unidade territorial brasileira, já que, sem a sua participação militar, “o Sul do Brasil estaria hoje, por certo, constituindo uma República independente” (Carneiro, 1995 [1942], p. 170).

Para alguém vindo de um estado que ganhou, não sem dar vários motivos para isso, a fama de bairrista e orgulhoso das suas coisas, causava grande estranhamento que intérpretes do Paraná, como David Carneiro e outros, tivessem sublinhado tanto assim as ocasiões de alinhamento e de unidade entre as experiências passadas do estado e do Brasil.

A celebração sociológica do chamado “Cerco da Lapa” é um exemplo disso.

Ocorrido durante a Revolução Federalista (1893-1895), o cerco à cidade da Lapa, nos Campos Gerais paranaenses, reuniu muitos nativos do estado às tropas legalistas que tentavam impedir o avanço rumo à capital federal dos revolucionários vindos do sul do país. Mesmo derrotados na batalha, por terem oferecido resistência de quase um mês, eles teriam sido fundamentais no processo de consolidação da república, recém-proclamada em fins de 1889. À custa do “sacrifício de alguns heróis”, dera ao governo “tempo suficiente à solução” do conflito militar, porque permitira aos republicanos organizar “a força material necessária para anular o avanço e obrigar o recuo revolucionário” (Carneiro, 1944b, p. 303). Agindo assim, o “Paraná evitou que a República desaparecesse”, além de denotar a “importância estratégica do Paraná, como parte do Brasil” (Carneiro, 1995 [1942], p. 238).

Fora aquela, enfim, uma oportunidade ímpar, em que a Lapa “viria representar nos fastos republicanos um papel sem igual em relevo e sacrifício” (Carneiro, 1934a, p. 51).

Essa celebração do “Cerco da Lapa” era compartilhada por outros intelectuais contemporâneos de David Carneiro, caso do futuro professor da Universidade do Paraná e governador do estado, Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973). Um de seus primeiros ensaios sobre a identidade histórica e social do estado argumentava que a “resistência da Lapa” se tratava de um “marco brasileiro”, pois o desenrolar do episódio ocorrido em terras paranaenses atribuiu ao fato uma “considerável projecção nacional”, já que “a energia paranaense secundou heroicamente a energia da nação” (Rocha Neto, 1930, p. 07).

Anos depois, durante as comemorações do cinquentenário do episódio, em 1944, o ex-diretor do Museu Paranaense e então presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes, o médico-anropólogo José Loureiro Fernandes (1903-1977), destacava que “a resistência da Lapa foi uma das páginas mais heróicas da história da República”, sendo preciso que a sua rememoração fosse regida sob o “mais vivo sentimento de unidade nacional” (1944, p. 13).

Bento Munhoz, David Carneiro e Loureiro Fernandes, apesar de suas orientações político-científicas bastante diversas, estavam todos integrados, portanto, a um movimento de interpretação sociológica e histórica do estado que encontrava no Cerco da Lapa um ícone cuja centralidade residia no fato de significar “um marco historiográfico não somente regional, mas inserido em um encadeamento ideológico nacional” (Cordova, 2007, p. 159).

No caso gaúcho, a revolução farroupilha ocupa um lugar semelhante no quadro de referências históricas do estado. É notório, contudo, que essa movimentação da província sulina contra o império brasileiro saiu dos livros e já “incorporou-se à simbologia rio-grandense” (Oliven, 1992, p. 58), sendo, em termos dos pontos balizadores da identidade regional do povo gaúcho, “com toda a certeza, o mais lembrado” (Carvalho, 2007, p. 256).

Só que, em sentido bastante diverso ao que ocorre com o Cerco da Lapa, a guerra iniciada em território sul-rio-grandense tende a ser tratada como “um marco amplamente comemorado” das “diferenças do estado em relação ao Brasil” (Oliven, 1992, p. 61), que levaram à “separação temporária do estado do restante do Brasil” (Carvalho, 2007, p. 256).

Se David Carneiro e seus colegas não demonstravam qualquer traço de negação da *brasilidade* do itinerário histórico do estado, no *gauchismo* etnografado por Ruben Oliven, ao contrário, se observou a “constante evocação e atualização das peculiaridades do estado e da fragilidade de sua relação com o resto do Brasil” (1992, p. 65). Chega(va)-se a falar “seriamente em separar o Rio Grande do Sul do Brasil”, um posicionamento que, segundo o antropólogo, “trata-se de uma forma de falar dessa relação singular que existe entre o Brasil e seu estado mais meridional, e da tensão que ela suscita” (Oliven, 1992, p. 64).

Muitas vezes, o movimento de identificação contrastiva da *parte* gaúcha em função do *todo* brasileiro, marcando suas respectivas especificidades, passa pela presença, ou não, do negro em sua formação étnica, histórica e social: “Mas, ao passo que em outros estados do Brasil, como a Bahia, o negro comparece como um dos formadores da identidade, no Rio Grande do Sul sua imagem é relegada a um segundo plano” (Oliven, 1992, p. 102).

O viver em Curitiba, por sua vez, trouxe o contato com uma série de indicadores sobre uma imagem que se quer(ia) promover da gente da cidade e do estado, construção de identidade que lembrava muito aquela característica do lugar de onde estava chegando.

A cidade que encontrei no ano de 2006 era um pedaço de Brasil tido e havido como lugar *européu*, entre outros motivos porque habitado por uma gente de feições *européias*.

Estava agora no “Paraná das etnias” (Szwako, 2009).

Das etnias brancas, observe-se bem.

Havia lugar de destaque para italianos e alemães. Os primeiros, por exemplo, estavam legitimados por um bairro para chamar de seu: Santa Felicidade, antiga colônia de imigração italiana consagrada pelos roteiros oficiais de Curitiba como lugar de visitação e destino gastronômico a ser conhecido. Os germânicos, por sua vez, se viam representados no igualmente bem divulgado Bosque Alemão, parte dos itinerários turísticos da cidade.

Havia espaço, também, para os grupos eslavos, como os ucranianos e os poloneses, reconhecidos pelas imagens oficiais de Curitiba em outros lugares de visitação de turistas e de circulação da gente da cidade, como a Praça da Ucrânia e o Bosque João Paulo II.

Não havia lugar privilegiado, porém, para os negros. Quanto a isso, Márcio de Oliveira (2005) nos informava que uma década antes da minha chegada à capital do Paraná, “durante a gestão do prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo (1993-1997)”, o homem escolhido para administrar a cidade foi perguntado se haveria um reconhecimento oficial aos grupos negros que ajudaram a fazer do estado e de sua capital o que eles eram. À sugestão de se criar “um parque para a comunidade negra”, que se somasse aos das “várias etnias [que] são homenageadas com parques e bosques públicos”, Rafael Greca “teria respondido que não, porque não havia negros na cidade” (Oliveira, 2005, p. 221).

O que existe em Curitiba em termos de lugares da memória negra não tem nem de perto a visibilidade e o prestígio atribuídos a marcos de outras etnias, muitas vezes situados em regiões centrais e nobres da cidade, além de incluídos nos seus roteiros turísticos. O negro Zumbi, é verdade, recebeu uma praça. Sua localização, no entanto, é periférica e marginalizada, como nos sugere a experiência de campo de Moraes & Souza (1999, p. 8):

Haveria outro “monumento” à população negra, como nos contou um jovem negro integrante de um grupo de valorização da cultura afro-brasileira: “foi criado um monte de praças, assim [...] com o nome das raças, aí criaram a Praça do Zumbi”. E completando: “me diga, aonde que é?”. Ela esta [sic] localizada “bem no Pinheirinho, tem um bairro, tem a favela e depois da favela a valeta depois da valeta é a Praça”. Além de periférica, a praça encontra-se abandonada, não fazendo parte, é claro, de qualquer circuito ou roteiro cultural comemorativo.

O processo de invisibilização dos negros é acompanhado, pois, da superexposição e valorização da gente branca formadora da cidade e do estado. Para o sociólogo Márcio de Oliveira (2009b), essa tendência é identificável, por exemplo, no campo das interpretações

sociais do Paraná. Nessa área, localizamos certo empenho em “fixar o ‘tipo paranaense’ tendo por fundamento étnico a figura ‘branca’ do imigrante de origem européia” (p. 17).

Historiadores e ensaístas de várias gerações, como Romário Martins (1874-1948), Temístocles Linhares (1905-1993) e Wilson Martins (1921-2010), deixaram, como herança sociológica compartilhada, a construção da “mitologia de um estado *branco*, fruto da colonização europeia, sem elementos negros” (Oliveira, 2009b, p. 25, grifado no original).

Esses intérpretes do Paraná, cujos trabalhos germinais sobre a identidade (branca) do estado foram lançados até os anos 1950, deixaram seguidores, inclusive na academia. Ruy Wachowicz (1926-2000) seria um exemplo (Moraes & Souza, 1999; Szwako, 2009), pois, ao destacar a questão imigratória, acabou reforçando a “invisibilização da população negra” e a “reprodução dos elementos discursivos europeizantes” (Szwako, 2009, p. 53).

Um exemplo dessa construção de uma imagem de branquidão para o estado está na capa da segunda edição do livro que, segundo Oliveira, é a “expressão mais acabada” dessa mitologia (2009b, p. 25). Trata-se da obra *Um Brasil diferente* (1955), de Wilson Martins. Nessa capa aparece retratado um “russo branco nascido no Brasil, de segunda geração”.²

Muitas vezes, essa invisibilização dos negros é associada aos sucessos da cidade (os imaginados e os reais), uma condição de suas conquistas (as efetivas e as propagandeadas):

Vale notar, enfim, que nos anos 1990, quando Curitiba é alçada a “capital de primeiro mundo” ou ainda a exemplo de “cidade ecológica”, a “pequena” presença de pardos e negros é, subliminarmente, apontada como uma das causas desse aparente sucesso (Oliveira, 2005, p. 221).

Moraes & Souza (1999) seguem a mesma linha de interpretação, afirmando que, no que diz respeito a Curitiba, temos “uma cidade e sociedade que se pretendem de ‘primeiro mundo’ por sua identidade branca e européia” (p. 9). Falar de Curitiba como “Capital Européia” significa, então, distancia-la do terceiro mundismo que marcaria o país como um todo, já que ela é assim identificada não só pela presença dos “imigrantes como pela noção de que tudo na Europa é mais organizado do que no Brasil” (Oliveira, 2009a, p. 138).

Esse ambiente de feições *europeias*, aliás, é completado pelo convívio com um clima de tons igualmente *europeus*, caracterizado pela presença das baixas temperaturas.

Apesar do deslocamento espacial promovido pela mudança para outro estado, não estava muito longe, portanto, de referências simbólicas que marcavam a construção da identidade social gaúcha, com que convivera até então. Havia um paralelo evidente, como indica o lugar central que o frio tem nessas duas *identidades sociais* regionais, justamente por se tratar de um fator capaz de influenciar o comportamento de suas respectivas gentes.

² O trecho transcrito encontra-se na segunda “orelha” do livro, junto à contracapa (Martins, 1989 [1955]).

Tratava-se não só de exaltar uma paisagem marcada pela presença do frio, mas, sim, destacá-la como o ambiente considerado mais adaptado àqueles atores sociais brancos tão valorizados, já que os europeus teriam sido “*encaminhados para o sul do país em virtude da identidade das condições climáticas*” (Martins, 1946, p. 2, grifado no original).

Em versões mais radicais desse suposto de uma combinação potencial entre gente branca e clima frio, trabalhava-se uma imaginada incompatibilidade entre os negros e as baixas temperaturas características das regiões de planalto localizadas bem acima do nível do mar. É o caso de Romário Martins, um dos mais representativos filósofos do paranismo, que emprestava de certa biologia uma das explicações *científicas* para a imaginada pouca representatividade negra no Paraná. Esta teria uma razão de ser em “sua curta vida nas altitudes elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios dos mulatos”.³ Assim: “O clima, quanto a ele, além de ‘afugentar’ a população negra, realçaria e reforçaria a pretendida diferença” (Oliveira, 2009b, p. 25).

Essa diferença do estado do Paraná em relação ao país estaria sustentada, portanto, não só na branquidão de sua gente, mas, também, no ar gelado que tomava conta da terra.

Se levarmos em conta o universo de símbolos e ideias associados ao Brasil, como o calor tropical e a miscigenação das três *raças*, as construções sociais da identidade gaúcha e paranaense estão bastante distantes, portanto, das ideias mais consagradas de brasilidade. Ambas se sustentam na excepcionalidade dos seus climas e são o resultado do “‘processo de invisibilização racial’ operante no Sul do Brasil como um todo” (Szwako, 2009, p. 45).

No estado vizinho de Santa Catarina, por exemplo, um exercício de análise de bases antropológicas apontou “uma espécie de consenso”, em que o território catarinense figura como um lugar “onde a população considerada ‘negra’ apresenta um dos menores índices no Brasil” (Leite, 1996, p. 38). Esse lugar-comum foi (a)notado não só em “depoimentos” e “conversas cotidianas” (Leite, 1996, p. 49), mas também na “*literatura científica*” e em “estudos sobre a formação histórica e a composição étnica da população de Santa Catarina” (p. 40, 42, grifado no original). Isso levou a autora a concluir que “*a identidade do sul se constrói pela negação do negro*”, ao contrário do que aconteceria nos processos de identificação do *todo* nacional, já que, na sua concepção, “a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica” (Leite, 1996, p. 49, grifado no original).

Para a antropóloga Ilka Leite, essa produção social da “invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento”, particularmente presente na elaboração

³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 4. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. Coleção Farol do Saber. p. 392. (Apud: Oliveira, 2009b, p. 23).

historiográfica “de inspiração positivista” com a qual “deparei-me” (Leite, 1996, p. 41). Uma literatura que em geral tende a sublinhar a presença no estado de “uma ampla maioria de descendentes de europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses” (1996, p. 38).

Para a autora, um dos componentes que amarra os processos de apagamento sociológico e historiográfico da presença negra em território catarinense e de superexposição do branco europeu que se estabeleceu nessa região são as (pres)suposições em torno do “vazio” demográfico local: “O embranquecimento, mais do que estatístico, procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que necessitavam negar sua presença [a do negro] para construírem o ‘vazio’ a ser ocupado pelos imigrantes” (Leite, 1996, p. 39).

Orientadas por essa lógica é que se elaboraram várias das interpretações sobre a insignificância histórica da escravidão não só em Santa Catarina, mas em todo o sul do país. Essa região periférica, por não contar com uma economia expressiva nos tempos coloniais, auge do comércio do trabalhador negro, não teria tido condições de contar com muita gente escravizada, estabelecendo-se assim uma singularidade importante no contexto brasileiro. Uma grande diferença, em termos de formação social, entre *a parte e o todo*:

A grande maioria das pesquisas que enfocam a contribuição dos descendentes de africanos no Sul do Brasil afirma *a sua especificidade* em relação às outras regiões do país. [...] a partir de uma análise do passado colonial, afirma que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante e atribui a isto a ausência de um grande sistema escravista voltado para a exportação, como ocorreu em outras regiões do Brasil (Leite, 1996, p. 40, grifado no original).

Dialogando com essas reflexões sobre a realidade catarinense, Ruben Oliven sugere o quanto, entre os *informantes* nativos por ele observados, estava presente a construção de uma identidade social *branca* para os gaúchos, desalinhada das leituras de país disponíveis desde pelo menos as interpretações culturalistas de Gilberto Freyre sobre a nossa formação social: “a historiografia tradicional do Estado subestima a presença do negro, [...] ao contrário do que ocorreu no resto do Brasil a partir da década de 30” (Oliven, 1996, p. 22).

Entretanto, se muito dessa historiografia “tradicional” e “positivista” revisitada por Oliven e Leite não acompanhou a reflexão freyreana e sua leitura de país por motivos óbvios, sendo anterior a ela, no caso do retrato do Paraná traçado em *Um Brasil diferente* temos uma busca de diálogo de um autor que se declara tributário daquele “renovador da sociologia brasileira”, afirmando ser “a sua lição que aprendi” (Martins, 1989 [1955], p. 5).

Conforme Wilson Martins anuncia já na introdução do livro, o projeto de sua obra é apresentar um Brasil alternativo ao país desenhado por Gilberto Freyre. Para ele, o Paraná, acompanhado de seus estados vizinhos do sul, não se encaixaria nos esquemas explicativos montados pelo pernambucano em suas interpretações da formação social brasileira:

Isso é muito importante assinalar pela tendência geralmente notada de se encararem os admiráveis estudos do sr. Gilberto Freyre, por exemplo, como refletindo a sociologia brasileira e servindo para todas as regiões do país. Nenhum engano maior. [...] notadamente quanto à influência cultural estrangeira de São Paulo para o sul. Falo em estados do sul por um arrojo talvez impensado de generalização, porque os estudos que iniciei se referem exclusivamente ao Paraná. Mas não há dúvida que, afora pequenas modificações de índole local, as conclusões encontradas no Paraná serviriam para São Paulo, para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul (1946, p. 4-5).

Entre os elementos de conexão dessas diferentes experiências de formação social e étnica ocorridas no sul do país, certamente deveriam ser considerados fatores históricos como “a presença do imigrante” e a “inexistência da escravidão” (Martins, 1989 [1955], p. 5), que, tomados em conjunto, distinguem o *todo* brasileiro de sua(s) *parte(s)* sulina(s):

Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravidão o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo (Martins, 1989 [1955], p. 128).

Podemos identificar no estado do Paraná um processo muito semelhante, portanto, às aquelas realidades regionais estudadas por Ruben Oliven e Ilka Boaventura Leite. Se o antropólogo gaúcho notou que a (auto)identificação de seus conterrâneos costuma passar pelos contrastes do estado com o país, entre *a parte e o todo*, em que (a)firmar “a distinção entre o Rio Grande do Sul e o Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado” (Oliven, 1992, p. 108), a mesma identidade *diferente* pode ser notada no Paraná.

As imaginadas e acreditadas singularidades da terra e da gente local motiva(ram), também no Paraná, a distinção do estado em relação ao país. David Carneiro é um exemplo dessas convicções sobre as desigualdades entre *a parte e o todo*. Falava com muito orgulho, por exemplo, da natureza “de clima ameno” de sua cidade, que destoava bastante num país (re)conhecido pelo “litoral de clima tropical e quente” (Carneiro, 1944a, p. 37).

Orgulhava-se muito, também, da “grande superioridade” de seus habitantes, já que “a massa da sua população [é] quasi absolutamente isenta de mistura, sobretudo negra” (Carneiro, 1944a, p. 82, 69). Assim como ocorrido na elaboração historiográfica gaúcha e catarinenense revisitadas por Ruben Oliven e Ilka Leite, as motivações históricas dessa especificidade paranaense estariam associadas à pouca expressividade da escravidão local:

É verdade, porém, que o Paraná possuía tão poucos escravos, que, praticamente, na massa da população, seus descendentes não são notados. Não constitui isso sinal de deficiência, sinão de grande superioridade, como o futuro (que eu não verei) ha de atestar (Carneiro, 1944a, p. 82).

Esse clima alegadamente ameno e essa gente supostamente branca compunham uma espécie de *binômio civilizador* que marcou a reflexão de vários pensadores (do futuro)

do Paraná na primeira metade do novecentos, incluídos aí nomes como os de Romário Martins, Nestor Victor, Wilson Martins, Temístocles Linhares e o próprio David Carneiro.

Sustentados na ideia de que o estado era uma *parte* do país que guardava diferenças em relação ao *todo* nacional, todos esses *paranistas* projetavam fixar um contraponto às interpretações mais pessimistas sobre os rumos do processo civilizatório em solo brasileiro.

Para eles, o Paraná era moderno e desenvolvido, ou estava em condições de se fazer menos atrasado – era uma *Terra do Futuro*, segundo a imagem consagrada por Nestor Victor (1868-1932) no início do novecentos (1996 [1913]) –, justamente porque nele havia uma gente menos negra, vivendo e trabalhando numa terra de condições menos tropicais.

Era um ambiente, portanto, com potencial de progresso num país em que as elites que estavam pensando e discutindo os rumos do Brasil alimentavam perspectivas bastante sombrias de futuro, não raramente baseadas na “idéia da inviabilidade do país como nação, por qualquer tipo de fatalismo baseado na raça ou no clima” (Lima, 1999, p. 108):

É da época da República Velha (1889-1930) a tendência de intelectuais pensarem o Brasil e discutirem a viabilidade de haver uma civilização nos trópicos. Dois seriam os obstáculos a esse projeto: raça e clima. Intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Arthur Ramos [...] eram profundamente pessimistas (Oliveira, 2010, p. 415).

Essas afirmações da branquidão paranaense tinham como ambiente um debate intelectual que vinha sendo alimentado no país inteiro desde pelo menos o final do século dezenove, quando da extinção da escravidão negra e do fim do período monárquico, no biênio 1888-1889. Elas dialogavam muito de perto não só com interpretações da formação histórica e social brasileira, mas também com projeções de futuro para a nação, discutindo então o papel desempenhado pelo fator *raça* nesse passado e, também, em seus destinos.

Esse debate combinava *diagnósticos* sobre a composição populacional do país, tanto no passado quanto no presente, com *prognósticos* e perspectivas de futuro. Segundo Schwarcz (1987), porque o “fator ‘raça’ era então entendido como um tipo de influência vital no ‘potencial civilizatório’ de uma nação”, a histórica presença negra no Brasil era tomada como um verdadeiro problema nacional, “na medida em que se considerava que sua herança étnica poderia in[ter]ferir negativamente nos destinos do nosso povo” (p. 23).

Ao afirmar um passado sem escravos (negros) e com imigrantes (brancos), tudo se passava como se a intelectualidade e a sociedade paranaenses pudessem ficar menos preocupadas em relação a um aspecto que incomodava muitos dos pensadores do presente e do futuro da nação, a questão dos “africanos e mestiços [que] passavam a ser entendidos

como obstáculos para que o país atingisse o esplendor da civilização, como uma barreira para a formação de uma verdadeira identidade nacional” (Schwarcz, 1993, p. 240).

Caracterizar o Paraná como sendo um lugar *branco*, povoado basicamente por uma gente europeia, enquadrava-o nos projetos de civilização brasileiros, demonstrando assim uma experiência de concretização de uma série de teorizações, particularmente o horizonte ambicionado nas “especulações sobre as possibilidades de branqueamento da população por meio da imigração para chegar a um ‘tipo’ brasileiro” (Seyferth, 2000, p. 88).

Desenhava-se, então, um retrato *atualizado* de projeções feitas desde o início dos anos novecentos, como as de “João B. de Lacerda, antropólogo do Museu Nacional, que visualizou a possibilidade do branqueamento fenotípico do brasileiro do futuro por meio de um processo seletivo de mistura racial num prazo de três gerações” (Seyferth, 2000, p. 90).

Segundo o trabalho apresentado pelo brasileiro no *I Congresso Internacional das Raças*, ocorrido em 1911, cem anos dessa miscigenação contínua separavam a nação de um futuro *branqueado*: “É lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”. Esses cem anos separavam o país, então, de se tornar uma nação viável: “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”.⁴

Batista de Lacerda foi acompanhado nesse congresso, ocorrido em Londres, do jovem antropólogo Roquette-Pinto (1884-1954), que o sucederia na condução do Museu Nacional. Foi na condição de representante institucional, aliás, que Roquette-Pinto presidiu em 1929 a realização do *I Congresso Brasileiro de Eugenia*. Na oportunidade, reforçaria as previsões branqueadoras do seu antecessor no “famoso Museu Nacional”, concluindo com base em projeções estatísticas que “em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio” (Schwarcz, 2012, p. 25, 26).

Especulações como estas foram encaradas na época com alguma contrariedade e reserva. A razão, porém, não era o fato de se prever o futuro. A causa do desconforto eram as perspectivas de prazo trabalhadas, recebidas “com muito pessimismo” (Schwarcz, 2012, p. 26), já que a “estimativa de um século era longa demais!” (Skidmore, 2012, p. 113).

Intelectuais influentes, como Sílvio Romero, também receberam com ressalvas os prognósticos de Batista de Lacerda. O motivo, porém, não era o pessimismo das previsões. Ao contrário, sua confiança e “superotimismo”: “Em sua *História da literatura brasileira* (1888), Romero calculara três ou quatro séculos para o processo de branqueamento. Agora

⁴ LACERDA, João Batista. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911. (Apud: Schwarcz, 2012, p. 25; Schwarcz, 1993, p. 11).

[num texto de 1913], porém, julgava que seriam necessários ‘uns seis ou oito [séculos], se não mais’, para a assimilação dos índios e negros” (Skidmore, 2012, p. 116-117).⁵

Reconstituído esse ambiente de esperança no branqueamento do país, embora um processo ainda pensado com grandes doses de incerteza e de reserva pessimista, podemos projetar ao cenário paranaense as constatações obtidas durante o trabalho de campo de Ilka Leite (1996) sobre a situação do estado vizinho de Santa Catarina. Em sua aproximação etnográfica, a antropóloga conseguiu observar as imagens que se fazem e refazem, desde há muito tempo, cotidiana e sistematicamente, do estado “como o ‘locus’ de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o ‘branqueamento’ do país” (p. 38). Essas (auto)imagens, por sua vez, baseiam concepções não só de diferença, mas também de desigualdade hierárquica. Tanto o discurso cotidiano quanto a literatura *científica* observados pela autora davam conta de Santa Catarina como um pedaço do país menos *atrasado* no processo de *evolução* porque formado de uma gente *branca*, que com sua “superioridade racial” impulsionou o “desenvolvimento e progresso” daquela região, fazendo dela “uma Europa incrustada no Brasil” (Leite, 1996, p. 38).

Os consideráveis índices de chegada ao sul do país de uma gente branca, europeus de várias origens que vieram continuamente ao Brasil desde o oitocentos, sustentaram a criação da ideia de uma experiência de realização do futuro *desenvolvido* que estava sendo cogitado em livros, ensaios e textos de periódicos, mas também nas políticas de governo, já que a “idéia da emigração como propulsora do progresso e da civilização está presente nos escritos de muitos pensadores sociais e imigrantistas” (Seyferth, 2008, p. 150).

No mesmo 1913 em que o *pessimista* Sílvio Romero projetava uma nação *branca* para um tempo bastante distante e incerto, o Paraná estava sendo anunciado como *A terra do futuro*, pois nela já se podia observar uma “nova sub-raça”, uma “população cujo fundo é constituído em muito pela corrente imigratória européia, principalmente polaca, alemã e italiana, que continua a encaminhar-se numerosa para lá” (Victor, 1996 [1913], p. 65).

Segundo uma forma de pensar menos inaceitável naqueles tempos, negar a gente e a cultura negras e afirmar a influência das imigrações brancas tinha a ver com apostar no futuro dessa terra e, também, com ter esperanças no sucesso de seu processo *civilizatório*.

Fazia-se isso ao se procurar contornar o que era então tomado como um obstáculo, a “mestiçagem existente no Brasil”, olhada por muita gente influente como “uma pista para

⁵ As citações foram retiradas de: ROMERO, Sílvio. “Prefácio” a Tito Lívio de Castro, *Questões e problemas* (São Paulo, 1913), p. xxiii-xxvii.

explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação” (Schwarcz, 1993, p. 13). É o caso, por exemplo, de alguns cientistas do oitocentos, já *observados* pela antropologia:

As personagens desta pesquisa são esses – hoje – obscuros “homens de ciência” que em finais do século XIX, e no interior dos estabelecimentos em que trabalhavam, tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista, e, utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação. Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado (Schwarcz, 1993, p. 18).

Muito por conta da autoridade intelectual emprestada pela “moradia segura da ciência determinista do século XIX”, alguns desses “modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil”, onde se firmaram como “uma espécie de jargão comum até os anos 30” (Schwarz, 1993, p. 65). Atualizando traços desses modelos, nosso personagem do paranismo buscava sustentar a credibilidade científica de suas observações e conclusões sobre a branquidão do Paraná tomando emprestadas descrições *etnográficas* de viajantes estrangeiros do oitocentos, como o famoso naturalista francês Saint-Hilaire:

Si ha alguma mistura de sangue, essa miscibilidade foi insignificante e realizada entre vermelhos e brancos. Saint Hilaire havia notado que em nenhuma parte do Brasil êle vira, (e isso em 1820) tantos brancos verdadeiramente brancos, como em Curitiba. Depois da visita do sábio francês a situação modificou-se para diminuir ainda mais a percentagem de mesclas que pudessem ter havido. Nós, paranaenses, na massa da população, somos brancos (Carneiro, 1944a, p. 55).

As descrições deixadas pelo “sábio francês” se tornaram uma rica fonte de imagens de diferença entre o estado do Paraná e o restante da nação, sendo por isso mesmo muito utilizadas pelos pensadores do paranismo em geral, e por David Carneiro em particular.

David Carneiro editou, aliás, a primeira tradução dos trechos dos diários de viagem de Saint-Hilaire correspondentes ao território paranaense, republicando-a no ano de 1938.⁶ Assumiu essa tarefa de uma maneira bastante entusiasmada, movida em grande medida pela identificação com várias das passagens deixadas por aquele olhar europeu sobre o mundo dos trópicos. Segundo seu próprio depoimento pessoal, conforme ia vertendo para a língua portuguesa as observações de viagem de Saint-Hilaire, “com que prazer eu o via dar as suas impressões espontaneamente de acordo com as minhas!” (Carneiro, 1938c, p. 6).

Modulando essa sintonia de ideias, certamente estavam os trechos em que Saint-Hilaire sustentava o “quanto o clima desta zona difere da do norte do Brasil” (1938, p. 17),

⁶ Na versão desta dissertação submetida a avaliação em 31 de julho de 2017 ainda tratava a edição de 1938 da tradução das viagens de Saint-Hilaire por David Carneiro como 1ª edição. Agradeço, porém, ao professor Luis Fernando Lopes Pereira, que na sua arguição durante sessão de defesa teve a gentileza de apresentar uma edição anterior pertencente à sua biblioteca particular. A publicação é de 1931, por João Baptista Groff.

ou então as passagens em que afirmava que essa região contava, na comparação com outras partes do país antes visitadas, com “mais homens realmente brancos” (1938, p. 19).

É de se sublinhar, aliás, a linha de continuidade que se estabeleceu entre a reflexão de boa parte dos pensadores sociais brasileiros de prestígio ao tempo do início da atividade intelectual de David Carneiro, entre os anos 1920 e 1930, e os retratos do país deixados por viajantes europeus do oitocentos. O eurocentrismo marcante destes forneceu subsídios para o descrédito presente em certas interpretações daqueles intelectuais, *nativos* do Brasil.

Esse etnocentrismo de origem encorpou bastante, ao longo do tempo, em leituras bem pouco otimistas do país, como no *Retrato do Brasil* - Ensaio sobre a tristeza brasileira, de 1928, do paulista Paulo Prado. Para Margareth Rago, esse ensaio mobilizava questões bastante caras ao segmento mais pessimista da reflexão social brasileira, que podia utilizar como sustentação às suas críticas a antiga ciência europeia sobre o mundo dos trópicos:

Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma “*psyché* racial” que nos predeterminaria ao fracasso. Em seu ensaio, os viajantes do século XIX são invocados para reforçarem esta visão pessimista (Rago, 1998, p. 182, grifado no original).

Em David Carneiro, ao contrário, essa apropriação da literatura de viagem do século XIX é operada com uma perspectiva bastante otimista. Ao invés de temores quanto a uma “*psyché* racial” ditada pela africanidade do país, os estudos do paranista sobre a *psicologia* paranaense não disfarçavam a grande ambição quanto às possibilidades “de que aqui constituíamos uma nação com tôdas as grandes características das pátrias grandes”, sustentada em “suas futuras, imprevisíveis grandesas” (Carneiro, 1944a, p. 83, 84).

Para a realização desse porvir grandioso como uma (parte da) nação, certamente seria figura central o “futuro paranaense – o verdadeiro brasileiro branco”, um tipo humano perfeitamente imaginável mesmo não “sendo profeta, mas com os dados que a situação social me proporciona, no presente, para uma previsão possível” (Carneiro, 1944a, p. 84).

Nêsse campo, pois, não nos devemos entristecer, antes nos orgulhar pelo que somos e pelo que temos sido, dentro deste Brasil enorme, em que, como numa retorta social imensa, estão postos empiricamente vários elementos, puros ou compostos, esperando-se que o conflito químico-sociológico acabe, as ações e reações se extingam para verificação final. Não duvido, jamais duvidei do papel imenso que, então, o Paraná e os paranaenses, raça pura branca, ou levemente mestiçada de vermelhos e poucos negros, com proveito e glória ha de representar no Brasil e para êle (Carneiro, 1944a, p. 100).

Essa passagem recheada de termos emprestados das ciências naturais, abordando “reações” *químicas* entre “elementos” humanos “puros ou compostos”, sendo misturados “empiricamente” numa “retorta social imensa”, de onde sairia uma “raça pura branca”, nos

revela muito sobre a orientação intelectual de nosso personagem. De formação cientificista ligada ao positivismo ortodoxo, tomando Augusto Comte como “o Mestre”, que “nos foi guía” (Carneiro, 1939, p. 10, 5), ele pensava assim em pleno século vinte, mas poderia muito bem ser um homem do final do oitocentos refletindo sobre o social. Decompondo a “evolução humana” com objetivo de “estabelecer as leis naturais que a regulam” (Carneiro, 1943a, p. 131) e, então, aplicando ao mundo “químico-sociológico” essas *leis* da natureza.

Certamente estavam presentes na cabeça de David Carneiro, portanto, as imagens de um imenso “laboratório racial brasileiro”. Essa ideia, segundo Lilia Schwarcz, marcou bastante o pensamento nacional sobre o tema, na medida em que muitos de seus expoentes estavam bastante abertos e receptivos a “teóricos do darwinismo racial”, que, “vinculados e legitimados pela biologia”, acabaram fazendo “dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores da moralidade e do devir dos povos” (2012, p. 20).

Dois dos pilares dessa maneira darwinista e biologizante de classificar as gentes do mundo eram a “associação entre cor de pele e capacidade de progresso” e o preconceito “que afirmava a superioridade do homem branco ocidental civilizado”, levando ao raciocínio fácil, e pseudocientífico, de que “o progresso e a civilização são ditados por leis naturais (o que supõe a supremacia dos brancos europeus)” (Seyferth, 2007b, p. 115, 113).

Uma das conclusões mais óbvias desse tipo de compreensão, organizada em torno da existência de uma “luta de raças” biológica, em que o resultado natural seria a “sobrevivência dos mais aptos” (Seyferth, 2007b, p. 112), é que o futuro da humanidade seria branco porque o processo global de *civilização* vinha sendo conduzido pelos homens brancos oriundos da Europa. Restava, então, às culturas consideradas primitivas e aos seus respectivos portadores, caso dos negros africanos, um destino comum. O desaparecimento.

Conforme observado pelo antropólogo Andreas Hofbauer, essa ideia da extinção progressiva do *não branco* era um dos princípios organizadores da tese do branqueamento. Na cabeça de João Batista de Lacerda, por exemplo, o “desaparecimento do negro era visto como uma consequência ‘lógica’, como uma questão de tempo” (Hofbauer, 2007, p. 159).

Não se pode negar que esse pensamento de bases racistas, que inferiorizava os *não brancos* como menos capazes de acompanhar o processo de *civilização*, saiu esvaziado da onda de reflexão culturalista protagonizada, no Brasil, por Gilberto Freyre e seu grande sucesso, *Casa grande & senzala*, de 1933. Como é sabido, Freyre conheceu nos Estados Unidos o antropólogo cultural Franz Boas, que, “crítico contundente do determinismo racial” (Seyferth, 2008, p. 155), se destacou justamente porque “relativizava a importância

da raça para a compreensão dos grupos humanos”, sublinhando, “em contrapartida, a relevância do ambiente, da história e sobretudo da cultura” (Schwarcz, 2012, p. 124).

Um dos saldos mais expressivos dessa reflexão antropológica, em termos do nosso pensamento social brasileiro, foi a disseminação da ideia-chave de que “as transformações sociais não coincidem com as alterações de tipo racial” (Seyferth, 2007b, p. 109). Baseado nessas premissas renovadas, a interpretação freyreana consagrou uma nova visada sobre a questão racial no país e sobre as influências culturais não europeias em seu processo de formação histórica e social. Era uma experiência (diferente) de *nação* moderna, com um lugar no mundo *civilizado*, virando “de pernas para o ar a afirmação de que várias gerações de miscigenação haviam causado um dano irreparável ao país” (Skidmore, 2012, p. 267).

Desde então, a figura do brasileiro mestiço passou a ser “cada vez mais reconhecida como um ícone nacional”, muito embora, como nos adverte Schwartz, o lugar do negro se limite muitas vezes ao universo simbólico, desarticulado de uma não discriminação na esfera cotidiana, pois, em nossa sociedade, a questão da “raça” tem sido “pautada por duas atitudes paralelas e simétricas: a exclusão social e a assimilação cultural” (2012, p. 115).

Apesar do esvaziamento do discurso racista e da consagração do mestiço como homem símbolo do país, as versões *paranistas* sobre as dessemelhanças entre o todo *negro* e a parte *branca* não foram revertidas, mas, isto sim, reavivadas sob novos conceitos.

Como já vimos, na obra *Um Brasil diferente* uma série de argumentos tradicionais e raciais de cientificidade bastante questionada nos anos 1950, dando conta da existência de um sul do país menos *atrasado* no processo de *evolução* brasileiro porque formado de muito mais gente branca, foram reinventados com um vocabulário sociológico atualizado, de fortes tintas culturalistas, que buscava compreender, por exemplo, a “influência étnica” do homem europeu no curso da “civilização paranaense” (Martins, 1989 [1955], p. 62).

Na medida em que, para Wilson Martins (1989 [1955]), era possível constatar que foram os “estrangeiros que, em geral, introduzi[r]am no meio ainda atrasado da província certas novidades industriais” (p. 337), competia a uma boa visada sociológica relacionar esse fenômeno observável com a “inclinação urbanizadora da imigração de todas as nacionalidades” (p. 62). Concluía, então, que essas influências ajudaram a criar um cenário de vantagem sobre a realidade social baseada no trabalhador “nacional, que leva, às vezes, um ‘atraso secular’, do ponto de vista da cultura, [e] acaba ficando para trás” (p. 80).

Conforme a sociologia de Oliveira (2009b), Wilson Martins atribuía ao imigrante seu “critério de corte” e de separação dos estados mais meridionais do país (São Paulo, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul). Nesse ator social aqui chegado “residia a

diferença” da região para “o ‘resto’ do Brasil”, formando assim “pelos menos, duas ‘zonas de colonização’: uma nacional e outra de ‘predominância estrangeira’” (2009b, p. 26).

Apesar de dar um peso considerável à cultura transmitida pelos grupos formadores do estado, mostrando-se assim bastante sintonizado às reflexões da época, seu olhar sobre os paranaenses parecia ainda trazer um certo anacronismo que costumou marcar os textos de vários outros intérpretes sociais da época, que faziam “uso das palavras *étnico* e *etnia* como simples substituições da palavra raça” (Seyferth, 2008, p. 166, grifado no original).

Em Wilson Martins, tudo se passava como se o eixo da desigualdade se deslocasse, de fato, do biológico para o cultural. O mundo, porém, continuava dividido entre brancos e negros, ou povos da Europa e povos da África. Uns deles, símbolos maiores da civilização, da indústria, da urbanização e das “novidades”. Aos outros, a carga negativa do “atraso”.

Nesse sentido, aliás, o discípulo parecia seguir os passos da sua fonte de inspiração intelectual. Gilberto Freyre, segundo a leitura de Hofbauer, também se caracterizou como um discípulo que “não tenha cumprido sua própria proposta metodológica de seguir Boas, ou seja, de deixar de lado hierarquizações raciais/culturais e de diferenciar claramente entre âmbito biológico e âmbito simbólico” (2007, p. 167), organizando sua análise do país sobre conceitos e termos como “‘raças chamadas superiores’, ‘raças chamadas inferiores’, mas também de ‘culturas adiantadas’, ‘povos atrasados’, etc.” (Hofbauer, 2007, p. 167).

Tanto em Gilberto Freyre quanto no pensamento racial brasileiro que o precedeu, ou tanto na *ciência* social paranista de David Carneiro quanto no culturalismo de Wilson Martins, seguiam muito presentes, portanto, as premissas da desigualdade e das hierarquias humanas. Fossem elas justificadas pelas vantagens da biologia ou da cultura (europeias).

- - - - -

Essa continuidade, ao longo de anos e anos, de um raciocínio contrastivo, distinguidor da *parte e o todo* – tomados como elementos desiguais em termos raciais e/ou étnicos –, tem feito com que tanto David Carneiro quanto Wilson Martins sejam agrupados como *paranistas* por uma série de análises de fundamentação sociológica e historiográfica.

Wilson Martins, por exemplo, já foi identificado pelo sociólogo Márcio de Oliveira como sendo um representante do paranismo. O motivo dessa classificação é a constatação, sem dúvida acertada, de que o responsável por *Um Brasil diferente* fundamentava sua imagem do Paraná contrastando-o ao *todo* brasileiro, exatamente como fazia a figura-chave do movimento, o paranista Romário Martins. Vejamos, então, sua linha de argumentação:

Neste período [décadas de 1940 e 1950], em Curitiba, dois grupos disputam o legado do *paranismo*. De um lado, Wilson Martins e Temístocles Linhares,

dentre outros, que são objeto desta análise. De outro, o grupo herdeiro do espólio deixado por Romário Martins, representado pela figura de Walfrido Pilotto. Ambos os grupos podem ser considerados paranistas muito embora o primeiro grupo (ligado à revista *Joaquim*) não reconhecesse nenhum valor literário no movimento. Não obstante, tanto um quanto o outro grupo buscava em termos sociais, e isso desde o final dos anos 1930, ‘construir a identidade paranaense não por sua similaridade ao nacional, mas pelo que tem de peculiar [...]’ (BEGA, 2006)” (Oliveira, 2009b, p. 25, grifado no original).

Outra reflexão sociológica que posiciona Wilson Martins junto ao grupo paranista é o trabalho de Luis Fernando Lopes Pereira (1998). Nesse livro, bibliografia incontornável sobre o assunto, o historiador afirma que um texto de Wilson Martins redigido *a posteriori*, já nos anos 1990, tratava-se de uma espécie de “defesa ‘paranista’”, isso muito “embora ele mesmo tente se enquadrar no rol dos ‘anti-paranistas’” (Pereira, 1998, p. 8, 9-10).

A razão dessa adjetivação era o fato de o responsável por *Um Brasil diferente* ter fundamentado sua linha de argumentação na ideia-mestra da excepcionalidade do estado no contexto brasileiro. Para Martins, o Paraná “era visto como exceção pelo resto do país e sentia-se a si mesmo como exceção segundo os parâmetros aceitos da nacionalidade”.⁷

É importante observar que ambos os autores não dão maior importância à identificação que Wilson Martins fazia de si mesmo como um membro integrado ao grupo dos antiparanistas, de críticos que denunciavam o “nenhum valor literário” do paranismo.

Para embaralhar ainda mais as coisas, descobrimos que, durante as investigações sobre a suspeita de incentivo ao regionalismo, o “paranista” David Carneiro se defendeu da acusação admitindo que a motivação de seus textos de crítica generalizada aos *adventícios* de outros estados fora dirigida a um *advena* em particular. Queria externar “seu sentimento de revolta e de desapreço” (Carneiro, 1943b) contra um artigo redigido pelo paulista... Wilson Martins!, e publicado no jornal curitibano *O Dia* de 19 de setembro de 1943.

Sua *História psicológica do Paraná*, por sua vez, e segundo o próprio autor admite, se dirigia a reverter os desconhecimentos sobre o perfil comportamental, as realizações culturais e a trajetória histórica paranaenses, a exemplo do que fizera “em fins de setembro de 1943 um crítico, tão incompetente quanto ignorante” (Carneiro, 1944a, p. 112).

Em princípio, meu olhar só via o empenho desses autores, fosse um David Carneiro ou um Wilson Martins, na construção sociológica de um cenário populacional que caracterizasse um Paraná *branco*, contrastado a um possível Paraná *negro* como o Brasil.

Contudo, a realidade desse confronto aberto entre as visões (de Paraná) alimentadas por Wilson Martins e David Carneiro me fez revisar minhas chaves de leitura. Fez com que

⁷ MARTINS, Wilson. “Um Brasil diferente”. Caderno de Letras, *Folha de São Paulo*, 8 de dezembro de 1990. p. 4. (Apud: Pereira, 1998, p. 9).

me sentisse, guardadas as devidas diferenças, como o Marcel Mauss narrado por Dumont, ou seja, o cientista do social diante do “fato que obriga o observador, se o observador é Mauss, a transcender as categorias através das quais se aproxima daquele” (1985, p. 192).

Acontece que não estava em jogo só a consagração da imagem de uma “região” formada basicamente por imigrantes e descendentes de europeus brancos, versão diferente ou alternativa ao Brasil “nação” formado por inúmeros descendentes de negros africanos.

Argumentaremos que o (multifacetado) grupo dos teorizadores do Paraná *branco* abrigava segmentações, por assim dizer, de fundo étnico, que não só dividiam Wilson Martins e David Carneiro, mas que aproximava a posição deste último do “nacionalismo étnico” que se propagandeou pelo país naqueles anos 1930 e 40 (Seyferth, 2007a, p. 276).

Podemos sugerir, inclusive, que os preconceitos contra a *raça* ou a *cultura* negras, não disfarçados no orgulho da presença do *sangue* e das *etnias* brancas no solo paranaense, era um dos raríssimos pontos de acordo entre esses dois intérpretes da formação regional.

Essas diferenças de posicionamento geraram e alimentaram, segundo as memórias de Wilson Martins (2005), “até animosidades pessoais”, que contra “mim, em particular, era conhecidíssimo”, como a de David Carneiro, já que “esse até era violento” (p. 209).

Hoje penso que estive diante, então, de uma situação algo similar àquelas citadas na defesa que Marisa Peirano fez “a favor da etnografia”. Ou seja, situações sociais em que a escala de análise reduzida pode demonstrar os rendimentos, em termos do objetivo de compreender uma determinada realidade social, alcançáveis pelo “aspecto microscópico e artesanal da pesquisa antropológica”, já que esse “objetivo talvez se alcance melhor e mais facilmente na experiência limitada de alguns casos reveladores” (Peirano, 1992, p. 214).

Desde uma visada sociológica panorâmica, menos “limitada” e “microscópica”, não só os *regionalismos* de Romário Martins, David Carneiro e de Wilson Martins acabam se confundindo e se aparentando – na medida em que todos partiam do programa muito pouco *nacionalista* de promover os desencaixes entre a *parte* branca e o *todo* não-branco –, mas a própria orientação *nacionalista* dos pensadores ligados ao paranismo acaba nos parecendo bastante inconsistente, quando na realidade havia uma grande coerência por trás disso tudo.

Penso que não se tratava, absolutamente, de mero recurso retórico – descolado das quase sempre contraditórias práticas do cotidiano –, declarações como a de David Carneiro ao sustentar a comunhão possível entre “brasilidade e paranismo, porque este sentimento não se separa daquele, para os que nascem na terra das araúcarias!...” (1944a, p. 107).

Nesse sentido, aliás, os paranistas não somente se declaravam patrióticos, mas eram recriminados por conta disso por alguns de seus adversários, uma convergência de opinião

que nos diz bastante sobre o seu comportamento e o perfil da sua atuação cotidiana. Wilson Martins, por exemplo, criticava os paranistas porque via neles “hostilidade nacionalista” e “nativismo”, bastante perceptíveis na figura de “Romário Martins, cuja má vontade com relação ao vulto da influência estrangeira é conhecida” (1989 [1955], p. 111, 112, 125).

Se estivermos corretos em nossa sugestão de interpretação, essa divisão do grupo dos teorizadores *paranistas* da *parte* descolada do *todo* negro tratava-se, em grau considerável, de uma segmentação nas disputas por prestígio e pela consagração de uma identidade regional *branca*. Embate que, com forte mobilização de componentes étnicos, colocava em choque duas matrizes de interpretação do processo de *civilização* no Paraná.

Uma dessas tradições defendia haver um núcleo imigrante nas origens da formação histórica, social e étnica do estado do Paraná, processo realizado, e mesmo iniciado, basicamente por “*colonos do norte europeu*” (Martins, 1946, p. 2, grifado no original), como sustentava o antiparanista Wilson Martins desde pelo menos 1946. Antes disso, segundo essa tradição sociológica, “o vazio era absoluto” (Martins, 1989 [1955], p. 64).

Também havia aqueles que, como David Carneiro estava fazendo quase na mesma época, destacavam a existência de uma história (e de um patrimônio, portanto) anterior às imigrações “extra-íberas, brancas, vindas posteriormente” (1944a, p. 23). Às teses do vazio preenchido pelos brancos chegados ao país só depois de encerrada a fase colonial de nossa história, em 1822 – como os *não ibéricos*, ou *europeus do norte*, alemães e italianos, que vieram sistematicamente ao país de 1824 em diante –, pensadores do Paraná como David Carneiro (1944a) respondiam acrescentando um componente étnico à ideia racista de que “na massa da população, somos brancos”, já que no interior desse grupo racial havia um subgrupo étnico, o dos “curitibanos primitivos, os de antes das colonizações nórdicas, os de sangue anterior às mesclas”, que “descendemos diretamente dos portugueses” (p. 55).

Observando, por outro lado, a *microscópica* relação do “último dos paranistas” com Rodrigo Melo Franco – o que, segundo a etnografia de Santos sobre a “Academia Sphan”, significa o mesmo que dizer “o SPHAN” naquela época (1996, p. 81) –, e sondando de maneira praticamente *artesanal* os critérios de patrimonialização utilizados por ambos, veremos que o “regional” e o “nacional” se casavam em torno de um projeto bastante caro a ambos. Qual seja, a batalha pela valor(iz)ação e preservação do patrimônio cultural (e étnico) dos nossos ancestrais, do nosso (ante)passado remoto – colonial e luso-brasileiro –, ainda espalhado por todo território nacional. Incluindo, óbvio, a *parte* paranaense do *todo*.

Como procuraremos demonstrar neste trabalho, se Wilson Martins baseou seus estudos da formação social paranaense sobre princípios muito próximos àquela linha(gem)

imigrantista já observada na historiografia dos vizinhos catarinenses, imaginando um *vazio* de gente anterior às imigrações, David Carneiro seguiu uma orientação muito diversa. Divergente, aliás. Para o paranista, a história e o patrimônio do estado remetiam a muito antes da vinda desses *estrangeiros*, além de retratarem as influências culturais e étnicas de outras gentes que não alemães, italianos ou poloneses. De quem? Dos (luso-)brasileiros.

Em razão desses movimentos de segmentação no interior do grupo dos chamados *paranistas* – que juntava teorizadores “regionalistas” das distinções entre *a parte e o todo*, mas que também tinha na afinidade com o “nacionalismo” um motivo para se dividirem –, segmentações que em larga medida passavam pela questão do reconhecimento das *etnias* formadoras do Paraná, nossa estratégia de pesquisa foi buscada nas sugestões de Fredrik Barth sobre os processos sociais de etnicização. Qual seja, tentar seguir a movimentação desses a(u)tores, mantendo no horizonte o levar a sério suas formas de (auto)atribuição de identidades (étnicas): “Em primeiro lugar, enfatizamos o fato de que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores” (2000a, p. 27).

Tal princípio deve valer mesmo que essas categorias (nativas) conflitem com o que dizem (nossas) análises distanciadas, em tese menos *subjetivas*: “As características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças ‘objetivas’; são apenas aquelas que os próprios atores consideram significativas” (Barth, 2000a, p. 32).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos sugerir que mesmo que grande parte dos movimentos intelectuais de Romário Martins, de David Carneiro e de Wilson Martins se pautassem no mesmo princípio contrastivo entre *a parte e o todo*, a circunstância de o autor de *Um Brasil diferente* se declarar afastado do paranismo, e mesmo contrário a ele, está a nos indicar aspectos importantes. Aspectos que devem ser considerados em termos do pertencimento (étnico) alimentado tanto pelos paranistas quanto pelos antiparanistas:

Apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se importantes para diagnosticar o pertencimento, e não as diferenças explícitas e “objetivas” que são geradas a partir de outros fatores. Não importa quão diferentes sejam os membros em termos de seu comportamento manifesto: se eles dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B. Em outras palavras, declaram sua adesão à cultura compartilhada por A. Os efeitos disso, comparados com outros fatores que influenciam o comportamento efetivo, podem então ser tomados como objeto para investigação (Barth, 2000a, p. 33).

Não há dúvida de que, *objetivamente* falando, David Carneiro foi um dos responsáveis pela imagem de um Paraná *diferente* do Brasil. Ao mesmo tempo, porém, devemos sublinhar que suas convicções sobre a formação social do estado combinavam muito pouco com as de Wilson Martins e seu *Brasil diferente*. David Carneiro não se via

como cúmplice das teses consagradas por Wilson Martins. Da mesma maneira, Wilson Martins não enxergava em David Carneiro um companheiro de concepções sobre o Paraná.

Como nos lembra Barth, “nada indica que exista uma situação em que duas pessoas coincidam plenamente na interpretação de um dado evento” (2000b, p. 171). Apesar disso, ao invés de cedermos para um maior “naturalismo” os nossos entendimentos de “sociedade” seguimos lidando com um “conceito de sociedade englobante [que] funciona para *estabelecer* um quadro de referência (*frame*) para os nossos objetos de estudo, como se eles necessariamente tivessem de fazer parte desse tipo de todo mais amplo e abrangente” (Barth, 2000b, p. 168-169, grifado no original). Deveríamos (re)considerar, então, que com alguma frequência “o conceito de ‘sociedade’ – assim como o de ‘cultura’ – serve para homogeneizar e substancializar a nossa concepção do social” (2000b, p. 171).

Seguindo essa linha de raciocínio, não tivemos uma *sociedade* ou uma *cultura* “paranistas” na Curitiba de David Carneiro. Mesmo se nos ativermos apenas ao cenário de grande mobilização do chamado “movimento paranista”, agrupado ao final dos anos 1920. O que tivemos naquela época foram, isto sim, (anti)paranismos. Expressões regionalistas que, justamente por sua dinâmica e não-substancialidade, podiam conversar em maior ou menor grau, ou mesmo não dialogar, com as retóricas nacionalistas do momento, inclusive com as políticas centralizadoras do governo Vargas e seus *braços* (incluído neles o Sphan).

David Carneiro não foi, então, um regionalista, simplesmente. Ele foi um certo tipo de paranista, que fez parte de uma rede de pessoas mais ampla – o movimento paranista –, fundada em uma “relação social [que] pressupõe apenas um certo grau de convergência a respeito de teorias passageiras entre os indivíduos em interação” (Barth, 2000b, p. 171).

Assim, para melhor compreendermos o regionalismo do *último dos paranistas* seria altamente recomendável, segundo a proposta de Barth, lançar mão de um “procedimento de descoberta”, que deve necessariamente “começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes – seguir os volteios” (2000b, p. 178).

Um dos bons rendimentos dessa opção teórico-metodológica é a possibilidade de nos permitir formular com “maior naturalismo” a “conceptualização” dessa “sociedade” *paranista* – considerando, inclusive, seus eventuais componentes menos regionalistas –, para, conforme igualmente proposto por Barth, conseguirmos fugir assim do “modelo de uma sociedade englobante organizando uma forma de vida compartilhada” (2000b, p. 182).

Essa perseguição aos volteios realizados durante a trajetória de David Carneiro nos levou a um nome, com quem nosso personagem parece ter se esforçado por manter uma estreita ligação. Não só intelectual, mas também pessoal. Refiro-me a Romário Martins.



Imagem 1 - Ao centro, David Carneiro (de branco) e Romário Martins, homenageado pelo seu 73º aniversário, em dezembro de 1947. Fontes: Casa da Memória, da Fundação Cultural de Curitiba (NG4596), e Arquivo Público do Paraná (O Dia, 1947).

Identificada essa conexão, fomos atrás da documentação privada do fundador do *Centro Paranista* em 1927, hoje em dia integrada ao acervo do Arquivo Público do Paraná. São 17 caixas de fontes diversas, como livros e recortes de jornal, dezenas de manuscritos e textos datilografados, revistas inteiras e páginas recortadas, cartas, bilhetes etc. Algumas dessas fontes, além de nos permitirem compreender melhor o que era o paranismo, dão conta das relações estabelecidas entre seu grande mentor e o seguidor David Carneiro.

Nas fontes desse contato privilegiado do nosso informante (privilegiado) soubemos que David Carneiro somava à admiração pelo autor da “melhor história do Paraná que possuímos” (1944a, p. 149) uma série de expressões de afeto e amizade. Como presentear novos livros seus junto a bilhetes escritos à mão, em que transmitia um “abraço apertado” ao “querido amigo”, a quem reconhecia estar “obrigado por tudo” (Carneiro, 1938d).

Seguindo as indicações deixadas por Barth (2000a), procuraremos explorar nas relações mantidas entre *antiparanistas* como Wilson Martins e *paranistas* como Romário Martins e seu discípulo David Carneiro, uma das fontes sociais “gerativas” das concepções intelectuais desses homens sobre a identidade cultural e étnica da sociedade paranaense.

Seguiremos as pistas das relações de aliança e de desavença mantidas entre esses grupos em lugares de solidariedade de pessoas e de ideias, caso da revista *Ilustração Paranaense*, cujas edições circularam sistematicamente entre 1927 e 1930, e ainda em 1933, simbolizando o momento em que “o Movimento Paranista vivenciou seu auge”, já que nela “seus ideais estavam organizados e institucionalizados” (Salturi, 2009, p. 14).

Essa revista, cuja coleção foi consultada junto à Biblioteca Romário Martins do Museu Paranaense e à biblioteca da Superintendência do Iphan no Paraná,⁸ trata-se de um lugar privilegiado para se compreender o que foi o movimento paranista, já tendo sido pesquisada, sistematicamente ou não, por uma série de interessados no tema (Pereira, 1998; Dudeque, 2001; Peters, 2005; Camargo, 2007, 2013; Salturi, 2007, 2009, 2011).

Outra fonte de informações sobre a rede paranista integrada por nosso personagem e sobre suas atividades é *A Divulgação*, revista que começou a circular em 1947 a fim de, segundo ele, “enche[r] o claro deixado pela ‘ILUSTRAÇÃO PARANAENSE’” (Carneiro, 1947b, p. 52). Os exemplares dessa revista, cuja existência conhecemos através das indicações de outra perseguidora das *pegadas* biográficas e intelectuais de David Carneiro (Machado, 2012), foram consultados junto ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

A consulta a essas revistas nos permitiu observar que em 1928, mesmo ainda moço e recém-formado, David Carneiro já estava integrado ao grupo paranista e ao principal veículo de articulação e exposição pública de seus pensadores e ideias. Naquele ano, a *Ilustração Paranaense* exibia um artigo seu sobre “O estylo colonial no Brasil” (Carneiro Filho, 1928a), em que demonstrava sua sintonia com as ideias que guiariam, anos mais tarde, a atuação do Serviço do Patrimônio. Em 1930, por sua vez, já começava a externar seu grande interesse sobre “O cerco da Lapa em 1893” (Carneiro, 1930), um tema que, como já adiantamos, foi bastante explorado em seu período de colaboração com o Sphan.

Seu pensamento sobre o Cerco da Lapa e sobre o incipiente campo do *patrimônio histórico e artístico* pôde ser encontrado, também, em alguns dos inúmeros textos que fez circular ao longo da sua “produção extensa e de grande fôlego” (Cordova, 2009, p. 76).

Museus, de 1929, livro depois reeditado numa versão ampliada (Carneiro, 1931), e o *Catálogo Museu Coronel David Carneiro* (1940), por exemplo, são alguns dos resultados da sua carreira de *museólogo* colecionador de materiais representativos do passado e da memória histórica, sendo o último livro, inclusive, uma edição patrocinada pelo Sphan.

Muito de sua lida e reflexão sobre o Cerco da Lapa, por sua vez, está espalhada pela sua já citada “extensa produção bibliográfica”, cuja quantidade deve levar ao cuidado de “não sermos soterrados pelas fontes”, conforme alerta outra seguidora de seus passos, (Machado, 2012, p. 17). Optamos, então, por sondar suas maneiras de pensar o tema nas suas obras mais reeditadas e conhecidas, como o antes referido *O Paraná na história militar do Brasil* (Carneiro, 1995 [1942]), e em livros e textos específicos sobre o assunto,

⁸ Este acervo conta com um volume encadernado que pertenceu a David Carneiro, reunindo edições dos primeiros anos da *Ilustração Paranaense*, do nº 1 de 1927 (novembro) ao nº 12 de 1928 (dezembro).

como a comunicação em seminário “Os dois máximos heróis da resistência da Lapa” (Carneiro, 1944c) e os seus dois livros de referência sobre a questão, *O cerco da Lapa e seus heróis* (Carneiro, 1934a) e *O Paraná e a Revolução Federalista* (Carneiro, 1944b).

Essa literatura dá conta de suas sugestões de tombamento de imóveis situados na cidade da Lapa, permitindo assim sondar os critérios de seleção utilizados, mas as demais indicações feitas por ele, de bens localizados em outras regiões, também podem ser mais bem compreendidas em textos de sua autoria. É o caso dos livros *O drama da Fazenda Fortaleza* (Carneiro, 1941a), sobre a casa rural de mesmo nome em Tibagi, e *A historia do incidente Cormoran* (Carneiro, 1950c), sobre a fortaleza da Ilha do Mel, em Paranaguá. O artigo “Colegio dos Jesuitas em Paranaguá” (1940), publicado na *Revista do Sphan*, dá conta do outro imóvel da cidade tombado pelo órgão por indicação de David Carneiro.

Outras pistas sobre os bens paranaenses sugeridos ao Sphan como tendo valor histórico puderam ser encontradas nas edições que David Carneiro lançou sobre narrativas de viagem ao antigo Paraná do oitocentos. Inclusive da época em que o estado não era nem província autônoma, mas sim uma comarca dependente de São Paulo, como é o caso da já referida tradução dos diários de viagem de Saint-Hilaire, em 1820 (Saint-Hilaire, 1938).

Outra tradução realizada por David Carneiro, desta feita da língua inglesa, foi *O Paraná em 1872* (Carneiro, 1942). Trabalho não muito conhecido sobre uma obra que só futuramente seria traduzida na íntegra, nele o paranista faz uma espécie de compilação comentada de alguns trechos do livro *Pioneering in south Brazil*, com as “impressões do eng. Thomaz P. Bigg-Wither publicadas em Londres”, até então não traduzidas no país:

Nunca eu ouvira falar em Bigg-Wither, Thomas P. Bigg-Whiter, o autor do precioso livro que agora comento. Nunca tivéra notícia, como disse atrás, dessa importante obra, e só porque é ecessivamente estensa para que se a traduza do inglês, apresento-a ao publico leitor da minha terra (como uma novidade – de 63 anos – mas novidade sempre) em pequenos comentarios e estratos (1942, p. 3).

Outra edição difícil de encontrar, que também localizamos disponível para consulta apenas no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, e também trazendo impressões de uma viagem ao estado na época, é o livro *D. Pedro II na província do Paraná - 1880* (Carneiro, [s.d.]). Conta um pouco das andanças do imperador pela província com dados tirados, principalmente, de notícias da época, recolhidas em jornais da Corte e da imprensa local.

Perseguir os volteios de David Carneiro nos levou também à *violenta* desavença com Wilson Martins. Este, como detalharemos, fazia parte de uma *sociedade* cuja *cultura* era de desafio não só ao *último dos paranistas*, mas ao grupo dos paranistas em geral. Incluídas aí lideranças respeitadas do movimento, como o “mestre” Romário Martins.

Já vimos que *História psicológica do Paraná*, por exemplo, trazia tintas carregadas do anseio de rebater o que aquele outro (anti)paranista, crítico *ignorante e incompetente*, sustentava em seus ensaios. Esse livro, aliás, representou uma tentativa de dar continuidade ao projeto abortado pela denúncia que o levou a ter de se explicar aos patriotas do Estado Novo. O conteúdo (regionalista) da obra, detalhava o autor numa seção de *Explicação*, foi “proibido, mais do que censurado”: “A presente série de estudos devia ter saído na imprensa de Curitiba [...] Os três primeiros artigos, porém, causaram tal escândalo e tão tremenda celeuma [...] que o quarto estudo já não pde mais sair” (Carneiro, 1944a, p. V).

Por conta desse caráter do livro, detalhando estudos tidos como “regionalistas” e ideias *paranistas* que conflitavam com outras teses (anti)paranistas, é que o mesmo será uma das fontes privilegiadas deste trabalho. Trata-se, além disso, sem dúvida alguma de uma de suas obras mais significativas, pois nela o “último dos paranistas” faz uma espécie de apanhado das ideias do movimento. Conforme Oliveira, “David Carneiro com o seu livro realiza o último e mais completo ato de uma forma de ‘paranismo’” (2001, p. 184).

Outro comentador destacou, numa obra chamada *Para compreender o Paraná*, editada pelo governo do estado, que o conhecimento produzido por David Carneiro “Talvez não seja uma ‘história’ psicológica do Paraná, como está no título dado ao volume, mas que é um penetrante retrato psicológico do paranaense típico não há a menor dúvida” (Puglielli, 1991, p. 15-16), na medida em que “soube radiografar as mais recônditas raízes do temperamento paranaense” e “penetrar na alma dos seus contemporâneos” (p. 16, 19).

História psicológica do Paraná é, decerto, o trabalho de cunho mais antropológico desse historiador diletante – ou, talvez, desse etnógrafo amador –, ocupado em fazer de seu livro um exercício de exploração dos contornos daquilo que entendia como sendo “a alma paranaense”. Um “estudo sociológico” sobre a *psicologia* da gente local, que trouxesse um “conjunto de observações e de análises” tratando de “todos os seus **profundos defeitos** e com tôdas as suas **enormes grandezas**” (Carneiro, 1944a, p. 3, 4, grifado no original):

Conversando com o velho e valoroso batalhador e polígrafo curitibano que é Euclides Bandeira, sobre o livro: “O Paraná na história militar do Brasil”, disse-me êle: “**Já agora não necessitamos sinão de uma psicologia do Paraná**”. Algo assim como existe para a Argentina nas páginas brilhantes e eternas do Facundo de Sarmiento, lembrei eu (Carneiro, 1944a, p. 3, grifado no original).

Um dos modelos do livro era, portanto, uma obra de 1845, realizada com o objetivo de estudar a Argentina para “alcançar um conhecimento adequado de sua própria realidade para assim poder definir sua identidade” (Sá, 2012, p. 28), fazendo da compreensão do

(ante)passado uma estratégia de “entendimento da realidade histórica em que vivia, empreendendo uma verdadeira viagem ao interior daquela nascente nação” (2012, p. 64).

Esse entender o seu grupo, feito “para que o Paraná se conhecesse a si mesmo, para que se visse como em espelho” (Carneiro, 1944a, p. 3), não era, entretanto, só um contar da identidade paranaense. Era, também, um narrar (antropológico) da alteridade, semelhante à *ciência* realizada por muitos dos já citados intérpretes do Brasil das primeiras décadas do novecentos, que tendiam a observar a gente brasileira de *fora*, num lugar de exterioridade: “Aproximo-os, nesse movimento, dos etnógrafos, em seu contato e observação do outro, portador de outra cultura e identificado com outras civilizações” (Lima, 1999, p. 92).

Seguindo uma linha de atuação muito semelhante à desses intelectuais e cientistas, David Carneiro compreendia sua interpretação social como algo feito a partir de um lugar de estranhamento, já que esse paranaense *outro*, ao contrário do observador *paranista*, dispunha de pouca consciência sobre si mesmo, sua ancestralidade e seu (ante)passado.

Sua *História psicológica do Paraná*, segundo a explicação do autor, tinha função “não só como verificação e experiência das observações realizadas, como especialmente para dar auto conhecimento coletivo à população que, em sua grande maioria, não se conhece, ignorando-lhe o passado dos ancestrais e eles próprios” (Carneiro, 1944a, p. V).

Outra fonte que dá conta da proposta de observar nosso informante *falando* sobre o *mundo* do paranismo é o processo judicial sofrido por David Carneiro, entre 1943 e 1944, que localizamos junto ao acervo documental do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro/RJ.

São pouco mais de 60 folhas, em que encontramos não só os trâmites burocráticos e investigativos do inquérito policial conduzido pelo governo estadual paranaense, mas também as movimentações ocorridas depois do encaminhamento dos resultados da investigação para julgamento federal pelo Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo. Encontramos nesse processo, também, o depoimento dos envolvidos – todos registrados em “autos de declarações” –, recortes do jornal *O Dia* com os 3 textos que iniciaram a polêmica e suas respectivas versões datilografadas, acrescidas dos originais do quarto ensaio, que não chegou a circular em função da confusão causada pelos primeiros. Nesses 3 recortes de jornal, encontramos sublinhados em vermelho os trechos com as implicações regionalistas mais evidentes e, também, as linhas mais ácidas nas críticas.

Esse processo inclui, também, outro recorte de jornal. O estopim da revolta, pessoal e intelectual, de David Carneiro: “Literatura do Paraná”, assinado por Wilson Martins.

Reconstituindo e contando os detalhes desta “situação social” de enfrentamento e de *controvérsia*, bem como os valores e ideias que entraram em disputa, pretendo utilizar

uma ferramenta teórico-metodológica já experimentada por Max Gluckman. O objetivo será entender melhor quem era o “paranista” David Carneiro e como ele (se) identificava coletivamente (em relação ao) seu grupo. Sondando aquilo que o incomodou nos textos de Wilson Martins, acessaremos o que ele pensava sobre o Paraná e, também, sobre o Brasil.

Isso é o que faremos no **Capítulo I**.

Só depois abordaremos seus anos de formação pessoal e intelectual – ocorrida na Curitiba em grandes e rápidas transformações do início do novecentos, fossem mudanças industriais e econômicas, culturais, urbanas, populacionais e étnicas –, além da época em que, já maduro e com algum prestígio intelectual, se relacionou com Rodrigo e o Sphan.

Ao começar pelo fim, ou seja, iniciarmos o texto pelo que veio cronologicamente depois, para só então irmos retrocedendo no tempo, pretendemos tirar proveito daquilo que Peter Fry chamou de “truque de escrita” na análise de *situação* nos moldes gluckmanianos:

Mas a análise situacional tem uma outra vantagem, a de ordenar a descrição e análise, um “truque de escrita” como me disse certa vez Carlos Vogt. Um dos grandes problemas da análise antropológica é saber onde começar e onde terminar, já que tudo que estudamos é entrelaçado com todo o resto. Situações sociais, como a abertura da ponte do trabalho fundador de Gluckman e a dança urbana do Mitchell, tem um início, meio e fim. Começando dessa maneira, descrevendo o desenrolar de uma situação, é possível em seguida arrolar as questões teóricas que podem ser examinados [sic] detidamente em capítulos posteriores (Fry, 2011, p. 11-12).

Pretendemos, ao utilizar esse truque de escrita, começar nosso estudo identificando de saída uma das matrizes ideológicas do conflito entre os *paranismos* de David Carneiro e de Wilson Martins. Esta disputa, já adiantamos, se tratava basicamente de uma competição entre personalidades da vida cultural local, prestigiados socialmente, que rivalizavam sobre o protagonismo étnico de um então imaginado processo de *civilização* da região, tentando assim fazer consagradas diferentes identidades sociais *brancas* para o estado do Paraná.

Veremos, então, que o posicionamento étnico de David Carneiro – descendente orgulhoso de uma bem-sucedida linhagem familiar de origem portuguesa –, privilegiando a figura do luso-brasileiro na formação social regional, como uma verdadeira *parte do todo*, esteve também na base da sua bem-sucedida *situação* de colaboração com o Sphan, que estava buscando consagrar imagens na nação destacando nosso patrimônio luso-brasileiro.

Essa cooperação será analisada por meio de fontes institucionais, especialmente as do Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro/RJ. Localizamos nesse acervo 8 processos de tombamentos abertos na época, além de 7 relatórios e 12 fichas de identificação de bens sugeridos para tombamento pelo paranista, assim como 70 cartas, ofícios e telegramas trocados com a direção do Sphan até 1948, quando David Carneiro se desligou do órgão.

Antes de analisarmos no último capítulo as suas relações com o Sphan, que também serão tomadas sob a perspectiva dos “estudos de caso detalhados”, na tradição da chamada *Escola de Manchester* (Mitchell; 2010; Van Velsen, 2010), o **Capítulo II** cumprirá, então, uma função costumeiramente atribuída, pela nossa tradição acadêmica, às introduções. Qual seja, apresentar as bases teóricas com as quais o nosso problema de pesquisa foi explorado. Essa orientação teórica se serve de uma série de reflexões de Evans-Pritchard, Max Gluckman e Fredrik Barth, todos ligados à tradição britânica do fazer antropológico (Barth, 2005), e, assim como a *referência* Malinowski, sempre bastante empenhados em conseguir de suas etnografias que elas espelhassem o cotidiano das sociedades estudadas.

Desenhada a arquitetura teórica do trabalho, e já tendo sido indicados desde a **Introdução** nossos informantes (privilegiados) e suas fontes, detalharemos as estratégias metodológicas que orientaram a exploração do tema de pesquisa, em especial no sentido de estabelecer uma relação de contato *com* – ou acesso *a* – essa gente, todos atores do passado inalcançáveis às operações mais tradicionais de abordagem etnográfica do mundo social.

O **Capítulo II** também será dedicado a discutir algumas questões sobre o método e a perspectiva próprios da disciplina. Argumentarei que a relação entre sujeito e objeto, e a perspectiva daí decorrente de identidade/alteridade, ou de comparação entre *nós/não-nós* (Geertz, 2009), estão muito próximas da relação entre sujeito e objeto que marca o fazer historiográfico, ao qual fui familiarizado durante minha primeira formação acadêmica.

Se, de fato, *o passado é um país estrangeiro*, como já sugeriu David Lowenthal, ele pode ser antropológicamente *observado*. Em termos de métodos e técnicas, aliás, se o estudo do passado não permite a *participação* nele – sempre potencialmente realizável no presente –, ao menos está acessível em termos de sua *observação*, e isso num sentido muito próximo ao idealizado por Malinowski e seus seguidores, que ambiciona(va)m acompanhar gente atuando em situações sociais concretas, fruto do seu viver cotidiano.

Em razão da contingência de termos de recorrer a fontes escritas *do* passado – e também *no* passado, redigidas independentemente das nossas observações e participações *no* presente –, vamos nos valer de uma série de reflexões de antropólogos como Emerson Giumbelli e Fraya Frehse, que vêm sublinhando a validade da utilização de métodos e técnicas alternativos e complementares à participação-observação no/do objeto de estudo.

Um de nossos argumentos centrais é o de que o recurso a (e observação de) fontes escritas, dependendo da rede de motivações que originou esses textos, têm muito a ver com a possibilidade de observar comportamentos sociais em ação, conforme projeto da tradição antropológica que vai de Malinowski a Barth, passando por Evans-Pritchard e Gluckman.

As fontes deixadas por David Carneiro em seu contato com pensadores do Brasil, caso do *Doutor Rodrigo* e da instituição sob seu comando, assim como nas *controvérsias* e afinidades mantidas com atores regionais de perfil (anti)paranista, nos dão oportunidade de compreender como aquele brasileiro nativo do Paraná agia. Como, no seu viver cotidiano, conciliava e/ou discriminava suas *visões de mundo* sobre os *mundos* do estado e da nação.

Essas relações sociais, teremos oportunidade de verificar, gravitavam em torno do protagonismo étnico de um então imaginado processo de transformação *civilizatória* – nacional e regional –, em que redes de bases *regionalistas* tentavam, por meio da conquista de prestígio – inclusive nacional e institucional –, firmar elementos étnicos distintos como pivôs da identidade paranaense num cenário de grandes mudanças sociais, com o ingresso (e sucesso) de seguidas levas de (i)migrantes juntados a um ambiente social marcado pela figura tradicional do “brasileiro”, oriundo do branco português, do negro e do indígena.

Essa configuração social em grandes mudanças, aliás, reforça nossa opção pela observação dos debates entre David Carneiro e Wilson Martins como uma *situação social*. Para Van Velsen, “a análise situacional, com sua ênfase no processo, pode ser, portanto, particularmente apropriada para o estudo de sociedades instáveis e não homogêneas” (2010, p. 459), na medida em que as possibilidades e alternativas de adesão dos atores a “normas mutuamente conflitantes são particularmente aparentes em sociedades que estão sendo expostas a uma penetrante influência de outras culturas” (Van Velsen, 2010, p. 450).

Trazendo essas reflexões para o nosso objeto de pesquisa, podemos sugerir então que o acento numa identidade social paranaense baseada, ou não, na figura (*branca*) do luso-brasileiro típico – questão que, conforme veremos, era um dos problemas a modular as *controvérsias* de David Carneiro com Wilson Martins –, só tinha lugar porque no Paraná da época conviviam gente de ascendência portuguesa e gente de diversas outras origens.

Como identidades étnicas são geradas em relação, e fundadas no contraste com *o(s)* *outro(s)*, esses processos de identificação social estão ligados ao que Gluckman chamava de “contato cultural” (2010, p. 239), muito presente nas sociedades ditas *contemporâneas*:

A manutenção de fronteiras étnicas implica também a existência de situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas: os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes (Barth, 2000a, p. 34-5).

Mesmo que estejamos incorretos em nossa sugestão de interpretação – não podendo confirmar que as *identidades* do Paraná alimentadas por David Carneiro e Wilson Martins mobilizavam fortes componentes étnicos –, talvez seja muito menos discutível afirmar que o cenário desses processos de identificação se caracterizava por *contatos culturais* próprios

de uma realidade social que rapidamente se complexificava. Nela, novos atores, como os “colonistas” europeus (Carneiro, 1944a, p. 83) – ou os *estrangeiros*, termo muito comum entre os nossos *nativos* do paranismo –, vinham se juntar aos brasileiros *tradicionais* (reconhecidos, ou não, os negros nessa categoria), grupo que incluía os paranaenses “de famílias mais antigas”, que “descendemos [...] de portugueses” (Carneiro, 1944a, p. 55).

Aquela Curitiba dos anos 1920-1940, como capital administrativa do estado e eixo do poderoso mercado do mate, canalizava essas experiências de transformação social, e não só porque era pensada no caminho da industrialização e da urbanização. Também porque concentrava lideranças políticas tradicionais, expoentes intelectuais prestigiados, uma elite econômica estabelecida e, ao mesmo tempo, inúmeros imigrantes. Alguns deles muito bem sucedidos. E oriundos da Europa, símbolo maior do *progresso* e da *civilização*.

Esse cenário, portanto, deverá ser o primeiro aspecto explorado no **Capítulo III**. Também buscaremos destacar nele alguns dos fundamentos *modernizadores* da reflexão carneireana sobre o social, que tinham muito a ver com o caráter burguês e *industrial* da importante economia do mate, permitindo a David Carneiro, assim como a várias outras personalidades do ramo, imaginar que o progresso, a urbanização e a civilização da cidade e do estado estavam bem encaminhados, independentemente da chegada de mais brancos.

Nesse **Capítulo III**, veremos as conexões entre o dinamismo da Curitiba daquela época e o vigor da economia ervateira, assim como os reflexos disso na formação de uma imaginação que ligava os progressos da cidade aos movimentos dos *ilustres* da erva-mate. Sua formação de viés *iluminista* (graduado na *objetiva* profissão de engenheiro, e adepto do *cientificismo* positivista), aliás, reforçava essa autoimagem de pivô da modernidade.

O **Capítulo III** também será dedicado a refletir sobre a formação positivista de nosso personagem e os reflexos dessa filiação filosófica na sua trajetória de museólogo e, também, na de colaborador na construção de imagens da nação, via Serviço do Patrimônio.

Como procuraremos demonstrar, em ambas as funções David Carneiro enxergava a possibilidade de lidar com conteúdos que dispensavam a linguagem escrita, e que, por isso mesmo, tinham um grande potencial didático, podendo transmitir modelos de conduta de *grandes homens* do passado a muito mais gente, incluindo a massa iletrada e o *operariado*. Atendia-se, assim, ao programa político do positivismo ortodoxo (Carvalho, 1990).

Os mesmos propósitos, aliás, faziam parte das diretrizes de ação paranistas (Pereira, 1998), tema do **Capítulo IV**. Sustentaremos que seu positivismo e paranismo cultivados desde os anos de formação – que alimentavam, respectivamente, expectativas de progresso e de civilização do mundo e de sua região –, terminaram alinhando as ideias daquele

modernizador ligado à dinâmica economia do mate, concentrada em linhagens familiares de antigos brasileiros – ou, melhor, de luso-brasileiros –, à proposta institucional do Sphan.

Veremos então por último, no **Capítulo V**, que se o que o Sphan buscava oferecer ao país ansioso de progresso era, como sustenta Márcia Chuva (2003, 2009), uma “ancestralidade” baseada num (ante)passado “barroco, moderno e civilizado”, a figura do *européu* “luso-brasileiro”, o que David Carneiro e os paranistas estavam tentando oferecer à sua região e à nação era justamente a ideia de uma *parte do todo* que, também originada de ancestrais luso-brasileiros, contava com um passado colonial, moderno e civilizado.

CAPÍTULO I - Uma “situação social”: o nacionalismo do Estado Novo e o regionalismo de David Carneiro: disputas pela consagração da identidade social paranaense

Vimos na **Introdução** que um dos aspectos que nos chamou bastante a atenção em David Carneiro foi o fato de o personagem, *último dos paranistas* e intelectual processado por incentivo ao regionalismo, ter tido uma participação tão bem-sucedida na construção, via Sphan, da imagem de uma nação unitária, em princípio pouco aberta aos regionalismos.

Nossa proposta neste capítulo é começar a sondar, a partir de uma *situação social* específica de controvérsia e polêmica sobre o que era o Paraná, qual a sua identidade social e o perfil da sua gente, o tipo de “regionalismo” idealizado e acionado por David Carneiro.

Da mesma forma, procuraremos explorar nessa mesma *situação social*, quando teve de enfrentar o centralizador governo do Estado Novo num processo criminal que o acusava de regionalismo, as eventuais relações de seu paranismo com o nacionalismo da época.

1.1. Um “jornalista” regionalista, acusado de “criminoso de lesa Pátria”

No dia 27 de outubro de 1943, o diretor do Departamento de Segurança Pública da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná lançou a Portaria nº 12, em que determinava “a instauração de rigoroso inquérito, para apurar a responsabilidade do jornalista David Carneiro” em “explorar o sentimento regionalista” (Bittencourt, 1943).

O que motivou a denúncia contra David Carneiro foi uma série de três artigos escritos para circularem no jornal *O Dia*, da capital paranaense. Tratava-se de “Como vibra a alma paranaense”, “Retraimento e complacência” e “A Maledicência”, respectivamente de 21, 22 e 23 de outubro de 1943. Nesses textos, um dos temas mais explorados foi o contraste entre o perfil do homem paranaense e o caráter daquela gente que David Carneiro chamava de “adventícios”, ou “advenas”. Ou seja, os não nascidos no estado do Paraná.

Para o autor, o paranaense era um introvertido, seres humanos “retraídos, medrosos de ridículos onde estes não poderiam parecer, desde logo tímidos” (Carneiro, 1944a, p. 23). Essa introversão característica, no entanto, não constituía sintoma de incapacidade. Muito pelo contrário, aliás, pois, segundo Carneiro, a explicação do retraimento dos paranaenses “não pode correr por conta de uma declaração simplista de mediocridade” (1944a, p. 5).

Havia, isto sim, uma relação inversamente proporcional entre as competências de um homem e as suas habilidades de (auto)promovê-las. Em seus exercícios de sondagem

da psicologia paranaense, David Carneiro constatou que os mais “capazes não se mostram, escondem-se, graças ao seu feitio moral” (1944a, p. 16), levando-o a concluir que “a nossa humildade não nos desonra, sinão pessoalmente nos dignifica e eleva” (1944a, p. 100).

Em sentido absolutamente contrário, os “adventícios” ou “advenas” que chegavam ao estado se caracterizavam pela capacidade de se (auto)valorizarem, aproveitando para isso os silêncios originados da timidez nativa: “Retraídos, deixamos que os advenas falem à vontade, que se gabem à farta, que se exibam à desenvolta” (Carneiro, 1944a, p. 9).

Essa característica comportamental dos homens *de fora* facilitava o acesso a lugares de prestígio no governo, montando um cenário em que “os advenas aqui – em casa alheia – disputam essas posições com tremenda e inaudita audácia” (Carneiro, 1944a, p. 17).

Aproveitavam-se, para isso, da ignorância sobre os seus traços de personalidade, o que “não se dá com os nossos conterrâneos”, que “conhecemos perfeitamente”, sendo sabedores de “todos os seus defeitos e de todas as suas qualidades” (Carneiro, 1944a, p. 8):

É verdade que a nossa situação de conformidade, em geral, não dura muito. O conhecimento melhor das pessoas bem falantes e audaciosas que tomam de assalto as nossas posições, faz que cedo vejamos modificar-se o nosso conceito prematura e excessivamente benevolente (Carneiro, 1944a, p. 7-8).

Suas convicções sobre a relação inversa existente entre determinadas competências e a habilidade de (auto)promoção dessas capacidades baseava, num jogo de espelhamento montado por David Carneiro, um contraste entre os paranaenses capazes, porém obscuros, com os adventícios incompetentes, mas seguros de si e hábeis no se destacar junto à sua rede de contatos, abrindo portas para o ingresso a altas posições de mando governamental:

E’, por isso, que qualquer adventício triunfa no nosso meio, tomando posições salientes [...] Por toda a parte se fala, no Paraná, da falta de valor intelectual e mesmo moral de adventícios que têm ocupado cargos da administração pública, ficando senhores da máquina do Estado (Carneiro, 1944a, p. 16).

No texto originalmente publicado em jornal, a crítica era ainda mais impiedosa e direta. Nele era assumida a responsabilidade pela opinião, ou ao menos sua cumplicidade em relação à avaliação: “Por toda a parte se fala, no Paraná, e com razão, da falta de valor intelectual e sobretudo moral, da maioria dos adventícios que entopem os altos cargos da administração pública, estando senhores da máquina do Estado” (Carneiro, 1943b).

Ao dar “razão” às opiniões sobre a incapacidade intelectual e moral adventícia, sem atribuí-la a terceiros ou a um coletivo impessoal, David Carneiro não utilizou na primeira versão do texto a estratégia que depois o isentaria, de algum modo, da responsabilidade pelo juízo negativo. Na versão revisada do texto, note-se bem, essa avaliação é atribuída a figuras indefinidas, que estavam espalhadas por “toda a parte” do território paranaense.

Observe-se, também, que outra atenuação promovida no conteúdo do texto (re)editado na *História psicológica do Paraná* é que a carga negativa projetada nos adventícios que ocupavam cargos na administração pública deixa de ser à “maioria” deles.

Segundo a justificava de instauração de inquérito policial assinada pelo diretor da Segurança Pública no Paraná, com esses textos David Carneiro “abusou da liberdade de crítica, para injuriar agentes do poder público, excitar sentimentos regionalistas e provocar a descrença e desconfiança no espírito público com referência ao poder estadual”. Ao redigir artigos baseados em argumentos “irrogando, de maneira injuriosa, deficit moral e intelectual” a brasileiros “nascidos em outros Estados, aos quais chama de ‘adventícios’”, David Carneiro estaria desalinhado do espírito nacionalista de então, dirigido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, já que “a conduta do mencionado jornalista, maximé na atual contingência, constitue atividade nociva ao interesse nacional” (Bittencourt, 1943).

Visto sob certa ótica, era a ideia de nação que estava em xeque, pois sua reflexão distinguindo o paranaense dos demais brasileiros colocava em dúvida a unidade da nação.

David caminhava na contramão das ideias de que o Brasil constituía um todo imune às diferenciações regionais mais significativas. Seu grande empenho de caracterização da *psicologia* do paranaense, por exemplo, trazia uma sucessão de comparações com o perfil de outras figuras nacionais. Os catarinenses “do litoral e da Ilha de Santa Catarina”, assim, eram “fisicamente insuficientes em sua maioria” (Carneiro, 1944a, p. 87), o que não os impedia de se orgulhar e de se mobilizar em torno das suas coisas: “Os barrigas-verdes não falam mal de sua Ilha, nem do seu Destêrro, sinão entre eles” (Carneiro, 1944a, p. 27).

O nordestino, por sua vez, era “demasiadamente convencido do seu torrão”, um indicativo, para ele, de “desconhecimento excessivo das coisas do resto do mundo” (Carneiro, 1944a, p. 26). Enquanto isso, em sentido absolutamente diverso aos catarinenses e nordestinos, no estado vizinho de “São Paulo todos trabalham” (Carneiro, 1944a, p. 24), justificando seus exageros de orgulho: “Os bandeirantes, êsses ainda mais exaltados são, (e, digamos para nós, e entre nós, que todos êles têm do que)” (Carneiro, 1944a, p. 27).

Esse tipo de constatação a respeito da diversidade regional brasileira, conclusões que nos parecem óbvias nos dias de hoje, têm de ser devidamente situadas no seu tempo.

Conforme nos recorda a historiadora Margareth Rago, se atualmente, diante do panorama de um país continental, contendo “tanta multiplicidade e expansão territorial”, ninguém “mais acredita haver um só Brasil”, o assunto não estava assim tão pacificado na época em que David Carneiro se dedicava a pensar sobre o seu estado e sobre o seu país:

Para aquela geração, no entanto, as questões se colocavam de outro modo e, fundamentalmente, tratava-se de estabilizar, fixar, fincar estacas e definir nossa suposta identidade cultural, encontrando os pontos fixos, ou a tão prestigiada “essência”, oculta nas profundezas da terra e da psique (Rago, 1998, p. 176).

Vale lembrar, ainda, que a ideia de unidade nacional, imune aos regionalismos e às forças provincianas, era então alimentada sistematicamente pela campanha anti-federalista do governo central. Em fins de 1937, por exemplo, menos “de um mês após a implantação do Estado Novo, Vargas mandou realizar a cerimônia de queima das bandeiras estaduais”, atendendo assim ao disposto no texto constitucional estadonovista (Oliven, 2000, p. 77).

Muito por conta desse ambiente de nacionalismo e de rejeição aos regionalismos, o resultado do inquérito realizado no âmbito estadual sugeria que o caso fosse levado a instâncias superiores. O Tribunal de Segurança Nacional. Fazia isso porque o acusado “excitou o regionalismo” e promoveu a “incitação da opinião pública contra os brasileiros de outros Estados que colaboram na administração estadual” (Firman Neto, 1943).

Embora David Carneiro tenha sido absolvido ao fim do processo, que foi arquivado em função da decisão de “que os autos não oferecem qualquer indício de culpabilidade do acusado” (TSN, 1944), gostaria de sublinhar as possibilidades que o argumento central de seus textos, carregados de algum preconceito contra os adventícios de outros estados, nos fornecem de se fazer uma leitura regionalista, antipática às ideias de unidade nacional.

Nesse sentido, aliás, são sintomáticas as observações do delegado encarregado do inquérito policial, Pedro Firman Neto, que concluiu suas investigações denunciando em David Carneiro a generalização, quase sempre negativa, dos brasileiros não-paranaenses:

[...] a referência é generica “aos adventicios que entopem os altos cargos da administração do Estado” [...] se desmanda em irrogar graves vícios e defeitos aos adventicios em geral [...] O que teria impressionado o autor [...]? Algum vizinho seu, “baiano”, “mineiro”, “gaucho”, ou “paulista”? (Firman Neto, 1943).

Traços de um pensar regionalista podem ser encontrados na biografia de David Carneiro muito antes de sua colaboração com o Sphan ou de sua rusga com o Estado Novo.

No discurso proferido em 1928 como orador da sua turma de formandos, o novo engenheiro expunha suas projeções sobre a futura independência dos estados brasileiros:

Os males que a nossa Patria atravessa são desses que se não pode evitar, e que terminarão com a separação dos estados para a formação de pequenas Patrias, grandes ainda para futuros mais remotos. Isso será fatal. Não é preciso alarme (Carneiro Junior, 1928, p. 15).

Numa de suas primeiras colaborações para a *Ilustração Paranaense* (Carneiro Filho, 1928b), quase na mesma época de sua graduação, aparecem outros indicativos da presença, na imaginação de David Carneiro, de perspectivas de independência de seu pedaço de país. Nesse texto, nosso personagem positivista, convicto da cientificidade do

mundo, denunciava as “mentiras” e “lendas forçadas” que circulavam sobre as formações rochosas de Vila Velha, em Ponta Grossa, que atribuíam ao fazer humano a conformação física dessas rochas, que era obra exclusiva da natureza: “Foi á Geognosia desses agentes naturaes meteoricos que conseguiram formar columnas enormes e as esfinges supostas”. Em razão dessas circunstâncias, só o futuro e o efetivo envolvimento humano reservariam a Vila Velha a criação de “lendas” no sentido adequado do termo, que deveriam estar sustentadas em “actos, e não com penas e tintas”, sendo incontornável “ter um fundo de verdade”. Exemplo disso, para ele, seria a realização das projetadas guerras de separação:

Podereis propor que seja Villa Velha o teatro de futuras batalhas pela independencia do Sul. É cousa que tem que vir fatalmente, e que, sendo em Villa Velha, tornará desde logo lendario esse amontoado silencioso de pedras sedimentarias. Actualmente nenhuma daquellas pedras fala (Carneiro F°, 1928b).

Essas opiniões, formuladas e transmitidas no começo de 1928, são aqui tomadas em termos de sua provável representatividade social e cultural. Já se sugeriu, nesse sentido, que discursos de formatura são “quase sempre uma boa amostra do sentimento intelectual dominante” (Skidmore, 2012, p. 219). Além disso, a *Ilustração Paranaense* era, na época, o melhor exemplo do momento favorável então experimentado pelo movimento paranista de valorização regional, tratando-se, aliás, da maior “porta-voz de suas ideias” (Camargo, 2013, p. 203) e do “principal meio de divulgação do paranismo” (Galigniana, 2016, p. 45).

Essas convicções demonstradas no início de sua carreira profissional foram, aliás, mantidas durante toda a sua vida. David Carneiro nunca enxergou um só país, homogêneo.

Em sua obra, trabalhava com os retratos de vários *Brasis*: o do Paraná, o de São Paulo e o de Santa Catarina, seguindo assim as lições de infância, deixadas pelo pai. Este o ensinara a artificialidade da noção de Brasil como unidade patriótica, já que se tratava de um território de dimensões imensas, integrado por uma natureza bastante heterogênea:

Dizia-me meu pai numa carta que guardo religiosamente entre as minhas reliquias, que: << A patria é menos este todo que encerra regiões diversas e climas varios, do que o canto estreito onde nacemos, brincamos e crescemos á sombra do paterno lar. A Patria como se considera hoje, só une num mesmo evangelho os homens nacidos sob céos diversos, quando um sofrimento comum e um esforço, seja na expansão das suas energias transbordantes, seja na conservação dos bens materiais e moraes adquiridos, lhes dá impressão de unidade [...]>> (Carneiro, 1938b, p. 06-07).

A carta referida pelo autor é de 1922, tendo sido escrita pelo pai quando o filho residia no Rio de Janeiro, onde estava estudando (Carneiro, 1922). Convém sublinhar, porém, que o recurso ao seu conteúdo, ou a seus ensinamentos, se deu num texto de 1938.

Justamente, portanto, na mesma época em que David Carneiro mostrava sua faceta mais *nacionalista*, ajudando o Serviço do Patrimônio na criação de sua imagem do Brasil.

Tais advertências de David Carneiro sobre o poder da região na moldagem de um sentimento de pertencimento são muito sugestivas quanto a suas inclinações regionalistas. Seu texto não só foi escrito num contexto de grandes campanhas nacionalistas, às quais a ação do Sphan estava articulada. Ele foi redigido, também, em alusão ao “Dia da Pátria”.

Quanto a enxergar certa artificialidade da pátria brasileira diante dos seus pouco estreitos limites territoriais, parece ter sido fundamental a orientação positivista de David Carneiro, que veremos melhor no **Capítulo III**. Nesse sentido, um historiador nos informa que, segundo os princípios da filosofia comteana, as comunidades modernas denominadas de pátria deveriam estar assentadas sobre dimensões territoriais geograficamente restritas:

A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social. Ela deve, para atender a tal função, constituir verdadeira comunidade de convivência, não podendo, portanto, possuir território excessivamente grande (Carvalho, 1990, p. 22).

O crédito a essas teses versando sobre a relação de correspondência entre a coesão social de uma comunidade de convivência e o seu respectivo tamanho territorial foi muito vertido, historicamente, em uma postura regionalista e anti-centralizadora. Como destaca o antropólogo Ruben Oliven para o caso das relações entre alguns gaúchos e o seu país:

Comte era favorável à existência de “pequenas pátrias” com população não superior a três milhões de habitantes (o Rio Grande do Sul, por ocasião da proclamação da República, tinha aproximadamente um milhão de habitantes), o que era interpretado pelos positivistas brasileiros através da defesa de um federalismo radical (Oliven, 1992, p. 73).

Na época em que o positivista David Carneiro se graduou engenheiro, externando aberta e publicamente suas projeções de independência futura da sua *pequena pátria*, o veículo por excelência do movimento regional paranista informava aos seus leitores que, no Paraná, em termos de população, “hoje temos 800 mil” (Ilustração Paranaense, 1927a).

Por conta desse seu imaginário positivista é que David Carneiro entendia o Brasil, na época mesmo em que entrou na vida do Sphan, como uma “grande-pátria” que, numa ordem evolutiva, estava ocupando lugar “intermediário” no processo de transição rumo à “Pátria futura”: “Em nossos dias ha, entretanto, a grande-pátria, verdadeiro intermediario entre a Patria futura e a Humanidade, com ligações historicas comuns, lingua, costumes e tradições, que constituirão sempre um poderoso laço de simpatia” (1939, p. 30-31).⁹

Seguindo o mestre, David Carneiro divulgava aos leitores brasileiros, através de um dos livros da sua coleção *História geral da Humanidade através dos seus maiores tipos*, as previsões de futura “instalação das Matrias em substituição às Patrias atuais”, organização

⁹ Embora lançado editorialmente em 1939, a conclusão presumível do texto é justamente em 1937, ano do início dos contatos com Sphan, como indica a seção de “Dedicatória” do livro, datada de “28-I-1937”.

capaz de promover a coesão social e a “harmonía geral, [...] extremamente facilitada com a formação das Matrias, ou Patrias pequenas, reduzidas ás cidades e arredores e suburbio, segundo a tendência geral, natural e espontania” (Carneiro, 1943a, p. 100, 115).

Assim, temos fortes razões para concluir que David Carneiro estimava Curitiba e o Paraná como suas principais comunidades de convivência e de *laços de simpatia*, muito embora também tenha indicado que não se tratavam das únicas. O pensador paranista não deixava de reconhecer o Brasil enquanto “comunidade política imaginada”, o que, “dentro de um espírito antropológico”, nos é observável na sua “consciência de compartilhar língua e credo religioso (em graus variáveis), costumes e tradições, sem grandes expectativas de algum dia conhecer seus companheiros” (Anderson, 2008, p. 32, 257). Na sua perspectiva, a inevitável e “fatal” divisão territorial do país ainda não ocorrera devido às contingências do processo histórico, embora o futuro certamente reservasse o desmembramento dos estados brasileiros, pequenas pátrias ainda reunidas sob uma grande pátria chamada Brasil.

As citadas ideias da juventude, assim como os artigos denunciados ao Estado Novo e os textos produzidos contemporaneamente aos seus anos de colaboração com o Sphan – redigidos quando David Carneiro já estava menos moço –, são indicativos importantes de que o universo regional sempre foi o horizonte primeiro da sua reflexão sobre o social.

Trazendo essa situação para o âmbito das reflexões de Ruben Oliven sobre algumas expressões do regionalismo brasileiro, em que não raro ganha corpo a lógica de contrastar *a parte e o todo*, podemos concluir junto com o antropólogo que é mesmo inviável deixar de considerar que a “constatação de que o Brasil tem múltiplas faces remete à questão da diversidade cultural em um país de dimensões continentais”. Torna-se quase incontornável, então, compreender que no Brasil “o nacional se articula como regional” (Oliven, 2010, p. 428). Para o autor, tanto a sua etnografia do tradicionalismo gaúcho quanto a aproximação com as maneiras de pensar e de descrever as singularidades regionais do país por um consagrado intérprete do Brasil, caso de Gilberto Freyre, estão a nos apontar, em linhas gerais, que aqui “no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional” (Oliven, 2000, p. 80).

Veremos agora, aliás, que um enfrentamento local em torno da definição do que era o Paraná, e o que ele representava diante da realidade nacional, é que esteve na origem dos textos que levaram David Carneiro a ter de se explicar aos nacionalistas do Estado Novo.

1.2. O que faz do Paraná, Paraná? David Carneiro (en)contra o antiparanismo

Sondando e explorando o desenrolar do rico processo judicial que escancarou a vocação regionalista de David Carneiro, assim como as circunstâncias políticas e pessoais nele envolvidas, logo descobrimos uma rede de motivações derivadas de embates locais.

Para o acusado de falta de patriotismo e de incentivo ao regionalismo, por exemplo, o inquérito policial fora aberto, em grande parte, “para satisfazer à vontade do secretário de segurança pública, que (segundo me informaram) se sentia ferido e encarapuçado pelas ‘verdades’, que, diga-se aqui em definitivo, não o visaram” (Carneiro, 1944a, p. V).

De toda forma, o conteúdo dos artigos parece ter provocado polêmica generalizada. Segundo um dos depoentes ouvidos durante a investigação policial, a circulação dos textos de David Carneiro “havia criado resentimentos [sic] e mesmo havia sido considerado ofensiva a pessoas que se encontravam no Governo do Estado” (Guimarães, 1943).

David Carneiro, aliás, parecia não desconhecer que estava com um tema explosivo em mãos. Um indicativo disso é o fato de, numa época marcada pela censura prévia do Estado Novo, nosso personagem ter procurado se informar antes, mesmo que em caráter extraoficial, sobre a possibilidade de ver autorizada a publicação de seus textos. Isso, pelo menos, é o que afirmava a própria autoridade local encarregada do controle à imprensa, Nestor Erichsen Guimarães, que certamente fazia parte de seu círculo de conhecidos. Dizia em depoimento o diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP):

Que realmente a quinze ou dezeseis de outubro proximo passado, visto não se recordar exatamente da data, encontrou-se com o senhor Davi Carneiro na Praça General Ozorio, e este indagou-lhe se o jornal O Dia poderia divulgar uma série de artigos em que o mesmo pretendia estudar a psicologia coletiva do povo paranaense; que o declarante declarou então que se os artigos não entrassem em conflito com a orientação doutrinaria e política daquela folha poderiam ser divulgados; que o declarante disse ainda ao senhor Davi Carneiro que poderia mandar os artigos endereçados em seu nome para o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, que dirige, e depois de examina-los, em carater estritamente particular, os encaminharia ao referido periódico (1943).

Aconteceu, porém, de o diretor viajar logo em seguida ao interior do estado. Nesse meio tempo, os textos de David Carneiro chegaram ao DEIP, sendo logo reencaminhados a *O Dia*. No retorno de Erichsen à capital, os textos já estavam publicados. Mesmo sem o *exame* gentilmente oferecido, mesmo sem o favor de “caráter estritamente particular”.

Esse procedimento de submeter seus textos a uma consulta prévia, que avaliasse a sua adequação às orientações do governo, era pouco comum da parte de David Carneiro. Isso é indicado pelo depoimento à polícia de seu “empregado particular”: “outras

produções do doutor Davi Carneiro, o declarante sempre as entregava diretamente nas redações dos jornais desta Capital; que, quanto aos artigos da série em referencia, recebeu recomendação de entrega-los, não nos jornais, mas, sim, no Departamento” (Prinz, 1943).

Enfim, David Carneiro certamente sabia que estava tratando de um assunto bastante delicado. Muito provavelmente não imaginasse, porém, a repercussão que o caso alcançou.

Em razão da polêmica originada pelos artigos, principalmente dentro dos gabinetes do governo do Paraná, o diretor do DEIP, ao retornar de sua viagem ao interior do estado, foi atrás de “ocasião de conversar com o senhor Davi Carneiro a respeito do incidente”. Nessa oportunidade, ficou sabendo que o mesmo não pretendia atingir aquela autoridade de quem se estava suspeitando, mesmo porque o conhecia, sendo devedor de *favores* a ele:

[...] que o senhor Davi Carneiro declarou ainda ao declarante que não visou em seus trabalhos referidos ofender o Capitão Fernando Flores, Secretaria [sic] do Interior, Justiça e Segurança Pública, pois que o considerava um cidadão distinto e um auxiliar sereno e equilibrado do Governo, ao qual, frizou o declarante, devia até considerações e favores (Guimarães, 1943).

Ao longo da investigação policial, se averiguou que o alvo de David Carneiro era, especificamente, um colega do secretário de segurança pública. O *adventício* paulista Wilson Martins, oficial de gabinete do interventor federal no estado, Manoel Ribas:

Chamado a explicar a grave asserção, contida no seu artigo “A Maledicência”, de que “por toda a parte se fala, no Paraná, e com razão, da falta de valor intelectual e sobretudo moral, da maioria dos adventícios que entopem os altos cargos da administração publica, estando senhores da maquina do Estado”, - o indiciado quer que a ideia lhe saiu assim mal expressa, porque escrevera o referido artigo sob a forte impressão que lhe causara um artigo de Wilson Martins, em que o mesmo nega formalmente a existência de atividades culturais no Paraná (Firman Neto, 1943).

Estava em jogo marcar que o Paraná não era uma terra sem homens de cultura, em que, como alegava o rival de David Carneiro, o crítico literário Wilson Martins, a “maior, a invencível dificuldade, está exatamente em não existir nenhuma atividade literária” (1943).

Conforme o depoimento de David Carneiro (1943b), o elemento motivador de seus artigos era sua inconformidade e indignação com o conteúdo do texto de Wilson Martins, “em que o mesmo negava, com menosprezo, as realizações culturais paranaenses”:

[...] ao lêr o artigo a que aludiu, ficou revoltado contra o que nele falsamente se afirmava, de vêz que não reconhecia, como não reconhece, possua aquele articulista o suficiente cabedal de conhecimentos para uma negação formal como a que por ele foi feita com relação às construções culturais dos paranaenses.

Muito daquilo que, conforme ainda detalharemos adiante, David Carneiro defendia e representava, ou seja, os “homens” do *Paraná tradicional*, era justamente o alvo principal das críticas de Wilson Martins (1943), jovem intelectual que responsabilizava os

“medalhões” pelo “profundo... nada” observado em seu diagnóstico da literatura local, já que “os nossos velhos nada mais fazem na sua senilidade do que reescrever baboseiras”.

David Carneiro, por sua vez, declarou que utilizara seus textos para estabelecer um contraponto a essa visão negativa e pessimista a respeito do cenário intelectual local, nos quais “estravazou o seu sentimento de revolta e de desaprêço contra o fato de se pretender ignorar qualquer realização paranaense, no terreno literário e cultural em geral” (1943b).

Quanto aos sentidos dessa controvérsia, polemizando sobre o valor da literatura local, nota-se que valiam muito para esses intérpretes do universo cultural regional alguns aspectos que estavam modulando há décadas o pensamento sobre a modernização nacional. Segundo Thomas Skidmore, um “critério muito usado nessa época para aferir o desenvolvimento de um país era o grau alcançado por uma cultura nacional própria. Para a maioria dos intelectuais brasileiros, isso significava literatura” (2012, p. 139). No ambiente cultural experimentado por David Carneiro e Wilson Martins, duvidar da literatura de um lugar significava desacreditar seu desenvolvimento como espaço de modernidade. Isto basicamente porque, para um pensamento em *rotinização* naqueles anos modernistas, “os processos de formação da literatura e das artes plásticas, de um lado, e da sociedade como nação, de outro, seriam congruentes, de modo que os dilemas formativos das primeiras corresponderiam aos dilemas sociais mais amplos da segunda” (Botelho, 2005, p. 112).

Não é mera coincidência, portanto, que toda a terceira parte da *História psicológica do Paraná* seja dedicada a abordar a “ação cultural” da gente paranaense nos seus vários campos (na poesia, nas “artes do som”, na pintura, na escultura e entre seus historiadores).

Ao listar as contribuições deixadas por uma série de nomes e obras expressivos do universo literário local, David Carneiro procurava então sublinhar que “a falta de um grande e universal poeta não significa ausência de poesia, e de literatura, como em fins de Setembro de 1943 afirmou um crítico, tão incompetente quanto ignorante” (1944a, p. 112).

Já na concepção de Wilson Martins, era a um novo Paraná, formado de gente nova, que cumpria a missão de inaugurar a literatura local. Para o crítico, não era possível pensar em renovação da literatura do estado. O esforço deveria se concentrar em inicia-la do zero:

Essa nova geração não encontrará nada para reformar. Terá de fazer tudo do comêço, dentro de uma orientação segura, realmente significativa, que dê ao Paraná o lugar que inegavelmente lhe cabe dentro do Brasil, onde já assegurou, aliás, posição política, econômica e social de absoluto destaque (Martins, 1943).

Se uma das preocupações de Wilson Martins era o lugar do Paraná no universo da literatura brasileira, prejudicado pelo “nada” que era criação literária local, as atenções de David Carneiro eram quase da mesma ordem. Uma das razões de sua inconformidade com

“Literatura do Paraná” era, além do seu conteúdo propriamente dito, a “frieza com que os paranaenses receberam tal artigo que considera insultuoso aos foros de sua cultura”, um indicativo, para ele, de que o autor do texto se aproveitara do “retraimento do paranaense, razão do seu não aparecimento no cenário político nacional” (Carneiro, 1943b).

Para David Carneiro, o lugar do estado na cena política ou cultural nacional não dependia do aparecimento de novos talentos, mas de uma mudança de atitude em relação aos valores da terra, sendo por isso que “recomendou e aconselhou aos paranaenses se unirem no sentido de conglobar opiniões em torno de nomes ou vultos que forem aparecendo, condenando o derrotismo e a maledicência” (1943b). A começar, aliás, por uma condenação de Wilson Martins, “por achar que devia se processar naturalmente um movimento coletivo de repulsa às asserções do referido articulista” (Carneiro, 1943b).

O argumento sobre o vazio da cena local é basicamente o mesmo da frase-lema que seria adotada, poucos anos depois, pela revista *Joaquim*, que Wilson Martins tocou junto com Dalton Trevisan e Temístocles Linhares entre os anos de 1946 e 1948: “como estava na epígrafe de Stendhal, escolhida por Wilson Martins e adotada em *Joaquim*, era uma geração que não tinha nada a continuar, e sim tudo a construir” (Oliveira, 2009a, p. 197).

Um exemplo dessa postura foi o ataque ao ícone paranista Emiliano Pernetta. Poeta e escritor ligado a uma família importante de Curitiba, com vários nomes de prestígio nas artes e nas demais atividades do intelecto, Emiliano encabeçara a geração simbolista que havia se destacado, inclusive no Rio de Janeiro, na virada do oitocentos para o novecentos. Conforme Oliveira, numa *Joaquim* de 1946, “número dois, surgiu talvez o mais conhecido ataque ao Paranismo, que teve como alvo o príncipe dos poetas paranaenses, Emiliano Pernetta” (2009a, p. 119). É um texto de Dalton Trevisan, “Emiliano, poeta medíocre”.

Nosso personagem paranista, por sua vez, via em Emiliano um exemplo muito bem acabado da fragilidade do argumento de que havia um grande vazio na cena literária local: “Poétas não nos tem faltado. Os Pernetas todos, a começar por Emiliano, considerado por muitos como o maior dos bardos da terra dos pinheirais” (Carneiro, 1944a, p. 110).

A *Joaquim* se destacaria por declarar abertamente sua motivação antiparanista, assumindo ser um lugar de reunião das ideias e textos de (jovens) intelectuais e escritores que enxergavam no paranismo um movimento muito pouco sintonizado aos trânsitos do mundo *moderno* dos anos 1940, marcado pelo cosmopolitismo e pela internacionalização:

Enquanto os defensores do Paranismo, mesmo os que viviam fora, na metrópole, na capital Rio de Janeiro ou em São Paulo, pregavam um “fechamento” do Estado para dali se retirar o extrato paranista, os jovens da *Joaquim* preferiam justamente a abertura a novas culturas e experiências. Afinal, os estudiosos do

Estado daquela época, como Brasil Pinheiro Machado, Temístocles Linhares e Wilson Martins concordavam a respeito da formação cultural nos anos 40, o Paraná era um “campo aberto a experiências” (Oliveira, 2009a, p. 135).

Para os intelectuais que se juntaram em torno da *Joaquim*, o grande problema dos *velhos* paranistas era sua inclinação provinciana, que os movia a “apenas adular os grandes valores paranistas”, refletindo assim a vocação de “se fechar em regionalismos, em se fechar, por escolha própria, dentro das fronteiras da Rua 15” (Oliveira, 2009a, p. 197).

Ainda segundo o autor, o cosmopolitismo dos *moços* reunidos pela *Joaquim* repercutia também no entendimento que eles tinham sobre o lugar da diversidade imigrante na constituição social e cultural do estado, o que desafiava o projeto paranista de *unidade*:

Enquanto os paranistas colocavam como objetivo artístico o de buscar uma característica homogênea do Paranismo, nem que para isso tivessem que inventar até um folclore próprio inexistente, os jovens da *Joaquim* eram mais realistas e viviam essa diversidade cultural existente no Paraná (Oliveira, 2009a, p. 135).

Minha sugestão de análise é que as diretrizes desse pensamento antiparanista sobre o enorme vazio literário e cultural local guardam relação muito próxima e direta com as bases da sociologia regional(ista) que Wilson Martins consagraria só anos mais tarde, no seu conhecido livro *Um Brasil diferente*, de 1955. Embrionária em 1943, talvez, a imagem do *profundo nada* que era a cultura paranaense da época tinha certa correspondência com o retrato histórico do Paraná que o autor levaria a público na década seguinte, como o do estado quando da sua autonomia política, em 1853, que era, “do ponto de vista humano, um ilimitado deserto”, lugar onde “o vazio era absoluto” (Martins, 1989 [1955], p. 64).

O responsável pela reversão desse cenário, segundo o autor de *Um Brasil diferente*? O estrangeiro. Para ele, o que redesenhara essa condição de *vazio humano* fora justamente a chegada dos primeiros imigrantes europeus. Eles é que haviam sido “os verdadeiros fundadores da civilização do planalto”, haja vista que “o povoamento dos planaltos é de ínfima densidade até o século XIX e só adquiriu um ritmo efetivo depois que as primeiras levadas de colonos estrangeiros começaram a se localizar” (Martins, 1989 [1955], p. 39, 40).

Convém considerar, portanto, o quanto esse tipo de argumento guardava de íntima relação com suas teses anteriores sobre o vazio literário e intelectual paranaense. Quanto a isso, os antigos *vazios* do estado, justamente porque destituídos de agentes de *civilização*, não podiam apresentar uma cena artística consolidada, situação que só mudaria de figura, para o autor, com a contribuição imigrante: “Foram também os alemães que introduziram em Curitiba as representações teatrais e o gosto pelo teatro” (Martins, 1989 [1955], p. 204).

A fim de reforçar seu argumento, Martins citava trechos de jornais de época, em que se reconhecia nos espetáculos teatrais organizados pela “colônia alemã de Curitiba” as ações e movimentos de “entusiastas do progresso e da marcha ascendente da civilização”.¹⁰

Ganhavam sofisticação e detalhamento, portanto, além de um peso como trabalho científico, ideias que uma década antes, embrionariamente, já estavam sendo ensaiadas na imprensa escrita, inclusive em veículos de projeção nacional. Como quando afirmou no importante jornal *O Estado de São Paulo*, em março de 1946, que projetava “*escrever um livro*” a respeito de como a “*receptividade maior para tudo o que a civilização representa*” se integrara à gente do Paraná pelos “*colonos do norte europeu*” (Martins, 1946, p. 1-2).

Chegamos, assim, ao ponto central da *situação social* de grande *controvérsia* entre David Carneiro e Wilson Martins. O grau de aceitação, ou não, da ação civilizatória (não) imigrante no Paraná era um dos aspectos que dividia suas interpretações sobre a formação social do estado, ou seja, as posições tradicionais do paranismo e as réplicas antiparanistas.

Antes de seguirmos, porém, gostaria de fazer uma advertência.

Não consideramos, em momento algum, que David Carneiro estivesse rebatendo diretamente as ideias expostas por Wilson Martins em *Um Brasil diferente*. As datas não batem, pois o livro do antiparanista saiu tempos depois do período da atividade intelectual carneireana que estamos aqui considerando, que vai do fim dos anos 1920 ao fim dos 1940.

Se não entendessemos as coisas assim, estaríamos cometendo um equívoco. Fosse um flagrante anacronismo ou um grosseiro etnocentrismo. Estaríamos avaliando a *situação social* estudada com conhecimentos disponíveis para “nós”, que t(iv)emos acesso às páginas de *Um Brasil diferente*, mas que acabariam se confundindo com os conhecimentos do nosso “outro”, errando ao “conferir aos autores intenções ou categorias carregadas de sentidos bastante distantes daqueles disponíveis em sua época” (Bittencourt, 2013, p. 22).

Nossa proposta, porém, é outra. Sugerimos antes, na **Introdução**, levar realmente a sério o que dizia o (anti)*paranista* Wilson Martins, tratando-o como um informante. Nesse sentido, aliás, aquele a(u)tor está sendo aqui tomado como parte de uma estratégia de construção de conhecimento “diagonal”, como o que o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva concluiu ter obtido durante seu trabalho de campo junto a casas de terreiro, em que o acesso a dados fornecidos por terceiros acabou constituindo uma estratégia de pesquisa:

A antropóloga Rita de Cássia Amaral relata algumas das situações pelas quais a maioria dos etnógrafos da área [das pesquisas sobre as religiões de matrizes africanas] certamente já passou: RITA AMARAL [...] Em geral [o informante pai-de-santo] vai falar mais sobre a casa dos outros, e assim o conhecimento do

¹⁰ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba. 16 de julho de 1873. (Apud: Martins, 1989 [1955], p. 205).

candomblé é sempre diagonal. Você entrevista um e aprende sobre o outro. Até você perceber que isto pode se tornar uma estratégia (Silva, 2006, p. 43).

O que temos sugerido é que teses potencialmente polêmicas, como as do *vazio* local, já figuravam nos textos que provocaram indignação em David Carneiro. Este, aliás, e segundo Wilson Martins lembraria anos mais tarde, era um “grande nome do paranismo” que seguiria sendo um dos seus adversários mais radicais, pois “até era violento”: “Uma vez ele declarou a alguém que se me encontrasse na rua só não me dava uma surra por motivos óbvios. Eu só soube disso muito mais tarde. [...] Mas havia nesse momento até animosidades pessoais. Contra mim, em particular, era conhecidíssimo” (2005, p. 209).

É difícil mensurar, mas certamente um dos fatores dessa grande animosidade foram o prestígio e a projeção, inclusive em termos nacionais, de Wilson Martins. Além de aparecer em periódicos de Curitiba e de fora do Paraná, como *O Estado de São Paulo* – jornal de grande circulação e representatividade, inclusive fora desse importante centro que era São Paulo na época –, e de ocupar uma posição influente no governo do interventor federal Manoel Ribas, o Wilson Martins da metade dos anos 1940 já contava com outras fontes de reconhecimento social e intelectual. Embora ainda não fosse “unanimemente considerado o mais importante crítico literário brasileiro”, e nem o “professor catedrático de literatura na Universidade Federal do Paraná” (Oliveira, 2005, p. 215) – posição que ocupava quando da primeira edição de *Um Brasil diferente* –, a atividade radiofônica que desenvolveu lhe emprestava, especialmente junto ao público curitibano, a “projeção” social de “locutores famosos”, além de “muito glamour” (Quadros & Kaseker, 2010, p. 3, 5, 12).

Tinha sido entre 1940 e 1942, quando saiu do emprego com a finalidade de assumir o cargo público de “Oficial de Gabinete” de Manoel Ribas (Martins, [s. d.], p. 24), um dos “apenas dois locutores” da PRB-2, a Rádio Clube Paranaense, que seria até “1946, quando foi inaugurada a *Marumby*, [...] a única emissora de Curitiba” (Quadros & Kaseker, 2010, p. 1, 4). É perfeitamente imaginável, então, que tenha ganhado naquela oportunidade alguma “projeção com o poder do rádio de então”, que “deixa de ser uma novidade tecnológica e passa a ocupar a posição de importante veículo de comunicação, um artigo de primeira necessidade” (2010, p. 3), somando-se assim ao fato de que, a partir de 1942, passa a escrever periodicamente crítica literária em *O Dia* (Sanches Neto, 1997, p. 57).

Conforme é admitido pelo próprio David Carneiro em seu depoimento à polícia, um dos sérios problemas ligados à circulação do texto “Literatura do Paraná”, de Wilson Martins, era a sua eventual representatividade como posição oficial do governo do estado, em função do lugar central ocupado pelo autor junto à administração pública do Paraná:

[...] que a seu vêr o signatario do artigo em referência, como funcionário do Gabinete do Senhor Interventor, não devia manifestar em publico a sua opinião com tanta precipitação e imprudencia, fazendo afirmações injustas, pois que póde parecer a muitos que se trata de opinião governamental (Carneiro, 1943b).

Embora não mencionado abertamente, outro ingrediente que muito provavelmente potencializou a revolta paranista de David Carneiro contra o conteúdo do texto foi o fato de que o jornal indicava, numa pequena nota, o seguinte: “Atendendo a uma solicitação que lhe foi endereçada, O DIA transcreve, data venia, da revista ‘Cultura Política’, do Rio, o artigo seguinte” (Martins, 1943). Assim, o texto desmerecendo a cultura parananaense não se tratava apenas de uma posição originada de um representante público do estado, mas da republicação de conteúdo já divulgado junto a outro canal de comunicação oficial. Um veículo de muito maior repercussão nacional na época, a revista *Cultura Política*.

Nada mais, nada menos, que a revista “oficial do Estado Novo” (Oliveira, 2011, p. 145), que desde março de 1941 vinha divulgando mensalmente, e nos seus “48 números publicados” até outubro de 1945, “as transformações socioeconômicas, culturais e políticas pelas quais passava o país”, fazendo um grande balanço disso e abrindo “espaço para uma manifestação cultural conjunta: a construção da unidade nacional” (Bastos, 2011, p. 450).

Que lugar, não é mesmo, para denunciar pública e nacionalmente o imobilismo da cena cultural paranaense, onde só então é “que sinto que se processa uma mudança nêsse ambiente de indiferença e de incompreensão” (Martins, 1943) e que muito pouco tinha além do seu “profundo... nada” para contribuir na construção de uma literatura nacional...?

Deixemos de lado, porém, as eventuais motivações da inconformidade paranista de David Carneiro com o influente e prestigiado Wilson Martins. Retomando, agora, a utilização da nossa estratégia de acúmulo de informações obtidas de um modo “diagonal”, queremos seguir explorando as contrariedades que nosso informante antiparanista expunha em relação aos paranistas. Homens que, na sua avaliação, deixaram uma obra “de uma pobreza lamentável”, pois “a produção dessa gente (paranistas) era muito pobre, com exceção de Romário Martins, que esse deixou uma obra histórica” (Martins, 1995, p. 204).

1.3. O que faz do Paraná, um *Brasil diferente*? Wilson Martins (en)contra o paranismo

Já vimos que Wilson Martins, assim como David Carneiro, foi um dos construtores e incentivadores da imagem do Paraná *branco*, algo diferente do país negro e miscigenado. Essa circunstância teria feito dele, segundo alguns estudiosos do tema, um continuador do

paranismo. Um seguidor das grandes linhas da interpretação regionalista sobre a formação do estado, fundada na presença de uma gente branca que contrastava esta região e o Brasil.

Como já antecipamos, porém, não era só um Paraná *branco*, alternativo a um Paraná *negro*, que estava em questão. Os discursos mais difundidos, hoje, sobre a distinção do estado em relação ao restante do Brasil estão sustentados, isto é óbvio, na atribuição de uma imaginada branquidão à sua gente. Não se trata, no entanto, de qualquer branquidão.

É uma branquidão de tons “loiros” que se costuma atribuir a essa gente.

Um Brasil diferente de Wilson Martins destacava em suas páginas que não “é, pois, somente a alvura da pele o que impressiona o observador do homem paranaense: é todo o conjunto de traços físicos europeus, que se substituíram aos da definição clássica do ‘brasileiro’” (1989 [1955], p. 135). Para sustentar sua afirmação, recorria às impressões de viagem de Nestor Victor, redigidas no início do século. Nelas, esse paranaense morando no centro do país externava sua surpresa com a “nova sub-raça paranaense” que encontrou nas crianças que avistou ao retornar à capital do estado, pois, “na sua maior parte, elas têm cabelos loiros e olhos azuis” (Victor, 1996 [1913], p. 65; Martins, 1989 [1955], p. 134).

É importante destacar que as duas obras, a de Wilson Martins na década de 1950 e a de Nestor Victor nos anos 1910, foram encomendadas e/ou canceladas pelo governo do estado, emprestando-lhes um caráter de versões oficiais sobre o Paraná e sobre a sua gente.

No início dos anos 1910, Nestor Victor, nascido em Paranaguá e posteriormente estabelecido em Curitiba e no Rio de Janeiro, já era um intelectual de renome quando foi convidado a voltar a sua terra, contando em livro suas impressões de viagem, conforme “contrato feito entre o autor e o Presidente Afonso Camargo”.¹¹ Expoente do movimento literário simbolista no Paraná e no Rio de Janeiro, tinha na época vários títulos publicados e estava prestigiado por seu trabalho na capital federal, onde escrevia para grandes jornais.

Uma reedição de seu *A terra do futuro* saiu em 1996 pela *Coleção Farol do Saber*, organizada pela prefeitura municipal de Curitiba durante a gestão do “neo-paranista” Rafael Greca (Bueno, 2009, p. 146), figura orgulhosa de “resgatar esta obra rara da estante paranista”.¹² Entre os integrantes do conselho editorial da série – que republicou várias obras aqui citadas, tanto de autoria de “paranistas” como Romário Martins, David Carneiro e Bento Munhoz da Rocha, quanto as narrativas de viagem pelo Paraná histórico deixadas por Saint-Hilaire e Bigg-Wither –, estavam o prefeito neo-paranista e Wilson Martins.

¹¹ Sem autoria. “Nestor Vítor: um olhar do crítico sobre o Paraná”. (In: Victor, 1996 [1913], p. XV).

¹² MACEDO, Rafael Greca de. Sem título. (In: Victor, 1996 [1913], p. V).

Wilson Martins, por sua vez, não recebeu dos cofres públicos para escrever seu ensaio sobre o Paraná. De toda sorte, suas relações com o governo da época são notórias.

O livro *Um Brasil diferente* é dedicado ao governador Bento Munhoz da Rocha, que na época contava com “a assessoria de um pequeno grupo de amigos, dentre os quais está Wilson Martins” (Oliveira, 2005, p. 219). As reflexões de Wilson Martins no campo da sociologia, aliás, se combinavam às intervenções de Bento nos domínios da política:

Os discursos de Bento Munhoz, durante seu governo, se coadunam com as preocupações reveladas por Wilson Martins em seu trabalho. De fato, as ligações do último com o primeiro não eram simplesmente intelectuais. [...] É de se supor, assim, que Martins e Bento estivessem unidos por laços de amizade e uma mesma visão da política e do estado paranaense, ou que o *paranismo* de Bento houvesse inspirado Martins (Oliveira, 2005, p. 219, grifado no original).

Alguns anos mais tarde, o já então ex-governador, cuja formação acadêmica o fizera, desde os anos 1940, também “professor de História e de Sociologia na Universidade do Paraná” (Szwako, 2009, p. 46), utilizou a figura de uma “mancha loira” para retratar o perfil populacional dos estados da região sul do país (Szwako, 2009; Cordova, 2009).

A imagem de um “Brasil diferente” teve ressonância, inclusive no tempo. Em 1989, o caráter *oficial* do livro de Wilson Martins ganhou solidez com o apoio da secretaria de cultura do Paraná para uma republicação da obra por uma editora de São Paulo. Intitula-se assim, também, uma coleção patrocinada pelo governo do estado quase 50 anos depois da primeira edição de *Um Brasil diferente*, já às portas do século XXI. Quanto a isso, o jornalista Luiz Claudio Soares de Oliveira nos conta que uma série de obras sobre temas paranaenses foi “publicada pela Imprensa Oficial do Paraná, como parte da ‘Coleção Brasil Diferente’, organizada por Miguel Sanches Neto, no ano de 2000” (Oliveira, 2009a, p. 12).

Essa coleção republicou uma obra quase contemporânea a *Um Brasil diferente*, e bastante próxima à sua proposta. Trata-se do *Paraná Vivo*, de Temístocles Linhares, que foi companheiro de Wilson Martins na redação da revista *Joaquim* (Oliveira, 2009a). Originalmente editada em 1953, um dos maiores indicativos de “sua importância reside no fato de ter sido encomendada pelo governo do estado por ocasião da celebração do centenário de emancipação, o que demonstra seu papel dentro do movimento de ‘construção do estado’ daqueles anos 1950” (Oliveira, 2009b, p. 27-28). Segundo Oliveira, nesse livro o “tema da diferença estava exposto e sua origem estava novamente na história da imigração”. Quando contrastado com o restante do país, o conjunto de singularidades (positivas) “do estado tinha por elemento central o imigrante, e, em especial, o imigrante alemão, descrito como virtuoso, tenaz, responsável e independente” (2009b, p. 28).

Se Temístocles Linhares demonstrava uma grande admiração pelo elemento germânico que viera para o Paraná, dois anos depois Wilson Martins faria uma espécie de apologia desse imigrante. Acabou, inclusive, acusado por seus críticos de supervalorização dos alemães como elementos formadores do estado, em desfavor de outros grupos étnicos.

Um exemplo contemporâneo dessa crítica foi localizado junto ao acervo particular do maior nome do paranismo, Romário Martins. Mesmo já falecido desde 1948, foi seu genro, Marcial Maciel, quem recebeu carta de agosto de 1955, com “umas considerações sobre o recente livro”, em que o responsável “parece que foi amigo da onça do Paraná, mas, sobretudo, dos pobres colonos polacos”. O objetivo da carta, segundo o remetente cuja assinatura é ilegível, era tornar pública a contrariedade com o conteúdo da nova obra:

Como faço referência ao seu saudoso sôgro, o grande e inesquecível Romário Martins, espero que o sr. as insira nas apreciadas colunas de “O Dia”.

Também o sr., brilhante jornalista que o é, deveria dizer algo a respeito do livro, que não condiz com a cultura do autor.¹³

Outro crítico foi Ruy Wachowicz, que anos depois, em sua *História do Paraná*, afirmaria, segundo o depoimento de um comentador da obra, que aparece montada nas páginas de *Um Brasil diferente* “uma hiperbolização do imigrante germânico (dedica 771 linhas a essa etnia no livro) em contraposição ao imigrante polonês (dedica apenas 41 linhas), cuja corrente migratória é a mais importante do estado” (Oliveira, 2005, p. 220).

Aliás, esse mesmo leitor e comentador da obra de Wachowicz endossaria a opinião em artigo lançado anos depois, ao afirmar que Wilson Martins tratava “em especial dos alemães, super valorizados em relação a italianos ou poloneses” (Oliveira, 2009b, p. 27).

Esses imigrantes alemães, os primeiros das várias correntes estrangeiras que vieram ao estado em quantidade expressiva no oitocentos, seriam uma espécie de pioneiros do processo civilizatório no Paraná, até então um território *deserto*, um grande *vazio* de gente.

Admitindo abertamente seu propósito de destacar o protagonismo alemão no processo de formação sociológica do estado, o autor chega a brincar com uma polêmica historiográfica da época, que dizia respeito a uma improvável origem germânica de um dos primeiros desbravadores brancos do estado, e fundador de povoações nesse território: “Que belo romance, e como seria bom para o meu livro que o Ébano Pereira, explorador dos sertões curitibanos, fosse o alemão Heleodoro Eobanus!” (Martins, 1989 [1955], p. 40).

Outro expressivo indicativo da atenção de Wilson Martins à situação do imigrante de ascendência germânica em terras paranaenses é a quantidade de vezes que recorreu ao

¹³ Carta datilografada de [assinatura não identificada] ao “Exmº Sr. Dr. Marcial Maciel”. Curitiba, 27 de agosto de 1955. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 15. Volume 01.

trabalho etnográfico sobre o tema realizado por Emílio Willems. Intitulado *A aculturação dos alemães no sul do Brasil – estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, o livro publicado em 1946 pela Companhia Editora Nacional, no interior da prestigiada coleção Brasileira, é uma das obras mais referenciadas por *Um Brasil diferente*, tendo sido “citada 24 vezes por Martins” (Oliveira, 2009b, p. 27).

Em termos de número de referências, aliás, a obra de Willems só é menos citada que uma outra, à qual Wilson Martins recorre em 25 passagens de *Um Brasil diferente*.

Trata-se justamente de *A terra do futuro*, sobre a já citada viagem de Nestor Victor ao Paraná. Esse autor enxergava no planalto paranaense, assim como faria Wilson Martins, a realização de uma experiência social diferente daquela característica das cidades do litoral. Inclusive em termos da pouca representatividade do elemento formador português.

Ao subir a serra pela estrada de ferro que liga ao planalto curitibano a cidade de Paranaguá, na planície litorânea paranaense, Nestor Victor dizia observar o gradativo desaparecimento da arquitetura de linhas lusitanas, substituída pela construção imigrante:

[...] como sugestão viva de paisagens exóticas, depara-se-nos um *chalet* de madeira, mais ou menos na forma dos *chalets* suíços. A quem vem da marinha, na construção de cujas cidades predomina o pesado gosto português, parece, com aquela vista, transportar-se a gente, de súbito, para outro mundo e outro clima, sendo muito natural pensar-se logo no frio do norte europeu (Victor, 1996 [1913], p. 63, grifado no original).

Essa espécie de transição para “outro mundo”, alternativo ao das cidades de “marinha”, em que o agenciamento humano sobre a natureza tipificado naquela arquitetura singular se somava a um igualmente insólito ambiente frio, formava o *binômio* a ser tão destacado por Wilson Martins. Uma gente e sua cultura *europeias* mais um clima *europeu*.

Foi em tal “zona fria pelo privilégio das grandes altitudes” que “começamos aqui a encontrar-nos com a nova sub-raça paranaense”, uma experiência social inédita no estado e no país, mas “por enquanto ainda quase toda no planalto” (Victor, 1996 [1913], p. 64, 65).

Podemos identificar no Nestor Victor do início do noventa, portanto, as bases da ideia de *Um Brasil diferente* no sentido consagrado por Wilson Martins na década de 1950. Baseado na ideia de identidade entre uma gente branca e o clima frio, ambos tidos como partes de uma espécie de combinação *civilizadora*, Martins entendia que a natureza do planalto paranaense dava as condições de fixação de uma sociedade moderna, aos moldes da europeia: “O clima como que convidava, assim, o homem europeu a criar na região paranaense uma nova civilização européia, uma Europa austral” (1989 [1955], p. 24-25).

Só que esse “homem europeu”, visto como agente civilizador por Wilson Martins, não era qualquer europeu. Esses atores da civilização em terras paranaenses eram, já tivemos oportunidade de conferir, especificamente os imigrantes “do norte europeu”.

Conforme o entendimento de Wilson Martins, portanto, o “homem paranaense” incorporava elementos étnicos que não estavam incluídos nas noções mais tradicionais sobre o que era ser brasileiro, geralmente baseadas no tripé portugueses, negros e índios:

E se em certas regiões brasileiras o esquema da população pode ser o “triângulo retângulo” a que se referia o sr. Afonso Arinos de Melo Franco – tendo por hipotenusa o elemento português, o índio como o lado mais curto e como lado mais longo o africano – aqui a figura geométrica seria, na mais simplificadora das hipóteses, um polígono irregular de sete lados, cujas faces, em extensão decrescente e de tamanho variável, representariam os elementos polônês, ucraniano, alemão, italiano, os “pequenos grupos”, o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante” (1989 [1955], p. 108).

A diferença entre o paranaense e outros brasileiros, portanto, não era determinada apenas pela baixa representatividade do negro e do indígena. Ela estava caracterizada, também, na completa inexpressividade do elemento português entre a gente paranaense, já que aquele europeu não era sequer citado expressamente na *geometria* branca do Paraná. Quando muito podemos supor que Wilson Martins o considerasse nos “pequenos grupos”.

Conforme Wilson Martins diz textualmente na conclusão de *Um Brasil diferente*, a “civilização original” que se estava a presenciar no estado fora formada, historicamente, sem a “escravidão, sem negro, sem português e sem índio” (1989 [1955], p. 446). Para ele, no Paraná tanto negros quanto lusos “não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis”, destacando-se assim a sua “inoperância” (Martins, 1989 [1955], p. 5, 6).

Além de defender a ideia de que o Paraná era praticamente um *vazio* até a chegada dos imigrantes, o autor argumentava a respeito da inexpressividade social dos poucos “brasileiros típicos” que até então tocavam suas vidas em terras paranaenses. Em 1903, por exemplo, quando se organizou a Exposição do Cinquentenário do Paraná, o descompasso entre as contribuições dos *novos* e dos *antigos* paranaenses teria ficado evidente: “A maior parte das firmas e pessoas que expuseram ostentavam nomes estrangeiros e entre os premiados não há praticamente nomes luso-brasileiros” (Martins, 1989 [1955], p. 188).

A sociologia de Wilson Martins dialogava muito de perto, portanto, com certas representações e concepções muito presentes entre a gente europeia chegada ao país. Qual seja, a de que os novos habitantes tinham aqui uma missão a ser começada do zero, já que, entre “os imigrantes europeus e seus descendentes”, a atividade de “colonização é definida como um processo civilizatório instaurado na selva brasileira” (Seyferth, 2000, p. 98).

Ou, segundo o vocabulário *paranista* da época, de *civilização no sertão*.

Toda a argumentação de Wilson Martins sobre a importância do (re)conhecimento do papel cumprido pelo imigrante no processo de *civilização* do Paraná girava em torno da reversão de uma tendência que, segundo seu parecer, tinha uma conotação “nacionalista”. Os sentimentos de “nacionalismo” ou “nativismo”, segundo o autor, orientavam “a ‘atitude espiritual’ do brasileiro diante do imigrante”, relação quase sempre marcada pelo que ele classificava de uma “hostilidade nacionalista” (Martins, 1989 [1955], p. 111, 112).

Com uma perspectiva de (re)discussão do que é ser nacionalista em mente, Wilson Martins acabou dando voz e repercutindo os argumentos de alguns homens ligados à imigração, que defendiam haver espaço para o diferente, como o loiro de olhos claros, nos projetos de criação de uma identidade nacional para o país. É o caso, por exemplo, da chancela que dá às ideias do “sr. Oscar Schrappe Sobrinho, adiantado industrial paranaense de ascendência germânica”, expostas em *O Estado do Paraná* de 18 de agosto de 1951:

“[...] Evidentemente, há uma veia de discriminação racista que só procura ver brasilidade em quem lhes pareça conveniente ou simpático, sem ter em conta que os homens de olhos azuis e cabelos loiros têm tanta honra e consciência, tanto patriotismo e real amor aos nossos vínculos de brasilidade quanto qualquer outro componente da grande e unida família brasileira” (Martins, 1989 [1955], p. 113).

Esse tipo de concepção, mobilizadora da diversidade brasileira, contrariava ideais e projetos de bastante prestígio à época, como as campanhas políticas da era Vargas, que, segundo a leitura da antropóloga Giralda Seyferth, receitavam que “os imigrantes deviam cumprir as expectativas de unidade nacional – unidade de raça, de língua, de pensamento, de cultura”: “E foi em nome de uma futura homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram uma campanha (de ‘nacionalização’) para impor o ‘abrasileiramento’” (2000, p. 92).

Se grande parte da propaganda governamental da época gravitava em torno do nacionalista “ideal de caldeamento e assimilação” (Seyferth, 2000, p. 91), podemos sugerir que David Carneiro estava falando rigorosamente a mesma coisa, embora com sua própria terminologia. Para a paranista, em razão do “amalgama geral de raças” então verificado, eram positivas “tôdas as propagandas de sadio nacionalismo” (Carneiro, 1944a, p. 19, 25), já que elas é que permitiriam “que se vá à unidade cultural” (Carneiro, 1944a, p. 105).

Wilson Martins, por sua vez, sugeria que a nacionalização seria mais bem percebida quando admitida “essa admirável diversidade brasileira que é, sem dúvida, o fundamento mesmo deste livro” (1989 [1955], p. 280). Uma leitura correta do Brasil, destituída da presunção de unidade, é que permitiria observar melhor os sinais de “um longo processo de aculturação hoje vitorioso” e da “efetiva assimilação dos contingentes estrangeiros, não a

um tipo teórico de brasileiro – ou de brasileiro típico de outras regiões – mas ao brasileiro tal como ele é, atualmente, no estado do Paraná” (Martins, 1989 [1955], p. 212, 276).

Em resumo, o que o autor de *Um Brasil diferente* estava se empenhando em afirmar é que a polêmica de repercussão nacional sobre a importância da “assimilação” das várias etnias estrangeiras que chegavam em levas sucessivas ao Paraná e ao sul do país era um problema de ordem menor. Isto porque “o homem que nasce no Paraná é, do ponto de vista étnico, profundamente internacional”, um quadro social que, aliás, dava “à civilização paranaense o seu caráter próprio e inconfundível” (Martins, 1989 [1955], p. 172).

Ao invés de *teorizar* o Brasil em termos de unidade, o autor sugeria pensá-lo pelo viés da diversidade incontestável que o país abrigava. Nesse sentido, aliás, reiterava um argumento já colocado no artigo que provocou os ânimos paranistas (Martins, 1943), no qual sugeria (re)tratar a literatura nacional considerando as suas diversidades regionais:

Entretanto, a coisa não pode ser encarada debaixo desse aspecto unitário. Não que haja diversas literaturas dentro de nossa pátria; mas a verdade é que, dentro desta imensidade territorial que constitui uma unidade política e social, a literatura apresenta-se com diversas nuances [...] as características regionais inevitáveis que o ambiente imprime à formação psicológica, espiritual, de seus homens.

Muito embora este tipo de argumento possa parecer deslocado diante do cenário de nacionalização da época, ainda mais se pensarmos que ele circulou o país inteiro através da revista oficial do Estado Novo, seu “regionalismo” não estava desacompanhado. Como nos adverte Elide Rugai Bastos, o que uma análise da revista *Cultura Política* nos permite observar é que se “essas forças [regionalistas] são reprimidas, o cenário da diversidade cultural das regiões é acentuado como ponto importante da nacionalidade” (2011, p. 450).

Voltemos, agora, à (auto)identificação do nosso informante Wilson Martins como um intelectual que, embora também regionalista, estava filiado ao grupo dos antiparanistas. Penso que podem nos ajudar a entender melhor essa classificação não só a defesa que fez do protagonismo dos grupos *estrangeiros* no processo de desenvolvimento regional do Paraná, colocando em dúvida o papel desempenhado pelos (luso-)brasileiros, mas também a sua proposta de problematizar a noção de (unidade) *nacional*. Wilson Martins se intitulava assim justamente porque enxergava no regionalismo paranista tradicional um conservadorismo nacionalista, identificável, por exemplo, em “Romário Martins, cuja má vontade com relação ao vulto da influência estrangeira é conhecida” (1989 [1955], p. 125).

Seguindo a estratégia de pesquisa antes aludida, seguiremos as pistas deixadas por esse informante antiparanista na nossa obtenção de conhecimento “diagonal” sobre o teor “nacionalista” das reflexões de Romário Martins e outros paranistas, como David Carneiro.

Da mesma forma, o descrédito em relação às contribuições *étnicas*, ou culturais, dos portugueses no estado do Paraná nos ajudará a compreender melhor a contrariedade e desconfiança de David Carneiro, assim como dos paranistas em geral, em relação ao perfil das teses sustentada por Wilson Martins e pelos seus companheiros de antiparanismo.

1.4. O que faz do Paraná, Brasil? O paranismo, David Carneiro e o processo de civilização luso-brasileira do estado

A questão da xenofobia no paranismo, e particularmente em Romário Martins, é um assunto espinhoso, que já rendeu alguma discussão acadêmica. No trabalho fundador de Pereira, a própria adoção do termo “paranismo” aparece como uma estratégia romariana de integração do imigrante à identidade local: “o termo era mais abrangente que paranaense e suficiente para dar conta do cosmopolitismo do Estado, repleto de imigrantes e migrantes, com costumes e tradições das mais diversas partes do país e do exterior” (1998, p. 78).

Para ele, o movimento paranista teria se estruturado “sem qualquer resquício de xenofobia” (Pereira, 1998, p. 83), na medida em que, para ser reconhecido como tal, como um paranista, “não havia a necessidade de se ter nascido no Paraná” (Pereira, 1998, p. 80).

Outro estudo, que aborda o paranismo nas artes visuais, adere a essa interpretação, embora ressalve que essa visão mais cosmopolita tenha sido uma aquisição de Romário ao longo de sua trajetória como pensador das coisas do Paraná, não estando presente em seus primeiros escritos: “Romário Martins, teve inicialmente [...] certa restrição aos imigrantes vindos da Europa, considerando-os elementos perturbadores” (Bueno, 2009, p. 39).

A mesma linha de interpretação foi seguida por outro estudioso do paranismo nas artes visuais, que sublinha que o viés cosmopolita do paranismo nos anos 1920 significava uma reformulação em relação aos próprios conceitos romarianos: “Já distante das preocupações com os imigrantes, presentes em seus escritos da virada do século, Romário Martins agora constrói um ideário que serve para quase todos” (Camargo, 1997, p. 156), tentando dar conta de “Estados cosmopolitas como o nosso, povoado pelas imigrações”.¹⁴

Muito da argumentação de Pereira (1998) se construiu num diálogo crítico com um trabalho do historiador Ruy Wachowicz, de 1974, sugestivamente intitulado “Os advenas e os paranistas na obra de Romário Martins”. Nesse texto, o autor sustentava a tese de que o entendimento romariano de paranismo tinha de ser compreendido de modo contrastivo, já que o primeiro termo “tem um sentido oposto ao de advena” (Wachowicz, 1974, p. 121).

¹⁴ MARTINS, Romário. *Paranismo*: mensagem ao Centro Paranista. Curitiba, [1927]. Apud: (Camargo, 1997, p. 156).

Associando o paranismo a uma espécie de nativismo xenofóbico, que encontrou lugar junto a movimentos conservadores de reação à imigração e aos seus (bem-sucedidos) expoentes, Wachowicz argumentava que o termo paranista era tomado como um adjetivo, designando “os intelectuais nativos que cultuavam e divulgavam a história e as tradições da terra” (1974, p. 121). Advena, por sua vez, tinha a função de nomear de modo negativo:

Para caracterizar o imigrante estrangeiro e seus descendentes, a “inteligência” paranaense luso-brasileira identificou um termo próprio: *advena*. De tanto este termo haver sido utilizado para rotular os imigrantes estrangeiros, adquiriu o mesmo, ao menos regionalmente, uma conotação até certo ponto pejorativa (Wachowicz, 1974, p. 120-121, grifado no original).

Não faz parte dos objetivos desta pesquisa aprofundar o conhecimento sobre a obra romarianana. Entretanto, um contato mínimo com suas ideias foi necessário, na medida em que, como veremos na sequência do trabalho, o *iniciador* do movimento paranista não só manteve contatos pessoais com David Carneiro, fazendo parte de seu círculo de amizades, como parece ter exercido grande ascendência intelectual sobre o *último dos paranistas*.

Propusemo-nos a ler, em razão disso, textos de Romário publicados na *Ilustração Paranaense* e na revista *A Divulgação*. Seus livros, porém, não foram estudados a fundo. Entretanto, procuramos conhecer a bibliografia sobre o autor e comentadores de sua obra.

Mesmo baseado nessa aproximação superficial com as ideias romariananas, tendo a concordar com Pereira (1998). Não me parece que haver nascido no Paraná fosse condição indispensável para ser reconhecido como paranista. Contudo, essa aceitação do não nativo tinha um preço. A condição era não se comportar como *advena*, caso daqueles “elementos exóticos e de alma exótica” que, aqui recebidos, “foram se acumulando em diversas regiões do país, num crescendo inquietante para os ideais formadores da nacionalidade”.¹⁵

As citações do parágrafo acima são palavras do próprio Romário Martins, tiradas de um livro de 1941, chamado *Quantos somos e quem somos*. Nele, segundo o leitor Ruy Wachowicz, as influências do panorama nacionalista da época são bastante sensíveis:

Romário Martins não fugiu à regra. Contribuiu para o aumento do chauvinismo brasileiro. [...] A chamada “nacionalização da cultura” promovida pelo governo do Estado Novo em 1937 e 1938 exacerbou os ânimos. Romário Martins editou sua obra “Quantos somos e quem somos” em 1941, em plena Guerra Mundial e após a “campanha de nacionalização da cultura” (Wachowicz, 1974, p. 123).

De fato, outros trechos da obra explicitam sua proposta conservadora. De resistir às mudanças trazidas pelos advenas, levantando inclusive a bandeira de uma campanha de reversão das eventuais transformações ocorridas e de retorno às tradições da terra. Seu

¹⁵ MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos* – Dados para a história e estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1941. p. 212. Apud: (Wachowicz, 1974, p. 121).

conteúdo traz uma pauta de intervenção social mais ou menos subjacente, sem mascarar a intenção de “volta à matéria prima nacional, ao apêgo às nossas matrizes étnicas que deram à nossa nacionalidade sua fisionomia tradicional e a unidade de sua alma histórica”.¹⁶ A figura mais expressiva do regionalismo paranista admitia abertamente, então, sua atenção ao “problema da nossa unidade étnica, ou, pelo menos de nossa subsistência nacional”.¹⁷

Outro comentador da historiografia romariana, no entanto, argumenta que essa preocupação com as tradições brasileiras ameaçadas pelas etnias estrangeiras não deve ser atribuída apenas ao ambiente de nacionalismo promovido pelo Estado Novo. Para Nadalin (1974), em sintonia com o que afirmam Bueno (2009) e Camargo (2007), os escritos da mocidade romariana também foram muito marcados pela reserva em relação ao imigrante.

Esse comentador, logo depois de citar um trecho de *Quantos somos e quem somos* em que são feitas duras críticas às “ilhas étnicas” e àquilo tudo que elas representavam em termos de “acumuladores de sérios problemas para a nacionalidade”,¹⁸ pondera o seguinte: “Não é possível analisar essa atitude do autor somente em função da conjuntura, pois, quando jovem, sua linguagem era muito mais agressiva em relação à colonização estrangeira, sendo seu principal alvo o grupo imigrante alemão” (Nadalin, 1974, p. 89).

A fim de sustentar seu argumento, o autor recorre a um texto anônimo de 1900, mas com autoria bastante provável de Romário Martins, em que o orgulho brasileiro é acionado como antídoto contra os malefícios da invasão de estrangeiros resistentes à nacionalização:

O allemão, com muito pouca excepção, continúa no Brazil sendo *allemão* até a 2.^a e 3.^a geração. [...] Esta é que é a verdade, da qual ninguém se preocupa ostensivamente, mas que é preciso que os bons Brasileiros tenham muito em vista, afim de poderem afirmar, agora e sempre, que isto é nosso e que nos havemos de manter na posse do nosso territorio, [...] expulsando-o à bala do nosso território, quando se torne uma ameaça á nossa nacionalidade.¹⁹

Independente de o texto ter sido redigido por Romário, ou não, o mesmo ganhou espaço num almanaque organizado pelo *príncipe dos jornalistas paranaenses*, o que indica algum grau de alinhamento com os argumentos sustentados por um eventual colaborador.

Se o paranismo de Romário Martins era caracterizado por essa *má vontade* com o advena – como denunciava o antiparanista Wilson Martins –, no discípulo paranista David Carneiro também figurava certa reserva em relação ao elemento estrangeiro radicado no país, especialmente dirigida aos imigrantes alemães. Tal reserva foi externada em algumas

¹⁶ MARTINS, Romário. *Quantos somos...* (1941). Ibidem, p. 213. (Apud: Wachowicz, 1974, p. 122).

¹⁷ MARTINS, Romário. *Quantos somos...* (1941). Ibidem, p. 208. (Apud: Wachowicz, 1974, p. 121).

¹⁸ MARTINS, Romário. *Quantos somos...* (1941). Ibidem, p. 56. (Apud: Nadalin, 1974, p. 89).

¹⁹ [MARTINS, Romário]. “Uma viagem pelo Paraná”. *ALMANACH do Paraná para 1900*. Curitiba: Livraria Economica, 1900. Apud: (Nadalin, 1974, p. 89).

passagens de sua obra. Um exemplo disso é a acusação que faz, embora de maneira bastante subliminar, à falta de sensibilidade patriótica da “fundição Mueller, em Curitiba”, que colaborou no “bombardeio à heróica cidade da Lapa” ao realizar, sob as ordens dos federalistas, “a confecção de balas de canhão em abundância” (Carneiro, 1944b, p. 184).

Alinhando-se às críticas romarianas, denunciadas como hostilidade nacionalista por Wilson Martins, David Carneiro acusava o pouco abasileiramento do alemão, notável no uso incorreto da língua portuguesa e na resistência aos costumes brasileiros, já que “há bisnetos de colonistas alemães, falando com sotaque carregado, o português, e ligado mais à cultura dos patrícios dos seus antepassados do que à nossa” (Carneiro, 1944a, p. 83).

Conforme a antropóloga Giralda Seyferth, foi muito por conta das características do nacionalismo brasileiro da época, que podemos enquadrar “na concepção do ‘nacionalismo étnico’ tal como evidenciada na literatura pertinente”, que juízos negativos como o de “brasileiros sem *brasilidade*” ganharam corpo (2007a, p. 276, 278, grifado no original):

No caso aqui analisado, a aspiração do nacionalismo brasileiro à univocidade pela assimilação dos ádvenas colidiu com a realidade empírica representada pelas “colônias alemãs”, embora essa não fosse a única a causar inquietações. Assinaladas as diferenças, descobertos os brasileiros sem *brasilidade*, o caminho para a imaginada unidade esbarrava no “perigo”: a presença de cidadãos étnicos, naturalizados ou nascidos em território brasileiro, formando um corpo estranho, uma indesejada minoria que afrontava a tradição colonial luso-brasileira de cultura, língua e mistura racial (Seyferth, 2007a, p. 278, grifado no original).

Críticas ao bisneto de alemães que mal falava português sinalizam que a cidade experimentada por David Carneiro trazia alguns traços da Curitiba de outros tempos. Lugar que viu uma igreja neogótica, de arquitetura *importada*, ser erguida por uma gente falando uma língua incompreensível: “Pode-se imaginar a população curitibana, numa tarde qualquer de 1863, no Largo da Matriz, aturdida com aquela equipe que, além de construir de maneira inusitada, ainda conversava num idioma estranho” (Sutil, 2009, p. 55).

Muito embora fosse improvável uma cena assim em 1944, tempos de desconfiança com a influência nazista e numa cidade com anos e anos de convívio com os *estrangeiros*, inclusive da quarta ou quinta geração nascida no Brasil das famílias *alemãs* que chegavam ao país desde 1824, vale observar que a Curitiba em que David Carneiro cresceu era a sede do *Der Kompass*. Esse jornal, redigido em alemão, era um dos mais “bem conhecidos dos brasileiros”, estando entre os periódicos teuto-brasileiros que “só encerraram suas longas carreiras durante a campanha de nacionalização”, em 1939 (Seyferth, 2007a, p. 282, 283).

Conforme nos lembra Giralda Seyferth, a questão do imigrante e de sua integração étnica ao país estava na base da campanha de nacionalização, que foi “deixando de ser, simplesmente, retórica” ao longo dos cinquenta anos que se sucederam à origem do Brasil

republicano (2007a, p. 300). Conforme suas observações, a nacionalização do *estrangeiro* foi “preconizada desde o início da República, mas implementada, de fato, durante o Estado Novo”, através de uma “campanha de nacionalização forçada” (Seyferth, 1994, p. 112).

Em 1937 foram fechadas as escolas étnicas, um indicativo importante da relevância que se dava à “língua e o papel da educação nos processos assimilacionistas – portanto, a ênfase recaía na nacionalização cultural como passo indispensável da assimilação” (Seyferth, 2007a, p. 300). Em seguida, 1939, a nacionalização teve outros desdobramentos, “e, para acelerar seu curso, o governo federal determinou a extinção das instituições comunitárias, proibiu o uso da língua alemã e as publicações em alemão e enviou unidades do exército a várias cidades situadas nas regiões de colonização” (Seyferth, 1994, p. 112).

Conforme advertido por Seyferth, esse processo de nacionalização forçada não se limitou aos *estrangeiros* alemães, afetando também o cotidiano de imigrantes de outras origens étnicas, mas também é verdade que a “campanha, contudo, concentrou-se nas ‘colônias alemãs’, consideradas mais refratárias à assimilação” e mais visadas em razão do “curso da segunda guerra mundial” e das suspeitas de “presença nazista” (1994, p. 112).

Se alguns dos fundamentos da concepção “retórica”, ou teórica, dessa campanha de nacionalização vinham sendo discutidos pela intelectualidade brasileira desde muito antes do contexto de exceção proporcionado pelo Estado Novo, David Carneiro sustentava, por sua vez, que algumas de suas estratégias de ação deveriam ser preservadas mesmo depois de terminada a guerra mundial contra o eixo formado pela Alemanha, Itália e Japão:

Também o decreto, proibindo o uso do alemão e do italiano como do japonês ficará inútil, si se cingir ao período desta guerra a que assistimos e si não fôr criada lei especial, considerando ilegal o uso de língua materna aos elementos colonistas (alemão em colônia alemã, polonês em colônia polonesa, italiano em colônia italiana, etc...) até que a definitiva amalgamação se dê, em fórmula completa (Carneiro, 1944a, p. 106-107).

A nacionalização, para ele, devia ser um processo permanente, gerando resultados conforme uma escala de potencial de assimilação e fazendo assim as “diluições na massa existente” primeiro “do italiano, e enfim do polonês e do alemão” (Carneiro, 1944a, p. 84).

No imenso laboratório racial imaginado por David Carneiro, portanto, alguns (re)agentes sociais eram considerados mais facilmente amalgamáveis, numa escala de “diluições na massa existente”. Assim, ele praticamente repetia os esquemas explicativos daquele autor que parece ter sido uma das suas grandes influências intelectuais. Em 1932 Oliveira Vianna “lançou o anátema do infusível – talvez a frase mais conhecida do livro *Raça e assimilação*: ‘O japonês é como o enxofre: insolúvel’” (Seyferth, 2008, p. 166).

Muito por conta desse tipo de restrição em relação aos *colonistas*, considerados peças resistentes à assimilação ou à amalgamação e, portanto, uma ameaça à unidade cultural e às tradições brasileiras, é que David Carneiro afirmava que as campanhas de *sadio nacionalismo* eram muito bem-vindas. Seus ganhos não só não minavam as bases do seu orgulho regionalista – fundamentos sobre os quais a leitura de mundo carneirana se assentava –, mas permitiam aos não brasileiros – e, portanto, não paranaenses –, começarem a ter acesso às fontes de orgulho dessa(s) terra(s) em que agora viviam, pois “o imigrante nem sequer tem resquícios da própria cultura geral do Brasil” (1944a, p. 104):

Acontece, porém, que o imigrante não se tornou ainda “brasileiro”, e, por isso mesmo, estará incapaz de se sentir paranaense, visto que só quem é profunda, visceral e completamente brasileiro, é que pode ser gaúcho, paulista, carioca, capichaba ou cearense (Carneiro, 1944a, p. 103).

Aquela coerência regionalista que antes associávamos ao paranismo de David Carneiro, afirmando a importância de que no Brasil o nacional passe antes pelo regional, aqui se encontra reformulada, estando todos os esforços de David Carneiro direcionados ao inverso. Ou seja, a demonstrar que, no Brasil, “só pôde, como dissemos, ser gaúcho, carioca ou capichaba quem fôr fundamentalmente [sic] brasileiro”, e, portanto, só será “completamente paranaense” quem for “antes genuinamente brasileiro” (1944a, p. 104).

Se estar “cheio de adventícios de outros Estados” era um problema sério, pois o “adventício brasileiro, é nosso, mas inerte quanto à cultura local” (Carneiro, 1944a, p. 104), havia ainda uma questão de outra ordem, ou seja, os “adventícios européus” (p. 83), quase sempre “pensando à européia” e “sem acompanhar a vida do nosso torrão” (p. 104).

O problema “adventício”, então, podia se referir tanto ao paulista Wilson Martins quanto ao imigrante futuramente saudado por *Um Brasil diferente*, ambos muitas vezes indiferentes às coisas do estado e a “seus feitos no âmbito cultural ou histórico” (Carneiro, 1943b). Orientado por um nativismo muito semelhante ao identificado pelo antiparanista em Romário Martins, o *último dos paranistas* montou um verdadeiro esquema da estrutura social paranaense. Sociedade dividida entre *eles*, os *outros*, adventícios de qualquer origem nacional ou regional, e *nós*, os nativos do Paraná, separados pelo nascimento e pela ancestralidade portuguesa: “Enfim, ao lado do imigrante e do adventício há o paranaense aqui nascido, e filho de raça luzitana, pura ou mesclada” (Carneiro, 1944a, p. 104).

Quando o assunto era a questão da introdução do estrangeiro no país e no estado o regionalismo paranista e o nacionalismo brasileiro não eram, portanto, nada incompatíveis.

Muito pelo contrário, aliás.

Penso que o homem processado em 1943-44 por incentivo ao regionalismo estava mais animado por um espírito de “brasilidade” do que o paranista de anos antes. Decerto porque afetado pelo conteúdo das campanhas nacionalistas conduzidas pelo Estado Novo e também por conta dos seus contatos desde 1937 com o novo órgão federal de patrimônio.

Vejamos alguns exemplos.

Sua já tantas vezes citada *História psicológica do Paraná*, obra contemporânea ao processo sofrido diante do Estado Novo, sublinhava que olhar a trajetória desse estado em suas relações com o centro do país permitiria entender que ele “não deixou, jamais deixaria de ser Brasil”, porque sua gente “nunca perturbou, em seu território, as ações do governo federal, mesmo no tempo da federação mais desenfreada” (Carneiro, 1944a, p. 90).

Na mesma época, nosso personagem editava um segundo livro tendo como tema a história do cerco da Lapa e o papel cumprido pelo estado na consolidação do governo republicano no Brasil. Trata-se de *O Paraná e a Revolução Federalista*, de 1944, versão revisada e bastante ampliada de *O Cerco da Lapa e seus heróis*, lançado dez anos antes.

Nessa versão atualizada, figura com muita força o argumento do caráter de “brasilidade” da resistência antifederalista organizada no estado do Paraná: “Nas hostes de Gumerindo [Saraiva, uma das lideranças federalistas], dado o pouco amor às tradições do Brasil tomado em conjunto, como nação, mesmo entre aqueles que vinham do norte do país, não havia o que hoje se chama de ‘espírito de brasilidade’” (Carneiro, 1944b, p. 66).

Em dez anos, portanto, assumira novos contornos e se refinara a ideia de que a luta federalista era uma “luta impatriótica” (Carneiro, 1934a, p. 36), que tinha em Gumerindo um líder vilanizado, cuja postura demonstrava que “a ideia separatista entrara fundo nos espíritos”, querendo tornar autônomo não só o Rio Grande do Sul, mas também o Paraná:

Mais tarde, Gumerindo, que não tinha ideal outro além de subir ao poder, envaidecido com suas efêmeras vitórias, e orgulhoso do seu título de general, ainda não prevenido contra os bajuladores que o elevavam a ecêssos, faria em Ponta Grossa, um manifesto separatista diferente, convidando Rio Grande, Santa Catarina e Paraná a formarem uma só república (Carneiro, 1934a, p. 42).

Além de sublinhar o separatismo das lideranças federalistas, inclusive lembrando a ascendência sobre esse grupo dos projetos emancipacionistas de alguns dos expoentes do movimento farroupilha, em 1944 David Carneiro também reforçava a *não-brasilidade* da campanha federalista ao destacar o *estrangeirismo* presente na composição de suas tropas: “Nas forças dos revolucionários de Gumerindo, havia muitos veteranos da campanha dos Farrapos. A maior parte das forças de Aparício [Saraiva, irmão de Gumerindo], por outro lado, eram compostas de orientais, entrerrianos e corrientinos” (Carneiro, 1944b, p. 66).

Em 1944, portanto, nosso representante do “regionalismo” paranista não indicava quaisquer traços mais sérios de negação do nacionalismo brasileiro. Ou, de acordo com o conceito da vez, de descrédito da “brasilidade”. Muito pelo contrário, aliás. Já vimos que as campanhas nacionais de “caldeamento e assimilação” eram acompanhadas pelo nosso paranista, embora num vocabulário bem particular. Racializando a questão, mas com certas pinceladas culturalistas, o autor saudava “tôdas as propagandas de sadio nacionalismo” em função do “amalgama geral de raças” ocorrido no estado (Carneiro, 1944a, p. 25, 19).

Como já foi assinalado por Giralda Seyferth, tratar a combinação entre os *nacionais* e os imigrantes estrangeiros em termos de “assimilação” significava conduzir o debate também no universo da cultura, e não mais exclusivamente no dos componentes raciais:

Na percepção da identidade nacional brasileira o elemento básico é a assimilação porque esta supõe o “abrasileiramento” num sentido mais geral do que a própria mestiçagem, dado seu conteúdo cultural. De certa forma, assimilação e mestiçagem são complementares na concepção do povo e, por extensão, da sua cultura. Mas essa cultura é, para esse nacionalismo, luso-brasileira porque seus fundamentos vêm de Portugal (Seyferth, 2007a, p. 308).

Combinado com um vocabulário racial cada vez menos aceitável e todas as inegáveis implicações racistas de seu pensamento social, David Carneiro se mostrava relativamente apropriado de uma série de revisões intelectuais próprias de seu tempo. Um de seus grandes motivos de preocupação, aliás, era da ordem da educação e da cultura, ou seja, que os “adventícios européus” fossem abrasileirados, ficando assim “integrado[s] nas nossas tradições e conhecendo a nossa cultura profundamente” (Carneiro, 1944a, p. 83).

Baseado em ideias sobre a (possibilidade de) existência (futura) de uma unidade luso-brasileira, Carneiro argumentava que havia uma tradição cultural, e portanto étnica, que não podia ser desconsiderada ao se tratar da identidade social (da *parte*) paranaense. O Brasil de seu tempo estava para o elemento formador português assim como o estado do Paraná estava para os antigos curitibanos que tocavam suas vidas no *Paraná tradicional*, gente de origem, cultura e tradições portuguesas em sua grande maioria. O homem que ocupa(va) esse território, conforme o paranista, “é **Paranaense** como foi **Curitibano**, brasileiro agora como antes fôra português” (Carneiro, 1944a, p. 96, grifado no original).

Quando observava que os “paranaenses, na massa da população, somos brancos (Carneiro, 1944a, p. 55), o autor da *História psicológica do Paraná* não estava, ao contrário do que poderíamos concluir numa análise menos detida e superficial, dizendo exatamente a mesma coisa que Wilson Martins afirmaria em seu *Um Brasil diferente*.

Para ele, os “curitibanos primitivos, os de antes das colonizações nórdicas, os de sangue anterior às mesclas, [...] descendemos diretamente dos portugueses” (Carneiro,

1944a, p. 55). Isso é o que dizia em “Origem histórica da nossa timidez”, o quarto artigo da série redigida para o jornal *O Dia*, mas que acabou não circulando na imprensa diária.

Tudo se passava como se David Carneiro estivesse afirmando que os imigrantes das “colonizações nórdicas” eram, sim, muito bem-vindos, com sua pele e seu *sangue* brancos. Como não estar aberto e receptivo, aliás, a uma gente cuja “fusão” fazia do paranaense “raça de valor máximo no conjunto brasileiro” (Carneiro, 1944a, p. 28)? Havia condições, porém. Que se deixassem *diluir, mesclar, fundir* ou *amalgamar* racialmente e *assimilar* culturalmente àqueles homens de *raça* e *tradições* “brancas” que já estavam nessa terra antes deles. Uma terra orientada por valores europeus trazidos pelo colonizador português.

Vejamos a questão sendo elaborada nos termos do próprio David Carneiro (1944a):

É indispensável, todavia, para o bem do Estado e seu progresso crescente, sobretudo social, no conjunto brasileiro e americano, que haja *amalgamação* completa do brasileiro descendente de luso e do que provém de outras raças e povos da perturbada Europa, afim de que aqui constituamos uma nação com todas as grandes características das pátrias grandes pela liberdade, pela cultura, pela tradição, tendo em cada um dos seus filhos um apaixonado defensor dos seus méritos e um propugnador das suas futuras, imprevisíveis grandezas (p. 82-83).

Um índice dessa assimilação cultural, que devia estar combinada à *amalgamação* de raças *outras* ao *nós*, brasileiros, era o domínio do idioma nacional, herança portuguesa:

Só depois que alemães de sangue, poloneses de sangue, italianos de sangue, tiverem esquecido as línguas dos seus antepassados para procurar cultura universal através do português [...] teremos incorporado os elementos arredios que abrigamos com carinho e que estariam capazes da mais feia das traições com relação ao Brasil (Carneiro, 1944a, p. 105).

O raciocínio de David Carneiro estava muito próximo, portanto, daqueles esquemas montados pelos nacionalizadores do período, em que, segundo Seyferth, numa “equação simples, no cálculo do suposto caldeamento para a unidade, os imigrantes entravam com a ‘raça’ e os brasileiros com a ‘cultura’ (que inclui a língua nacional)” (2000, p. 97-98).

Ao mesmo tempo, porém, tudo nesse raciocínio estava bem distante daquilo que o “regionalista” Wilson Martins sustentaria uma década depois, ao falar sobre a relevância de serem consideradas as diversidades da nação brasileira, fossem culturais ou regionais.

Vimos rapidamente, na **Introdução** deste trabalho, que Wilson Martins projetava em *Um Brasil diferente* uma espécie de sequência aos trabalhos de interpretação do país realizados pelo pernambucano Gilberto Freyre. Este autor, ao centrar sua análise no nordeste brasileiro, não conseguira dar conta do país inteiro, demandando assim outras “*monografias regionais*” inspiradas nos seus “*admiráveis estudos*”, para que o “*conjunto da sociologia brasileira*” refletisse a realidade nacional (Martins, 1989 [1955], p. 4). Assim se incluiria nas leituras do país a região sul, onde não adiantava tentar achar “um

‘tipo brasileiro’ que aqui não existe”, sendo até inviável “encontrar no Paraná homens e mulheres semelhantes a pernambucanos e baianos” (Martins, 1989 [1955], p. 172).

Um dos grandes motivos dessa diferença, segundo Wilson Martins, é que nesses nordestinos o “caráter” do *tipo brasileiro* fora impresso, segundo a “lição” freyreana, pelos costumes tradicionais nos “vastos domínios da ‘cultura luso-tropical’” (1989 [1955], p. 5).

Assim, conforme a crítica de Martins, um dos “momentos em que discordo dos seus pontos de vista” (1989 [1955], p. 5) era quando esse intérprete social do Brasil confundia um tipo “regional” com o tipo “nacional” brasileiro, posto que ambos seriam igualmente formados, segundo sua ótica, nas mesmas “tradições”, ou seja, na cultura luso-brasileira.

No seu entendimento, isso fatalmente excluiria o homem paranaense do “tipo” brasileiro, já que a imaginada “assimilação” cultural dos estrangeiros aqui chegados não só não fora feita ainda, como era completamente irrealizável nos termos pretendidos:

Por isso, o problema da *assimilação*, de que tanto e por vezes tão primariamente se fala, é aqui um pouco mais complexo do que parece à primeira vista: porque ela não pode receber como padrão um “tipo brasileiro” que aqui não existe, ou que somente existe com características que são muito pouco “brasileiras”, no sentido tradicional da palavra (Martins, 1989 [1955], p. 172, grifado no original).

Parte considerável das ideias de Wilson Martins estava bastante distante, portanto, daquelas da sua fonte de inspiração intelectual, Gilberto Freyre. O pensador pernambucano do país se destacaria, nos anos 1940, por encampar ideias de fundo *nacionalista*, baseadas, por exemplo, na convicção sobre a existência, ou a necessidade de existência, de uma base cultural comum a toda gente estabelecida em terras brasileiras. Desafiou, por exemplo, as argumentações étnicas e multiculturalistas de gente ligada à imigração, ideias “chamadas de antiluso-brasileiras” por Freyre”, já que “a base na nação é, para Freyre, a cultura de origem portuguesa, que num Brasil plural, está aberta a outras culturas desde que conservados os valores tradicionais e a língua portuguesa” (Seyferth, 2007a, p. 304, 303).

Tudo se passava como se estivesse sendo dito que, se os brasileiros se mostravam receptivos em termos de abertura à mestiçagem *racial*, nada mais sensato do que exigir reciprocidade em termos culturais. Então, “na lógica do assimilacionismo, quem tem de ceder é o elemento imigrado, o ‘estrangeiro’”, pois só com a não resistência dessas minorias étnicas se veria realizada a “idéia de um Estado-nação onde todos os cidadãos compartilham da mesma cultura e formam uma única sociedade” (Seyferth, 1994, p. 120).

Eis, em linhas gerais, a linha de raciocínio sustentada por Gilberto Freyre, um dos principais teorizadores da nossa “suposta tolerância racial” (Schwarcz, 2012, p. 42), mas que não abria mão da sua rigidez cultural, muito ameaçada, aliás, nas *partes* ao sul do país:

A excursão que fiz há pouco aos estados do sul do Brasil proporcionou-me a oportunidade de ver nitidamente confirmados perigos para a integridade luso-brasileira de cultura de que não podemos nos desinteressar: perigos já meus conhecidos através da leitura de livros e de artigos de revistas, em que se vêm exprimindo, nos últimos anos, imperialismos de raça e de cultura voltados com empenho particular e insistência significativa para campanhas de desprestígio das tradições luso-brasileiras.²⁰

Nosso personagem, nativo desse sul do país potencialmente ameaçado de desarticulação, dividia com o intérprete nordestino da nação suas preocupações quanto aos problemas que a *miscigenada* cultura brasileira enfrentava na região. Concluía num tom de saudosismo muito semelhante ao do autor de *Sobrados e Mucambos* (1936), por exemplo:

Bons tempos esses dos capitães-mores... Deles pouca coisa resta em costumes atuais. [...] O surto civilizador que sentimos tem sido necessário e tinha que vir. O que nos entristece é que ele surja trazido pelos colonos de raças não-ibéricas, e contribua cada dia mais para apagar as velhas e respeitáveis tradições de nossos avós, que poderiam ser conservadas, casando-se com o progresso. Que mal haveria, por exemplo, que os nossos prefeitos se chamassem capitães-mores, e tivessem em dias solenes, como insígnias, o espadim e o bastão? (Carneiro, 1995 [1942], p. 100).

O trecho acima foi tirado de *O Paraná na história militar do Brasil*, de 1942, de um capítulo chamado “Surto civilizador luso-americano”. O nome nos parece sugestivo porque traz essa identidade “hifenizada” (Seyferth, 2000), com a qual o Sphan lidava diretamente através da noção de “luso-brasileiro” e que aparece também em outros momentos do livro. Quando são contados, por exemplo, movimentos da “conquista do solo luso-americano, do futuro Brasil, tal qual é hoje” (Carneiro, 1995 [1942], p. 64). A noção figura também na sua variante não continental, quando se detalha a estrutura do “exército luso-brasileiro” (p. 201) ou então ao citar “uma reação luso-brasileira” a ações militares “hispânicas” (p. 110).

Conforme a antropóloga Giralda Seyferth (2000), foi num ambiente de polêmicas entre nacionalistas e minorias étnicas regionais que ganharam sentido essas identidades “hifenizadas”, que estavam sendo muito acionadas naquela época pelos grupos imigrantes. A fim de dar conta, ao mesmo tempo, do pertencimento étnico e cultural, ou mesmo racial, *estrangeiro* e da garantia aos direitos políticos como cidadãos fixados no território nacional *brasileiro*, se tornaram cada vez mais comuns designações como ítalo ou teuto-brasileiros:

A reivindicação da cidadania levada a efeito por lideranças locais e regionais de diferentes grupos de imigrantes tinha relação direta com essa questão política, e o argumento mais comum, sobretudo nos meios teuto-brasileiros, mas que estava presente em outros grupos, afirmava a compatibilidade entre etnicidade e cidadania, reificando identidades *hifenizadas* como expressão de uma vinculação nacional de origem e da cidadania brasileira (2000, p. 94, grifado no original).

Essas identificações com um *hífen*, porém, não eram utilizadas só pelo imigrante.

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife, [s.n], 1940. p. 56 (Apud: Seyferth, 2007, p. 303).

Elas figuravam, também, em discursos contrários à imigração, ou ao menos cheios de restrições em relação a ela, alimentando um tipo de pensamento que, segundo Seyferth, “teve sua expressão mais radical nos escritos de Silvio Romero sobre o ‘perigo alemão’”:

Deutschtum, italianité e outros termos denotativos de etnicidade expressam uma realidade heterogênea repudiada pelo pensamento nacionalista brasileiro e pelos políticos e burocratas que propunham e discutiam as políticas imigratórias. As *identidades duplas*, conforme Silvio Romero (1906), ofendiam a integridade nacional; e este autor recriminou mais duramente aquela que foi elaborada para designar os descendentes de imigrantes alemães – *teuto-brasileiros* (ou *Deutschbrasilianer*) (Seyferth, 2000, p. 95-96, grifado no original).

Sobre isso, Seyferth estudou uma obra de 1906, intitulada *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*, em que o então consagrado Sílvio Romero:

[...] mostrava-se preocupado com a concentração de europeus no sul que, segundo sugere num opúsculo contra a imigração alemã, poderia resultar em grande desigualdade regional (o sul europeizado e o norte atrasado e mestiço), perigosa para a unidade nacional, ou na secessão dos dois estados mais ao sul (Seyferth, 2008, p. 151).

Como notado por Seyferth (2007a), essas menções à probabilidade de uma divisão territorial do país tinham muito a ver com o ambiente da época, em que o “imperialismo alemão estava mais em evidência” pelo contexto colonial (p. 288). Desde muito antes, porém, Romero já vinha sutilmente tratando da questão. Segundo Seyferth, em sua obra de referência sobre a literatura no país, de 1888, “Romero apenas mencionou a possibilidade da independência do sul caso não fosse concretizada a assimilação dos alemães” (2007a, p. 288). Na obra de 1906, porém, voltaria ao tema animado, defendendo “a necessidade de assimilação forçada” diante da “ameaça à integridade nacional” (Seyferth, 1994, p. 111), e vendo indícios de “um movimento que pretendia levar os colonos à independência política, formar outro estado no sul do Brasil com apoio da Alemanha” (Seyferth, 2007a, p. 296).

Oliveira Vianna, outro pensador do país empolgado com a imigração branqueadora, também dividia essas reticências ao processo de concentração de imigrantes no sul do país. Preocupado com as consequências prováveis em termos de *estrangeirização* dessa região, chamava atenção para o problema da “assimilação” desses europeus na “raça” brasileira:

A assimilação, particularmente na sua concepção biológica (ou como sinônimo de caldeamento), foi amplamente discutida e tem sua versão mais minuciosa em termos estatísticos (ainda que obscuros) no trabalho de Oliveira Vianna, publicado em 1932 com o título (significativo) *Raça e assimilação*, no qual estabelece, inclusive, graus de “fusibilidade” de cada etnia imigrada para constatar, com certo desalento, que a “fusão” racial no sul ocorria entre grupos europeus (Seyferth, 2008, p. 151).

Diante do fortalecimento do nazismo e do ambiente criado pela segunda guerra, por sua vez, a ameaça de desintegração se tornou cada vez mais plausível, revigorando assim:

[...] o ideal brasileiro de formação do Estado nacional através de um processo de assimilação de todos os imigrantes e seus descendentes, [que] chegou a seu ponto crítico na década de 1930, quando a velha retórica racial do nacionalismo pangermanista (que ficou em segundo plano nos anos 20), ressurgiu de forma mais cristalizada através da propaganda nazista (Seyferth, 1994, p. 112).

É nesse mesmo contexto, anos 1930 e 1940, que temos observado David Carneiro.

Da mesma forma, podemos ver na defesa da cultura luso-brasileira encabeçada por Gilberto Freyre alguns sinais de que ele “acompanhou a polêmica sobre o *Deutschtum* que atravessou, com particular intensidade, toda a década de 1930” (Seyferth, 2007a, p. 303).

Sobre esse contato de Freyre com as reivindicações étnicas, que ele admite que conheceu inicialmente em livros e revistas, aliás, a autora frisa que o problema dos quistos étnicos representados pelas isoladas colônias rurais imigrantes se tratava de uma questão basicamente urbana, alimentada pelos circuitos editoriais e pela imprensa. Nesse sentido, a autora não só assinala que o “germanismo” era “o pensamento das camadas mais abonadas e intelectualizadas da população de origem alemã”, mas que seu público estava próximo:

[...] os ideais germanistas externalizados pelas elites urbanas chegaram até os nacionalistas brasileiros através das publicações em idioma alemão. Matérias publicadas em jornais brasileiros, relatos de viagem, trabalhos de historiadores – brasileiros e estrangeiros – que informaram sobre a colonização alemã deram conta da vida cotidiana e das diferenças socioculturais incômodas que configuraram limites étnicos (Seyferth, 2007a, p. 272, 284-285).

Podemos imaginar, portanto, o ambiente de etnicidade vivido por David Carneiro. Que não só residia na cidade do *Der Kompass* e de outros jornais étnicos, como o “polonez ‘LUD’”, que em 1938, com quase 20 anos de circulação, lançava uma matéria de conteúdo inacessível aos nacionais sobre a *História do Paraná* de Romário Martins (Janiewski, 1938), uma terra em que bisnetos de *colonistas* ainda mal falavam nosso idioma e tinham “veleidades de conservar tradições trazidas de além mar” (Carneiro, 1944a, p. 83).

Lembremos, ainda, que David Carneiro também experimentava, em documentos e livros sobre a história local, um contato regular com uma Curitiba multiétnica, em que, por exemplo, se dizia que em 1872 o “*elemento germanico pareceu-me ter se multiplicado, e as peles morenas e os cabelos pretos dos meus companheiros brasileiros davam ideia de estarem fóra de lugar, em sua propria capital*” (Carneiro, 1942, p. 12, grifado no original).

Alguns poucos anos depois, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, informava “aos seus leitores da Côte” (Carneiro, [s/d], p. 51) a respeito desse ambiente diferente do local, notado durante a cobertura jornalística da viagem imperial ao Paraná, em 1880. Pela transcrição documental de David Carneiro: “Ao penetrarem na cidade foram SS. MM. acompanhadas por uma guarda de honra formada por 50 alemães, a cavalo, trazendo os estandartes alemão e brasileiro, e fahas de corêes da nacionalidade alemã” ([s/d], p. 51).

Outro exemplo desses contatos constantes com uma realidade histórica de fortes traços étnicos foi quando se propôs a tratar das circunstâncias que levaram, durante a idolatrada resistência armada aos federalistas na cidade da Lapa, “os alemães a formarem os batalhões ‘teuto-brasileiros’, os poloneses a formarem os ‘polono-brasileiros’, e os italianos a formarem os célebres ‘garibaldinos’” (Carneiro, 1944a, p. 80). Para o autor, sem dúvida “uma demonstração de adesão ao país, uma prova de brasilidade”, que fez com que esses homens ficassem em “igualdade adquirida com os nativos” (Carneiro, 1944a, p. 80).

Com a derrota na luta armada e a ocupação federalista do estado, porém, a divisão entre *nativos* e *adventícios* volta a ser acionada para explicar a realidade histórica, já que o “paranaense de origem lusa, êsse continuou na luta política”, enquanto os “descendentes de colônos abstiveram-se por completo de qualquer ação cívica” (Carneiro, 1944a, p. 81).

Conforme já notado por uma sociologia dedicada a estudar os grupos “vencedores” do estado (Oliveira, 2001), a ideologia do Paraná *branco* montada por David Carneiro e outros regionalistas ligados às genealogias familiares dominantes, caso emblemático de Romário Martins, tem de ser distinguida da ideologia do “Paraná europeu e loiro”, baseada no “impacto dos imigrantes”, que muito pouco tem “que lembre o esforço de continuidade do ‘paranismo’ em situar uma comunidade política tradicional no Paraná” (2001, p. 185).

E se o projeto do paranismo era este mesmo, fazer (re)conhecida e consagrada uma identidade *regional* tradicional e com continuidade histórica, centrada na figura (étnica) do ancestral “paranaense de origem lusa”, que oportunidade de promover essa identidade nacionalmente pelo novo serviço federal de patrimônio histórico, não é verdade...?

Que chance de dissuadir e tentar desfazer aquela identidade paranaense que Wilson Martins e outros defensores das etnicidades imigrantes no país ajudaram, em espaços mais ou menos visíveis nacionalmente, mais ou menos prestigiados social e intelectualmente, a construir e a fazer convencer. Qual seja, uma identidade regional que (re)tratava a gente do Paraná mais ou menos como ela vinha sendo (re)tratada nos escritos de renomados e influentes intérpretes do país – como um Sílvio Romero, Oliveira Vianna ou um Gilberto Freyre –, quase “como se não fôssemos filhos do Brasil” (Carneiro, 1995 [1942], p. 171).

Que chance de tentar reverter a imaginação social sobre um enorme *vazio* territorial e histórico, que ainda estava a demandar gente, cultura e literatura, fosse a de estrangeiros muitas vezes ligados às “tradições de além-mar”, fosse a de jovens “adventícios” com suas cabeças *cosmopolitas*, “ignorantes” das inquestionáveis “realizações culturais” do estado.

David Carneiro teve esta oportunidade. E não deixou escapá-la.

Isso é o que analisaremos melhor adiante. Antes disso, porém, veremos que se David Carneiro não apresentava um comportamento sempre rígido e *coerente*, deslizando muitas vezes de suas convicções mais regionalistas e provincianas para posições menos desconectadas do nacionalismo, e tendo transitado com igual desenvoltura pelos mundos do movimento paranista e da instituição encarregada da preservar sem regionalismos o patrimônio nacional brasileiro, foi porque tais processos de identificação social (e étnica) dependiam das relações sociais em que tinham lugar, mantidas sempre em “situação”.

Como, aliás, o conhecimento antropológico acumulado nos ajuda a compreender. Ainda mais para alguém movido pelo estranhamento, e mais acostumado a uma identidade regional fortemente pautada em artifícios de diferenciação entre *a parte e o todo*.

CAPÍTULO II - Os paranismos, David Carneiro e o fazer antropológico: construindo um estranhamento e um informante

Vimos na **Introdução** que eu não era, ao chegar em Curitiba, só mais um gaúcho *desgarrado do pago*, passando à condição de mais um *adventício* em terras paranaenses. Eu era, também, um historiador de formação acostumado a certa tradição gaúcha de contação do passado regional, agora diante de formas estranhas, bem pouco familiares, de narrar a trajetória de um estado, o Paraná, na sua relação com a trajetória histórica do país.

Essa minha situação de grande estranhamento, aliás, foi o que me levou a querer estudar sob uma perspectiva antropológica o paranismo “nacionalista” de David Carneiro.

Para sustentar esse tratamento antropológico a um tema do passado, considerei a possibilidade de me valer de David Lowenthal, que intitulou assim um de seus livros: *The past is a foreign country*, ou “o passado é um país estrangeiro”. O autor indicava com essa bonita metáfora uma circunstância às vezes não muito óbvia. A de que lidar com gente de tempos pretéritos muitas vezes é como lidar com os *nativos* da antropologia, tal pode ser a sensação de alteridade diante desses *outros*, e tal pode ser a distância que separa as formas de experimentar e compreender as coisas do mundo do pesquisador e dos pesquisados.

Seguindo essa linha de raciocínio, por estarem situados nos distantes anos 1920, 1930 e 1940, há quase cem anos, David Carneiro e seus colegas paranistas seriam *outros*, figuras sujeitas a uma leitura antropológica nos anos 2010. A alteridade está colocada.

Não é só isso, porém. A lida com esse *outro* encarnado nos paranistas da primeira metade do novecentos foi decorrência do contato pessoal com um outro *outro*, ou seja, com algumas expressões de *paranismo* observáveis nas primeiras décadas deste nosso século.

Um reposicionamento físico e espacial, portanto, me conduziu a fazer uma *viagem* temporal, que me colocou em contato indireto, via documentos escritos, com os atores sociais que fizeram o paranismo no passado. O tempo passado, esse “país estrangeiro” que, para Sahlins, “é também outra cultura”: “E, se é outra cultura, descobri-la requer, então, alguma antropologia – o que sempre significa alguma comparação cultural” (2006, p. 10).

Em ambos os casos, portanto, estava numa situação de encontro de dois mundos e de possibilidades abertas de comparação cultural, o que alinhava minha posição ao fazer da disciplina: “De fato, a antropologia, mesmo antes do que afirmou Malinowski na penúltima linha da introdução aos *Argonautas*, representa um empreendimento que se sustenta sobre o encontro de dois mundos” (Giumbelli, 2005, p. 104). Assim, seria importante, segundo

Emerson Giumbelli, conceber e tratar a “antropologia como uma perspectiva”, uma experiência que, por estar fundada no “encontro entre mundos diversos, entre ‘nós’ e ‘eles’”, nos permite “tirar proveito da possibilidade de antropologizar tudo” (2005, p. 104).

Se podemos antropologizar tudo, podemos antropologizar inclusive o passado, na medida em que esse *país estrangeiro* fixa bases semelhantes às da antropologia, ou seja, a “diferença cultural entre o antropólogo e os sujeitos estudados” (Frehse, 2005, p. 150).

E se a distância entre o sujeito e o objeto (espacial ou temporal, pouco importa) tem contornos semelhantes em ambas as relações estabelecidas, cuidados semelhantes têm de ser tomados nesses contatos. Deve-se evitar a projeção das categorias do sujeito que está produzindo conhecimento científico sobre as categorias dos seus interlocutores, ajudantes, informantes ou fontes, sob pena de trilharmos os caminhos que levam aos pecados capitais da antropologia e da historiografia. O etnocentrismo, de um lado. O anacronismo, de outro.

Em ambos os casos, portanto, é incontornável, para o sucesso da pesquisa, se identificar com o outro, entendendo suas classificações de mundo em seus próprios termos:

Os historiadores sociais, tal como os antropólogos, são alvos básicos para a crítica do tipo “se eu fosse um cavalo”, tentando, como freqüentemente o fazem, imaginar a si mesmos vivendo em outra época ou lugar e então, de acordo com isso, interpretando o passado. No entanto, sem tais tentativas de empatia, a interpretação etnográfica em história corre o risco de ser vazia e sem alma (Price, 2004, p. 304).

Essa situação inicial de pesquisa, em que a diferença entre sujeito e objeto é dada, alinha as perspectivas da antropologia e da história. Há, portanto, significativas conexões entre estudar os outros distanciados no tempo (objeto privilegiado de uma das disciplinas) e os outros distantes no espaço. Como já alertou a antropóloga Eunice Durham, para quem “muito do trabalho do historiador, feito com documentos e arquivos mortos, se assemelha intrinsecamente àquele que o antropólogo realiza com sujeitos vivos” (1986, p. 33).

Apesar disso, os outros distanciados no tempo não costumam ser um objeto privilegiado da antropologia, já que a disciplina se especializou no recorte sincrônico: seus *outros* usualmente são situados naquilo que, segundo James Clifford, “se convencionou chamar de ‘presente etnográfico’”, noção que excluiu a “pesquisa histórica de longa duração” e os “processos diacrônicos como objeto de trabalho de campo” (2002, p. 30).

Essa especificidade da antropologia nos traz um sério problema a ser discutido quando se quer realizar uma leitura antropológica da história. Qual seja, as técnicas e as formas de abordagem do sujeito em relação ao seu objeto. Se o método por excelência da antropologia se baseia nas possibilidades abertas pelo fato de ser realizada no *presente*, em que é viável a operação de se registrarem as *observações* e a *participação* do etnógrafo,

por outro lado, é condição de uma boa parte das pesquisas históricas o recurso a fontes do *passado*, inevitavelmente produzidas por *informantes* que não são o próprio historiador.

Essa diferença entre o poder observar (e participar de) uma dada realidade social e o ter de recorrer a informações de outros sobre as suas observações (e formas de participar) dessa realidade, longe de ser uma circunstância menor, nos coloca frente a frente com um dos pilares metodológicos da antropologia moderna, que, pelos menos desde Malinowski, sustenta-se no privilégio de “observação-participante” da realidade a ser etnografada.

Na próxima seção procurarei problematizar essas fronteiras disciplinares entre a antropologia e a história, especialmente em termos de perspectiva e da relação entre o sujeito e o objeto, que fazem a antropologia ser sistematicamente associada a um método, o da *observação-participante*, inviável no que diz respeito ao estudo do tempo passado.

2.1. “O passado é um país estrangeiro...”: algumas observações sobre perspectiva e método, ou de como fazer antropologia do passado

A observação-participante está ligada ao chamado “trabalho de campo”, método que demanda necessariamente um deslocamento espacial do etnógrafo e um contato direto com os *outros*, com os nativos estudados. Essas exigências do método se constituíram no interior da disciplina em contraste com os procedimentos anteriormente utilizados, que dispensavam a experiência junto aos nativos e, por consequência, o ir *fisicamente* até eles.

Nesse sentido, um pesquisador que se dispôs a investigar “definições do trabalho de campo antropológico” observou que não são nada incomuns aquelas “definições que perpetuam o modo pelo qual o trabalho de campo originalmente se constitui, ou seja, por oposição à pesquisa conduzida em laboratório ou no gabinete” (Giumbelli, 2002, p. 93).

Uma vez contrastado com o tipo de antropologia realizável nas condições dadas por um *gabinete*, ficam mais bem definidos os contornos do *fazer campo* e as possibilidades que ele oferece em termos de observação e de participação. Assim, “a noção de ‘campo’ em seu sentido clássico na antropologia” é, segundo Frehse (2005), “a de um cenário físico no qual o antropólogo realiza, frente a frente com os sujeitos que estuda, a observação participante das práticas culturais cujos significados lhe interessa apreender” (p. 132).

Contudo, a passagem de uma antropologia de gabinete para um trabalho de campo - ou, melhor ainda, *no campo* - não representou uma simples escolha pelo deslocamento no espaço, mas foi o saldo de um movimento de repensar as formas como se estava abordando e interpretando aqueles homens integrados ao campo, ou seja, os nativos da antropologia.

Em Malinowski, por exemplo, a realização do trabalho de campo é pensada, basicamente, como uma opção capaz de permitir “uma observação verdadeiramente imparcial e objetiva” (1998 [1922], p. 33), característica daqueles que, assim como ele, “buscam uma visão objetiva e científica da realidade” (Malinowski, 1998 [1922], p. 24). Essa possibilidade de observar diretamente a vida dos nativos representava, portanto, uma alternativa às “informações antigas e toscas de viajantes, missionários etc.”, assim como às fontes deixadas pela “curiosidade de amadores” (Malinowski, 1998 [1922], p. 26, 27).

Malinowski duvidava das descrições e informações deixadas por gente como “um negociante, funcionário ou missionário”, que, quando “estabelece relações ativas com os nativos é para transformá-los, influenciá-los, ou usá-los” (1998 [1922], p. 33). Justamente porque eram informações deixadas por atores interessados, os relatos “desse tipo são falsos – e, como tal, a ciência os rejeita inteiramente” (Malinowski, 1998 [1922], p. 28).

É importante sublinhar, disso tudo, que o *campo* se estabeleceu como alternativa ao *gabinete*, criticável na medida em que lidava com fontes produzidas por desconhecedores das regras do conhecimento científico, e que, por isso mesmo, eram fontes desacreditadas:

Num primeiro momento, o material examinado pelos antropólogos ditos “de gabinete” provinha de relatos e crônicas elaborados pelos exploradores, missionários e funcionários coloniais localizados na posição externa e imunes ao controle dos antropólogos (Marques & Villela, 2005, p. 40).

O descrédito diminuía razoavelmente, porém, quando o trabalho longe do campo era conduzido a partir das fontes deixadas pelos “cientistas naturais na coleta de dados, escolha efetuada pelos antropólogos de gabinete, confiantes na maior intimidade destes últimos com os métodos e procedimentos científicos” (Marques & Villela, 2005, p. 41).

Uma série de antropólogos que se valeram de métodos e técnicas alternativos à observação-participante em campo, com o etnógrafo não necessariamente se juntando aos nativos, tem sublinhado o lugar privilegiado que esse procedimento de pesquisa conquistou no interior da disciplina. Giumbelli, por exemplo, destaca que muitas vezes se confunde o método com a própria disciplina, como se aquela técnica definisse a singularidade do fazer antropológico: “a opinião de que o trabalho de campo seja o método privilegiado da antropologia e a sobreposição entre etnografia e trabalho de campo parecem hegemônicas”, construindo assim uma “certa sacralização do trabalho de campo” (2002, p. 92, 103).

Para o autor, essa consagração do trabalho de campo e da observação-participante faz com que “tudo que não implique um contato direto e intens(iv)o com os nativos” seja considerado e classificado como “técnicas *não* antropológicas” (Giumbelli, 2002, p. 94).

Em função dessa identificação do método com a própria disciplina, como realizar, então, uma leitura antropológica do passado, em que se torna simplesmente “impossível o ‘contato com os nativos’” (Giumbelli, 2002, p. 95), na medida em que os “sujeitos de minha investigação não existem mais” (Frehse, 2005, p. 134)? A resposta dada por Emerson Giumbelli e Fraya Frehse tem a ver com a reabilitação de uma figura igualmente presente na antropologia praticada desde Malinowski. Qual seja, a do *informante* nativo.

Conforme a crítica pós-moderna, era muito característico dos primórdios da antropologia moderna, consagradora do trabalho de campo e da observação-participante, que a figura do informante fosse praticamente desconsiderada em razão de toda a carga de legitimidade e de autoridade (auto)projetadas no etnógrafo. Esse entendimento, segundo Clifford, começou a ser consolidado já com os precursores e consagradores do método, gente para quem a objetividade científica devia estar descolada das interpretações nativas: “Após Malinowski, uma suspeita generalizada em relação aos ‘informantes privilegiados’ refletia esta preferência sistemática pelas observações (metódicas) do etnógrafo em detrimento das interpretações (interessadas) das autoridades nativas” (2002, p. 29).

Como nos recorda o antropólogo José Guilherme Magnani, quando Malinowski se dedicou, em *Baloma*, a “reconstituir a crença dos kiriwineses nos espíritos dos mortos”, ele pode “contar com o que eles dizem e com o que eles fazem”, pois interagiu pessoalmente com os nativos. Contudo, “o peso da cada uma dessas fontes de informação, para efeitos de reconstituição das crenças, será diferente” (Magnani, 1986, p. 130). A vantagem é absoluta do olhar do etnógrafo, em prejuízo do ouvir as impressões obtidas pela visão dos nativos.

A chamada virada pós-moderna, com suas críticas sistemáticas a respeito “dos problemas concernentes a falar em nome do outro” (Marques & Villela, 2005, p. 42), fixou as bases para algumas expressivas mudanças dessa perspectiva etnográfica. Uma delas é o próprio reconhecimento do protagonismo do olhar nativo na interpretação das culturas e no seu dizê-la *etnográfico*, mesmo contra a antiga carga negativa projetada nos informantes.

Nesse sentido, de paralelamente destituir a autoridade etnográfica e restituir a legitimidade nativa, é que o antropólogo norte-americano Clifford Geertz advertia não só que “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações”, mas que são interpretações, “na verdade, de segunda e terceira mão”, já que, por “definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura” (1978, p. 25, grifado no original).

Quanto a isso, aliás, James Clifford nos chama a atenção para que o conteúdo do *Argonautas do Pacífico Ocidental*, por exemplo, não tem tanto assim do autor Bronislaw Malinowski, assim como outras tantas etnografias têm muito pouco dos seus redatores:

[...] lemos página após página sobre encantamentos mágicos, nenhum deles, em essência, expresso pelas palavras do etnógrafo. Estes ditados foram em tudo o mais, com exceção de sua inscrição física, escritos por específicos e anônimos trobriandeses. Na verdade, qualquer exposição etnográfica contínua inclui rotineiramente em si mesma uma diversidade de descrições, transcrições e interpretações feitas por uma variedade de “autores” indígenas (2002, p. 49).

Seguindo direção muito semelhante, etnógrafos têm sugerido que “talvez seja mais rentável aproveitar o que o movimento pós-moderno trouxe de proveitoso” e, fazendo-se sabedores de que “só veríamos o que nos fosse dado a ver”, se pusessem a deixar “sempre clara a ênfase da perspectiva” (Marques & Villela, 2005, p. 45). Esses mesmos etnógrafos, ao fazerem um balanço de sua experiência em campo e das relações construídas com os informantes nativos, concluíram, aliás, que “muito do que dissemos sobre essas pessoas, dissemos com eles, mais do que deles ou por eles” (Marques & Villela, 2005, p. 56).

Esse exercício de dizer com os *outros*, levando-os a sério, é o que moveu o trabalho de Marques & Villela, etnografia realizada nos moldes mais canônicos, em que o ato de conversar com os nativos alimentou um “processo de compreensão de seus processos de apreensão e classificação do mundo” (2005, p. 49). Se trocarmos, porém, esses nativos *tradicionais* por documentos, o objetivo do antropólogo pode ser rigorosamente o mesmo:

[...] há como reeditar metaforicamente, no campo que são os arquivos, o contato do antropólogo com as “construções” desses tipos humanos que já não existem, o esquema de classificação destes. Chega-se assim a plagas já bastante conhecidas da disciplina, a seara das representações (Frehse, 2005, p. 149).

Essa opção por uma leitura antropológica do passado, via documentos, embora não oferecendo as mesmas condições de “observação” que o trabalho de campo no *presente* e cuja “participação” etnográfica é simplesmente inviável, não está muito distante, aliás, do que alguns antropólogos têm feito, ou podem fazer. Incluindo, aí, aqueles que obedecem aos cânones metodológicos, inclusive o seu fundador e/ou consagrador, Malinoski.

Explico-me melhor.

- - - - -

Há casos em que a observação-participante é simplesmente impossível, ou difícil de ser realizada nos moldes tradicionais. É o caso, por exemplo, da antropologia da violência, como a já citada etnografia de Marques & Villela (2005), que fizeram campo no sertão de Pernambuco, estudando brigas de família. Os autores citam a reflexão de Dennis Rodgers, teórico que sublinha o “caráter mediatizado da antropologia que estuda a violência”, já que

os “estudos que se debruçam sobre a violência limitam-se à realização de entrevistas e a metodologias não-participativas, retrospectivas e externas ao contexto da violência”.²¹

Outro caso que dispensou, por razões incontornáveis, a observação-participante é a etnografia produzida por Karina Biondi a respeito do Primeiro Comando da Capital (PCC), agrupamento político de presos e detentos sediado em São Paulo. Como mulher de detento, a antropóloga teve uma oportunidade de acesso ao mundo da gente que faz o PCC, mas essa abertura foi, obviamente, muito limitada. O cotidiano da prisão não era observável, e menos ainda participável, a não ser quando visitava o marido: “Cabia a mim observar, ouvir, sentir, experimentar cada um dos *dias de visita*” (2010, p. 43, grifado no original).

O recurso aos informantes, os *nativos* ligados ao PCC, se tornava, assim, uma estratégia fundamental, pois a etnógrafa precisava “aproveitar as raras ocasiões nas quais estabelecia conversações com outros presos, além do meu marido” (Biondi, 2010, p. 43).

O próprio Malinowski, com sua visão hierarquizada e altamente condescendente em relação ao papel de objetividade cumprido pelo cientista-etnógrafo, admitia situações em que os informantes nativos ficavam numa condição de quase horizontalidade em relação aos homens de ciência que buscavam compreender os sistemas culturais nativos.

Quando a observação-participante do etnógrafo era inviável, havia uma alternativa a essa impossibilidade. Qual seja, treinar o olhar do nativo e transformá-lo num informante confiável, assim como era o antropólogo. Assim, dizia o autor do *Argonautas* em seu texto igualmente clássico sobre os *baloma*: “ao lidarmos com factos que estão fora do alcance da observação imediata, como costumes de guerra”, podemos “instar o nativo a pôr-se no nosso lugar e ver as coisas numa perspectiva etnográfica” (Malinowski, 1984, p. 202).

Já que o passado é absolutamente inacessível nos termos canônicos da observação-participante, ao lidar com gente de tempos pretéritos temos que trabalhá-la como o mesmo tipo de informante que Malinoski projetava numa situação de guerra. Uma figura tornada essencial, que deixava de ser o “mediador desprezível, secundário” (Frehse, 2005, p. 137).

Isso, aliás, foi o que fez Ruth Benedict em *O crisântemo e a espada*, conforme nos lembra Clifford Geertz (2009). Ao se dispor a estudar a *cultura* japonesa no contexto da segunda guerra mundial, a antropóloga norte-americana encarava um “Objeto Impossível”, pois estava “Impedida de ‘estar lá’ em termos literais, e não apenas pela guerra” (Geertz, 2009, p. 158). Essa circunstância, porém, não a impossibilitou de tentar acompanhar e observar a cultura japonesa se realizando, o que fez por meio de “fontes selvagemmente

²¹ RODGERS, Dennis. (2001). “Making Danger a Calling: anthropology, violence and the dilemmas of participant observation”, *Crisis States Program Working Papers*, 6. (Apud: Marques & Villela, 2005, p. 73).

arranjadas (lendas, filmes, entrevistas com expatriados e prisioneiros de guerra japoneses, obras eruditas, notícias de jornal, programas de rádio, ‘papéis de antiquários’, romances, discursos proferidos na Dieta, relatórios do serviço secreto militar)” (Geertz, 2009, p. 158).

Nesse caso, a autoridade e a legitimidade dos informantes estavam restituídas.

- - - - -

Ao nos alinharmos a uma proposta de reabilitação dos informantes da antropologia, o que está em questão é habilitar técnicas alternativas àquela da observação-participante.

Está em jogo sublinhar que o privilégio ao trabalho de campo, com a realização da observação-participante como técnica, é tributário de determinadas condições históricas de surgimento e consagração da antropologia moderna, nos tempos pós-Malinowski. Além de surgir e se consagrar fundado no princípio da objetividade ligada à *autoridade etnográfica*, o método, nos seus primórdios, fazia parte de uma situação de pesquisa desfavorável ao contato verbal, e direto, com os informantes. As dificuldades de comunicação eram um dado a ser considerado. Eram difíceis as condições de buscar informações e depoimentos alternativos aos deixados pelos (pouco científicos) agentes europeus instalados no campo.

Se a verbalização e o diálogo eram difíceis na “situação de campo tradicional, no trabalho que se desenvolve com sociedades ‘primitivas’”, como nos lembra Durham, ganhava status a possibilidade de observar comportamentos: “Como o domínio da língua é adquirido gradualmente e raramente chega a ser completo, a comunicação verbal fica freqüentemente subordinada à observação do comportamento manifesto” (1986, p. 26).

Hoje em dia, porém, as condições e os objetos do fazer antropológico são outros, muito diferentes dos tempos de Malinowski. Ou melhor, podem ser outros. Os espaços disciplinares conquistados pela chamada antropologia urbana estão aí para comprovar isso. A legitimidade do estudo das alteridades mínimas não é mais tão controvertida quanto já foi um dia e, como nos recorda Giumbelli, o “fato é que já faz algum tempo que se aceitou repatriar a antropologia, fazê-la dizer algo diretamente sobre nós mesmos” (2002, p. 104).

As possibilidades de *antropologização* de um tema dependem, substancialmente, da operação de construção de uma relação de estranhamento entre observador e observado. Conforme nos conta Roberto Cardoso de Oliveira (2006), seu exercício de análise sobre o processo de construção da identidade étnica catalã do oitocentos para cá guardou uma série de semelhanças com sua experiência anterior, junto a “sociedades ágrafas”. A razão disso é que os dois exercícios foram movidos pelo “estranhamento, mais facilmente alcançado na investigação etnológica clássica, porém nem por isso inviável àquele pesquisador voltado para os meandros da sociedade moderna, industrializada” (Oliveira, 2006, p. 197).

Esse trabalho de Oliveira (2006), aliás, nos ajudou a pensar uma série de questões. São grandes as semelhanças com os problemas, fontes e temas tratados nesta dissertação. As fontes utilizadas no seu trabalho são, basicamente, “livros e ensaios de caráter histórico, filosófico, antropológico ou sociológico”, redigidos com “a preocupação explícita de dar conta da realidade catalã”. Assim mesmo, tal material permitiu-lhe *etnografar* as operações (históricas) de construção social da identidade daquela região espanhola, “uma vez que de sua leitura abriram-se possibilidades inesperadas de observação” (Oliveira, 2006, p. 121). Os autores dos textos lidos eram, para ele, “*doublé* de atores do processo de catalanização, localizados no século XIX e na primeira metade do século XX” (Oliveira, 2006, p. 122).

Se essas fontes são semelhantes às que utilizamos nesta dissertação, porque escritas e *históricas*, os problemas e temas também não diferem muito dos nossos. Se a motivação do meu texto é abordar maneiras de tratar a relação de estados brasileiros com o restante do país, seu olhar dirige-se a “examinar um pouco mais o quadro polarizado pelas identidades catalã e castelhana, está [sic] última incorporada pelo Estado espanhol, e que, por essa razão, será aqui identificada como *nacionalidade* espanhola” (Oliveira, 2006, p. 130, grifado no original). Nesse cenário, em que o *todo* é identificado com as coisas e valores castelhanos, interessou ao antropólogo examinar como se dá a construção social das coisas e valores da *parte* catalã. Concluiu, então, que muitas vezes “a construção da identidade catalã tem lugar numa oposição sistemática à identidade castelhana” (2006, p. 148-149).

Essas questões sobre as formas de dizer a relação entre *a parte e o todo*, um estado brasileiro e o país, surgiram em mim de um momento da vida em que, passando a viver em Curitiba, impressões e observações geradas nos contatos cotidianos com algumas formas *presentes* de *paranismo* acabaram levando a um contato bibliográfico muito mais metódico com *os paranistas*. Ou seja, com uma série de intelectuais que se propuseram, desde o passado, a refletir sobre o tema, dando conta da realidade paranaense. Em Roberto Cardoso de Oliveira, por sua vez, “só o fato de residir em Barcelona”, vivendo e experimentando o “quotidiano da cidade”, já lhe permitiu acompanhar os processos de identificação social catalã. Isso, porém, era só “uma observação assistemática”. Que se mostrou, contudo, “da maior valia”, mas “desde que combinada com uma leitura sistemática” (2006, p. 125).

Diante desses limites disciplinares ampliados, é razoável continuarmos fazendo antropologia baseada num único método, privilegiadíssimo, ou devemos, conforme propõe Giumbelli, nos ocuparmos em refletir sobre “como a antropologia pode se manter fiel a si transformando o campo de aplicação de seus conceitos e de suas técnicas?” (2002, p. 104).

A antropóloga urbana Eunice Durham, por exemplo, diagnosticava, na metade dos anos 1980, que o fato de estarmos, “em suma, produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos” (1986, p. 17), redefinira os contornos e limites disciplinares. Redesenhou, também, suas formas típicas de abordagem e suas técnicas/métodos. Para ela, a facilidade de contato verbal retirara o peso da observação dos comportamentos nativos em ação: “A língua não constitui barreira e a comunicação puramente verbal predomina, ofuscando a observação do comportamento manifesto. A pesquisa se concentra na análise de depoimentos, sendo a entrevista o material empírico privilegiado” (Durham, 1986, p. 26).

A questão, portanto, é diversificar as possibilidades metodológicas da antropologia, discutir alternativas, acompanhando assim a ampliação dos temas tratados pela disciplina. O que está em jogo não se trata, absolutamente, de desqualificar a observação-participante:

Também não estaria sendo bem entendido se alguém enxergasse nas minhas reflexões um plano para invalidar o trabalho de campo como metodologia adequada às condições atuais da prática antropológica. [...] Não se trata de dissolver ou de invalidar o trabalho de campo, mas de ter uma concepção mais ampla e aberta da investigação etnográfica. [...] Segundo essa concepção, o trabalho de campo e várias outras técnicas não se opõem, mas aparecem como caminhos complementares ou alternativos (Giumbelli, 2002, p. 103).

Para o autor, essa pluralidade metodológica tem de ser pensada como alternativa diante da atual multiplicidade de campos da disciplina. Mesmo sendo “difícil transpor técnicas e noções geradas em condições bastante distintas”, essa transposição muitas vezes é acionada com a ilusão de que estamos lidando com “situações que permitam transpor automaticamente técnicas e noções já presentes na antropologia” (Giumbelli, 2002, p. 99).

A abertura disciplinar para se lidar com *novos* nativos, como homens vivendo em contextos urbanos, muitos deles alfabetizados, abre uma série de outras possibilidades de pesquisa, já que as fontes de visão das coisas do mundo podem ser documentos escritos, que independem do contato direto, presencial, entre o pesquisador e os seus informantes:

o “objetivo fundamental da pesquisa etnográfica” deve ser buscado a partir de uma variedade de fontes, cuja pertinência é avaliada pelo acesso que propiciam aos “mecanismos sociais” e aos “pontos de vista” em suas “manifestações concretas”. Ora, há situações etnográficas em que essas fontes são exatamente os “documentos materiais fixos” a que se refere Malinowski. Em se tratando de um objeto histórico, essas serão as únicas fontes para o trabalho de um antropólogo. Mas mesmo quando estivermos diante de um objeto contemporâneo, é possível que a análise de fontes documentais seja mais indicada do que a busca de um “contato o mais íntimo possível com os nativos” (Giumbelli, 2002, p. 102).

Ao trabalhar com uma antropologia do passado, por exemplo, desfazem-se algumas singularidades do cenário montado por Malinowski ao tratar do *fazer campo no presente*. Nesse cenário, diversamente do que acontece no fazer historiográfico, se lida com crônicas

da vida social documentadas em texto pelos próprios antropólogos: “Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador” (Malinowski, 1998 [1922], p. 22).

São duas relações muito distintas, portanto.

Numa dessas relações entre o sujeito e o objeto, há gente viva em interação com as interações do antropólogo. Na outra, temos um pesquisador do passado (inter)agindo com documentos, e, se tudo correr bem, se deixando afetar por tais movimentos de (inter)ação.

Entretanto, a impossibilidade de provocar a (reação da) voz nativa, tão característica da lida de quem trabalha com documentos escritos, talvez nos aproxime mais dos princípios da observação-participante do que certas formas de condução de relações mais pessoais entre nativo e antropólogo. Como a realização de entrevistas, por exemplo.

É isso, pelo menos, o que nos sugere Giumbelli, antropólogo que argumenta que, se “na observação participante, o pesquisador deve deixar seus ‘nativos’ falarem, no uso de fontes textuais ele deve lidar com o que já foi dito”, uma circunstância que faz com que a “análise de registros textuais” tenha “um parentesco com a lógica da observação-participante” (2002, p. 102). Na antropologia praticada por Malinowski, cumpria à figura do etnógrafo não somente a função de inscrever em “documentos materiais fixos [...] o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de *seu* mundo” (1998 [1922], p. 23, 37-38, grifado no original). Cabia ao etnógrafo, também, tentar garantir a não suspensão do cotidiano nativo, porque essas visões de mundo deviam ser observadas, de preferência, em “uma ocorrência real”, o que, na concepção de Malinowski, “estimula o nativo a expressar sua opinião e a fornecer muitas informações” (1998 [1922], p. 29).

O recurso à entrevista, em contrapartida, pode funcionar como uma simples ilusão de se estar observando o cotidiano e fazendo trabalho de campo nos moldes consagrados:

[...] a entrevista assume, muitas vezes, o papel de simular o “trabalho de campo”, ou seja, permite obter uma “informação” de natureza igual àquela que seria registrada pela observação participante. Penso, ao contrário, que é imprescindível bem distinguir os dois procedimentos (Giumbelli, 2002, p. 102).

Distintas entre si, a versão tradicional da observação-participante “obriga a situar os dizeres em relação a ‘comportamentos integrais’ (a expressão, lembro, é de Malinowski)”, enquanto as entrevistas podem, ao contrário, consistir em simples “técnica de obtenção de dados”, a “buscar a tradução dos comportamentos em palavras” (Giumbelli, 2002, p. 102).

Quanto a esse parecer sobre a insuficiência das entrevistas como instrumento de conhecimento de uma realidade, aliás, temos uma opinião comum compartilhada por duas das referências da etnografia no padrão trabalho de campo, com observação-participante.

Refiro-me ao próprio Malinowski e a Evans-Pritchard.

Este último (Evans-Pritchard, 2005), por exemplo, concluía:

Entrevistas fechadas e formais, na cabana ou tenda do antropólogo, ao contrário de conversas informais, [...] são indesejáveis, porque não dão conta do contexto das atividades sociais. [...] Quando digo que, no meu tempo, a técnica de entrevistas não era usada, não me refiro obviamente a conversas privadas com alguns indivíduos, aqueles que o antropólogo chama de informantes (p. 248).

A diferença entre ambas as situações tinha a ver com a possibilidade de observar os informantes nativos agindo em situações sociais concretas, no cotidiano de suas atividades:

Em várias ocasiões, Malinowski foi enfático quanto às limitações dos métodos de questionamento direto e de perguntas-e-respostas. O crucial seria poder observar os nativos conversando entre si, em situações cotidianas, e poder discutir com eles a partir de acontecimentos concretos (Giumbelli, 2002, p. 101).

Apesar dessas ressalvas, Malinowski não deixou de recorrer às informações prestadas por nativos, já que, segundo Giumbelli, ele nos “dá indicações de que sua pesquisa entre os trobriandeses lançou mão de diversas técnicas ou abordagens”, um repertório que incluía “a utilização de questionamentos diretos, às vezes com informantes privilegiados, algo que pode não estar muito distante do que chamaríamos de entrevista” (2002, p. 101-102).

Para ele, porém, não era nada improvável existir uma espécie de desencaixe entre o que era informado e o que *efetivamente* ocorria, ou seja, entre a narrativa e o narrado, circunstância que obrigava o etnógrafo a checar pessoalmente o conteúdo das informações.

Um exemplo aparece em *Baloma*. O confrontar da observação de uma cerimônia com as descrições nativas foi absolutamente desfavorável a essas últimas, que não davam conta da sua *sem-cerimônia*: “O etnógrafo, na expectativa de uma solene cerimônia, ficou escandalizado diante do pouco respeito” dos nativos envolvidos (Magnani, 1986, p. 133). Segundo o etnógrafo-cientista, nessa ocorrência se podia tirar uma “notória demonstração da necessidade de ser eu próprio a presenciar os factos” (Malinowski, 1984, p. 199).

A confiança, em Malinowski, está quase toda projetada no etnógrafo. O universo dos informantes, por sua vez, é o terreno do descrédito, dos dados sempre sujeitos a confirmação. Ou então é o universo das informações e leituras de mundo desconstruídas, o que é o caso das diferentes respostas dos trobriandeses sobre uma dúvida pontual. Como identificar o “local onde habitam os espíritos”? Quanto ao assunto, concluiu Malinowski, “parece não existir uma resposta definida, dogmática”, na medida em que circulam “várias opiniões, e os respectivos apoiantes eram categóricos nas suas afirmações” (1984, p. 180).

Malinowski nos fala dos entendimentos nativos em termos de “versões”, o que nos remete a um retrato, segundo Giumbelli, de uma “sociedade em permanente controvérsia”:

Ao ler o capítulo sobre trabalho de campo de *The Coral Gardens and their Magic*, em que Malinowski apresenta as várias doutrinas e os argumentos quanto à ocupação da terra entre os trobriandeses, é difícil não vislumbrar a imagem de uma sociedade em permanente controvérsia – a despeito dos esforços do autor em demonstrar a “harmonia” entre doutrinas e argumentos (2002, p. 105).

Como observado por um comentador, uma das lições que o etnógrafo de *Baloma* nos deixou é sobre a importância de considerarmos o *caos* presente em qualquer realidade social. Conforme Magnani, muito nos “interessa acompanhar a forma como Malinowski trabalha com as diferentes opiniões, condutas e cerimônias relacionadas com as crenças”, já que nenhuma delas “é compartilhada pela sociedade como um todo” (1986, p. 131, 132).

Essas advertências malinowskianas nos servem para lembrar que os informantes do saber antropológico, embora reabilitados, não devem ser tratados como um dia se tratou o etnógrafo à la Malinowski, que supostamente tinha uma vocação – ou o treinamento, o que dá quase no mesmo – para explicar fielmente uma cultura, permitindo que uma “complexa experiência cultural” fosse “enunciada por um indivíduo” (Clifford, 2002, p. 22).

Nesse sentido, Fraya Frehse nos lembra que, no “mínimo desde a reflexão pós-moderna na antropologia, sabemos que o informante não é nunca o mediador que oferece acesso imediato ao todo da cultural local” (2005, p. 137). De fato, um intelectual da pós-modernidade como James Clifford já denunciava a “frequente tendência” a se tratar assim os informantes, fazendo-se um exercício de “apresentar o interlocutor do etnógrafo como o representante, ou a representante, de sua cultura – um tipo, na linhagem do realismo tradicional – através do qual os processos sociais gerais são revelados” (2002, p. 46).

Assim como o estranhamento do sujeito em relação ao seu objeto de investigação é, como já tivemos oportunidade de ver, basicamente uma operação de construção, nossos “informantes” também têm de ser construídos durante a realização do fazer antropológico. Tendo em vista que o “informante não é um repositório de dados pronto perante o pesquisador” (Frehse, 2005, p. 137), os antropólogos têm que *construí-lo*, examinando, por exemplo, o que “entra em questão nos comentários produzidos por tal ou qual informante”:

[...] o informante precisa ser construído teoricamente [...] Trata-se de um equacionamento teórico-metodológico que os historiadores já há muito empregam, mesmo sem defini-lo nesses termos. É a tal “crítica das fontes”, que leva o historiador às evidências que os documentos contêm acerca de determinada(s) personagem(ns) cuja(s) história(s) ele contará (2005, p. 149).

Assim, há que se garantir a restituição das vozes dos informantes, mas sem perder de vista que eles são, sempre, agentes interessados, como já alertara Malinowski. Portanto, é importante “resistir ao impulso de representar o outro de forma autolegitimadora”, promovendo assim o esforço de “manter a estranheza da outra voz” (Clifford, 2002, p. 46).

A desconstrução das imagens de “autoridade etnográfica”, baseadas na presunção de objetividade, tem de ser acompanhada da problematização de uma eventual *autoridade nativa*. As visões de mundo (ou melhor, *versões* do mundo) do interlocutor do etnógrafo, embora sejam entendidas como condição do saber antropológico, precisam ser tomadas como interpretações (interessadas) numa realidade social caracterizada pela *controvérsia*.

O que está em jogo aqui é considerar qualquer *representação* das coisas do mundo, inclusive aquelas vertidas em *documentos materiais fixos* sobre o passado, como *versões*. Versões que não só são expressão de interesses, mas também ações executadas com certos propósitos e causadoras de determinados efeitos sociais numa arena de permanente disputa.

Para Emerson Giumbelli, os discursos fixados nos documentos materiais devem ser “considerados *atos*, ou seja, o registro de intervenções analisadas pelos resultados que engendram” em certas “controvérsias” (2002, p. 103, grifado no original), embates que constituem “uma espécie de drama social, que revela mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (2002, p. 97).

É sob essa perspectiva que observamos as falas de *identidade social* (paranaense e brasileira) de David Carneiro. Ou seja, como tentativas de intervenção social e de geração de resultados no mundo *real*, do cotidiano daquele ator histórico (e antropológico) sempre muito empenhado em (re)definir a região (e a nação), lançando mão do prestígio e da autoridade eventualmente conquistados para dirigir e consagrar, assim, “as *representações* que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões” (Bourdieu, 2011, p. 120, grifado no original). Pois, como sugere Giumbelli, não parece fazer muito sentido a “dicotomia entre ‘realidade’ e ‘discurso’” (2002, p. 102-103).

Observar os movimentos de um homem agindo em seu cotidiano, vivendo uma existência marcada por polêmicas e embates contra certos a(u)tores sociais e em favor de outros, inclusive sobre seu pertencimento coletivo: tal exercício as fontes do passado, tanto as deixadas por David Carneiro quanto por seus contendores e aliados, nos permitem fazer.

- - - - -

Controvérsias e rivalidades, aliás, não faltaram à trajetória de David Carneiro.

Ficaram famosas nos círculos historiográficos, por exemplo, as polêmicas mantidas desde o final dos anos 1930 com o historiador contemporâneo Valfrido Piloto (1903-2006), quando foi acusado não só de “excesso de paixão” em relação a alguns personagens do passado, mas também de formular sobre eles “interpretações apressadas e equivocadas”: “Para um sujeito que estava construindo uma carreira de historiador, certamente as críticas de Piloto feriram o seu ego de pesquisador da história” (Machado, 2012, p. 71, 72).

Essas competições e controvérsias em torno de isenção e ponderação científicas, mantidas com outro “herdeiro do espólio” deixado pela historiografia romariana (Oliveira, 2009b, p. 25), eram de certa forma reprisadas nas críticas recebidas de Loureiro Fernandes. Durante um congresso de estudos comemorativo aos 50 anos do Cerco da Lapa, em 1944, por exemplo, o ex-diretor do Museu Paranaense questionava a supervalorização por parte de David Carneiro da figura de Joaquim Lacerda, comparado (equivocadamente) ao Coronel Gomes Carneiro num (apressado) excesso de generalização (paixão?) presente em texto de sua autoria, “Os dois máximos heróis da resistência da Lapa” (Carneiro, 1944c):

Pede a palavra o Dr. Loureiro Fernandes: “Do trabalho apresentado pelo Dr. David Carneiro, ouvimos apenas a leitura de dois capítulos, mas na redação do trecho lido vejo um risco de generalização, e, a propósito, quero fazer um pequeno reparo, pois, tôdas as generalizações, particularmente em História, são sempre perigosas. Há uma frase no trabalho do Dr. David Carneiro que, ao afirmar que o General Carneiro conferenciou em todos os atos mais importantes com o Cel. Lacerda, diz ‘todas as vêzes que fêz alguma coisa contra as indicações deste, saiu-se mal’. Nós que ao assistirmos as comemorações do Cêrco da Lapa, ainda pudemos ouvir depoimentos dos sobreviventes, sabemos, que nem sempre podia haver inteiro acôrdo entre Carneiro e Lacerda, dada a diversidade de condições dos dois comandantes de tropa. E é de crer que nem tôdas as decisões do General Carneiro, que foram a mau termo, fôssem tomadas a revelia do Cel. Lacerda. [...]” (Governo do Estado do Paraná, 1944, p. 31).

Como veremos no **Capítulo V**, anos antes, final da década de 1930, a sua relação com o antropólogo Loureiro Fernandes, então diretor do Museu Paranaense, parece ter sido marcada por (veladas) disputas por prestígio institucional. Suas respectivas ligações com o Sphan, aliás, parecem ter sido um dos pivôs dessa concorrência. Loureiro Fernandes também foi convidado a colaborar com o Sphan na mesma época em que David Carneiro, e seguiu se correspondendo com Rodrigo Melo Franco de Andrade por anos. No documento em que pede desligamento do órgão, em 1948 (Carta 69), o auto-declarado “ex-assistente técnico” David Carneiro mostrava certa amargura e algum orgulho ferido ao contar que tomara conhecimento de uma reorganização institucional através de Loureiro Fernandes. A carta, não mais endereçada ao *amigo* Rodrigo, começava se dirigindo ao “Exm^o. Senhor” para externar um fato experimentado um dia antes, quase literalmente *no calor da hora*:

Tive conhecimento ontem, por ocasião do Congresso Regional de Historia e Geografia de Paranaguá, pelo Exmo. Snr. Dr. José Loureiro Fernandes, MD. Secretário de Instrução, digo, Educação e Cultura, deste estado, de que ficaram os estados do Sul, como região histórica, entregues aos cuidados da 4^a, dependentes, pois de São Paulo. Não havendo mais, por esse motivo, nenhuma razão para que eu continue com a carteira de técnico da 7^a região (cujos objetivos, naturalmente, ha muito teriam desaparecido) venho devolve-la, aproveitando a oportunidade para agradecer a VE. todas as atenções de que fui alvo desde 1937 até à presente data (Carta 69).

A despeito dessas mais ou menos explícitas competições locais por prestígio intelectual e institucional, foi outro o embate que nos interessou explorar, pois essa disputa (intelectual e pessoal) é que fez de David Carneiro um homem processado pelo Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo varguista. Sob acusação de fomento ao regionalismo num momento de sistemáticas campanhas nacionalistas. Embate, como vimos, com o antiparanista Wilson Martins, que anos depois lançaria uma das mais conhecidas obras do regionalismo local, e que denunciava “nacionalismo” nos paranistas como David Carneiro.

Desenhado esse cenário de disputa e de controvérsias no Paraná da década de 1940, nossa estratégia de pesquisa foi buscar nesse conflito aberto, mantido entre dois expoentes do chamado regionalismo *paranista*, alinhados a duas diferentes tradições de interpretação do estado – inclusive em suas relações com o país –, aquilo que Max Gluckman encontrou na construção de uma ponte na Zululândia sul-africana dos anos 1930. Ou seja, uma estratégia para tentar entender e situar uma série de identidades sociais, individuais ou de grupo, sempre acionadas em função de relações mantidas em situações sociais específicas, o que empresta a tais identidades um caráter incontornavelmente móvel, não-essencialista.

2.2. As “situações sociais”: a “ponte” de Max Gluckman e as segmentações do (anti)paranismo em David Carneiro e Wilson Martins

Considerado um teórico do conflito, Max Gluckman fez seu trabalho de campo na Zululândia, zona territorial da África do Sul, colônia britânica onde o etnógrafo nasceu em 1911. Com formação na área do direito realizada na Inglaterra, suas incursões a campo na colônia britânica ocorreram na segunda metade dos anos 1930. Esse trânsito entre a África e a Europa fez com que se defrontasse com as questões advindas daquilo que, segundo ele, “se convencionou chamar de ‘contato cultural’”, a relação entre nativos e colonizadores, ou seja, com os “problemas sociológicos da África moderna” (Gluckman, 2010, p. 239).

Ao analisar a situação de contato entre esses dois grupos tão distintos e as tensões, conflitos e colaborações provocados em função dele, o autor concluiu que suas identidades grupais eram articuladas e mobilizadas, basicamente, pela referência na alteridade, já que “cada grupo social era definido por não ser algum outro grupo” (Gluckman, 2010, p. 315).

Essas conclusões, tiradas junto à realidade da África meridional nos anos 1930, são muito semelhantes às obtidas quase na mesma época por Evans-Pritchard, etnógrafo inglês que fez seu trabalho de campo no outro extremo do continente, a região norte. Observando o comportamento dos nuer, um povo nilota do atual Sudão, Evans-Pritchard constatou que

a “oposição aos vizinhos dá aos Nuer uma consciência de grupo e um forte sentimento de serem exclusivos” (2011 [1940], p. 136), permitindo concluir, então, que a “unidade dentro de um grupo é função de sua oposição a grupos do mesmo tipo” (2011 [1940], p. 150).

No que diz respeito a uma série de termos do vocabulário nuer de designação do pertencimento a determinadas porções de seu território, por exemplo, Evans-Pritchard nos diz que o “seu significado preciso varia com a situação em que é dito”, o que corresponde a dizer que essas denominações comportam uma “relatividade estrutural” (2011 [1940], p. 148). Para Evans-Pritchard, essa variedade dos modos de afirmação do pertencimento territorial “conforme o contexto” constitui “uma das características mais fundamentais dos grupos locais nuer e, com efeito, de todos os grupos sociais” (2011 [1940], p. 148).

Inclusive entre as chamadas sociedades complexas, como a Inglaterra de sua época.

Nesse sentido, o etnógrafo britânico sugere uma série de situações hipotéticas que denotam as múltiplas classificações identitárias e formas de pertencimento territorial de que um ser humano pode dispor, dependendo “dos valores grupais a que se refere”. Assim, se “encontrarmos um inglês na Alemanha e perguntarmos onde é seu lar, ele pode responder que é a Inglaterra”, mas se “encontrarmos o mesmo homem em Londres e fizermos a mesma pergunta, ele nos dirá que seu lar é em Oxfordshire” ou então na “cidade ou aldeia onde mora” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 148), e assim sucessivamente.

O antropólogo francês Louis Dumont concluiu, fazendo menção à contribuição deixada por seu orientador, que nos escritos pritcherianos a sociedade nuer e seus membros não aparecem substancializados, fixos, pois se numa “certa situação, o grupo A e o grupo B se opõem, cada um solidário contra o outro”, em uma “outra situação, vemos face a face A1 e A2, *segmentos* de A ainda há pouco indiferenciados” (Dumont, 2008 [1966], p. 92).

Comentando Evans-Pritchard, Dumont nos esclarece que para “ele, com efeito, trata-se da não-substancialidade, da relatividade das diversas ordens de grupamentos, ou de distinções, com relação às situações onde elas são vistas em ação” (2008 [1966], p. 92). Trazendo essas observações como contribuição ao seu trabalho, Dumont parte do princípio de que a “segmentação é um aspecto da estrutura por oposição à substância” (2008 [1966], p. 93), o que o faz considerar essa dinâmica como fator característico do mundo social. Mesmo em se tratando da sociedade indiana, com sua hierarquizada divisão em castas: “Tanto teremos pela frente uma casta oposta (de fato ou em idéia) a uma outra, quanto veremos a mesma casta *se segmentar* em subcastas etc.” (Dumont, 2008 [1966], p. 92-93).

Nesse sentido, Evans-Pritchard esclarece, por exemplo, que os integrantes de qualquer uma das tribos formadoras do povo nuer firmavam laços de identidade que não

podiam ser ignorados, afinal de contas era inegável que os “membros de uma tribo têm um sentimento comum para com sua região e, portanto, para com os demais membros” (2011 [1940], p. 132). Ao mesmo tempo, porém, não poderia ser negligenciado que qualquer um desses integrantes das tribos formadoras dos nuer provavelmente “vê a si mesmo como membro de um segmento de sua própria tribo” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 132).

Em razão da observação desse tipo de comportamento, Evans-Pritchard concluiu que o “valor tribal é, portanto, relativo”, pois “os segmentos reconhecem uma unidade formal, porém, pode haver pouca coesão real” (2011 [1940], p. 160), haja vista que, em “tempos normais, um homem pensa e age como membro de grupos locais muito menores, com cujos membros ele tem múltiplos contatos” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 157).

Apesar dessa segmentação, o sentido de unidade tribal era mobilizado nas situações de conflito contra outras tribos, pois, segundo Evans-Pritchard, quando “uma tribo unia-se para a guerra, havia uma trégua nas disputas internas dentro de suas fronteiras” (2011 [1940], p. 133). Da mesma forma, as rivalidades intertribais eram colocadas de lado nas ocasiões em que o sentimento de unidade nuer precisava ser acionado contra outros povos, como os vizinhos dinka, considerados o “inimigo imemorial dos nuer” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 138). Mesmo essa rivalidade tradicional, porém, poderia ser colocada em suspenso: “Embora as relações dos Dinka com os Nuer sejam extremamente hostis e a guerra entre eles possa ser chamada de instituição estabelecida, eles ocasionalmente chegaram a unir-se contra o governo egípcio” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 141).

Nessas alianças eram considerados fatores de aglutinação as semelhanças entre nuer e dinkas na comparação com outros povos, a exemplo dos egípcios: “Todos os Dinka são agrupados na categoria dos *jaang*, e os Nuer acham que essa categoria está mais próxima deles do que outras categorias de estrangeiros” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 143).

Por serem os nuer basicamente pastores, há uma “hipertrofia de um único interesse e da identificação dos homens com o gado” (Evans-Pritchard, 2011 [1940], p. 50), e esses animais acabam servindo de medida do afastamento/aproximação aos nuer, sendo tomados como estrangeiros ainda mais distantes que os dinka “os povos sem gado ou que possuem muito pouco gado”, como os “Azande, os Árabes e nós mesmos” (2011 [1940], p. 143).

Valem perfeitamente para o autor da clássica etnografia sobre o nuer, portanto, os comentários de Peter Fry a respeito das ideias de Max Gluckman, em especial sobre suas convicções acerca da existência, na concretude da vida, de “identidades situacionalmente invocadas”, um entendimento que deveria, sempre, nos orientar no “intuito de entender melhor a inserção social complexa dos indivíduos de situação em situação” (2011, p. 12):

Nessa perspectiva, [...] o ator é visto com múltiplos papéis e não há tanta preocupação com identidade, já que o ator assumiria suas identidades de acordo com as situações – isso é muito pós-moderno, *avant la lettre*, mesmo que os pós-modernos não reconheçam” (Fry, 2005, p. 135, grifado no original).

Trazendo essas reflexões para o nosso tema, penso que podemos fazer algumas aproximações. Primeiro, que tanto paranistas quanto antiparanistas, tanto David Carneiro quanto Wilson Martins, tinham motivos para pensar o Paraná como objeto privilegiado de suas análises regionalistas, em desfavor da comunidade nacional mais ampla. Assim como os nuer pensavam e agiam como membros de segmentos tribais, embora não deixassem de reconhecer algum sentido na unidade tribal, mesmo que ela apresentasse pouca coesão real.

Da mesma forma, se pensarmos num segmento social A, formado pelos intelectuais regionalistas que consideravam a realidade do estado sob a lógica de diferenciação entre *a parte e o todo*, unindo (virtualmente) David Carneiro a Wilson Martins, pudemos observar até agora esse grupo dos teorizadores do *Paraná branco e diferente* se dividindo, de fato, nos grupos A1 e A2, segmentos às vezes (sociologicamente) indiferenciados do grupo A.

Por outro lado, se pensarmos nos intelectuais regionalistas dos segmentos A1 e A2 comparados ao segmento B do “mesmo tipo”, formado em torno do pensamento social mais nacionalista, podemos facilmente deduzir que esses segmentos de A mantêm muito da sua (virtual) unidade, solidariedade e identidade pela oposição àquela alteridade de B.

Entretanto, assim como os nuer se uniam aos dinka numa situação de conflito contra povos que não tinham o gado como objeto de dedicação constante, é perfeitamente possível uma situação de aliança dos regionalistas de A1 ou A2 com o nacionalismo de B.

Como, aliás, aconteceu com o paranista David Carneiro, que podemos identificar como integrado a um segmento A1 de regionalistas, se reconhecendo como tal, embora nem por isso deixasse de atribuir sentido à unidade formal representada pelo nacionalismo de B. Foi, inclusive, acusado disso pelos antiparanistas do segmento regionalista A2. Havia ainda, porém, um desafio. Sondar e identificar qual o grupo “outro”, que poderíamos chamar de C, que fazia com que os membros de A se reconhecessem, situacionalmente, em B. E mais ainda, o que promovia essa identificação, qual o equivalente do “gado” nuer, ou seja, o sinal diacrítico que fazia com que A e B se juntassem em oposição e contraste a C?

Diante do amplo potencial de assumir identidades possíveis, um dos desafios a ser enfrentado pelo observador é o de identificar *sinais diacríticos* mobilizados pelos atores com o sentido de fixar fronteiras, determinando proximidade e distâncias: “A interconexão entre os sinais diacríticos escolhidos para serem enfatizados, as fronteiras definidas e os valores diferenciadores constituem um fascinante campo de estudos” (Barth, 2000a, p. 63).

Detalhando um pouco mais sua sugestão de pesquisa, o autor indica que entre esses elementos definidores de fronteiras étnicas, os tais *sinais diacríticos*, podemos citar “sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade, trata[ndo]-se freqüentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou estilo geral de vida” (Barth, 2000a, p. 32).

Entre os nuer, já vimos, um diacrítico importante era o gado. Eram as relações de intimidade com o gado que balizavam sua identidade étnica, fazendo azandes ou dinkas grupos diferentes ou semelhantes aos nuer, pois eram “*categorias* adscritivas nativas, que regulam e organizam a interação social dentre e fora do grupo, sobre a base de uma série de contrastes entre o ‘próximo’ e o ‘distante’” (Villar, 2004, p. 172, grifado no original).

Seguidor da mesma tradição de interpretação social que viemos abordando, Fredrik Barth sustenta que as atribuições de determinadas categorias de pertencimento grupal ou étnico, ou então a auto atribuição delas, “têm como característica organizar as interações entre as pessoas”, na medida em que “os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros” (Barth, 2000a, p. 27, 32).

Agindo assim, esses atores “passam a formar grupos étnicos” (Barth, 2000a, p. 32).

As identidades étnicas, portanto, não são dadas ou construídas a priori. Não são valores que *estão lá*, latentes nas pessoas, esperando ocasião de serem acionados por seus portadores. Elas são, isto sim, uma resultante dos processos de interação entre as pessoas.

Uma das implicações mais sérias, e sugestivas, dessa perspectiva diz respeito à imprevisibilidade do comportamento de gente em (inter)ação, já que a (auto)atribuição de uma identidade étnica não vai depender de categorias pré-definidas dessas pessoas. Ou seja, “não se pode prever a partir de princípios primários quais características os atores irão efetivamente enfatizar e tornar organizacionalmente relevantes” (Barth, 2000a, p. 32).

São as relações estabelecidas que desenharam a(s) identidade(s) mobilizada(s). Para o autor, toda identidade social é sustentada na existência e afirmação do *outro*, da alteridade: “Quando as unidades étnicas são definidas como um grupo atributivo e exclusivo, a sua continuidade é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira” (Barth, 2000a, p. 33).

Conforme um comentador da obra de Fredrik Barth, trata-se de um evidente exagero o fato de que “tenha sido comentada e elogiada à exaustão”, pelos seus seguidores, essa “teoria formal ou relativista da identificação étnica” (Villar, 2004, p. 166). Para esse leitor, o pioneirismo dessa forma de conceber as relações sociais não se deve a Fredrik Barth, já que, “apesar do que normalmente se pensa, a idéia do contato, do contraste ou da relação com os Outros como base da identidade grupal não é nova” (Villar, 2004, p. 180).

Para o autor, “a visão ‘relacional’ do pertencimento grupal [...], na verdade, foi antecipada por Evans-Pritchard, Dumont e toda a plêiade estruturalista” (Villar, 2004, p. 173).

Em sentido semelhante ao reconhecimento que Diego Villar faz da contribuição pritcheriana à compreensão *relacional* do pertencimento social e étnico, Peter Fry nos faz lembrar que a “antropologia [que] hoje em dia se chamaria de anti-essencialista” foi um dos grandes legados de Max Gluckman e da chamada “Escola de Manchester” (2011, p. 5).

Assim, entre os zulus e europeus que habitavam a África do Sul nos anos 1930 os mecanismos de alinhamento identitário eram muito parecidos, dada sua grande dinâmica:

Mudanças na participação em grupos e em relacionamentos capacitam os indivíduos a agir de acordo com valores diferentes e até mesmo contraditórios, pois podem agir segundo modos socialmente normais e racionalizados pela referência àqueles valores que são a *raison d'être* do grupo ou da relação como uma parte na qual atuam numa situação particular. Isso se aplica até mesmo onde há fortes barreiras sociais entre os dois grupos, aos quais certos valores estão vinculados: os zulus podem agir segundo valores europeus, formando novos grupos nessa base, pois um sistema social não tem consistência em si: é sistematizado pela seleção situacional de indivíduos (Gluckman, 2010, p. 316).

Um caminho para a adequada compreensão do acionamento e mobilização de cada uma dessas múltiplas identidades sociais possíveis – algumas vezes bastante contraditórias entre si –, seria, conforme aparece sugerido nas citações que fizemos de Evans-Pritchard, de Max Gluckman e de Louis Dumont, o entendimento da *situação* particular em que esse acionamento ocorre e o que está envolvido nessa relação social entre mais de uma pessoa. E isso, para Pritchard, Gluckman, Dumont e Barth, só a aproximação *empírica* permitiria.

Falando da contribuição deixada pelo etnógrafo dos nuer, Dumont nos adverte que, na série de descrições pritcherianas, a estrutura social, bem como os lugares das suas partes nesse todo, “aparece geralmente ligada a circunstâncias empíricas” (2008 [1966], p. 92).

Segundo as “reminiscências” do antropólogo britânico Peter Fry sobre a chamada “Escola de Manchester”, que encontrou no “artigo heróico de Gluckman” o seu “texto base”, a proposta de abordagem desse grupo era a de se “concentrar na vida social ‘real’ na qual as normas e valores, frequentemente contraditórios entre si, seriam utilizados de acordo com a racionalidade do agente social em situações concretas” (Fry, 2011, p. 5).

Barth, por seu turno, sugere uma proposta fundada num “ponto de vista gerativo”. Seguindo sua linha de raciocínio sobre a relevância das atribuições de pertencimento étnico pelos próprios atores sociais, o autor destaca os ganhos analíticos de se manter o olhar do etnógrafo atento ao caráter processual das forma(ta)ções dessas identidades pelos sujeitos observados. Ele indica, assim, que “em vez de trabalharmos com uma tipologia de formas

de grupos e de relações étnicas, tentamos explorar os diferentes processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção dos grupos étnicos” (Barth, 2000a, p. 27).

Uma situação concreta, oportunidade de observar um processo de gente em relação, gerando e sustentando suas identidades e também as dos outros, foi encontrada por Max Gluckman na cerimônia de inauguração de uma ponte. Nela, a descrição de “uma série de eventos conforme foram registrados por mim em um único dia” fornecia pistas sobre as formas de se relacionar de zulus africanos e de colonizadores europeus, já que se tratava de uma chance de acompanhar como “grupos socialmente inferiores (do ponto de vista racial, político e econômico) inter-relacionam-se com os grupos dominantes” (2010, p. 239).

A riqueza de situações sociais “como a abertura da ponte do trabalho fundador de Gluckman” reside, segundo Fry, na circunstância de nos permitir o acesso àquilo que “as pessoas fazem e dizem em situações sociais que podemos observar”, fazendo da etnografia um exercício capaz de representar “a vida como ela é vivida normalmente!” (2011, p. 11).

Discutindo as possibilidades do método de entrevista e seus limites como recurso de compreensão das formas de pensar, agir e de se comportar de homens em sociedade, Peter Fry faz uma defesa convicta da observação de situação: “O que as pessoas fazem e dizem em situações sociais que podemos observar valem, do meu ponto de vista, muito mais que entrevistas formais, que tendem a apanhar posições normativas” (2011, p. 11).

Embora grande parte dos textos de David Carneiro a que recorremos fossem atos detidamente pensados, com algum grau de *frieza* e componentes das “posições normativas” citadas por Peter Fry, havia em boa parte deles um forte componente emocional e reativo, gerado em *situações sociais* movidas pelo conflito aberto e por acaloradas *controvérsias*.

Seus artigos de resposta a Wilson Martins, por exemplo, foram interpretados pelo delegado responsável pela condução do inquérito policial contra ele como portadores de certos “conceitos que não podem caber no ânimo equilibrado de um sociólogo consciente”, posto que “refletem claramente o ‘animus injuriandi’ do autor” (Firman Neto, 1943).

Se considerarmos, aliás, suas categorias *nativas*, e compreendermos com ele que “pareça impossível a conciliação destas qualidades: Palpitantes e calmas”, pois “palpitante significa ser entusiástico, emocionante”, enquanto “calmo indica justamente o contrário; denota análise fria” (Carneiro, 1951b, p. 8), é quase impossível deixar de concluir que seus textos acusados de *excitação* regionalista contra os adventícios apresentavam a primeira “qualidade”. Não tinham muita “análise fria” e foram realizados com bem pouca “calma”. O próprio David Carneiro, aliás, admitiria em depoimento à polícia (1943b) achar que “não se expressou convenientemente, talvez dado o estado do seu espírito”, pois, se num

primeiro momento “estava escrevendo os artigos sem preocupações de ordem pessoal, ao lêr o artigo a que aludiu, ficou revoltado contra o que nele falsamente se afirmava”.

As cartas ao Sphan, por seu turno, dadas suas relativas informalidade e mesmo intimidade, podem ser tomadas em termos semelhantes aos trabalhados por Silvana Rubino quando lidou com as correspondências trocadas entre Mário de Andrade e Doutor Rodrigo:

Em uma pesquisa antropológica atual, a carta equivaleria certamente à fofoca, à informação que temos e não podemos citar as fontes, àquilo que o informante diz antes ou depois da entrevista, com o gravador desligado. A informação com o gravador ligado, de valor probatório, corresponde ao documento oficial, ou àquilo que se publica na imprensa. Uma etnografia do PHAN [Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] não pode prescindir dessas duas fontes de informação, e deve determinar seus limites (Rubino, 1991, p. 15).

Assim, se é viável trabalhar as fontes institucionais dos órgãos de patrimonialização no sentido sugerido por Márcia Kersten, ou seja, como um canal por meio do qual “é possível ‘ouvir’ os personagens que em algum momento estiveram envolvidos nos processos de preservação e tombamento” (2009, p. 212), há que se considerar a variedade de seus limites e potencialidades. Alguns desses *documentos materiais fixos* apresentam, sim, componentes bastante normativos e formais. Outros, porém, nos apresentam as *falas* e mesmo as *ações* de personagens envolvidos em situações sociais concretas do cotidiano da instituição. Tentando encontrar soluções para questões do dia-a-dia, que passavam não só por discutir conceitualmente o que indicar para patrimonialização, mas também sobre as dificuldades de encontrar uma assistente, já que a “minha antiga datilografa não pôde mais vir trabalhar comigo” e seria “necessária pessoa da mais absoluta confiança” (Carta 10).

Ou mesmo a lida com a rigidez da burocracia, já que, segundo David Carneiro estava ciente, não havia como contornar o fato de que “depois acertaremos contas com os comprovantes que espero mandar com os relatorios e as fichas, á medida que o trabalho for caminhando” (Carta 10). Um acerto de contas que, segundo o experiente Rodrigo, envolvia alguma flexibilidade administrativa, como pagar a futura assistente de David Carneiro por meio da verba de documentação destinada ao Serviço, já que “não poderei remunerar a sua collaboradora senão correndo a despesa por conta da verba de material desta Repartição, uma vez que não me é licito ajustar pessoal além do numero estricto de assistentes technicos que o Presidente da Republica autorizou a contractar” (Carta 7). Nesse cenário de dificuldades operacionais e burocráticas, o diretor do Sphan confidenciava em carta ao seu colaborador paranaense a saída encontrada para garantir a remuneração da assistente: “Bastará, portanto, que os recibos correspondentes ás quantias arbitradas por V. S. para os

vencimentos da dactylographa se refiram a um determinado numero de fichas ou de folhas dactylographadas para documentação relacionada com a finalidade do Serviço” (Carta 7).

Tal entendimento sobre esses documentos de trabalho, tomados como fontes do cotidiano, é ainda mais importante se considerarmos que boa parte do dia-a-dia do Sphan e de sua “produção administrativa esteve sempre mediada pelas cartas pessoais” (Chuva, 2009, p. 282). Uma “via de comunicação privilegiada” que representava um “modo próprio de rotinizar as práticas” (p. 283), mas que não necessariamente garantia impessoalidade burocrática. Ao contrário, “revestiram de ação institucional” movimentações epistolares bastante “marcadas pelas relações interpessoais” (Chuva, 2009, p. 294), em que se “atualizava relações de amizade” típicas de “uma administração cotidiana [...] fortemente marcada pela fidelidade das relações” e pelos “laços de solidariedade” (2009, p. 283).

Quanto à utilização dessas cartas como acesso ao dia-a-dia da instituição, Márcia Chuva nos conta que seu “contato com trabalhos etnográficos enfatizou a importância e a riqueza da descrição das práticas políticas e cotidianas como instrumentais para construção e compreensão do objeto de estudo” (2009, p. 36). Movida por essa forma de compreensão, seu contato com os atores institucionais e seu “*corpus* documental possibilitou uma análise detalhada da rotina (prática e discursiva) de trabalho no Sphan” (Chuva, 2009, p. 37).

O que gostaria de ressaltar, entretanto, é que nas duas situações sociais observadas, tiradas da concretude cotidiana daquele personagem do paranismo, um mesmo diacrítico aparece como elemento principal da conexão de David Carneiro com o Sphan e, ao mesmo tempo, como fator de desunião com seu rival regionalista, o antiparanista Wilson Martins.

O sinal diacrítico da cultura “luso-brasileira”. Acionado de maneira abstrata muitas vezes, mas também nas suas eventuais concretudes. Na *forma das casas*, por exemplo.

2.3. O Brasil, a “teoria do branqueamento” nacional e o Paraná segundo os paranistas: uma parte “diferente” dentro da “diversidade” do todo?

Esse diacrítico, que estabelecia fronteiras com o que representasse o estrangeiro, ou seja, o que não era luso-brasileiro – caso das minorias étnicas fixadas no país –, alinhava sua visão da realidade paranaense às diretrizes institucionais do Sphan. Que não só buscava valorizar “uma dada arquitetura (colonial), resgatada como representante mais genuína da produção nacional, que conferia uma profundidade histórica à nação e legitimava sua ancestralidade” (Chuva, 2009, p. 218), mas que fazia disso um diacrítico que além de gerar

contraste, atribuía negatividade “ao que veio depois, considerado como importado (produção relativa ao final do século XIX e começo do século XX)” (Chuva, 2009, p. 361).

Se a Europa não deixava de ser um modelo, para os pensadores do patrimônio instalados no Sphan, como Lucio Costa, o acervo artístico e histórico a ser preservado pela instituição não eram construções europeias em terras brasileiras. A *nossa arquitetura*, expressão utilizada por Lucio Costa, não era imitação. Ela “repetia as fases da periodização da Europa civilizada, na qual se inseria”, mas necessariamente “da qual se diferenciava” (Chuva, 2009, p. 325), já que a arte brasileira “deveria ser inconfundível, posto que, apesar de inserida nos valores universais, possuía especificidades próprias” (Chuva, 2009, p. 258).

No regionalismo antiparanista de Wilson Martins, por seu turno, o diacrítico da fronteira com o estrangeiro é, creio que podemos dizer assim, anulado. A realidade social de seu pedaço de *Brasil diferente* é assim diferente, entre outras razões, porque “apresenta arquitetonicamente esse aspecto ‘europeu’ que chamaria a atenção do mais distraído. É impossível negá-lo” (Martins, 1989 [1955], p. 280). Se a arquitetura que representava a mais genuína ancestralidade brasileira, segundo o Sphan, não ia além do final do século XIX, para Wilson Martins é justamente a partir da metade desse século que, na arquitetura, estavam as origens paranaenses, quando “os imigrantes imprimem à civilização paranaense, ou começam a imprimir, a fisionomia que ia ser a sua” (1989 [1955], p. 287).

No regionalismo de Wilson Martins, os diacríticos do homem paranaense deixam de estar ligados à chamada cultura luso-brasileira – o que de alguma maneira aproximava o regional do nacional –, e passam a estar vinculados a elementos das chamadas culturas estrangeiras – que, tanto para o paranismo quanto para o nacionalismo, eram os “outros” e a alteridade. Para o autor, a “influência de estilos ou de gostos europeus na arquitetura paranaense é tão grande” que fazem da “casa paranaense [...] uma mistura indeterminada e em graus variáveis de elementos típicos dessas culturas” (Martins, 1989 [1955], p. 280).

O resultado dessa grande influência europeia na arquitetura local é que, segundo o autor, “surpreendia Nestor Victor, em 1912”, ao chegar nos “altiplanos paranaenses” (Martins, 1989 [1955], p. 280, 281), quando deixara de estar cercado pelo *pesado gosto português*, estranheza que se juntava a “outros pormenores”, como os hábitos alimentares locais, em que “sentia a sua falta de comunidade com eles” (Martins, 1989 [1955], p. 298).

Se a “forma das casas”, segundo Barth, é um diacrítico importante nos processos de identificação social e étnica, em outro deles, a culinária, a relação de distância com os paranaenses – ou de menor proximidade, tanto faz – estava cada vez menos direcionada

aos *estrangeiros* do que a outros *nacionais*, pois “também na sua alimentação esse homem é diferente do seu compatriota de outras regiões” (Martins, 1989 [1955], p. 294).

De diacrítico de identidade, a cultura (luso-)brasileira chega a ser transformada em sinal de alteridade, dos “outros”, num país caracterizado pela falta de unidade cultural:

Continuo, pois, a pensar que, na alimentação como em qualquer outro assunto, o Brasil sugere antes a *regionalização* que a *generalização*, condição, mesmo, de sua indiscutível unidade nacional. Mas a unidade que se funda e se mantém, como já tive ocasião de observar, precisamente no e pelo respeito dessas peculiaridades (Martins, 1989 [1955], p. 299-300, grifado no original).

É nesse aspecto, o da defesa da diversidade cultural, étnica e regional brasileira, que a sociologia regionalista do antiparanista Wilson Martins acabava de alguma forma, e sob um ponto de vista sem dúvida culturalista, reavivando concepções de fundamentação *racista* mobilizadas por gente ligada à imigração europeia no país. Homens que muitas vezes chegavam ao Brasil com um entendimento bem diverso do que significavam as nações, imaginando nelas uma comunidade racial e cultural. Segundo Giralda Seyferth, era bastante presente entre os alemães e seus descendentes, por exemplo, “a identificação da nacionalidade com descendência genética, com raça”, uma compreensão “respaldada pelas doutrinas racistas que ajudaram a criar a sinonímia raça-nação” (2007a, p. 277).

Por conta desse entendimento, aliás, uma parte dos pensadores da etnicidade teuto-brasileira visava desconstruir o Brasil como nação, afirmando assim a viabilidade de existir uma sociedade multiétnica no território brasileiro, dividido por culturas diversas. Para grupos mais radicais da etnicidade alemã no país, por exemplo, na medida em que a “mestiçagem era desqualificada como mecanismo de formação nacional” (Seyferth, 2007a, p. 291), as reivindicações giravam em torno das garantias ao “pluralismo nacional” e ao “direito à singularidade étnica”, já que “o Estado brasileiro, por ter uma população heterogênea, não pode ser considerado um Estado-nação” (Seyferth, 1994, p. 111).

Nesse embate, um dos principais eixos de desavença entre nacionalistas e teóricos da legitimidade da preservação da *germanidade* em solo brasileiro eram as teses do branqueamento e seus pressupostos básicos, como o da combinação possível entre *raças*.

Segundo Seyferth, não era incomum encontrar em jornais teuto-brasileiros, como o *Der Urwaldsbote*, de Blumenau/SC, um “uso mais sistemático das doutrinas raciais deterministas para ironizar a tese do branqueamento e menosprezar a assimilação cultural” (2007a, p. 292). Atualizando em pleno século vinte conclusões pseudocientíficas bem mais aceitas no século anterior, seus teóricos da *germanidade* costumavam radicalizar a questão ao sugerir que os brasileiros eram “representantes de raças inferiores ou não civilizadas”,

(re)afirmando, dessa forma, um “discurso racista [que] defendia a pureza racial germânica e falava dos riscos da miscigenação, associada com decadência” (Seyferth, 1994, p. 110).

Essa controvérsia, por sua vez, reeditava e atualizava as polêmicas mantidas pelos intérpretes do (futuro do) país reunidos em torno do pensamento social brasileiro. De um lado tínhamos ideias étnicas muito afinadas às de Nina Rodrigues, que “não se aventurou a chamar os mestiços de *raça*” (Seyferth, 2000, p. 90, grifado no original). E do outro uma forma de pensar com traços de originalidade, que não deixava de ligar o Brasil “nação” a um único povo, mas a um povo cuja “raça” estava se formando por meio das mestiçagens:

O surgimento de minorias (étnicas, nacionais), em parte, resulta do princípio de singularidade que alicerça o sentido de pertencimento à nação enquanto entidade simbolicamente construída para conter apenas um povo (ainda que assumido como povo em formação, como no caso do nacionalismo brasileiro aqui enfocado) (Seyferth, 2007a, p. 276-277).

Tudo se passava como se os nacionalistas revidassem os argumentos de que o país “não era uma nação porque tal entidade devia ser racialmente e culturalmente homogênea” (Seyferth, 2007a, p. 292) afirmando que se esperava do futuro o “tipo” racial formado da heterogeneidade, mas que do passado fora transmitida a unidade cultural “lusu-brasileira”.

Na opinião de Thomas Skidmore, as críticas ao vocabulário racista e *datado* de um prestigiado e bastante lido intérprete do Brasil, como Oliveira Vianna, muitas vezes acabaram desviando a atenção do conteúdo de seus textos, que traziam ponderações muito pouco afinadas ao racismo científico mais tradicional, herdado do pensamento social europeu dos séculos anteriores: “Ainda assim, Oliveira Vianna usou esse léxico para chegar a uma conclusão incompatível com as premissas do racismo científico: que o Brasil estava chegando à pureza étnica por meio da miscigenação” (Skidmore, 2012, p. 279-280).

O modelo *nacional* apresentado pelo autor de *Raça e assimilação* batia de frente, em certos aspectos, com as formulações racistas que circulavam desde o estrangeiro, várias delas baseadas não só na suposição da hierarquia de raças, mas também nos “modelos do poligenismo – que defendiam que as raças humanas correspondiam a realidades diversas, fixas e essenciais, e portanto não passíveis de cruzamento” (Schwarcz, 2012, p. 20-21).

No entanto, tais teorias não foram apenas introduzidas e traduzidas no país; aqui ocorreu uma releitura particular: ao mesmo tempo que se absorveu a ideia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração, conforme previa o modelo original (Schwarcz, 2012, p. 39).

Uma das demonstrações mais expressivas e influentes dessa releitura, até por conta do seu pioneirismo, talvez seja Sílvia Romero, que, ainda ao tempo do fim da escravidão, combinava *velhos* preconceitos racistas com conceitos pouco comuns sobre a mestiçagem:

No seu trabalho mais conhecido, dedicado à literatura brasileira (primeira edição, 1888), Romero referiu-se ao branqueamento como uma possibilidade de longo prazo, devido à heterogeneidade racial existente no país, marcada por gentes superiores e inferiores e mestiços com vícios e defeitos (Seyferth, 2008, p. 158).

Na concepção de Thomas Skidmore, em função da reflexão “nacionalista” de gente como Sílvio Romero – intérprete do país que defendia uma relativa independência do nosso pensamento social em relação ao que se discutia no estrangeiro, geralmente imitado internamente – é que os destinos da nação puderam ser reconsiderados. Se Sílvio Romero foi um dos primeiros a cogitar cenários alternativos às previsões negativas sobre o futuro da raça e da nacionalidade brasileiras, pessimismo então aceito quase como inevitável, isso ocorreu muito em função de sua “convicção inabalável: os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas então correntes e aplicá-las a seu país” (Skidmore, 2012, p. 73).

Conforme é indicado por Skidmore (2012), mesmo em textos ainda anteriores, de 1880, Sílvio Romero já expunha algumas ideias combinando darwinismo social, uma visão renovada sobre os efeitos da mestiçagem brasileira e as bases da teoria do branqueamento:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco; mas que esse, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para esse resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia.²²

Esse complexo rearranjo teórico não eliminou, porém, os embates com as premissas poligenistas, que seguiram figurando no pensamento social brasileiro. Apareceram com vigor, por exemplo, em sua polêmica com outro intelectual renomado, Nina Rodrigues, que não se deixava seduzir pelas atribuições de positividade à mestiçagem, mesmo *branca*:

Ele [Nina Rodrigues] considerava os mestiços fracos, indolentes, imprevidentes, e, por isso, em polêmica com Sílvio Romero, criticou o ideal de branqueamento, afirmando sua impossibilidade, tendo em vista o “desequilíbrio racial” do país e o peso dos mestiços no conjunto da população (Seyferth, 2008, p. 158).

Batendo de frente com o tom otimista e esperançoso da reflexão romeriana, Nina Rodrigues, talvez o mais emblemático e comentado “radical do pessimismo” (Schwarcz, 2009), se destacou por retratar um “Brasil irremediavelmente atrasado em face da presença substantiva de ‘raças inferiores’ e ‘mestiços inferiores’” (Seyferth, 2000, p. 89-90).

Acontece, ainda, que esse mesmo argumento, atribuindo inferioridade à gente *não pura* oriunda de *raças* misturadas, constituía as bases sobre as quais se assentavam outras

²² ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1880. p. 53 (Apud: Skidmore, 2012, p. 78).

várias interpretações do país e de seus destinos, algumas delas bastante prestigiadas e influentes. Basta lembrar, nesse sentido, o peso e ascendência de nomes como Euclides da Cunha na definição das questões que pautavam os grandes debates intelectuais da época.

Conforme notado pelo antropólogo Ricardo Ventura Santos, Euclides de Cunha, com *Os sertões*, de 1902, “faz coro a noções de determinismo racial e climático em voga no final do século XIX”, e isso não somente ao “ênfatisar a questão da desigualdade entre as raças, tanto em atributos intrínsecos como nos de origem”, mas também ao apontar “os sinais negativos da mestiçagem nas populações sertanejas” (Santos, 2008, p. 127, 129).

Segundo as observações antropológicas de Ventura Santos, essas características do falar euclidiano sobre a realidade social brasileira fazem com que não seja muito “difícil localizar indícios da vinculação entre Euclides da Cunha e Nina Rodrigues”, já que em “mais de uma página de *Os sertões* podem ser encontradas idéias relativas à mestiçagem, degeneração e crime afins às opiniões do médico-antropólogo da Bahia” (2008, p. 124).

Engenheiro de formação positivista, assim como David Carneiro, Euclides era visto pelo intelectual paranista como o autor de um clássico que “se imortalizou” ao “elevar em linguagem vibrante, a energia mestiça, não sem que às vezes sua pena resvasse para o terreno das estigmatizações oriundas de preconceitos metafísicos” (Carneiro, 1941c, p. 50).

Mostrava-se bastante afetado, assim, pelos argumentos de Euclides da Cunha e pelo poder de convencimento da “obra mais influente de toda a sua geração”, mas, ao mesmo tempo, ressaltava as contradições da sociologia euclidiana, que “oscilava entre considerar o mestiço um forte ou um desequilibrado, mas acabava julgando a ‘mestiçagem extremada um retrocesso’ em razão da mistura de ‘raças mui diversas’” (Schwarcz, 2012, p. 24).

David Carneiro, ao contrário, não se mostrava convencido desses argumentos sobre pureza racial e a degeneração dos não puros, ideias baseadas em *estigmatizações* oriundas de *preconceitos metafísicos*, e defendia a mestiçagem (branqueadora) tão visível fora do velho mundo, já que o “Paraná é uma terra de imigrantes e de adventícios, como o é, aliás, o Brasil, a América, cujos países não tem veleidades de purismo racial” (1944a, p. 103).

A posição de David Carneiro no embate entre os pessimistas e otimistas da *raça* e da nacionalidade brasileira estava tomada, e isso desde muito antes da época que estamos etnografando. Se em 1944 o pensador do paranismo acusava a falta de ambiente para pretensões de pureza racial num lugar de imigrantes e adventícios, projetando os ganhos da “amalgamação completa do brasileiro descendente de luso e do[s] que provêm de outras raças e povos da perturbada Europa” (Carneiro, 1944a, p. 82), seu discurso de formatura, realizado em 1928, não escondia sua confiança na miscigenação e no brasileiro do futuro:

Somos uma raça de mestiços, dizem alguns pseudo-sabios, para deprimir-nos, sem verificarem esses, que da fusão das três raças nós tiramos a ausência de preconceitos, a generosidade, a hospitalidade que nos são características, e dentro de alguns annos, nós teremos sahido desse amalgame, os espiritos mais fulgurantes do Ocidente e ainda dentro de pouco havemos de ser o povo mais activo do planeta. Reuniremos as qualidades predominantes das tres raças que constituem o Brazil, e seremos talvez mesmo a mais gloriosa e util raça do mundo (Carneiro Junior, 1928, p. 16).

Apesar da inquestionável insistência nas teorizações de fundo racista, é importante sublinhar o quanto essa forma de compreensão se distanciava, ao mesmo tempo, de um grande dogma do racismo científico. Ao invés de processo gerador de atraso, degeneração e de perpetuação de vícios, as mestiçagens, desde que orientadas para o branqueamento, eram pensadas como mecanismo de aperfeiçoamento e de transmissão de virtudes. Assim, os seus brasileiros de daqui *alguns anos, saídos do amalgame* e da *fusão das três raças*, eram projetados à maneira dos brasileiros do futuro imaginados pelo modernista carioca Ronald de Carvalho. Rotinizador do pensamento social de Oliveira Vianna (Botelho, 2005, p. 203), num texto de 1924 sobre “A psiché brasileira” Ronald de Carvalho combinava perspectivas “de um ‘homem novo’ que ia superando as características originais de cada uma das raças/culturas a partir das quais se formou” com uma abordagem retrospectiva sobre o “tipo do brasileiro histórico”, que “possuiria uma ilimitada capacidade de absorção, melhorando inclusive os elementos originais incorporados” (Botelho, 2005, p. 180, 179).

Não há como deixar de destacar, ainda, a sintonia de ideias com Silvio Romero, que não só também previra “um final feliz para a futura evolução étnica” (Skidmore, 2012, p. 100), mas igualmente imaginava que ela seria bem-sucedida graças ao aproveitamento das virtudes tiradas das três raças: fosse a adaptação às *aguras* tropicais referida por Sílvio Romero ou a generosidade e ausência de preconceitos imaginadas por David Carneiro.

Tudo muito distante, portanto, das vertentes pessimistas e poligenistas. Ou mesmo de gente ligada à imigração, não raro convencidos da “crença racista de que o cruzamento entre raças diferentes produz uma descendência inferior” (Seyferth, 2008, p. 156).

É difícil afirmar categoricamente que David Carneiro tenha lido Sílvio Romero e se apropriado de suas ideias sobre as possibilidades de branqueamento do povo brasileiro, embora um contato com suas ideias, por superficial que tenha sido, fosse bastante provável em função do prestígio e visibilidade nacionais alcançados pelo intelectual e seus colegas:

Sílvio Romero, um jovem polemista de Sergipe que fizera o curso secundário no Rio, era outro integrante influente e ativo desse grupo (que viria a ser chamado de “Escola de Recife”) [...] em que todos ganhariam destaque na vida intelectual brasileira. Esses jovens estudavam intensamente o positivismo, o evolucionismo e o materialismo. Liam Comte (Skidmore, 2012, p. 45).

As referências de Skidmore às leituras de Romero nos permitem, aliás, perceber a grande afinidade de interesses com David Carneiro, que, embora de uma geração muito distante de Sílvio Romero (1851-1914), também se dedicou ao estudo do evolucionismo e do positivismo. Aderindo abertamente à segunda doutrina, acabou se deixando orientar pelas “palavras autorizadas de [...] Augusto Comte”, considerado um norte nos caminhos até a perfectibilidade futura, pois ele que decifrara a “evolução geral, para facilitar a grande translação da Humanidade aos seus máximos destinos” (Carneiro, 1941c, p. 58, 163).

A despeito de uma série de afinidades entre o pensamento de Sílvio Romero e o de David Carneiro, uma circunstância inviabiliza afirmarmos categoricamente que o paranista estudou aquele intérprete do Brasil. David Carneiro fazia poucas referências às suas fontes.

O ensaio *História psicológica do Paraná*, por exemplo, não traz uma seção final listando a bibliografia consultada, além de haver no corpo do texto raras citações diretas de outros autores, em geral reservadas aos diários da viagem de Saint-Hilaire ao Paraná.

As epígrafes no início de cada capítulo, por sua vez, transcrevem trechos de obras e autores devidamente referenciados. Elas, contudo, nos ajudam pouco a rastrear as leituras e influências que David Carneiro tirou do chamado pensamento social brasileiro. O capítulo mais atento à discussão da questão assimilacionista no país é um bom exemplo disso. Intitulado “A incrementação de uma unidade cultural”, traz epígrafe tirada de literatura estrangeira, o já citado *Facundo*, em que o argentino Domingo Sarmiento debatia a “fusão” das “raças americanas” em “um todo homogêneo” (Carneiro, 1944a, p. 103). Já o texto propriamente dito traz uma única citação, não literal, às descrições de Saint-Hilaire sobre o “homem de 1820, dizendo que era de boa raça caucásica” (Carneiro, 1944a, p. 103, 104).

Em razão das dificuldades encontradas para mapear a formação do pensamento social carneireano, penso que podemos trazer para o nosso problema observações já feitas sobre a inviabilidade de se dar conta da literatura sobre raça que circulou de 1870 a 1930:

No entanto, na medida em que esse tipo de teoria se transformou, no Brasil, em uma espécie de jargão comum até os anos 30, torna-se quase impossível o estudo da totalidade dos intelectuais nacionais que opinaram sobre a questão racial (Schwarcz, 1993, p. 65).

Contudo, não há como deixar de chamar atenção para alguns autores que, além de sustentarem ideias afins às de David Carneiro, acabaram, em função de sua notoriedade e de seu prestígio, pautando o debate sobre mestiçagem e branqueamento racial no Brasil.

Um deles, já vimos, foi Sílvio Romero.

O outro, talvez mais importante no caso aqui analisado, foi Oliveira Vianna (1883-1951), “que se tornou um dos mais lidos intérpretes da realidade brasileira no período

entreguerras” (Skidmore, 2012, p. 277). Muito em razão de sua grande visibilidade, mas também pela própria contemporaneidade entre o auge da sua atividade ensaística e os anos de formação e iniciação de David Carneiro na sua carreira intelectual, provavelmente suas teses estão mais presentes na imaginação social do paranista do que as do próprio Romero.

Conforme já notado, há grande sintonia de ideias entre Romero e Vianna, já que, na comparação com as teses defendidas por aquele autor desde o século passado, os “mesmos princípios de desigualdade estão presentes no livro *Evolução do povo brasileiro* (1922)”:

[Oliveira Vianna] Afirma a inexistência de um tipo brasileiro diante do caos étnico herdado dos tempos coloniais, da “patuléia mestiça” e sua bastardia, mas expressa, igualmente, sua crença na progressiva redução do coeficiente de “sangues bárbaros” e numa “tendência arianizante” reforçada pelo “crescimento natural da massa ariana” através da imigração (Seyferth, 2008, p. 159).

A importância do livro citado por Seyferth é que ele se tratava da reedição de “um longo capítulo” que serviu de “volume introdutório do censo oficial de 1920” (Skidmore, 2012, p. 278). Fato que emprestava contornos de autoridade àquele texto em que Vianna “ofereceu evidências empíricas dos progressos do Brasil no caminho do branqueamento, que ele chamava pelo nome anacrônico de ‘arianização’” (Skidmore, 2012, p. 278).

Juntava-se, então, às interpretações estatísticas do Brasil saídas do Museu Nacional:

A proporção de índios e negros na população declinaria inexoravelmente [...] Como prova definitiva, Oliveira Vianna comparou as proporções raciais obtidas pelos censos de 1872 e 1890. Naquele período, a proporção de brancos aumentara de 38% para 44%; a de negros caíra de aproximadamente 20% para menos de 15%, e a de mestiços, de 38% para 32% (Skidmore, 2012, p. 278-279).

Oliveira Vianna se caracterizou, portanto, pelo uso de um vocabulário *datado*, muito a fim aos científicismos do século anterior, que buscavam aproximar a sociologia às ciências da natureza. Sujeitou-se, por isso mesmo, às críticas culturalistas. Tanto as de um Gilberto Freyre, que “tornou-se um dos mais insistentes críticos de Oliveira Vianna, atacando sua terminologia de racismo científico” (Skidmore, 2012, p. 280), quanto as de intelectuais tributários da própria ciência positivista, como o diretor do Museu Nacional Roquette-Pinto, para quem, mesmo acreditando na tendência de branqueamento em curso, a “idéia de ‘fusão’ ou ‘fusibilidade’ racial era um contra-senso” (Seyferth, 2008, p. 151).

Lembremos, nesse sentido, o anátema de *Raça e assimilação* sobre a insolubilidade dos japoneses aos processos de *assimilação* à *raça* brasileira, que faziam dessa gente o *enxofre* das nossas fusões raciais. Mais ainda, lembremos as grandes semelhanças dessa forma de pensar o social com a escala que David Carneiro montou para prever as *diluições na massa existente* de outras raças. Primeiro o italiano, e só depois poloneses e alemães.

Ao afirmar, por sua vez, que não tínhamos no país as *veleidades de purismo racial* presentes em outros lugares, David Carneiro se juntava àquele outro grande representante do pensamento branqueador no Brasil. Roquette-Pinto, que, numa obra da mesma época da formatura de David Carneiro e de seu discurso sobre as vantagens futuras da nossa mestiçagem, colocava uma sombra de dúvidas sobre as condenações euclidianas à nossa raça: “‘Não teremos unidade de raça’, exclama Euclides da Cunha. E que povo a tem?”.²³

Ao mesmo tempo, porém, David Carneiro acabava repetindo à sua maneira as ambiguidades e incoerências do pensamento social de Roquette-Pinto. Este, segundo já foi apontado pelo antropólogo Ricardo Ventura Santos, mesmo reafirmando constantemente a “posição [...] de um intelectual que defende posições igualitárias, contrárias a noções de fatalismo racial”, também se deixava trair, pois “isto não quer dizer [...] que advogasse uma completa igualdade de atributos entre as raças humanas” (Santos, 2008, p. 134). Uma passagem da obra há pouco citada, onde critica Euclides da Cunha, é sintomática disso:

Diversificam-se efetivamente as raças humanas, nos atributos do corpo todo e o tipo cerebral de cada qual não permite que as considerem no mesmo grau de semelhança. Até aí todos estão de acordo. [...] porque a verdade é que elas são desiguais no mesmo nível. [...] É inegável que há raças mais *inteligentes*, outras mais *sentimentais* e terceiras mais *pertinazes*.²⁴

Nessa polêmica entre positivistas um princípio central da filosofia social comteana estava sendo mobilizado. O da existência de uma “tríplice natureza humana (sentimental, intelectual e ativa)” (Carneiro, 1939, p. 86). Presente em todos os homens, essas faculdades se desenvolveram, segundo a doutrinação positivista de um professor de David Carneiro no Colégio Militar do Rio de Janeiro, de maneira desequilibrada nas “três raças”. Elas, porém, seguiam caminhando juntas, só que em ritmos diferentes, rumo ao seus destinos comuns:

[...] os vários núcleos de população humana, em qualquer ponto da Terra, têm de percorrer a mesma trajetória. [...] Desde que o homem é fundamentalmente o mesmo, só apresentando, nas três raças em que se diferenciou, por influências mesológicas, diferenças, apenas, na *intensidade* das mesmas faculdades cerebrais (afetivas, intelectuais e ativas), está claro que a atividade dessas faculdades, sempre as mesmas, só podem determinar idênticos resultados, com simples diferença na velocidade, velocidade em que o núcleo europeu, mais adiantado, só pode influir por contágio (Severo, 2003 [1931], p. 170, grifado no original).

Essa citação de um ex-professor de David Carneiro, que o introduziu quando jovem no mundo do positivismo e depois foi seu padrinho de casamento, além de terem trocado prefácios de livros seus (Severo, 1939; Carneiro, 1959), nos indica um aspecto que estava na origem da divergência entre céticos e empolgados com as possibilidades da mestiçagem

²³ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados*. Rio de Janeiro: [s/ n], 1927 (Apud: Seyferth, 2007, p. 160).

²⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927. p. 287-288, grifado no original. (Apud: Santos, 2008, p. 134).

(branqueadora). No centro dos debates dessa ordem estava o enfrentamento de duas formas bem opostas de entendimento da *natureza* humana, uma polêmica que dividia desde muito tempo quem enfrentava o “desafio de pensar a origem do homem” (Schwarcz, 1993, p. 48).

Como observado por Schwarcz, uma delas era a já mencionada escola “poligenista”. Conforme essa concepção, a variedade de *raças* seria explicada pela diversidade de origens *raciais*, compondo assim um quadro de grandes desigualdades, consideradas naturais e incontornáveis porque firmadas na “crença na existência de vários centros de criação, que, corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (Schwarcz, 1993, p. 48).

A outra forma de pensar a questão, ligada às tradições “monogenistas”, por sua vez, se baseava em princípios iluministas, sustentando não só que o homem “teria se originado de uma fonte comum”, mas que essa “origem uniforme garantiria um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante” (Schwarcz, 1993, p. 48).

A essa linha de pensamento se juntavam os evolucionistas, inclusive antropólogos, que justamente porque supunham um “desenrolar comum da história humana” estudavam a diversidade cultural a fim de “captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem”:

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (Schwarcz, 1993, 57-58).

Segundo o modo de pensar característico do poligenismo, ao contrário, o progresso estava destinado somente a certos grupos, já que a noção iluminista de “perfectibilidade”, universal e futura, não era cogitada em termos de “uma qualidade intrínseca ao homem, mas em um atributo próprio às ‘raças civilizadas’ que tendem à civilização” (Schwarcz, 1993, p. 61). Desse grupo não faziam parte os povos da África dominada pelo colonialismo europeu, gente inferiorizada pelo “argumento batido, apesar de infundado, de que os negros nunca haviam criado uma civilização” (Skidmore, 2012, p. 76). Aos povos brancos do imperialista continente europeu, por sua vez, era reservada a condição de “superior em qualidades mentais e sociais (como a ‘construção de civilizações’)” (Skidmore, 2012, p. 93). Nesse cenário, o colonizado “negro estava condenado à extinção, ou pelo menos à subjugação, pelas raças brancas ‘mais fortes’ e ‘mais civilizadas’” (Skidmore, 2012, p. 98).

Apropriando-se, várias vezes, das famosas conclusões do cientista Charles Darwin sobre a seleção natural das espécies animais, e projetando-as ao ambiente humano, muitos poligenistas costumavam trabalhar sobre as bases de um verdadeiro *darwinismo social*.

Não só cogitavam que as “raças humanas, enquanto ‘espécies diversas’, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado”, mas também olhavam o mundo dos homens com a ideia-chave de que havia uma divisão entre fortes e fracos, e que avaliar a “*seleção natural*” implicava pensar na *degeneração social*” (Schwarcz, 1993, p. 57, grifado no original).

Mesmo entre pensadores da linha monogenista, porém, houve adesão a uma série de argumentos do darwinismo social. Em particular às teses sobre o desnível (congénito ou não) de alguns grupos raciais em relação a outros, tidos como desiguais na competição pela existência. Ou, em outros termos, no processo de *seleção natural* por um lugar no futuro, quando completada a *evolução* e o *progresso* humanos. Quando concluída a *civilização*.

É o caso da teoria brasileira do branqueamento. De tintas *monogenistas* quanto à universalidade da civilização e à não ameaça da miscigenação, mas bastante *poligenista* no que dizia respeito à divisão do mundo social em gente inferior e superior, negros e brancos:

Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça (Schwarcz, 1993, p. 65).

Penso que se levarmos realmente a sério essa imaginação social, por mais absurda que possa parecer hoje em dia uma cogitação que projetava um futuro branco a um povo miscigenado – o povo brasileiro, incluindo a parte paranaense –, cujo destino irreversível, como parte da civilização universal, era a realização bem-sucedida do processo em curso de “branqueamento” racial, podemos tirar algum proveito no sentido de situar a faceta mais “nacionalista” de David Carneiro. Sua imagem do estado do Paraná não era exatamente a de um Brasil tão “diferente” assim, ou ao menos de tamanha excepcionalidade a ponto de não se encaixar nas definições mais consagradas da nação, que estavam baseadas, do ponto de vista racial ou étnico, na idéia da miscigenação de indígenas, africanos e europeus.

Contamos com algumas pistas de que David Carneiro pensava sua parte do país como um Brasil algo *diferente*, sim, mas tão somente porque *à frente e adiantado* num processo de civilização tomado por muita gente, incluindo ele, como um dado, a realidade.

Quando comparado a outras regiões do país, o estado era, sim, uma *terra do futuro* antecipada, ou menos retardada, na trajetória de *evolução* rumo ao “branqueamento”. Nem por isso, porém, era menos “brasileira”, já que o destino da nação também era *branco*, embora num ritmo e velocidade menos acelerados, talvez. Recordemos, nesse sentido, que conforme os prognósticos *sociológicos* do último dos paranistas o “futuro paranaense” seria um exemplar do “verdadeiro brasileiro branco”. Um homem à maneira do brasileiro

branco projetado por Sílvia Romero, ou seja, aperfeiçoado pela potencialização das virtudes e faculdades mais desenvolvidas nas duas outras *raças*, já extintas ou *diluídas*.

Aliás, essa projeção de um futuro em que as *raças não brancas* seriam benéficamente incorporadas à *raça branca* tinha validade não só para os brasileiros e os paranaenses, mas para a própria universalidade humana. Conforme o seguidor da doutrina positivista, quando da finalização do processo de “civilização pacífico industrial”, a “espécie humana, então, será unificada e purificada, e mesmo apurada, pela fusão das raças: preta (afetiva), branca (intelectual), e amarela (ativa)” (Carneiro, 1943a, p. 115).

As particularidades que caracterizavam esse pedaço *diferente* de Brasil não eram pensadas, portanto, apenas como representativas de sua singularidade frente a outras particularidades regionais, em um país marcado pelas grandes desigualdades e pelos desequilíbrios entre *as partes e o todo*. Essa singularidade era, mais do que isso, imaginada como uma especificidade típica de uma *parte do todo* menos atrasada num processo de evolução e progresso acreditado como sendo de efeitos nacionais, mesmo porque mundial.

A ideia de unidade cultural nacional ou o projeto de atingimento dessa unidade, tão criticados pelo regionalista Wilson Martins porque consideravam o Paraná como uma *parte do todo* luso-brasileiro, eram de fato imaginados pelo regionalista David Carneiro.

Unidade cultural (e racial) cogitada e pensada senão em termos de realidade atual e presente, ao menos em termos de possibilidade e potencialidade futura. O que, aliás, não significava pouca coisa, tendo impactos substantivos em suas visadas sobre o passado e a realidade contemporânea. Nesse aspecto, aliás, não estava desacompanhado, se tivermos em conta que um ensaísta influente como Sílvia Romero já apresentava uma “tendência pessoal a confundir análise histórica com previsões acerca do futuro” (Skidmore, 2012, p. 78) e, também, que muitas das obras do pensamento nacional daquela época, como as de Alberto Torres e Oliveira Vianna, eram “igualmente marcadas por especulações de futuro sobre a ordenação da sociedade brasileira como Estado-nação” (Botelho, 2005, p. 28).

Nesse sentido, suas convicções positivistas e sua consequente visão da sociologia como um dos ramos das ciências da natureza atuavam com força, já que ele presumia que a “caraterística das siências é a previzão, e para que se possa prever, é necessário que se conheçam leis abstratas de evolução” (Carneiro, 1943a, p. 121). Diante disso, a fonte de conhecimento disponível para a descoberta dessas leis sociais era “uma sistemática visão de conjunto da própria história” (Carneiro, 1943a, p. 120). Isso permitiria cogitar o futuro. O que fez em seguidas passagens da sua *História psicológica do Paraná*, como quando

previa a mentalidade coletiva obtida de “quando tivermos amalgamado as raças brancas e coloridas das colonizações primitivas com as extra-íberas, brancas, vindas posteriormente”.

[...] as qualidades do paranaense são grandes e ponderáveis, mesmo estando o seu tipo médio, muito longe de uma relativa perfeição que o futuro trará. O meu desejo é que os meus conterrâneos do século XXI não me desmintam. Si são exatas as minhas observações, e si o forem também as minhas previsões, êles, sem dúvida alguma, guardarão por mim certo grau de estima (1944a, p. 23).

A retórica comum da *parte e o todo*, do estado *branco* que se distinguia em relação à nação *negra*, não deve tirar o foco, portanto, dos posicionamentos quase inconciliáveis desses dois representantes dos grupos regionais (anti)paranistas. Enquanto Wilson Martins falava na diversidade brasileira, em não unidade e em variações regionais, David Carneiro certamente estava lidando com assimetrias regionais num processo de evolução pensado como único e obrigatório, em estágios ou graus diferentes numa mesma escala(da).

Conforme já adiantamos na **Introdução**, os preconceitos contra o negro, não disfarçados na sua constante invisibilização sociológica e no orgulho da presença da *raça* e da *cultura* brancas em solo paranaense, parecem ter sido um dos poucos pontos de acordo entre essas duas tradições de interpretação da formação social regional, aqui simbolizadas, respectivamente, no paranista David Carneiro e no antiparanista Wilson Martins.

Quanto ao preconceito de cor como fator de combinação de posições regionalistas tão excludentes, aliás, as influências da revisão culturalista não devem ser superestimadas, pois, como nos lembra Seyferth (2008), mesmo na “década de 1940 o racismo persistiu nos debates sobre a formação do povo ou, como queriam alguns, a formação de uma ‘raça brasileira’ ou de um ‘tipo nacional’, observável mesmo em autores menores” (p. 170).

Se David Carneiro, um *autor menor* e completamente “à margem dos cânones” de interpretação do Brasil (Machado & Araujo, 2013), cuja influência se limitava basicamente aos restritos horizontes provincianos, ainda pensava sua parte do país, em plena década de 1940, em termos de “ações e reações” derivadas do “conflito químico-sociológico” entre as “raças” fixadas no enorme território (laboratório?) brasileiro, havia outros intelectuais de projeção nacional, muito mais renomados, pensando o país em bases muito semelhantes.

Exemplo disso é Oliveira Vianna, que, coincidência ou não, tinha feito de seu bem sucedido *Populações meridionais do Brasil*, de 1920, um “estudo histórico-psicológico sobre as populações do sul do Brasil” (Skidmore, 2012, p. 278), linha de abordagem sobre (*parte d*) a realidade social brasileira seguida depois com “*Pequenos estudos de psicologia social* (publicado originalmente em 1921 e reeditado em 1923)” (Bittencourt, 2013. p. 41).

O nome de Oliveira Vianna, aliás, é importante de ser mencionado como um dos renomados precursores e consagradores da abordagem regional(ista) que tanto o paranista David Carneiro quanto o antiparanista Wilson Martins acabariam levando adiante, mas de um lugar bem mais *provinciano*. Sobre isso, sua grande “notoriedade nacional”, “sobretudo na década de 1920”, se deveu, em grande parte, “da proposta mais geral de Oliveira Vianna em pensar o que diferenciava o país internamente” (Bittencourt, 2013, p. 175), sendo inclusive recebido positivamente pela crítica da época justamente como um promovedor da “rejeição ao preconceito da uniformidade do povo brasileiro” (Bittencourt, 2013, p. 45).

Esse olhar sobre as diferenças regionais brasileiras, inclusive em termos de suas respectivas *psicologias sociais*, estava baseado numa retrospectiva sobre (a diversidade d) o passado nacional, mas também era considerado estratégia para se poder pensar socialmente perspectivas de (com)unidade futura. Uma condição de civilização, já que a presença de tais “formas divergentes seriam um risco perene de fragmentação e empecilho grave para o estabelecimento de uma ordem moderna no país, baseada em formas de solidariedade mais abrangentes e, portanto, supralocais ou regionais”, caso da “desobediência e [d]a recusa de autoridade central que marcam a ‘psicologia’ de gaúchos” (Bittencourt, 2013, p. 174).

Não são poucas, portanto, as semelhanças com o pensamento de David Carneiro, apesar de Oliveira Vianna não aparecer como autor citado em suas obras. Nesse sentido, aliás, talvez seja interessante considerar, em termos de uma maior “naturalização” do nosso conceito de “sociedade” – inclusive em termos de solidariedades e linhagens intelectuais –, que determinadas ideias são adotadas independentemente de serem lidas diretamente:

Se o tema da cultura e da identidade nacional é uma constante no Brasil, ele necessita de intelectuais que o formulem. Uma vez desenvolvidas, as diferentes formulações sobre o tema frequentemente acabam por se transformar em senso comum. É difícil determinar como ocorre exatamente esse processo. Podemos imaginar um intelectual que escreve um livro, que é lido por um jornalista, que divulga as ideias centrais da obra, que acabam aparecendo no discurso de um político, que é noticiado em um jornal etc. (Oliveira, 2010, p. 415).

O fato é que Oliveira Vianna estava entre as figuras de maior ascendência sobre Romário Martins, que, além de centro do paranismo, era “conhecido como ‘príncipe dos jornalistas do Paraná’” (Carneiro, 1974 [1944], p. 29). Seu acervo privado contém uma série de recortes de jornal com textos do autor ou sobre ele. Inclusive uma matéria em que é apresentado como “o maior sociólogo brasileiro” (Vianna, [s.d.]). Nela aparece transcrita uma carta dirigida a Paulo Tacla (Vianna, 1939), figura muito próxima a Romário Martins e David Carneiro e homem ligado ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGP), dirigido por Romário. Mantinha, aliás, ativa correspondência e troca de publicações com o

paranista (Vianna, 1944). Numa dessas oportunidades, agradecia a remessa do “seu belo e sabio volume sobre ‘Historia do Paraná’”, que se sintonizava ao projeto de explicar o país pelas suas diferenças, incluindo a “novidade” das abordagens “étnicas” (Vianna, 1938):

[...] é uma obra que, sem favor, poderá ser considerada como uma das altas contribuições que até agora tem sido escritas para a nossa Historia Regional, ainda, na sua generalidade tão mal cuidada e investigada. [...] pela novidade da preocupação de fatos etnicos e sociais na explicação da evolução historica do povo paranaense [...] o livro do meu ilustre confrade é uma bela realização [...].

Talvez, portanto, o contato de David Carneiro com o pensamento social de Oliveira Vianna tenha se dado sob a mediação de Romário Martins, contribuindo para alinhar ainda mais aquela sociedade regionalista com enormes traços de uma cultura nacionalista. O que não exclui absolutamente a possibilidade – a probabilidade, diria eu – de que o discípulo paranista tenha lido diretamente o autor de *Populações meridionais do Brasil*, *Pequenos estudos de psicologia social*, *A evolução do povo brasileiro* e *Raça e assimilação*, embora não possamos afirmar isto com segurança em função de um hábito intelectual da época, o de não fazer citação direta de muitas das fontes de inspiração bibliográfica. Como, aliás, era prática comum do próprio Oliveira Vianna. Segundo o pesquisador André Veiga Bittencourt, embora saibamos hoje que Alberto Torres e Sílvio Romero “normalmente são considerados os dois grandes mestres do autor”, o silêncio sobre eles é “uma das ausências que mais chama a atenção em *PMB-I* [Populações Meridionais do Brasil], [...] que não aparecem sequer uma vez referidos em todo o livro” (2013, p. 35, grifado no original).

O que gostaria de ressaltar, disso tudo, é que muito provavelmente David Carneiro tenha atuado como uma espécie de *rotinizador* e vulgarizador das teses de Oliveira Vianna. Assim como o modernista carioca Ronald de Carvalho estudado por André Botelho, ou seja, um autor menos celebrado que ajudou a promover “a difusão da tese normativa dos 1920 formulada em termos altamente elaborados e complexos na obra de Oliveira Vianna: a ‘cultura brasileira’ particular, e não projeções ideais mais universalistas” (Botelho, 2005, p. 203). E, mais ainda, David Carneiro deve ter sido influenciado por uma série de outros desses rotinizadores, que em geral ajudam a formar o *senso comum* comentado por Oliven:

E a familiaridade de muitas das idéias formuladas nos ensaios de Ronald de Carvalho, prende-se, do ponto de vista sociológico, não a uma questão de “originalidade”, ou falta dela, mas antes pode ser indício de que as assimilamos socialmente de tal modo que elas acabaram por tornar-se em larga medida “senso comum” na sociedade contemporânea. [...] Já aos olhos de seus contemporâneos, quer dizer, de alguns outros intelectuais modernistas, Ronald de Carvalho pareceu mesmo um “vulgarizador” de idéias (Botelho, 2005, p. 204).

Penso que o desafio, diante da rotinização de conceitos sobre a singularidade populacional paranaense no cenário nacional, que hoje em dia têm lugar no senso comum,

foi justamente perceber e levar a sério a presença de ideias sobre as conexões do estado como uma *parte do todo* brasileiro, mesmo entre autores marcadamente regionalistas. E mais ainda, um desafio foi verificar nesses componentes mais nacionalistas o resultado de uma resistência àquela população europeia que atualmente constitui, creio que podemos dizer assim, o núcleo da identidade social que se afirma e que se deseja para o estado.

Isso, aliás, já foi notado pela socióloga Maria Tarcisa Silva Bega ao contextualizar a Curitiba do final do século XIX e início do século XX, tempo e lugar do movimento literário simbolista muito marcados por um “difícil convívio” entre “imigrantes e naturais”:

Tais fatos, comuns à época, são de difícil reconstrução na atualidade, uma vez que se criou, principalmente nos últimos 25 anos do século XX, um imaginário sobre Curitiba totalmente calcado em sua origem europeia e branca, isto é, o mito da cidade moderna porque europeia. As etnias são dessa forma reintroduzidas em sua positividade, esquecendo-se dos conflitos do final do século XIX, que se atenuam no entreguerras e novamente se exacerbam no conflito de 1939-45, como parte da propaganda bélica que recria as imagens demonizadas dos italianos e alemães (Bega, 2013, p. 94-95).

Tudo muito distante, portanto, em relação à presente imagem do *Paraná das etnias*, simbolizado na sua *capital europeia*. Tudo muito sujeito a estranhamentos, então, em relação às ideias que mais observamos, hoje, sobre as diferenças entre *a parte e o todo*.

E já que estamos tratando de ideias rotinizadas e transformadas em senso comum por sucessivas camadas discursivas, constituídas não só por falas e dizeres do cotidiano de qualquer pessoa, mas também nos *documentos materiais fixos* deixados por intelectuais de maior ou menor prestígio e capacidade de influência social, podemos voltar ao Ronald de Carvalho rotinizador de Oliveira Vianna para traçar alguns paralelos com David Carneiro.

Se o paranista combinava racialismo com noções caras ao culturalismo, tratando ao mesmo tempo da *amalgamação* física das raças e dos processos de transmissão histórica da *psicologia* e da *alma* paranaenses, Ronald de Carvalho também repetia as incoerências de sua fonte de inspiração. Se Oliveira Vianna mesclava atenção à diversidade de psicologias regionais existentes no país com uma grande “insistência no tema racial”, demonstrada inclusive no título de trabalhos não publicados, como *Raça e etnia* e *Seleções étnicas* (Bittencourt, 2013, p. 177), Ronald de Carvalho, por seu turno, “procura sim ultrapassar os âmbitos físico e racial da formação da sociedade brasileira – como aliás a expressão ‘alma da raça’ empregada para sintetizá-la quer justamente significar –, dado principalmente a ausência de qualquer unidade vigente naqueles âmbitos” (Botelho, 2005, p. 117).

Além de serem essas reflexões em torno da *alma da raça* brasileira “colocações bastante sugestivas de que, afinal, o culturalismo não constitui exatamente uma ruptura epistemológica com relação à perspectiva hierarquizada das raças, a qual persistiu senão

explicitamente, ao menos de modo subjacente” (Botelho, 2005, p. 117), o que gostaria de salientar é um ponto que aproxima Ronald de Carvalho e Oliveira Vianna a David Carneiro. Qual seja, a compensação que todos eles promovem à nossa falta de unidade racial – herança do passado dessa *terra de adventícios* em que as *veleidades de purismo racial* não tinham lugar –, a ser encontrada na unidade cultural projetada para o futuro.

Nos livros do modernista carioca, seguidor de Oliveira Vianna, a unidade brasileira ainda era matéria de prognósticos, e não de diagnósticos, já que “a problemática central neles formulada diz respeito não à constatação da existência de uma ‘cultura brasileira’, mas sim às possibilidades de *formação* da mesma” (Botelho, 2005, p. 34, grifado no original).

Essa ambição de formação da cultura brasileira futura, incluindo suas expressões no universo literário, segundo afirmava o modernista responsável pela *Pequena história da literatura brasileira*, de 1922, deveria estar pautada em alguns princípios. Um deles era a convicção, bem modernista, de se manter certa reserva e cuidados com a “*modernolatria*”, considerada “perigosa”. Uma alternativa mais razoável, então, seria o “aprofundamento da tradição como condição da renovação”, o que diferia completamente da “continuidade pela continuidade, ou de qualquer continuidade” (Botelho, 2005, p. 154, grifado no original).

E se a frase de Ronald de Carvalho “Veneremos os antigos, e, como prova do nosso amor, não o imitemos” pode ser tomada com um dos seus tantos movimentos numa trajetória marcada pelo sentido de “rotinização” das “representações sociais” que “marcam a modernização conservadora e a construção do Estado-nação no Brasil dos anos 1920-1930” (Botelho, 2005, p. 154, 17), o Sphan dos modernistas, por sua vez, não estava *rotinizando* coisas muito diferentes. Conforme nos informa Márcia Chuva, apesar de haver “uma mística em torno de uma pretensa autonomia e/ou isenção política desses intelectuais” (2009, p. 33), o Sphan e seus principais atores fizeram, sim, parte do “projeto nacionalista implementado no governo Vargas, que pode ser descrito por meio da noção de modernização conservadora” (Chuva, 2009, p. 116). Acomodava à perfeição, portanto, o pensamento do mentor modernista Lucio Costa, que defendia, é certo, a “recuperação da tradição passada”, porém “sempre de acordo com uma visão *moderna* de mundo: em vez de imitar ou reproduzir a tradição, atualizá-la” (Chuva, 2009, p. 204, grifado no original).

Se essa aparente contradição entre tradição e modernidade não era incomum, sendo inclusive uma marca do movimento modernista, isso se deve muito às circunstâncias apontadas por Márcia Chuva. A autora observa que naquele contexto a “palavra ‘moderno’ vulgarizava-se na linguagem cotidiana, adquirindo conotações as mais variadas”, ajudando a montar um ambiente em que “lutas de representação foram travadas em torno das noções

de progresso, civilidade e prosperidade” (Chuva, 2009, p. 94, 285-286). Representações sobre o moderno cuja grande elasticidade ia, inclusive, aos limites da negação dos modelos europeus até então irrecusáveis e ao “desprezo ao europeísmo, cujas expressões artísticas modernas, até então, constituíam os símbolos de modernidade” (Chuva, 2009, p. 94-95).

Esse desprezo ao europeísmo e a suas expressões de modernidade, vertido em um sentimento nacionalista cético em relação à *modernolatria*, aliás, era um dos elementos que aproximava os modernistas do Sphan e seu nacionalismo conservador-modernizador às ideias de seu assistente pernambucano, ou seja, ao “regionalismo ‘a seu modo modernista’ de Gilberto Freyre” (Costa e Silva, 2009, p. 46). Um pensamento social baseado numa “perspectiva claramente simpática à tradição, todavia, não exatamente em oposição ao moderno, antes, sim, ao que Gilberto Freyre chama de ‘modernismos’” (2009, p. 54), em geral associados a novidades e tendências estrangeiras. Foi com essa perspectiva em mente que ele se ocupou, e muito, de pesquisar e de divulgar temas e assuntos ligados àquilo que, no seu entender, representaria uma cultura local “cristalizada em símbolo de nacionalidade a ser contraposto a uma modernidade definida como estrangeira” (Oliven, 2000, p. 75).

Quando consideradas as suas preocupações com os efeitos de uma modernização pouco brasileira, diferente da “modernidade nos trópicos” que projetava para o país (Costa e Silva, 2009), e também o seu ideal de resistência à descontinuidade pela descontinuidade, ou a qualquer descontinuidade, é que ficam mais nítidas as suas razões em fazer o trabalho de mapear e indicar, inclusive para o Sphan, expressões de uma *brasilidade autêntica*.

David Carneiro, por sua vez, era igualmente crítico da “mentalidade colonial” que “nós temos”, o que fazia com que só “achamos bom o que nos vem de fóra e o que longe de nós se produz” (Carneiro, 1944a, p. 25). O sugestivo, porém, é que essa denúncia da nossa “mentalidade colonial” não era associada diretamente aos tempos de formação da nação brasileira e às relações de dependência a Portugal, mas, isto sim, à chegada dos imigrantes, já que essa mentalidade “se agravou muito com a colonização e não se tem modificado com tôdas as propagandas de sadio nacionalismo” (Carneiro, 1944a, p. 25).

E se, conforme nos diz Márcia Chuva, o pensamento de fundamentação modernista rotinizado na ação cotidiana do Sphan demonstra que “a dicotomia imposta entre moderno e conservador, tão cara a um certo discurso político, não resistiria, no entanto, a uma análise mais cuidadosa (2009, p. 112) a reflexão social de David Carneiro caminhava em sentido quase idêntico. Para ele, estes “dois elementos da vida das sociedades organizadas, a cultura e o progresso, são como dois extremos que procurassem entredorvorar-se, mas que não puderam deixar de andar sempre juntos”, sendo assim necessário ao país “basear sua

marcha à frente, em elementos estáveis, em fundações definitivas” (Carneiro, 1950a, p. 8). E conforme sustentaria em outro texto da mesma época (Carneiro, 1950b), não havia “nada melhor” do que “o <<conservar, melhorando>>, de Júlio de Castilhos, que conciliava a tradição e a cultura com as necessidades imperiosas de evolução e de progresso” (p. 28).

Nesse projeto *nacional e brasileiro* de modernidade, cético ou mesmo contrário aos estrangeirismos e partidário de uma modernização conservadora fundada nas tradições locais, encontramos outro ponto de contato entre as ideias do Sphan e a identidade regional nacionalista promovida pelo *último dos paranistas*, pouco flexível aos estrangeir(ism)os. E se muitas vezes a ameaça ou o perigo, para os intelectuais do Sphan, Rodrigo ou Gilberto Freyre, estava na mentalidade ansiosa pelas novidades do estrangeiro, mesmo entre gente aqui nascida, na realidade experimentada pelo paranista David Carneiro a ameaça muitas vezes se corporificava em homens de carne e osso, que além de cabeças e pensamentos dirigidos para o além-mar, haviam trazido do estrangeiro olhos claros e cabelos loiros.

CAPÍTULO III - A (moderna) trajetória de David Carneiro: destaque econômico e inserção nos campos político e intelectual paranaenses

David Antonio da Silva Carneiro nasceu em Curitiba quando a capital paranaense fazia aniversário, em 29 de março de 1904. Até seu falecimento, em 4 de agosto de 1990, trilhou um percurso profissional e intelectual que, conforme estudiosos de sua biografia e de sua obra, foi marcado pela polivalência. Ao se candidatar a compreender sua trajetória, Machado nos revela que teve de lançar mão da “opção por transitar pelas diversas faces do percurso intelectual” (2012, p. 19) desse personagem de atuação múltipla, que empreendeu funções como “ervateiro, positivista, museólogo, historiador e professor” (2012, p. 17).

Das áreas mencionadas, a de professor não será abordada neste trabalho, pois sua carreira docente foi iniciada ao final dos anos 1940, o que nos permite assegurar que essa atuação não teve influência no fato de ter sido chamado a se envolver com o Sphan, como teve, por exemplo, sua trajetória de historiador e museólogo, já relativamente consagradas na segunda metade dos anos de 1930. As outras quatro vertentes, entretanto, têm a ver com o David Carneiro que observamos. Começaremos pelos seus vínculos com a erva-mate.

Antes disso, porém, esboçaremos um breve perfil da Curitiba *ervateira e moderna* do começo do novecentos. Veremos que a centralidade da indústria do mate, somada à urbanização burguesa da cidade, nos ajuda a entender sua visão positiva e *progressista* de si mesmo e de seus pares, outros industriais *ilustres* ligados a elites *tradicionais* do estado.

Compartilhando essa experiência curitibana de prosperidade e de modernidade com os grupos imigrantes que se estabeleciam em levadas sucessivas no estado, alguns grupos de antigos paranaenses sentiam desestabilizado um estado de coisas reproduzido há bastante tempo. Mudanças para as quais contribuía fortemente a associação que se fazia daqueles imigrantes, em termos simbólicos, à civilização e ao progresso da Europa, de onde saíram.

3.1. Curitiba, capital do estado do Paraná: protagonismo, desenvolvimento e modernidade sustentados na economia da erva-mate

Expoente da economia do mate. A adequada compreensão de nosso personagem tem muito a ganhar com a consideração de seu lugar e de sua família no campo da comercialização do produto, um dos motores da economia paranaense desde o oitocentos.

A extração, beneficiamento e distribuição da erva-mate fazia a economia do estado se movimentar, representando, em 1910, mais de 80% de suas exportações (Oliveira, 2001, p. 94). Nas estatísticas nacionais de remessas para fora do país, a representatividade do produto era bem menos expressiva, embora ainda fosse considerável, atingindo, na década de 1900 a 1910, o volume de 2,9% das exportações brasileiras (Oliveira, 2001, p. 78).

Esses valores integram as estatísticas dos tempos de ascensão desse significativo fenômeno econômico paranaense. Quanto a isso, Oliveira nos informa que “as exportações de erva-mate crescem de 1820 até 1930, quando decrescem para níveis inferiores e se interrompe a estatística progressista do aumento das exportações de mate” (2001, p. 90). Ao longo desse processo, Curitiba foi adquirindo o status de centro dessa economia e, principalmente, de lugar dos barões do mate. Entretanto, nem sempre foi assim. Antes de Curitiba, os eixos da organização econômica da erva-mate estavam no litoral do Paraná.

Paranaguá, por exemplo, era a base dos negócios de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar. Esse “negociante de grosso trato” foi “o maior comerciante de Paranaguá até quase o fim do século [XIX]”, sendo que, em 1881, “comercializava cerca de 25% do total de erva-mate paranaense exportada para o Prata” (Oliveira, 2001, p. 56).

A mesma cidade litorânea era, em 1925, a sede da firma exportadora de Arlindo Suplicy de Lacerda (Oliveira, 2001, p. 94), homem oriundo de família tradicional da Lapa, cidade nos Campos Gerais. Com essa família, aliás, nosso personagem firmou relações bastante estreitas nessa mesma época, casando, como veremos, com uma de suas herdeiras.

Se a concentração de engenhos de beneficiamento na região do litoral era motivada pelas dificuldades de transporte da erva-mate, planta nativa dos planaltos de serra acima, essa situação começou a mudar de figura com a abertura da estrada da Graciosa. Ao representar uma alternativa carroçável aos caminhos tradicionais de travessia da serra do mar, rotas que suportavam apenas o tráfego de gente e de animais, o novo caminho foi um divisor de águas: “Na década de 1870, finalmente a estrada da Graciosa ficou pronta e assiste-se à concentração de engenhos de erva-mate no planalto” (Oliveira, 2001, p. 91).

Esse processo, aliás, seria potencializado em 1885, com a inauguração da ferrovia ligando Paranaguá a Curitiba, já que, segundo o parecer do próprio David Carneiro, foram “as estradas de ferro e de rodagem, essenciais à nossa vida de província” (1944a, p. 70).

O sociólogo Ricardo Costa de Oliveira nos informa, ainda, que os mesmos anos de 1870 foram o cenário da consolidação de um lento processo de reforma burguesa no setor ervateiro, guiado pelo espírito de modernização. Os engenhos da época denotavam justamente os esforços de aperfeiçoamento tecnológico, apresentando então “um nítido

caráter fabril e industrial” (2001, p. 82). Assim, a “década de 1870 é o ponto de inflexão, quando a formação da burguesia do mate já pode ser reconhecida” (Oliveira, 2001, p. 91).

Associado a essas reorganizações sociais, Curitiba também se transformava. Entre os sinais de aburguesamento e modernização da cidade, Magnus Pereira indica a presença da “indústria do mate e suas subsidiárias (as metalúrgicas, as barricarias e litográficas)” (1996, p. 56). Novos espaços que se integravam àquilo tudo que, segundo um cronista da época, “constitui a nota típica da indústria”, ou seja, a “chaminé de tijolos, moderna”, que trabalhava, “com suas baforadas de fumaça, semeando suas iras rumo ao progresso”.²⁵

Conforme determinado imaginário da cidade, um dos grandes sinais do progresso e da modernização era a configuração do espaço urbano. Boa parte dos curitibanos dessa época se alinhava a tal imaginário, pois, segundo Magnus Pereira, os “segmentos urbanos e letrados da sociedade paranaense não escondiam suas intenções cosmopolizantes” (1996, p. 114). Intenções que alimentavam a perseguição da realização de um certo modelo urbanístico que “confirmasse, na conformação espacial das cidades e nos serviços urbanos, o sentimento de pertinência ao universo da revolução industrial européia” (1996, p. 114).

Desse espelhamento em determinadas imagens de *civilização* brotava o orgulho de certas realizações urbanísticas locais. Orgulho estampado em revistas que circulavam entre as elites curitibanas da época, como a *Ilustração Paranaense*. Em 1928, por exemplo, uma série de seus artigos saudava os recentes asfaltamentos de algumas das ruas centrais da capital (*Ilustração Paranaense*, 1928b; 1928c; 1928f). Como a XV de Novembro, que então comemorava o “segundo aniversario dos primeiros lençóis de asfalto” (*Ilustração Paranaense*, 1928c). Noutro desses textos se dizia que a ação “veiu emprestar á nossa ‘urbs’ um aspecto encantador e de bem estar, condizente com o seu evoluir ininterrupto” e com o fato de que “Curityba progride a olhos vistos” (*Ilustração Paranaense*, 1928f).

Nesses lençóis de asfalto era cada vez menos incomum ver circulando outro grande símbolo da modernização e da mecanização industrial. Os automóveis, que também eram contabilizados nas estatísticas de “Actualidade Paranaense” da *Ilustração Paranaense* (1929b), juntando-se assim a dados sobre a “Receita do Estado”, a quantidade de “Herva mate exportada” e de “Café exportado”, a quilometragem de “Ferrovias em trafego” e de “Auto-estradas”, o número de “Portos marítimos” e de “Portos fluviaes”. Era esse mesmo quadro estatístico que mostrava ao público que, dentro de um universo de 120 mil pessoas,

²⁵ PRUNERA, Antonio de. *Relatorio geografico, comercial, industrial y mercantil del estado del Paraná*. [s.l.] [s. ed.], 1913, dat. Apud: Pereira, 1996, p. 56.

Curitiba contava com apenas 1.474 automóveis. Se existia, em média, um carro para cada 80 curitibanos, um desses automóveis, óbvio, pertencia ao nosso abastado personagem.

Em meados de 1928, aliás, ele podia ser visto conduzindo “em seu auto” um ilustre visitante que conheceria seu patrimônio museológico, que ainda não contava com uma sede própria e estava em uma “casa solarenga” no Batel, a “vileta que lhe servira de residência de solteiro”, “tranquillamente aninhada entre bosques” (D’Assumpção, 1928).

Outro fator que contribuiu na construção de uma imagem *moderna* da cidade, aliás, foi a arquitetura privada, em especial aquela pertencente às elites econômicas locais, em especial aos barões do mate. Ocorreu, assim, “uma espécie de corrida entre os industriais do mate que, ao construir suas residências, iriam afirmar definitivamente em Curitiba o novo conceito de arquitetura urbana burguesa residencial” (Pereira, 1996, p. 129).

Assim sendo, os curitibanos daquela época estavam diante de expressivos indícios de um fenômeno novo, de significativas transformações sociais, com o aburguesamento, industrialização, urbanização e modernização da capital do estado, processo que envolvia o estabelecimento da “casa pela qual o burguês se fazia representar” (Pereira, 1996, p. 128).

Para Magnus Pereira, a economia do mate teve um papel essencial nesse processo, na medida em que um “aspecto do rearranjo sócio-econômico provocado pela economia do mate foi a urbanização do Paraná” (1996, p. 10). Para o autor, alguns dos engenhos de mate estabelecidos mais para o final do oitocentos eram uma espécie de catalizadores dessas experiências urbanas e modernas, na medida em que, por exemplo, atraíam trabalhadores não escravos, livres e já completamente desvinculados da lida no campo. Era uma gente assalariada que dependia “do mercado urbano para suprir a quase todas as suas necessidades”: “As unidades produtivas do mate centravam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores. Quando os engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização de seu entorno” (Pereira, 1996, p. 11).

Da mesma forma, no interior desses engenhos as experiências de modernização se faziam sentir, tendo havido um significativo investimento na racionalização dos processos e no aperfeiçoamento tecnológico dos métodos empregados no tratamento da erva-mate:

No decorrer do século XIX, a fração da burguesia paranaense que se dedicava ao comércio exterior promoveu um processo auto-sustentado e relativamente autônomo de tecnificação do beneficiamento da erva-mate, que se aproximava do modelo paradigmático da industrialização europeia (Pereira, 1996, p. 10).

A contemporaneidade de ambos os processos de *progresso*, o de potencialização da economia ervateira via industrialização e o de (re)urbanização de Curitiba, aliás, fez com que esses novos burgueses do mate se sentissem na condição de pivôs da modernidade em

terras paranaenses. Eles sentiam que se alinhavam, em maior ou menor grau, aos modelos da experiência europeia – ou melhor, àquilo que entendiam como sendo essa experiência –, e estavam chancelados por esses *progressos*: “Os intelectuais do mate sentiam-se de tal forma integrados a um processo sócio-econômico universal que não lhes passavam pela cabeça dúvidas sobre o caráter industrial da economia da região” (Pereira, 1996, p. 17).

Foi nesse cenário que David Carneiro cresceu. A cidade de Curitiba capitalizava, e potencializava, o título de sede administrativa do estado, centralizando não só a tomada de decisões políticas, mas também a definição dos rumos econômicos do Paraná. A capital era o núcleo não apenas de uma elite política e administrativa, constituída de agentes do governo. Era também o lugar de uma elite econômica, formada pelos barões da erva-mate.

O prestígio social decorrente dessa situação financeira e institucional privilegiada, por sua vez, era potencializado pelas imagens da *civilização* em Curitiba. As *urbanizações* da cidade, como o asfaltamento das ruas e o embelezamento da urbe pelas casas dos barões do mate, eram conquistas muitas vezes associadas a essas elites, que se (auto)legitimavam explorando os *progressos* desses lugares urbanos compartilhados pela coletividade local.

Tais triunfos modernizantes, obtidos ou não pela atividade das elites do mate, eram usados como trunfos na luta simbólica de imagens de *progresso* contra, por exemplo, alguns imigrantes alemães. Membros desse grupo estrangeiro, ao prosperarem econômica e socialmente no novo país, costumavam mobilizar como explicação de seus sucessos “argumentos racistas que remetiam a uma suposta superioridade do ‘trabalho alemão’” (Seyferth, 2000, p. 96), em geral reforçados tendo “como contraponto a ‘preguiça’ e a ‘indolência’ assumidos como atributo característico do ‘brasileiro’” (Seyferth, 2000, p. 98).

Esses conflitos entre grupos em disputa, aliás, são sintomáticos de uma sociedade passando por profundas mudanças, como é o caso da Curitiba dos anos 1920 em diante. Naquele cenário, uma velha ordem enfrentava sinais de esgotamento da indústria do mate, princípio de crise potencializado pela ascensão de uma nova ordem, já que “os imigrantes e seus descendentes ocuparam, de modo avassalador, os espaços constituídos por novos campos que se abriam na economia paranaense” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 253).

Numa sociedade a se industrializar e a se urbanizar, muitos desses novos atores rumavam para áreas de indústria, gerando assim uma “alta concentração urbana”, com expressiva “presença das empresas de alemães” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 266). Conforme a análise estatística de Balhana & Westphalen, ao compararmos a concentração de empresas na capital e no interior por grupo étnico (brasileiros, alemães, italianos, sírios

e libaneses, eslavos etc.), podemos concluir que “o caso alemão é digno de nota”, pois seus empreendimentos “são mais numerosos em Curitiba” do que no interior (1986, p. 272).

Esses dados quantitativos estão a indicar, segundo Balhana & Westphalen, que o projeto de imigração europeia, que deveria trazer camponeses para a lida no campo, foi relativamente frustrado na prática. Se o “seu objetivo inicial era o da agricultura”, esses imigrantes não demoraram a se envolver com “as artesanias e as fábricas” (1986, p. 284).

E fizeram essa industrialização com bastante sucesso, tendo conquistado, já ao final da década de 1920, um certo destaque, e mesmo um protagonismo, na vida econômica de Curitiba e do Paraná: “No conjunto dos anos da Primeira República, os imigrantes e seus descendentes já ocupavam 60,5% das firmas registradas pela Junta Comercial do Paraná e detinham 53,0% dos seus capitais acumulados” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 284).

Essa situação embaralhou as expectativas de setores urbanos ligados ao mate, cujas atividades “restaram em mãos da sociedade tradicional de origem luso-brasileira” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 273). Essa elite estabelecida dispensava o uso da mão-de-obra imigrante no contexto urbano, já que “os industriais do mate não tinham maiores interesses no trabalhador estrangeiro” (Pereira, 1996, p. 132). Para esses industriais das cidades, o destino dos imigrantes recém-chegados da Europa devia ser as zonas rurais, onde iriam trabalhar a terra: “As elites políticas do Sul preferiam que todos continuassem colonos, porque para isso tinham sido admitidos no país como imigrantes” (Seyferth, 2000, p. 94).

Porém, essa “imigração que era para ser rural, se fez urbana, não só com os alemães de Curitiba” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 284). Esses novos curitibanos, aliás, exploraram as possibilidades abertas pelas transformações industriais e urbanas da cidade. Nesse cenário em grandes mudanças e de transformações étnicas e econômicas, fazia-se “nítida a primazia dos alemães” em setores “mais diretamente ligados à indústria”, particularmente naquelas atividades fabris pouco trabalhadas até então: “A posição dos alemães é particularmente dominadora no comércio de ferragens e máquinas em geral, um campo que se alargava na conjuntura” (Balhana & Westphalen, 1986, p. 280).

Ao dominarem o campo da metalurgia, os alemães se tornaram peças fundamentais na engrenagem de um processo de *civilização* de Curitiba que as elites luso-brasileiras pretendiam conduzir, já que dependia de seus negócios não só várias mudanças urbanas da cidade, mas a própria continuidade das feições fabris e modernas da indústria do mate. Embora não fossem alemães, mas sim suíços, a família Mueller, com seus serviços de fundição, se tornou figura essencial nesse processo, na medida em que “especializaram-se

na fabricação do maquinário utilizado no beneficiamento do mate e na dos pilares e gradis de ferro fundido, necessários à nova arquitetura urbana” (Pereira, 1996, p. 133).

Aliás, foram inúmeros os vínculos de dependência criados pela indústria do mate em relação aos serviços e atividades fabris prestados pela gente emigrada do velho mundo:

Alemães, como os Schrapp, vieram a dominar a indústria da impressão, que fornecia os rótulos para as barricas do mate. Os engenhos de mate consumiam essas barricas em grande quantidade, e muitos imigrantes dedicavam-se à sua fabricação (Pereira, 1996, p. 133).

Justamente porque dominavam esses campos da atividade econômica local, esses imigrantes eram potencialmente associáveis ao cenário de uma Curitiba em modernização. Como indica Magnus Pereira, esse ambiente se baseava não só nos engenhos industriais, mas também nas fábricas metalúrgicas, nas barricarias e nas oficinas litográficas. Enfim, em tudo aquilo que, com suas chaminés fumegantes, se dirigisse ao *inevitável* progresso.

A direção e liderança desse processo incontornável eram, porém, objeto de disputa.

3.2. David Carneiro e sua família: o rico negócio da erva-mate e seu prestígio no campo econômico da sociedade curitibana e paranaense

Algumas análises sobre nosso personagem dão conta da sua faceta de detentor de poderes, ou seja, da força econômica, política, social e cultural ligada à prosperidade dos negócios de sua família com o ramo da erva-mate, assim como dos reflexos dessa situação privilegiada em sua obra bibliográfica. Nesse sentido, o trabalho da socióloga Maria Julieta Weber Cordova, por exemplo, foi pautado na imagem de David Carneiro como um exemplar típico da “vinculação familiar dos intelectuais tradicionais com a elite ervateira paranaense” (2009, p. 224), ligações que redundaram numa literatura muito marcada pela “busca pela perpetuação do capital econômico e social ervateiro” (2009, p. 274-275).

Neste trabalho, nos alinharemos a essa perspectiva. Assim, para melhor visualizar e compreender o que de fato representava descender “de uma família pertencente à elite familiar ervateira” (Cordova, 2009, p. 224), indicaremos uma série de dados e informações sobre a trajetória da firma David Carneiro & Cia. Pretendemos uma coisa ao fornecer alguns indicativos do patrimônio dessa empresa ervateira, além de suas capacidades de industrialização e de comercialização do produto, do número de empregados ligados ao negócio e das possibilidades de divulgação e exposição pública da marca. Pretendemos revelar, em linhas gerais, o prestígio e a capacidade de agenciamento econômico, político, intelectual etc. detidos potencialmente pelos membros dessa rede familiar em razão da expressividade e da força econômica, política e social do nome “David Carneiro”.

Uma importante fonte de informações no sentido de se reconstituir aspectos da trajetória de David Carneiro, de seus parentes e da relação de sua família com a erva-mate foi a *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos* (Carneiro, 1938a). Nesse livro, David disserta sobre a história de vida de seu pai, deixando uma série de pistas e indicações sobre a trama de relações de parentesco articulada em torno dele.

David Antonio da Silva Carneiro, nosso personagem, era o quarto homem primogênito da família a carregar esse nome, que herdara de seu pai, de seu avô e de seu bisavô. Foi o avô de “Vicota”, seu apelido de infância, o “Nho Vica” (Carneiro, 1934b, p. 26), quem iniciou e consolidou os vínculos com o mercado do mate. Nascido em Iguape, estado de São Paulo, em 1º de janeiro de 1853, o avô de David Carneiro se mudou para o Paraná ainda muito cedo. Segundo David, o avô chegou a Curitiba acompanhando o bisavô durante um evento de contornos históricos: este último, como “secretario particular de Zacarias de Góes e Vasconcelos, veio para a instalação da provincia do Paraná” (Carneiro, 1938a, p. 4), ocorrida em 1853. Em 1858, o bisavô de David foi transferido da capital para Antonina. O motivo da mudança foi sua nomeação como coletor da mesa de rendas.

Seguindo os passos do bisavô de David Carneiro, seu avô assumiu funções na mesa de rendas, cargo que conciliava com as atividades realizadas junto aos negócios do futuro Barão do Serro Azul, o empresário do ramo da erva-mate Ildefonso Pereira Corrêa.

Em 1879 transferiu-se com a família para a capital do estado, Curitiba, “onde se fundou o engenho de herva-mate de Ildefonso Correia & Cia” (Carneiro, 1938a, p. 12). Estabelecida em 1878, a firma teve seu nome trocado para Barão do Serro Azul em 1894. Com a morte do proprietário, ocorrida nesse mesmo ano de 1894, a empresa foi novamente rebatizada, desta vez com o nome de David Carneiro & Cia. (Carneiro, 1938a, p. 13).

Na sua interpretação sobre a trajetória da família, David explora uma sucessão de episódios organizados em torno de uma ética do trabalho e do princípio do mérito individual, do *self-made man*. Enxerga, assim, uma vinculação entre o sucesso econômico obtido pelos seus antepassados e a sua capacidade de trabalho, fosse na administração e condução intelectual dos negócios, fosse *pegando no pesado*, realizando tarefas braçais.

Assim, seu avô ocupara o lugar do bisavô no cargo público da mesa de rendas de Antonina muito em função de que “este deixara amigos, e bom nome como funcionário” (Carneiro, 1938a, p. 5). Seu avô, aliás, atingira a maturidade como contador e sócio do Barão do Serro Azul, sendo seu “braço direito, o homem indispensavel do seu chefe” (Carneiro, 1938a, p. 13), mas não sem antes exercer funções bem menos expressivas. Nessas funções, aliás, o avô de David “trabalhava com afan, e o seu trabalho era penozo.

A's vezes, (e ele contava isso com certo orgulho) costurava sacos de aniagem para que a falta eventual de um par de braços não atrasasse o seu serviço" (Carneiro, 1938a, p. 12).

Depois de escolher deixar o emprego público no litoral para agarrar a oportunidade de se mudar para a capital, o avô de David Carneiro também tomou a decisão, quando da morte do sócio, de se afastar dos seus negócios junto a outro dos motores da economia paranaense daquela época, deliberando "abandonar por completo a indústria da madeira, que explorava para dedicar-se exclusivamente á herva-mate" (Carneiro, 1938a, p. 13).

Conforme o neto, uma vez estabelecido no "planalto, a situação material de David Antonio foi se modificando paulatinamente", embora não tenha chegado a enriquecer, apesar do seu empreendedorismo característico: "Si não fês uma fortuna quantioza que deixasse aos filhos, não foi por falta de esforços, nem de meritos" (Carneiro, 1938a, p. 12).

É interessante observar que essas conquistas materiais obtidas na capital do estado coincidiram – ou melhor, estiveram alinhadas – com as expressivas reorganizações locais da economia do mate, que, combinadas, impulsionaram substantivamente os ganhos do setor: abertura de estradas para escoamento da produção, concentração de engenhos em Curitiba, investimentos na tecnificação e industrialização do beneficiamento do mate etc.

O incremento na acumulação de riqueza por essa burguesia do mate industrializado foi uma consequência previsível. O avô de David Carneiro, aliás, deve ser considerado um dos expoentes de um processo econômico-social mais amplo, que enriqueceu uma série de empresas do ramo. Problematizando a lógica do *self-made man* e da meritocracia operada pelo neto, evitamos enxergá-lo como o grande responsável pela fortuna pessoal acumulada, e procuramos encará-lo como alguém dotado da habilidade de aproveitar as oportunidades oferecidas por uma conjuntura favorável, dinamizada por gente com interesses parecidos.

Esse exercício de desconstrução do discurso da vitória pessoal tem de ser feito também sobre o imaginário de alguns imigrantes enriquecidos em terras paranaenses: "Não são os imigrantes sozinhos que iniciam a modernização econômica e a industrialização. Eles vêm no bojo desses processos de transformação que ajudam a fortalecer e implantar nas regiões nas quais eles podem se estruturar" (Oliveira, 2001, p. 127).

O avô de David Carneiro foi, portanto, um elemento integrado aos processos em curso na economia da erva-mate durante o último quarto do século XIX. Nesse sentido, ele pode ser enxergado como um expoente do que estava acontecendo àquela época junto ao negócio do mate. Além da circunstância de que sua riqueza foi construída em paralelo com a acumulação econômica de outros expoentes do setor ervateiro, a própria transferência do litoral para Curitiba esteve enquadrada em uma tendência do segmento na década de 1870.

O coronel David Carneiro (1879-1928), pai de nosso personagem, por sua vez, continuou administrando os negócios ervateiros da família, que prosperavam. Se David Carneiro foi um tanto humilde ao comentar os progressos materiais obtidos pelo avô, como verificamos acima, a mesma modéstia não se aplicava aos sucessos alcançados pelo pai, vindo a fazer seguidas referências à “sua fortuna particular” (Carneiro, 1938a, p. 47), ou então à sua “força material sendo representada em fortuna” (Carneiro, 1938a, p. 66).

Versões mais ou menos semelhantes dessa construção narrativa são recorrentes em memórias sobre as trajetórias de famílias bem-sucedidas em alguma atividade econômica. É o que podemos deduzir das impressões da antropóloga Adriana Piscitelli a respeito de sua experiência etnográfica junto a herdeiros e sucessores de quatro grupos empresariais ligados a determinadas famílias de imigrantes, dentre as quais os Matarazzo, de São Paulo.

Ao tomar contato com uma série de impressões e avaliações pessoais sobre o itinerário econômico desses grupos familiares, retiradas de testemunhos orais de seus descendentes, de autobiografias e também de livros comemorativos da história de fundação das empresas – entre outras fontes e informantes –, a antropóloga constatou que costuma emergir desses discursos a figura central do empresário no sentido *schumpeteriano*. Ou seja, de determinados agentes sociais que evidenciariam e comprovariam o “peso da iniciativa individual no desenvolvimento econômico” (Piscitelli, 2006, p. 280). Em termos de uma discussão antropológica contemporânea, orientada pelas contribuições de Louis Dumont, esse tipo de recurso narrativo remeteria à figura do indivíduo ocidental moderno.

Para a autora, as “versões que compõem os conjuntos de narrativas” são usualmente baseadas em “percursos quase épicos, impressionantes realizações econômicas”, em que é “possível perceber figuras que remetem à idéia de indivíduo, iniciando suas trajetórias como seres iguais a tantos outros que lutam em contextos a eles indiferentes, transformando-se em personagens extremamente influentes, verdadeiros empresários que construíram enormes fortunas do nada” (Piscitelli, 2006, p. 30). Estamos tratando, portanto, “das (raras) qualidades de *self-made man* inovador, que, remetendo à idéia do empresário schumpeteriano, são sublinhadas nas histórias” (p. 64, grifado no original).

O que gostaria de salientar, porém, é que a autora dá pistas sobre a existência de um elemento não-individualizante presente nesse gênero de discursos sobre êxitos econômicos obtidos por expoentes de determinadas linhagens familiares. Trata-se da transmissão a outras gerações dos (positivos) traços de personalidade destacados em algumas figuras-chave da família/empresa, como é o caso dos *pioneiros*: “As qualidades do *self-made man* inovador, mostradas no conjunto dos relatos quase como imutáveis ao longo das décadas –

variam apenas os contextos e os tipos de ação pelas quais elas são expressas –, apresentam a particularidade de serem transmissíveis” (Piscitelli, 2006, p. 66, grifado no original).

Tomemos um exemplo. A noção de trabalho. A autora constatou que o “trabalho é uma noção central nas narrativas sobre os empreendedores”, em especial nas dedicadas aos *pioneiros*, na medida em que o conceito mobiliza esforços no sentido não só de “mostrar exemplos do êxito obtido por meio do trabalho intenso e sacrificado”, mas também “da transmissão através das gerações de uma ética a ele associada” (Piscitelli, 2006, p. 63).

Essa característica da transmissibilidade alimenta uma lógica de “perduração da obra e do espírito do fundador” no seio da sua descendência familiar, fazendo com que o eixo articulador da narrativa deslize de um individualismo em sentido estrito e se concentre no coletivo, no grupo, ou seja, no terreno do social: “essas histórias remetem ao mesmo tempo à trajetória individual, à família e às relações de parentesco” (Piscitelli, 2006, p. 66).

Mérito individual, capacidade de trabalho e competência administrativa, além de um merecido sucesso econômico: todas são características e conquistas atribuídas, direta ou indiretamente, à ancestralidade de David Carneiro. Elas terminam, porém, se projetando na figura do próprio contador da história familiar. A presunção de ser o herdeiro de uma linhagem de pessoas especiais, de “homens-bons” (Carneiro, 1944a, p. 108), superiores à grande maioria dos seres humanos, é essencial para compreendermos nosso personagem.

Na formação dessa (auto)imagem, as conquistas financeiras têm lugar destacado, pois evidenciariam a capacidade de se sobressair numa sociedade orientada pelo campo do econômico e pela lógica capitalista de competição entre iguais. Conforme já ressaltado por Adriana Piscitelli, as histórias de negócios conduzidos por famílias “avaliam positivamente o sucesso – afirmado como valor inerente à sociedade competitiva” (2006, p. 63).

Diante dessas circunstâncias, lançaremos nosso olhar para as relações estabelecidas entre David Carneiro, sua família e o campo econômico, buscando indícios de sua prosperidade nesse domínio do mundo social. Em 1912, por exemplo, Sebastião Paraná tirava de Nestor Victor suas dúvidas sobre a capacidade produtiva das indústrias ervateiras paranaenses. Perguntado sobre qual “a mais importante dentre elas”, indicava que o primeiro lugar cabia ao “engenho David Carneiro & C.” (Victor, 1995 [1913], p. 111), uma “fábrica de primeira ordem” que contava com motor “da força de 100 cavalos vapor, sendo o maior que existe no Estado para o serviço de preparo do mate” (1995 [1913], p. 101).

Para fins de estabelecermos uma comparação, visando assim uma avaliação mais aproximada da força econômica e social dos negócios da família David Carneiro, interessamos ressaltar que Sebastião Paraná igualmente informava a Nestor Victor que outros

empreendimentos importantes do setor ervateiro, como a “fábrica Leão Junior” e o “engenho do Dr. Bernardo Veiga, antigamente Fábrica Fontana”, produziam e exportavam por ano, respectivamente, três milhões e 2,5 milhões de quilos de erva-mate (1995 [1913], p. 102). Enquanto isso, o “engenho de David Carneiro & C. produz atualmente 3.500.000 quilos, líquidos, por ano, e com as reformas que se estão ali ultimando contam aqueles industriais poderem beneficiar 6.000.000 de quilos por ano” (Victor, 1995 [1913], p. 101).

Em seu trabalho sobre o processo de constituição da classe dominante paranaense, o sociólogo Ricardo Costa de Oliveira nos informa que um recenseamento industrial realizado poucos anos antes da visita de Nestor Victor, em 1907, exibia a fábrica de David Carneiro como “estando em 75º lugar na ordem relativa ao valor de produção no Brasil”. Ainda conforme Oliveira, nessa época a firma empregava 70 trabalhadores (2001, p. 59).

Embora não esteja claro que tipo de trabalhadores eram essas 70 pessoas indicadas pelo censo industrial de 1907, se trabalhadores braçais ou funcionários administrativos, se operários ou gente de escritório, o número de empregados ligados ao negócio da família Carneiro parece ter aumentado exponencialmente na época da viagem de Nestor Victor.

Nesse sentido, o anfitrião que acompanhava o viajante informava-o de que aquela “fábrica de primeira ordem” trabalhava com “58 operários, fora 15 homens ocupados na barricaria, 20 no empacotamento, cinco no transporte, etc.” E completava, sem medir o entusiasmo: “Não se contam aqui os dois gerentes, nem o pessoal do escritório” (Victor, 1995 [1913], p. 101). Para termos uma noção do que isso representava em termos de força econômica, outro grande empreendimento, a fábrica Leão Junior, que era “um dos melhores engenhos de Curitiba”, dava “serviço a 50 operarios” na mesma época (p. 102).

Alguns anos depois, em março de 1928, a *Ilustração Paranaense* homenageava com matéria de página inteira a Hervateira Americana, empresa “produtora do excelente” *Matte Real* e, sugestivamente, um anunciante sistemático do periódico de divulgação das ideias paranistas desde o seu primeiro número, que circulara em novembro de 1927.



Imagem II - Anúncio da empresa ervateira da família David Carneiro na 1ª edição da Ilustração Paranaense, de novembro de 1927.

A oportunidade que motivara aquela matéria carregada de elogios à Hervateira Americana era o aniversário de Curitiba, cidade cuja prosperidade social e econômica coincidia com o sucesso de empresas como a administrada pela família David Carneiro:

Desejando a “Ilustração Paranaense” comemorar de maneira condigna o aniversário da fundação de Curityba, a cidade inegualavel, **perola do Sul**, que vae de vento em pôpa, – caminho dos limites necessarios ás grandes agremiações urbanas, não podia esquecer a descripção da evolução da fabrica David Carneiro & Cia., tal a maneira por que essa firma tem acompanhado o progresso da cidade, com o seu proprio progredir (1928g, grifado no original).

A matéria trazia como ilustrações duas fotos da fachada da sede da firma, uma mais antiga e a outra mais recente. Enquanto a primeira retratava um conjunto de edifícios térreos e linhas sóbrias, a outra exibia um prédio monumental de dois pavimentos em que a fachada ostentava uma série de ornamentos do ecletismo arquitetônico em moda na época.



Imagem III - Sede da Hervateira Americana em 1928. Fonte: (Ilustração Paranaense, 1928g).

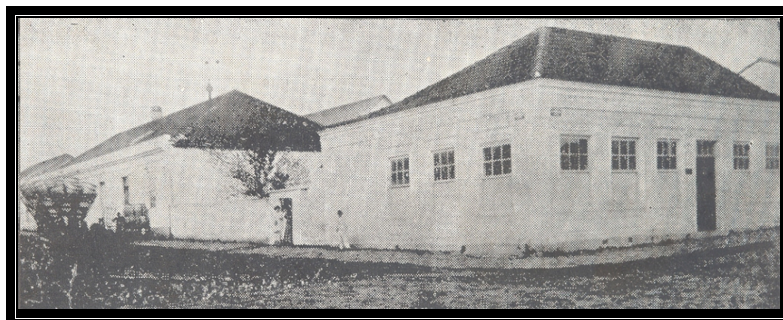


Imagem IV - Sede da Hervateira Americana em 1894. Fonte: (Ilustração Paranaense, 1928g).

O artigo comentava que a simples comparação dessas duas fotos levaria os leitores a verificarem os progressos materiais obtidos pela “segunda geração” da família Carneiro:

Basta que se veja a fotografia do que era a fabrica de matte da firma em 1894 e o que foi até 15 annos depois, a que se considera o edificio em que está agora, para que se possa dizer que a fabrica David Carneiro e Cia. tem seguido para a frente como a cidade que hoje, tão risonha, feliz e progressista se aniversaria. E hoje a fabrica, gerida por membro da segunda geração de industriaes que teem sabido honrar a classe patricia, está á espera de novas bazes para novos progressos a novos resurgimentos gigantescos (Ilustração Paranaense, 1928g).

A verticalização e *monumentalização* da sede da firma eram, muito provavelmente, sentidas e interpretadas como sinais da chegada do progresso e da civilização em Curitiba.

Quase na mesma época, as páginas do primeiro número da *Ilustração Paranaense* exibiam o orgulho que a cidade sentia do “primeiro ‘arranha céu’ curitybano” (1927d). Em fase de construção, o prédio de “propriedade do dr. Moreira Garcez, actual prefeito de Curityba”, era uma marca sensível e visível da experimentação de novos tempos, já que o “panomara [sic] das cidades modernas não comporta mais casinholas rasteiras” (1927d).

Para um cronista da época, nosso já conhecido Euclides Bandeira, o movimento de erguer os olhos para o alto, a fim de melhor visualizar os prédios modernos, forçaria a elevação dos espíritos: “Os edificios, observou perfeitamente Stanislas de Guaita, deveriam ser elevados: obrigariam os transeuntes a erguer a cabeça e com ela as aspirações”.²⁶

Entretanto, não bastava altura a esses *modernos* prédios. Era necessário, também, se ocupar do seu estilo, ou seja, da sua contribuição para o *embelezamento* das ruas da cidade.

Quanto ao primeiro arranha-céu da cidade, por exemplo, o principal veículo do movimento paranista aproveitava sua construção para sugerir uma reflexão a respeito da estética dessa nova arquitetura, de forma a guardar e “observar os moldes de um estylo qualquer”, baseado na “defesa de nossa sensibilidade”: “Si não nos agradar, nenhum [estilo], inventemos um nosso. Seria até o mais indicado. Não haverá, entre os nossos

²⁶ BANDEIRA, Euclides. “Na esquina”. *O olho da rua*. Curitiba, abr. 1907. (Apud: Sutil, 2009, p. 21).

architectos, um temperamento nacionalista? Urge achar a formula brasileira, porque estão crescendo as nossas cidades num *rhythm* acelerado” (Ilustração Paranaense, 1927d).

Essa linha de argumentação sobre a urgência de criação de um estilo “nosso” estava muito próxima às propostas nativistas de mobilização nacionalista encampadas por outros colaboradores reunidos em torno da revista paranista. Um deles foi Odilon Negrão, com sua proposição de uma “arte brasileira”. Ou seja, “uma Arte nossa” imune ao cenário vigente, em que “tudo é de fóra... Tudo tinha sabor diferente” porque “plagiavam-se todos os esthetas de ultramar, seguiam-se todas as idéias adventicias...” (Negrão, 1928).

Um dos alvos dessas (re)considerações era, portanto, o ecletismo construtivo em moda. Considerado uma importação *inautêntica* por alguns, mas amplamente aceito por outros tantos. Quanto a isso, aliás, já se frisou que trabalhos como *O espelho e a miragem* (Sutil, 2009) são importantes porque consideram o lugar do ecletismo, independente de sua originalidade ou não, num “país que se imaginou moderno” e que fazia empréstimos do estrangeiro “porque representavam opções européias e modernas” (Pereira, 2009, p. 10).

Nesse espelhamento no outro, buscando refletir os *civilizados* europeus, foi sendo alimentada a “miragem da bela cidade”, em que o “privilégio recaiu sobre as fachadas ricamente decoradas” (Sutil, 2009, p. 123). Quanto mais estético, mais moderno. Quanto mais embelezado, menos distante da civilização, e, portanto, mais elevado nas hierarquias urbanas e sociais, pois, conforme já se sugeriu, a “diferenciação residencial”, por exemplo, “talvez viesse justamente no número e na variedade de ornamentos” (Sutil, 2009, p. 77).

Enfim, foi o empreendimento ervateiro chancelado pelos formadores de opinião da *Ilustração Paranaense* como um dos motores do progresso paranaense e da modernização de Curitiba, visíveis na ampliação e embelezamento da sua sede, que nosso personagem herdou quando do falecimento do pai em 1928, com apenas 24 anos e recém-formado.

Como já destacado, expusemos essa série de dados sobre o engenheiro David Carneiro para melhor visualizar e compreender o que de fato significava, em termos de prestígio e de representatividade social, descender de uma família pertencente às elites ervateiras.

Na construção desse entendimento, destaco uma leitura realizada, dada a série de consequências que teve para a formatação do argumento aqui desenvolvido. Refiro-me ao trabalho de Ricardo Costa de Oliveira (2001), em que o sociólogo procurou demonstrar, através de um dedicado trabalho de coleta e sistematização de dados empíricos – muitos deles fornecidos pela genealogia –, as conexões existentes entre algumas “famílias históricas” do estado, vínculos de parentesco que estavam a indicar um “panorama dos indivíduos que possuíam e controlavam a economia e a política paranaense” (Oliveira,

2001, p. 4). Nesse sentido, esclarece que suas investigações revelaram as ligações entre a economia da erva-mate e as estruturas locais de poder político: “Quando começamos a identificar os principais quadros da economia ervateira paranaense, também nos chamou a atenção o fato de serem atores e agentes diretos de ações políticas” (Oliveira, 2001, p. 4).

Essas conexões entre a expressividade e visibilidade econômica e a capacidade de inserção nos domínios do campo/poder político, aliás, são identificáveis em uma série de trajetórias de empreendedores bem sucedidos e de seus sucessores. No já citado trabalho de Adriana Piscitelli, por exemplo, a antropóloga constatou que, entre as quatro famílias que estudou, os filhos do imigrante europeu Herman Lundgren, das *Casas Pernambucanas*, “envolvem-se ativamente na política local e estadual” de Pernambuco (2006, p. 72).

Da mesma forma, o imigrante italiano Attilio Fontana, do grupo *Sadia*, emerge das histórias sobre sua vida de sucessos econômicos fazendo uso de suas habilidades gerenciais não só na organização dos negócios de natureza privada, mas, também, na condução das coisas de interesse público: “‘Líder nato’, se destaca na política” (Piscitelli, 2006, p. 79).

Tomando como horizonte de análise e de reflexão as possíveis ligações entre os campos econômico e político paranaenses, tivemos oportunidade de constatar que o pai de David Carneiro, por exemplo, teve uma série de chances de enveredar pelos caminhos mais *tradicionais* do mundo político. Podemos mencionar, quanto a isso, que exerceu cargos de direção em entidades de classe, como a presidência da Associação Comercial do Paraná (Carneiro, 1938a, p. 63), função que o avô de David Carneiro também exercera (Carneiro, 1938a, p. 66). Além disso, assumiu cargos públicos como o de camarista de Curitiba e de deputado estadual (Carneiro, 1938a, p. 44). Somando-se a isso, fez uso de espaços na imprensa escrita como *tribuna* de crítica política e social, colaborando inclusive na fundação dos jornais *Gazeta do Povo*, em 1919, e *O Dia*, em 1923 (Carneiro, 1938, p. 57).

Uma outra sugestão de interpretação oriunda dos resultados da pesquisa de Oliveira também nos ajuda a pensar a situação específica de David Carneiro. Trata-se da tendência, detectada durante sua perseguição genealógica, de composição e de união matrimonial entre os membros das famílias tradicionais. O fato de que “quase todos eram aparentados entre si” (Oliveira, 2001, p. 4) fazia com que se estabelecesse uma complexa engrenagem social em que as “mesmas famílias reatualizavam o seu poder” (Oliveira, 2001, p. 155).

Se o coronel David Carneiro legara ao filho certa tradição no campo político, pelo lado materno a herança política de David não era menos importante. Sua mãe, Alice Monteiro Bueno, o fez neto de Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, que não só assumira “o cargo de 1º vice governador do estado do Paraná, por nomeação do Marechal Deodoro”

(Carneiro, 1938a, p. 33), mas também exercera várias outras funções públicas: “Prefeito estadual, presidente do congresso, camarista, prefeito interino” (Carneiro, 1938a, p. 34).

Sem fugir muito às tendências notadas por Oliveira, de combinação de famílias ligadas às elites paranaenses pelos laços do matrimônio, David Carneiro casou com uma “integrante de uma família tradicional da Lapa” (Machado, 2012, p. 92). Seu (sobre)nome?

Lacerda. Marília Suplicy de Lacerda.

Em sentido diverso aos rumos tomados pelo pai e por várias outras das pessoas que o cercavam e integravam seu círculo de relações, David entendia que a sua vocação eram os caminhos da *teoria*, do exercício intelectual, não tendo se dedicado com o mesmo entusiasmo, ao que tudo indica, àquilo que compreendia como sendo o ramo das atividades *práticas*. Eram recorrentes, nesse sentido, as suas manifestações de um certo desconforto com a posição de administrador dos negócios da família, uma “imensa responsabilidade” com a qual, segundo desabafava em 1938, “hoje me habituei” (Carneiro, 1938a, p. 83).

Na visão de David, o próprio pai alimentara dúvidas em relação às competências empresariais do filho, que parecia querer (e tender a se) dedicar a outro ramo da atividade humana: “Sem confiança no que eu pudesse produzir praticamente, como industrial, os meus triunfos teóricos não constituíam para ele segurança” (Carneiro, 1938a, p. 81).

Na cabeça de David Carneiro, assumir os encargos do pai era uma espécie de dever da hereditariedade, independentemente da satisfação pessoal. Essa circunstância já chamou a atenção de outros estudiosos que buscaram refletir sobre a troca de cartas entre o menino David Carneiro e o pai. Aquele, com apenas onze anos de idade, já parecia ter tomado “consciência da importância do empreendimento familiar e do seu papel nele”, na medida em que “questionou a necessidade de se estudar latim, afinal, qual seria a utilidade do latim no comércio?” (Machado, 2012, p. 25). Em resposta, o Coronel David Carneiro fazia menção à sensação de compromisso familiar que, ao que tudo indica, alimentava o espírito do filho: “Ou pensas que o teu Paesinho faz questão que sigas essa carreira?” (1915, p. 94).

Nesse conflito entre exercitar as suas competências intelectuais e suas habilidades de homem prático, David Carneiro escolheu a primeira alternativa, ficando à frente dos negócios da Hervateira Americana tão somente até 1943 (Machado, 2012, p. 47). Ou seja, quando ainda tinha menos de quarenta anos de vida. Até então, tentara seguir “conciliando sua vida de intelectual com a de diretor de empresa” (Cordova, 2009, p. 226). Uma parte da tradução dos diários da viagem de Saint-Hilaire ao Paraná, por exemplo, foi realizada em meio a uma jornada de negócios pelos países consumidores da erva-mate paranaense:

“Obrigado a fazer uma longa viagem pelo Uruguai, pela Argentina e até ao Paraguai, os meus manuscritos e o livro de St. Hilaire me acompanharam” (Carneiro, 1938c, p. 6).

Entretanto, essa atenção aos negócios da família não fora revertida, por exemplo, em uma atuação política mais consistente nas esferas de organização de classe, como a Associação Comercial do Paraná. Nesse sentido, sua trajetória se diferenciava bastante daquela trilhada pelo pai, que se dedicara quase que integralmente ao seu segmento social: “Tomando rumo oposto áquele que me impús, ele era sempre o ‘leader’ da classe dos hervateiros, a defender a indústria de todos, sem recompensa” (Carneiro, 1938a, p. 47).

Nosso personagem também nunca tentou ingressar no campo político, via eleições. Assim, temos em David Carneiro uma variável em relação ao Attilio Fontana estudado por Piscitelli (2006), ou seja, a figura do líder nato que se envolveu tanto na administração dos negócios privados quanto na condução das coisas públicas. Quanto a esse afastamento em relação à política institucional, uma estudiosa da trajetória e dos escritos carneireanos nos informa que “David Carneiro se declarava decepcionado com o rumo político que a Revolução de 1930 havia seguido”, e que essa “desilusão com o evento foi sempre uma de suas justificativas para a negação de concorrer a cargos políticos” (Machado, 2012, p. 65).

De fato, o que David Carneiro ensaiou em termos de uma atuação político-institucional mais consistente nas esferas da administração pública se deu quando recém-realizada a Revolução de 1930. Nessa época, o primeiro interventor federal no Paraná, general Mário Tourinho, com quem tinha relações pessoais, lhe abriu as portas do governo. Coube então ao engenheiro recém-formado e agora empresário administrar o Banestado:

“Eu tinha perdido meu pai em 1928 e estava com as rédeas da minha empresa [...]. Sentia-me atarantado com a responsabilidade [...]. Então, o General Tourinho, que comigo tinha toda intimidade, pois era amigo de meu pai, chamou-me e disse: ‘Vicota, eu o chamei para saber o que você quer ser no meu governo!’ [...] ‘[...] eu o conheço suficientemente para saber que a sua direção no Banco do Estado será uma direção honesta! Você vai ser o presidente do Banco do Estado (risos)’. Eis aí como eu fui para lá” (Souto Neto, 1985).

Essa exceção ao assumir um cargo público, apesar de “atarantado” pelos negócios da família, indica que havia, ainda, um forte componente ideológico na sua resistência aos domínios do campo político-institucional. Para nosso pensador (autoritário) do social, o processo democrático era, todo ele, incorreto, pois se baseava numa tendência equivocada. A de que os escolhidos pelo voto reunissem em torno de si gente com habilidades eleitorais e vocação de articulação política, muitas vezes deixando de lado o critério da competência técnica e administrativa. Para ele, “alto posto de presidente da República, estando aberto a

todos, nem sempre visaria o supremo magistrado o mais útil auxiliar, sinão o que aumentasse o seu prestígio político e melhor lhe servisse aos intuitos” (1944a, p. 99).

Estaria comprometido, portanto, o princípio do mérito, pois o “valor individual intrínseco devia estar aliado, misturado ou confundido com a capacidade política artilosa, única a possibilitar o acesso às pastas” (Carneiro, 1944a, p. 99). Essas circunstâncias, por seu turno, faziam com que a arena de embate político “exig[iss]e em parte, sobretudo no sistema democrático, alguma dose de cabotinismo e hipocrisia” (Carneiro, 1944a, p. 100).

De nítida vocação autoritária e elitista, o pensamento de David Carneiro sobre a sociedade paranaense e brasileira era favorável aos regimes de “despotismo esclarecido” (Carneiro, 1944a, p. 15). Confidenciou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, seu entusiasmo com as perspectivas geradas pelos rearranjos institucionais promovidos pelo golpe do Estado Novo getulista. Nesse sentido, contava em carta ao então ameaçado diretor do Sphan estar “tão satisfeito com a nova ordem dada às coizas políticas do nosso País” que não podia admitir que “essa alegria se venha misturar com o desgosto de vel-o fóra do posto que com tanto brilho, patriotismo e sabedoria vinha ocupando” (Carta 42).

No meu modo de entender, tanto o afastamento dos negócios da família quanto a resistência ao ingresso na política têm muito a ver com a formação positivista de David Carneiro, orientação que o fez conceber a atuação doutrinária como um embate político. Transformadas em um verdadeiro projeto de vida, suas atividades intelectuais em favor da *Religião da Humanidade* (incluídas aí, como veremos, sua produção literária regional, sua atuação à frente do Museu Coronel David Carneiro e sua mobilização no sentido de salvar um acervo representativo do nosso patrimônio histórico e artístico nacional) tinham como horizonte a mudança de um estado de coisas, a *regeneração* dos homens e da sociedade.

Compreender a faceta positivista de David Carneiro é, portanto, imprescindível.

3.3. A formação positivista de um historiador regional e museólogo: o projeto político de David Carneiro

David Carneiro fez uma escolha pela carreira teórica. Para tanto, sua formação educacional privilegiada foi um elemento fundamental. Completou um curso superior na Universidade do Paraná. Antes disso, tivera oportunidade de realizar seus estudos fora do estado. Sua formação foi feita majoritariamente no Rio de Janeiro, a capital federal, onde cursou o Liceu Francês, em 1917 e 1918, e o Colégio Militar, de 1919 a 1922 (Machado, 2012, p. 29). Herdeiro de um grande capital econômico e social, teve chance de enveredar

pelos caminhos da atividade intelectual, investi(n)do de/no capital educacional e cultural ao fazer seus estudos em instituições *tradicionais* da *tradicional* sede da política brasileira.

Só depois de terminada essa sua formação de base é que voltou à terra natal. Ingressou então na universidade recém-criada há pouco mais de uma década, em 1912. Essa recente institucionalização, aliás, modificara substancialmente, no seu entender, um antigo estado de coisas. Permitia que ele próprio e outros em situação também privilegiada não tivessem mais que se ausentar do Paraná para *ilustrar o espírito*, preparando-se assim para assumir as funções de comando e de liderança para as quais essas *luzes* habilitavam:

Baseados na abastança dos seus maiores, podiam alguns paranaenses estudar; o que significava viajar para o Rio, S. Paulo, Baía ou Recife, onde ficavam aprendendo a viver e ilustrando o espírito. Mas eram poucos os que podiam sair [...] Foi necessário, pois, que, com esforço enorme a nossa gente fosse mandada para fóra, e, voltasse com mais luzes; dirigisse a administração e desse diretrizes de comércio, lavoura e mesmo indústria (Carneiro, 1944a, p. 71-72).

Na sua compreensão, essa situação, que acompanhara a formação histórica e social do estado, “só se poderia radicalmente modificar depois da fundação da Universidade” (Carneiro, 1944a, p. 72). Não fosse a nova instituição, ele próprio, amparado na *abastança* da sua família de *maiores*, provavelmente teria realizado seus estudos superiores fora do estado, em alguma faculdade *tradicional* do *centro* do país ou mesmo no velho mundo. Assim, estaria melhor habilitado a cumprir bem os encargos que a posição de membro de uma família de prestígio lhe possibilitavam. Fosse na condução de seus próprios negócios ou então na administração da coisa pública, fosse ocupando algum outro lugar de destaque na vida social local. As possibilidades abertas eram várias, muitas delas fechadas, ou quase inviáveis, para a gente que não tivera as mesmas oportunidades com que David contara.

Uma carta do pai, escrita quando nosso personagem contava com doze anos, nos indica que lhe fora transmitido desde cedo esse entendimento sobre a necessidade de se preparar bem para um futuro de liderança e de protagonismo social, mesmo que fosse às custas de um afastamento da família para a realização de uma boa formação educacional:

Em casa todos sentimos muito a tua falta, e o meu grande desejo seria o de ver-te ao nosso lado, si aqui pudesses estudar convenientemente. Temos que sofrer o imposto da separação, esperando como premio, voltares um dia homem capaz de representar papel saliente na sociedade (Carneiro, 1916, p. 96).

Durante sua educação é que David Carneiro tomou contato com a filosofia de Augusto Comte (1798-1857). Na graduação, por exemplo, se aproximou do professor de engenharia João David Pernetta (1874-1933). Segundo nos informa a pesquisadora Daiane Vaiz Machado, por “volta de 1923, Carneiro começou a frequentar reuniões positivistas promovidas pelo professor Pernetta em sua residência” (2012, p. 32). Não levou muito

tempo para que essas reuniões tomassem um formato institucional, na medida em que “os encontros inicialmente informais receberam caráter de agremiação, pois, em 1927, fundou-se o *Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná (CPP)*” (Machado, 2012, p. 32).

Seus primeiros contatos com filosofia comteana, porém, ocorreram alguns anos antes, ainda durante seu período de estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Segundo Machado, o “seu ‘iniciador’ no positivismo foi o Major Alfredo Severo, professor de física no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, seu padrinho de casamento” (2012, p. 29). Ainda conforme a historiadora, nas “cartas trocadas com o pai, Coronel David Carneiro, observamos o quanto foram perturbadores para Carneiro os primeiros diálogos com o Major Severo” (Machado, 2012, p. 29). De fato, chamou-nos bastante a atenção, também, a ênfase com que ambos, pai e filho, se dedicaram a discutir a iniciação de David no mundo da filosofia positivista. O teor das suas correspondências nos fornece indícios expressivos do impacto provocado pela leitura de Comte no espírito de David Carneiro. Em dado momento, o pai chegava a se queixar de que o filho deixara de falar de si mesmo nas suas cartas, tamanho o seu entusiasmo em debater (ou advogar) as ideias de Comte:

Recebemos nos causando o prazer de sempre, a tua ultima carta de 5 do corrente [julho de 1921]; si bem que ella seja mais um grito de protesto de um crente a defender o seu novo credo atacado, do que um repositório de noticias intimas, nem por isso, entretanto, deixamos de ficar contentissimos. Ao contrario, pelo ardor com que falas de Augusto Comte, de sua escola filosofica, bem se vê que o teu cerebro se está amadurecendo a galope (Carneiro, 1921, p. 105).

Durante nossa pesquisa, por muito tempo seguimos uma linha de raciocínio baseada na hipótese – ou melhor, na impressão – de que existiam ligações entre o contato de David com o positivismo e a sua escolha pela carreira intelectual. Esta opção parecia fazer parte de um projeto político maior daquele filho de uma família importante, mesmo que tivesse aberto mão, por exemplo, das possibilidades (reais) de ingressar no jogo político-eleitoral.

O que nos permitiu, porém, reforçar nossa segurança em relação a essas nossas primeiras impressões foi a consulta a uma bibliografia que nos auxiliasse a compreender o que foi o positivismo, quais suas concepções de mundo e como se deu a penetração dessa filosofia entre os brasileiros. Para tanto, recorreremos ao trabalho clássico de José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (Carvalho, 1990).

Nessa obra, o historiador se ocupa da análise dos processos sociais de construção de símbolos republicanos que pudessem fazer sentido à maioria dos brasileiros, mobilizando-os e convencendo-os do novo projeto político. Para Carvalho, esses símbolos fizeram isso ao dispensar o recurso ao “discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação

formal”: “O extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente” (1990, p. 10).

No interior do multifacetado grupo dos fazedores da república brasileira, um dos segmentos mais mobilizados em torno dessas estratégias de disseminação social das imagens e símbolos republicanos era justamente o grupo dos seguidores do positivismo. Para Carvalho, essa dedicação toda tinha a ver com a doutrina comteana, a “começar por sua demanda básica de incorporação do proletariado à sociedade”, uma integração que “deveria ser feita pelo reconhecimento, por parte dos ricos, do dever de proteger os pobres, por meio de mudança de mentalidade, e não pelo conflito de classes” (1990, p. 31).

No caminho prescrito por Comte de evolução da Humanidade rumo à fase positiva de seu desenvolvimento, a inclusão social de proletários e de outros setores pouco letrados era uma etapa incontornável, e daí a concepção de que era “necessário convencê-los da verdade da doutrina”. Esse convencimento, essa mudança de mentalidade, era “condição indispensável ao êxito final da tarefa que se impunham” (Carvalho, 1990, p. 140).

Mas, afinal de contas, que tarefa era esta assumida pelos positivistas brasileiros?

Potencializar as leis sociais da história identificadas pelo positivismo, contribuindo para a dinamização da caminhada rumo ao progresso. Conforme José Murilo de Carvalho, um típico membro do grupo dos positivistas ortodoxos brasileiros “acreditava poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem organizada” (1990, p. 139).

Para José Murilo de Carvalho, podemos identificar pelo menos duas alternativas políticas adotadas entre os principais representantes do positivismo brasileiro. A primeira dessas opções era a dos que escolheram usar estratégias de convencimento a fim de “operar a grande transformação” (1990, p. 42). Essa “visão estratégica dos ortodoxos” fez muitos de seus adeptos “se terem lançado à doutrinação política com convicção e energia de apóstolos” (1990, p. 139). A segunda alternativa, por seu turno, era a adotada por aqueles “positivistas que não se conformavam, no entanto, com o uso exclusivo da tática do convencimento”, tendo se envolvido “na luta política, em conspirações e revoltas, embora tivessem de enfrentar a reprovação e até a excomunhão do Apostolado” (1990, p. 42).

Embora não estivesse no seu horizonte imediato assumir posições de mando e de poder, a postura ortodoxa também expressava um projeto político. Sobre isso, Carvalho nos adverte que muitas vezes os ortodoxos “foram acusados pelos adversários de excesso de ortodoxia, de fanatismo religioso, até mesmo de lunatismo”, mas o “que os adversários nem sempre compreendiam era que a ortodoxia não constituía um fim em si mesmo, ela tinha uma finalidade política” (1990, p. 133). Para o autor, os “ortodoxos no Brasil mais

pareciam um grupo político com idéias muito precisas sobre a tarefa a realizar e os meios a utilizar do que um bando de fanáticos religiosos e loucos” (Carvalho, 1990, p. 139).

Essa atribuição do rótulo de fanatismo religioso não era completamente fora de propósito, pois os ortodoxos da doutrina se norteavam pelas ideias de *um certo* Comte. O filósofo deixou uma contribuição intelectual que se modificou substancialmente ao longo de sua vida, estabelecendo momentos distintos da sua reflexão social. São identificáveis ao menos duas grandes fases da teorização comteana, sendo o encontro do autor com sua musa inspiradora um divisor de águas: “Como é sabido, após o encontro de Comte com Clotilde de Vaux em 1845, sua obra sofreu uma transformação profunda. Os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos, o sentimento foi colocado acima da razão, a comunidade foi sobreposta ao indivíduo” (Carvalho, 1990, p. 21).

O Augusto Comte admirado pelos ortodoxos brasileiros era esse *segundo* Augusto Comte, o intelectual de contornos místicos que profetizara os caminhos rumo a um futuro de evolução, um itinerário que conduziria à “transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade” (Carvalho, 1990, p. 21).

São vários os sinais de que David Carneiro foi bastante simpático ao Augusto Comte da religião da humanidade, se alinhando à ortodoxia positivista brasileira. Com 20 anos de idade, já estudante de engenharia, ele recebia conselhos do pai sobre uma eventual precipitação em concretizar seu projeto de adesão à ortodoxia: “Em [sic] acho muito cedo para o meu filhinho ser ortodoxo do positivismo. Não é na sua idade que se tomam resoluções dessa ordem. Eu preferiria que te formasses primeiro” (Carneiro, 1924d, p. 119). Na mesma época, as cartas trocadas com o pai indicam uma outra ambição do projeto positivista de David Carneiro, a construção de um lugar de culto às grandes figuras da história da humanidade. Seu pai assim respondia a uma sugestão de aquisição de um lote para a sua construção: “Quanto custa o terreno para o “Templo” positivista? Eu estou sempre disposto a concorrer para as instalações de valor” (Carneiro, 1924a, p. 139).

Tempos mais tarde, já contando com trinta e quatro anos de idade, por sua vez, externava toda a sua admiração por Clotilde de Vaux, afirmando que a musa de Augusto Comte era “a maior figura feminina que a historia apresenta” (Carneiro, 1938a, p. 77).

Diante dessas considerações sobre as características do positivismo ortodoxo no Brasil e a sua ligação com a religião da humanidade, ficam mais claras as escolhas de vida de David Carneiro. Nosso personagem parece ter enveredado deliberadamente pelo campo do convencimento doutrinário, abrindo mão da perspectiva de assumir cargos políticos.

Nesse sentido, aliás, são reveladoras as suas críticas às escolhas do pai, que trilhou os caminhos mais *tradicionais* do campo político-partidário e do sistema eleitoral. Conforme suas memórias, era motivo de discussão dele com o pai o acerto das estratégias democráticas de “luta pacífica, porém imediata” (Carneiro, 1938a, p. 72). O que os dividia era a perspectiva do tempo necessário às mudanças sociais, ou seja, se os efeitos da ação política poderiam ser imediatos ou só coisa de longo prazo: “Por isso tudo se vê que a regeneração, pacífica, não pode ser imediata, brusca, violenta, mas conseguida numa série de gerações, por ações ininterruptas, umas modificando as outras” (Carneiro, 1938a, p. 67).

David se mostrava cético quanto às soluções viabilizadas por “meios compressivos, isto é, por meios de ação de exterior para o interior, da sociedade sobre o íntimo do indivíduo”, pois eles atingiriam resultados apenas superficiais: “Essa compressão atinge no máximo às ações dos indivíduos como a polícia consegue manter a ordem entre cidadãos cujos sentimentos são más, mas que, á força se comportam bem” (Carneiro, 1938a, p. 67).

Para o doutrinador positivista David Carneiro, a verdadeira mudança social se daria justamente em sentido contrário, já que a “regeneração é do íntimo para o exterior”, e “só pôde agir sobre os indivíduos pela mudança de convicções” (Carneiro, 1938a, p. 67). Essa metamorfose se daria, no seu entender, durante um longo processo, e demandava, como já vimos, uma série de sucessivas modificações, ocorridas de geração em geração. O agente dessas modificações? A “propaganda” e o “exemplo” (Carneiro, 1938a, p. 67). Para ele:

Só a religião poderá salvar e terá que salvar a espécie humana, e essa religião, demonstrável, está apenas em início de propaganda. Teremos ainda muito que sofrer até vermos a sociedade inteira regenerada, e como parte dela, a nossa estremecida Patria! (Carneiro, 1938a, p. 67).

Esse movimento de “regeneração” social estaria articulado àquilo que David Carneiro qualifica como sendo “todo o desideratum moral da espécie humana” (1938a, p. 22), atingível pelos homens “quando o seu altruismo utilizado em favor dos seres coletivos tiver sido maior do que o seu egoísmo, embora este jamais seja ‘anulável’, mas sim, ‘subordinável’ ao altruismo” (Carneiro, 1938a, p. 22). Só ao alcançar essa condição é que um “homem é incorporável à Humanidade, merece a consagração geral, ou a da Patria ou simplesmente uma gratidão e um culto especial da família” (Carneiro, 1938a, p. 21-22).

Mas, afinal de contas, quem faria esse juízo dos homens em condições de servirem de inspiração e modelo a ser imitado por outros homens, gente consagrada como “heróis” justamente por conta “da conduta que elles tivessem tido em face da Patria e da Humanidade” (Carneiro, 1929a, p. 30)? A resposta, para David Carneiro, era óbvia.

Para descobrir esses modelos de conduta dignos de serem seguidos é que servia o conhecimento histórico. A disciplina era uma espécie de tribunal, que faria o julgamento dos homens do passado “segundo a sua contribuição para acelerar ou retardar a evolução, (visto que a lei natural não permite que a evolução estacione)” (Carneiro, 1943a, p. 133).

Os homens e suas contribuições à sociedade deveriam ser medidos, portanto, com a régua dos ideais iluministas de uma “perfectibilidade crescente”, sustentada num “progresso sempre crescente de século em século, [que] não tem fim, ou não tem sinão um absolutamente inimaginável no estado atual das nossas luzes” (Carneiro, 1943a, p. 137).

Para nosso interessado no conhecimento das coisas do passado, os “grandes historiadores [...] ezerceram, cada um a seu modo, a função sacerdotal de julgamento” (1943a, p. 132), mas grande parte dessa missão já havia sido realizada por um (grande) homem. Quem era ele? Como é óbvio, tratava-se de “Augusto Comte, primeiro sumo pontífice da Humanidade, fundador da religião da Humanidade” (Carneiro, 1943a, p. 98).

Assim sendo, de um “lado ficam os homens e os assuntos já julgados por Augusto Comte”, uma série de juízos definitivos que deveriam ser somados, ao longo do tempo, por outros “julgamentos eventuais a fazer, desde que tenhamos algo a escrever sobre história” (Carneiro, 1943a, p. 122, 123). O importante, contudo, é que esses juízos porventura não realizados pelo “sumo pontífice” se baseassem, com extremo rigor, em “todas as indicações que Augusto Comte deixou, para nos servirem de guía” (Carneiro, 1943a, p. 123).

Alinhado a esse projeto intelectual, foi com um sentido de complementação às lacunas deixadas por Augusto Comte que seu discípulo brasileiro se (dis)pôs a investigar as contribuições paranaenses a essa história compreendida como universal. Na medida em que o *mestre* havia considerado apenas os “cazos mais importantes”, mas havia muito mais gente do passado a ser submetida ao juízo histórico, “si quizermos saber a opinião de Augusto Comte não nos é difícil fazel-o por analogia” (Carneiro, 1943a, p. 121). Situar-se-ia assim, sob seus critérios e lições, “os mortos que trabalharam para nos dar a civilização e os bens morais, intelectuais e materiais de que usufruímos” (Carneiro, 1943a, p. 107).

Cumprindo, portanto, a função de agentes de uma história universal em marcha irreversível rumo ao estado positivo é que figuram na narrativa historiográfica de David Carneiro personagens do passado como os coronéis Gomes Carneiro e Joaquim Lacerda. Ambos, aos moldes dos grandes homens estudados pelo *mestre* Augusto Comte, deixaram sua contribuição para o progresso e a civilização do mundo ocidental, na medida em que ajudaram, com o Cerco da Lapa, a consolidar o sistema republicano de governo em terras

brasileiras. Fizeram isso contra aqueles que, como os reformadores da época da revolução francesa, “não se haviam convencido da excelência da República” (Carneiro, 1943a, p. 73).

Assim, o fato de ter se notabilizado como um pesquisador regional não deve ser lido como sinal de provincianismo ou de recusa ao universalismo. Muito pelo contrário, aliás. Temos que considerar que sua enorme dedicação em garimpar temas regionais tinha a ver com o projeto de, como discípulo fiel, preencher as lacunas deixadas pelo seu guia. Modernidade, pátria, nação e universalismo nunca deixaram de estar no seu horizonte.

Ao imaginar seus textos como veículo de educação a respeito das atitudes de *heróis* do passado e como modelos de conduta, David Carneiro estabeleceu suas estratégias de intervenção social, a arena em que realizaria seu grande projeto de mudança da sociedade.

Da mesma forma, sua atuação como colecionador à frente do Museu Coronel David Carneiro também fazia parte desse projeto político de tentativa de transformação da sociedade pelo saber positivista, significando um desdobramento dessa tarefa. Cumprindo o papel de historiador-museólogo ele atendia, basicamente, à missão de levar luzes aos desinstruídos não alfabetizados, e é sobre essa estratégia de ação que nos deteremos agora.

- - - - -

Uma obra em particular de David Carneiro, *Museus*, de 1929, é quase um catálogo das estratégias de ação doutrinária dos positivistas ortodoxos brasileiros, já bem estudadas por Carvalho (1990). Na medida em que partiam do diagnóstico de que os trabalhadores do início do novecentos eram “menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra escrita”, esse grupo atribuiu para si um dever doutrinário. Buscar estratégias de divulgação da mensagem positivista capazes de alcançar esses segmentos analfabetos de maneira mais consequente e efetiva: “Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. Daí sua luta pelos monumentos” (Carvalho, 1990, p. 140).

A mensagem de exemplaridade deveria chegar a um público ampliado, incluindo a gente desacostumada com a escrita, e nesse sentido é que os museus e monumentos tinham uma função a cumprir, como informação visual capaz de atingir o *coração do povo* (e não apenas a *cabeça das elites*). Quanto a isso, David Carneiro afirmava que o dever do museu em relação ao proletário era o de “ligal-o pelo coração através da arte ou da tradição histórica, ao passado” (Carneiro, 1929a, p. 13), e isso seria feito na medida em que reunisse “daquillo tudo que bem alto fala ao coração do povo e nelle produz o respeito pelos esforços da Humanidade morta ou guarda-lhe a impressão da nacionalidade, e faz com que elle vibre e tenha civismo e se interesse pela terra em que nasceu” (1929a, p. 33).

O monumento colocado em praça pública ou noutros lugares de circulação de gente também atendia às estratégias de promoção do seu acesso aos mais diferentes públicos, independente da sua (in)capacidade de interpretação da escrita, privilégio de poucos. Ao retratar figuras destacadas e fatos consagrados, o monumento criado a partir da “estética positivista” carregava o propósito de “buscar afetar a política, mediante a idealização dos valores e das pessoas consideradas modelos para a humanidade” (Carvalho, 1990, p. 132).

Como veremos de agora em diante, foi justamente essa lógica da exemplaridade alcançável ao povo que orientou muitas das ações de David Carneiro no campo da cultura e das artes. Essa campanha de convencimento moveu o industrial rico a investir capitais na construção de monumentos públicos dedicados a figuras e eventos de contornos históricos.

É o caso da encomenda feita a João Turin, nos anos 1930-40, de esculturas alusivas à proclamação da república, colocadas na praça central de Curitiba, a Tiradentes. Segundo Cid Destefani (2009), “o professor David Carneiro foi um mecenas na história do Paraná”, tendo inclusive patrocinado “do próprio bolso a construção daquele conjunto de estátuas”.

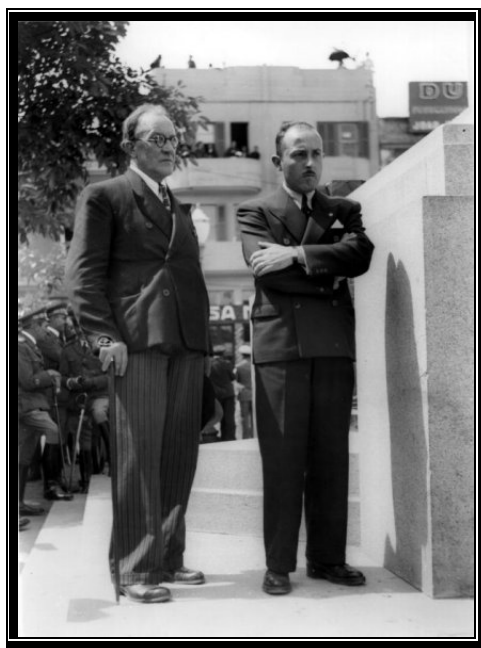


Imagem V - Inauguração do Monumento à República, na Praça Tiradentes, tendo João Turin à esquerda e David Carneiro à direita. [Janeiro de 1940]. (Fonte: Destefani, 2013).

Não é nosso propósito avançar muito nessa discussão, mas embora fosse reconhecidamente rico o suficiente para custear essas obras, há algumas pistas de que muito do seu empenho em favor da monumentalização da cidade e do estado tenha sido num sentido parecido ao dos influentes figurões paranistas que conseguiam do governo bolsas para formação dos artistas dispostos a utilizar seus talentos em favor da causa. Ao Spahan ele sugeriria em 1937, por exemplo, construir “o ‘panteon’ dos heróis” da Lapa,

pois dentro “de poucos anos teremos o cincoentenário da resistência” e assim “teríamos realizado alguma coisa útil - deixando ao país uma lição proveitosa, de veneração” (Carta 28, grifado no original). Outro sugestivo exemplo disso é que uma das primeiras ações do conselho de cultura de Curitiba, colegiado que incluía David Carneiro, foi demandar da prefeitura municipal verbas para a obra “que está em construção nesta cidade de Curitiba, o monumento à República com a estátua de Benjamin Constant” ([Gazeta do Povo, 1937a]).

Sua campanha de conscientização do povo moveu-o, também, na aquisição de uma coleção privada que remetia diretamente a homens e fatos *memoráveis*, assim como na utilização de seu prestígio social e de seus capitais simbólicos no fazer-se uma peça-chave no processo de seleção do conjunto de bens arquitetônicos e museológicos que seria apresentado ao povo brasileiro como representativo da biografia da nação, via Sphan.

Conforme o próprio David Carneiro, *Museus* consiste num “Opusculo a respeito dos Museus encarando a sua função e o seu destino sob as luzes da verdadeira ciência positiva, de acordo com os ensinamentos de AUGUSTO COMTE” (1929a, p. 3). Para ele, o papel cumprido pelos museus deveria estar em conformidade com uma lógica de integração social do proletariado inculto, já “que actualmente o proletário, acampado na sociedade e ainda não incorporado a ella não tem meios de instruir-se nem tem ocasiões de instruir-se como o rico” (Carneiro, 1929a, p. 13). Diante dessa falta de oportunidades de formação educacional, seria “preciso pois que elle vá conhecendo [...] o que não pode aprender nas escolas”, uma lacuna que deveria ser preenchida, então, pelos museus: “De facto, a função actual dos museus é a instrucção do proletariado” (Carneiro, 1929a, p. 13).

Alinhado ao espírito dos fazedores da república, que procuraram difundir suas mensagens “mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos” (Carvalho, 1990, p. 10), David Carneiro via no museu aberto ao público um canal de comunicação com um valioso potencial de transmissão de ideias: “de forma que o visitante aprenda desde logo aquillo que, lido, seria mais difficil de comprehender, ou que depois de visto seria mais facil, de apreender” (1929a, p. 23).

Temos boas razões para acreditar que os bens patrimonializados, na sua concepção, cumpriam (ou, ao menos, poderiam cumprir) funções muito semelhantes àsquelas exercidas pelos museus. Num texto quase contemporâneo à institucionalização de seu museu, nosso personagem falava sobre os “tezouros artisticos e historicos a defender”, em que expunha a ideia de que, por certo, essa “defeza consistirá em impedir a destruição dos monumentos historicos”, mas que a preservação deveria estar aliada a estratégias de educação capazes de “tornar públicos os monumentos reconhecidamente artisticos” (Carneiro, 1929a, p. 29).

Torná-los públicos num sentido muito alargado, porque nesses lugares de memória se “colocaria indicações especiaes, de maneira a orientar o povo sobre o conhecimento do facto historico, e a guial-o no julgamento que fizesse”, promovendo o “relembra[r] [d]o feito consagrando os heróis quando estes mereçam essa consagração” (Carneiro, 1929a, p. 30).

No que diz respeito à promoção do reconhecimento público dos *heróis* do passado, portanto, os bens patrimonializados deveriam se juntar ao círculo formado pelo museu, que “deve render-lhes gloria”, e também por outras formas de consagração coletiva dos *heróis*, como quando “se levantam monumentos” (Carneiro, 1929a, p. 31). Bastante sintomático disso é que David Carneiro sentia necessidade de criação de um museu que se associasse ao panteão sugerido ao Sphan, tendo “pensado muito na possibilidade de montar na cidade da Lapa, e na Caza em que Faleceu o General Gomes Carneiro, o muzeu da revolução de 1894” (Carta 28), programando então que “eu faria com minhas forças somente, o muzeu; e o governo federal faria o panteôn, e os dois esforços se completariam” (Carta 30).

David Carneiro encontrou no Sphan, portanto, uma oportunidade de viabilizar e colocar em prática uma série de *coisas úteis* que ele vinha pensando e planejando desde algum tempo, muitas delas geradas em suas relações com o paranismo e com os paranistas.

Nessa mesma época já era, também, um autor publicado, contando no currículo com mais de uma dezena de livros. A maioria impressos e editados em Curitiba, mas alguns deles também na capital federal. De 1928 a 1938, por exemplo, David Carneiro completou uma década de lançamentos sistemáticos de obras: ao menos uma edição por ano, à exceção dos anos de 1932 e de 1935, em que não publicou livro algum. Muito dessa literatura, conforme se pode deduzir dos títulos indicados na **Lista I** abaixo, abordava assuntos da doutrina filosófica positivista ou então temas tirados da história paranaense.

Lista I - Livros de Autoria de David Carneiro (1928-1938)

Data	Título	Editores	Local
1928	Fragmentos de Cartas	João Haupt & Cia.	Curitiba
1929	Constituição industrial e teoria da propriedade	Plácido e Silva & Cia.	Curitiba
1929	Frederico Virmond e sua obra	J. B. Groff	Curitiba
1929	Museus	João Haupt & Cia.	Curitiba
1930	Hipócrates e a locação das cidades	J. B. Groff	Curitiba
1931	Muzeus	J. B. Groff	Curitiba
1933	A moeda	Ravaro	Rio de Janeiro
1934	O Cerca da Lapa e seus heróis	Ravaro	Rio de Janeiro
1934	Casos e coisas da história nacional	Editorial Alba Ltda.	Rio de Janeiro
1936	A marcha do ateísmo	Graf. Paranaense	Curitiba

1937	Ensaio de interpretações morais	Athena	Rio de Janeiro
1937	Os fuzilamentos de 1894 no Paraná	Athena	Rio de Janeiro
1938	Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos	-----	Rio de Janeiro
1938	O dia da pátria	Tip. A Cruzada	Curitiba
1938	História de Palmeira em seus antecedentes e tradições	Mundial	Curitiba

Os dados acima foram compilados de Cordova (2009) e Machado (2012), com algumas supressões e acréscimos. Incluímos, por exemplo, o título *Muzeus*, de 1931, que se trata de uma reedição ampliada do livro homônimo anteriormente publicado em 1929. O título *O problema do mate brasileiro: contribuição para a sua solução – Sugestões apresentadas ao Instituto do Mate*, de 1928, que consta no arrolamento bibliográfico feito por ambas as pesquisadoras, foi excluído da nossa listagem porque certamente se trata de obra escrita pelo pai de nosso personagem. Alguns indícios apontam nesse sentido, como o fato de a obra não estar mencionada na contracapa do livro *O cerco da Lapa e seus heróis* (1934a), que lista uma série de “opusculos e obras de David Carneiro”. Por outro lado, a edição de *O problema do mate brasileiro* que integra o acervo da biblioteca da Superintendência do Iphan no Paraná, e que fazia parte da coleção particular de David Carneiro, contém uma dedicatória manuscrita, redigida por seu pai: “Ao meu Vicota. Paesinho. Curitiba, Abril 928” (Carneiro, 1928c). Nessa mesma época, aliás, nosso personagem ainda assinava como “David Carneiro Junior” alguns de seus títulos, caso do *Discurso do orador da turma de engenheiros civis de 1927* (Carneiro Junior, 1928).

Além dessa continuada produção bibliográfica, David Carneiro também se dedicou a escrever para jornais e periódicos. Veremos ainda que, embora recém-formado, deixou de 1928 a 1930 uma série de contribuições à *Ilustração Paranaense*. O que certamente lhe rendeu algum prestígio cultural, especialmente em termos locais, ao ter seu nome colocado lado a lado com o de gente renomada, como Romário Martins, já que a revista paranista “contou com a colaboração de importantes intelectuais locais” (Galigniana, 2016, p. 43).

Quando foi chamado a participar da seleção de um acervo representativo do patrimônio histórico e artístico do país, anos depois, David Carneiro já garantia entrada e um certo renome junto aos circuitos da elite intelectual curitibana. Era muito próximo, já vimos, ao mais conceituado historiador paranaense e articulador do movimento paranista. O editor responsável pela revista paranista *Ilustração Paranaense*, o fotógrafo e cineasta João Baptista Groff, por sua vez, contribuiu na época para a edição de três de seus livros, conforme podemos checar na *Lista I* demonstrando as obras de autoria de David Carneiro.

Circulando pelas redes das elites sociais e intelectuais paranaenses, em 1938 David Carneiro se reconhecia, e era identificado em muitos desses circuitos, como uma figura prestigiada em assuntos que diziam respeito ao conhecimento histórico. Ao receber uma proposta para palestrar sobre o dia da pátria aos companheiros do Rotary Club, ele atribuía o convite ao seu renome como historiador: “Bem vejo que ao trato habitual com a muza da historia, á verídica Clio, devo a lembrança com que me honraram” (Carneiro, 1938b, p. 3).

Entretanto, o que ajudou muito na sua consagração como intelectual interessado nas coisas do passado, e em especial na experiência histórica paranaense, foi o fato de ter criado e gerenciado um espaço em homenagem póstuma ao pai, o Museu Coronel David Carneiro, institucionalizado em 1928, ano de falecimento do homenageado. Nesse sentido, uma pesquisadora de sua trajetória já buscou demonstrar que a “atividade de administrador de um ‘lugar de memória’ conferiu destaque à figura de David Carneiro e colaborou para solidificar a sua imagem pública de pesquisador do passado” (Machado, 2012, p. 104).

É interessante observar, quanto às conexões entre seu prestígio intelectual e a visibilidade do museu sob sua gestão, que David Carneiro explorava bastante os ganhos simbólicos e chancelas obtidos pelo museu. Constava no timbrado da sua correspondência oficial, por exemplo, que ele fora “reconhecido de utilidade publica pelo estado do Paraná e pelo governo federal”. Não é de se descartar, aliás, que a solicitação de auxílio por parte da direção do Sphan tenha tido relação com a projeção institucional proporcionada pelo reconhecimento do governo getulista, em 1933, como museu de “utilidade pública”.²⁷

Esses mecanismos de reconhecimento institucional eram explorados de várias maneiras pelo seu diretor. Uma delas, porém, era lançando sombra ao Museu Paranaense, com o qual o espaço dirigido por David Carneiro de certa maneira rivalizava e competia.

No ano de 1929, por exemplo, o responsável pelo museu privado já denunciava os problemas do maior museu público do estado. Ele propunha, então, que “o Paraná devia ter museus particulares, amparados material [e] moralmente pelo poder temporal, que nada dá nem mesmo áquelle que é seu”, já que “o que temos é apenas um arremedo, máo grado os esforços especiais e isolados, de alguns dos seus directores” (Carneiro, 1929a, p. 34).

Ao abster de responsabilidade pela situação do Museu Paranaense “alguns dos seus diretores”, David Carneiro certamente estava fazendo uma deferência ao trabalho realizado por Romário Martins, que, como já tivemos oportunidade de registrar, exerceu uma grande

²⁷ Decreto nº 22.736, de 22 de maio de 1933.

ascendência pessoal e intelectual sobre David Carneiro. Naquela ocasião, Romário Martins recém deixara a chefia da instituição, cargo que exercera por vários anos, de 1902 a 1928.

Essa rivalidade institucional com o Museu Paranaense, aliás, foi temperada por uma dose de ressentimento pessoal, já que o próprio David Carneiro admitiria, anos mais tarde, que um de seus projetos fora dirigir as atividades do grande museu público do estado. Na época da Revolução de 1930, embora já administrando há pelo menos dois anos as rotinas do seu museu particular, ele chegou a solicitar o cargo aos novos portadores do poder:

Eu disse: ‘General [Mário Tourinho], não posso assumir uma responsabilidade que exija de mim tempo, eis que tenho a empresa de meu pai para administrar... Mas, se o senhor quiser me dar a direção do Museu do Estado – Museu Paranaense – eu aceitarei com muito gosto!’ O General era um homem prudentíssimo, dum equilíbrio estupendo e pediu-me, então, tempo para meditar sobre o assunto. Três dias depois, chamou-me novamente, e disse-me: ‘Vicota, não lhe vou dar a direção do Museu Paranaense. Não, porque você já tem o seu próprio museu que está crescendo nas suas mãos; e, se eu lhe der a direção do Museu Paranaense, não faltará quem diga que você está tirando peças do Museu Paranaense, para colocá-las no seu... (risos). Não faço isso! (Souto Neto, [1985]).

A fala do general Mário Tourinho, interventor do governo revolucionário no estado, toca, de certa maneira, na questão da competição institucional estabelecida entre o Museu Paranaense e o Museu Coronel David Carneiro. Se em 1930, com apenas dois anos de atividades regulares, o museu particular já se colocava à sombra do museu público – então cinquentenário –, imaginemos em 1937, com todo o aporte de possibilidades econômicas e de prestígio (pessoal, intelectual e institucional) de David Carneiro e sua coleção histórica.

As viagens de negócios e turismo do pai, rico ervateiro, proporcionaram que, ainda moço, David Carneiro começasse sua coleção de objetos de valor histórico (e monetário). Em 1924, por exemplo, o pai escrevia da Europa noticiando ter “‘novas’ cousas ‘velhas’ para o nosso musêo” (Carneiro, 1924b, p. 138). Em outra carta da época, o pai do jovem universitário contava animado sobre outros objetos que para “as tuas collecções conseguiu” no velho mundo, entusiasmo que dividia com a preocupação de não saber “onde irás por toda esta carga que vamos preparando para o teu muzeu” (Carneiro, 1924c, p. 136).

Portanto, suas grandes possibilidades financeiras, herdadas da tradição da família no rico negócio do mate, ajudaram no trabalho de constituição e manutenção do museu.

Embora em 1937 o museu ainda não tivesse atingido sua plenitude, em que chegou a contar com mais de 5.000 peças (Machado, 2012, p. 90), já se tratava de um acervo de algum porte, que tivera que ser transferido da “pequena casa” que inicialmente lhe servira de sede: “Em 1931 foi trasladada para o local que hoje ocupa, mais central e mais amplo. Aí se enriqueceu rapidamente, de forma que em 1934 teve de ser aumentado o edifício, e em 1936 quatro novas salas foram agregadas às primitivas” (Sphan, 1937, p. 169).

Como assinalamos antes, é bastante perceptível em David Carneiro suas intenções de promover o (re)conhecimento da centralidade e protagonismo do Paraná na formação social e histórica do Brasil-nação, consagrando-o como uma *parte do todo*. Muitos dos títulos de seus livros escancaram essa ambição, que, aliás, não passou despercebida por outros estudiosos de sua obra e de sua carreira. Nessa sua empreitada, nesse seu verdadeiro projeto intelectual, que envolveu a edição de livros e artigos dentro e fora do Paraná e o relacionamento com instituições como o novo órgão federal de preservação do patrimônio, o Cerco da Lapa ganhou contornos de referência, sendo alçado à condição de momento privilegiado de mobilização do espírito regional em favor de um processo histórico que dizia respeito ao país inteiro, qual seja, a proclamação e a consolidação da república.

Nas cartas e documentos remetidos ao Sphan, aliás, seu interlocutor paranaense se dedicava a tentar convencer o diretor da instituição de que a Lapa não só era “legendária e heroica” desde 1894, quando “salvou a Republica” (Relatório Sphan nº 5), mas que por conta desse seu lugar de destaque e protagonismo no passado recente do Brasil defendia a tese de que a cidade “devia também ser contemplada com gloria semelhante” à de Ouro Preto/MG, lugar que “foi declarado monumento Nacional” anos antes (Carta 4), em 1933.

Esse prestígio atribuído ao Cerco da Lapa tinha a ver não só com o fato de estar associado a um evento de contornos nacionais, de enfrentamento do governo central contra as tropas federalistas oriundas do sul do país. Tinha a ver também, e principalmente, com a circunstância de que o evento dizia respeito a um processo histórico que ajudou a construir uma nação que se pretendia moderna e civilizada, porque republicana. Nessa construção interpretativa, nosso personagem do positivismo tomou emprestadas as leituras de país disponíveis desde as gerações anteriores, ou seja, desde os tempos das figuras que estudava ao buscar compreender a República no Brasil, a Revolução Federalista e o Cerco da Lapa:

O debate sobre a identidade nacional no Brasil tem origens muito anteriores, mas alcançou considerável expressão durante a Primeira República, uma vez que muitos intelectuais associaram a essa forma de governo o ideário do progresso e a afirmação do processo civilizatório num país que parecia estar condenado por seu passado colonial e escravista (Lima, 1999, p. 108).

Legítimo representante do movimento paranista, suas diretrizes de atuação intelectual cotidiana estavam solidamente fundadas em concepções e “idéias impregnadas de imagens de progresso, civilização”, que fizeram “com que os paranaenses construam uma identidade regional impregnada de uma forte crença no progresso e no desenvolvimento social”, na medida em que seus principais articuladores “acreditavam que o país estaria se modernizando, e com ele Curitiba e o Paraná” (Pereira, 1998, p. 75, 66).

Um ingrediente fundamental desse “ideal *modernizante* dos paranistas” (Pereira, 1998, p. 89, grifado no original) era o ambiente republicano experimentado na época. Esse sistema político era tratado e imaginado como uma espécie de redenção, “que dava aos paranaenses uma fé ainda mais inquebrantável no sucesso do novo regime e, em particular, na crença em uma modernidade na selva que era o estado na época” (Pereira, 1998, p. 52).

Nesse sentido, aliás, ganham contornos bem mais nítidos o lugar da resistência republicana ao cerco da cidade da Lapa na imaginação paranista de David Carneiro, ajudando, inclusive, a explicar o destaque dado a esse episódio histórico e a seus vestígios materiais quando listou os bens passíveis de tombamento federal localizados no estado.

Seus textos encaminhados ao Sphan, aliás, apenas reiteravam a construção “paranista” que vinha fazendo desde algum tempo, por exemplo, nas páginas da *Ilustração Paranaense*. Uma construção em que o Cerco da Lapa não só era valorizado como fato de projeção nacional, por ser a “mais brilhante pagina da revolução federalista”, mas por ter assegurado o alinhamento do país aos rumos adotados pelas nações civilizadas, já que a “heroica resistencia da Lapa, salvou e consolidou a Republica Brasileira” (Carneiro, 1930).

O relatório que encaminhou ao Sphan, em 1937, sobre a “Cidade da Lapa (Legendaria e heroica)”, por exemplo, tratava basicamente de transcrever esse texto de 1930, publicado nas páginas da revista por excelência do regionalismo paranista, além de alguns outros trechos de seus livros anteriores sobre o assunto (Carneiro, 1934a; 1934b).

Não foram necessários uma adaptação e um alinhamento às demandas da nova instituição nacional, que a princípio deveria agir na contramão dos regionalismos. Parece, aliás, ter ocorrido justamente o contrário, pois os contatos com o “patriotismo” de *Doutor Rodrigo* e a convicção de estar ajudando a viabilizar uma “nova ordem” política dirigida pelo Estado Novo potencializaram um nacionalismo do qual David Carneiro não duvidava. Ou seja, um nacionalismo que ambicionava a construção de um país moderno e civilizado.

E se a participação em um dos pilares da formação de uma nação que se imaginava moderna e civilizada estava sendo aceita pela cada vez mais (re)conhecida centralidade do Cerco da Lapa na extinção do regime monárquico no Brasil, em 1950 o pesquisador das coisas do passado paranaense e brasileiro faria um dos seus movimentos mais ousados no sentido de garantir um lugar para o estado como *parte do todo* moderno e civilizado. Qual?

Atribuir ao “Incidente Cormorant”, de 1850, em que um navio inglês policiando o tráfico de escravos proibido internacionalmente trocou tiros com a “Fortaleza colonial de Paranaguá”, o papel de estopim para que o país subisse mais um dos “degrãos da escadaria da evolução” (Carneiro, 1950c, p. V). Qual degrau? O fim da escravidão. Para o paranista,

o atrito diplomático então provocado com a Inglaterra significou o “antecedente concreto e principal” da Lei Eusébio de Queirós, que no mesmo 1850 proibiu a entrada de escravos no país, e que se tratava do “primeiro degráo à escadaria legislativa que nos haveria de levar ao 13 de Maio de 1888” (1950c, p. XII). Considerado esse protagonismo na construção de uma nação cada vez mais “aparentemente civilizada, com relação ao exterior, ás, potências européas, especialmente” (1950c, p. V), o paranista se queixava não só de que é o “caso do Crusador Cormorant, comentado apenas pelos historiadores locais”, mas também que até o seu trabalho ninguém “mostrou a importância extrema do pequeno combate, com relação ás estupendas conquistas abstratas que dele derivaram” (Carneiro, 1950c, p. VII, IX).

Foi uma marca da sua reflexão social o direcionamento simultâneo aos “de casa” e aos *de fora*, aos *mundos* regional e nacional. Afinado ao que parece ter sido uma tendência do paranismo positivista, nosso positivista paranista entendia esses “sentimentos” para com a coletividade como perfeitamente conciliáveis. Incoerentes eram somente quando “não se raciocina sôbre a relatividade dos sentimentos que nos ligam aos seres coletivos de que dependemos”, embora a priorização do universo regional fosse compreensível diante do fato “claro [de] que a intensidade dos sentimentos pessoais com relação aos seres coletivos em que se vive imerso, varia na razão inversa da extensão” (Carneiro, 1950b, p. 5).

Embora não desconsiderasse, portanto, o pertencimento e a solidariedade nacionais, a dedicação ao paranismo e às coisas do seu estado vinha, sempre, em primeiríssimo lugar.

CAPÍTULO IV - A parte do todo: David Carneiro e os “movimentos” do movimento paranista

É bastante difícil precisar as origens do paranismo, principalmente se o tomarmos no sentido sugestivamente trabalhado pelo sociólogo Luis Afonso Salturi (2009). Para esse autor, é preciso distinguir paranismos, pois existe um “paranismo” em sentido bastante amplo, que diz respeito a um “sentimento ligado a um ideal, uma ‘forma de pensar’ o Paraná relacionado à identidade local”, e paranismos em um sentido mais estrito, ligados às diferentes “maneira[s] de colocar em prática esse sentimento” (Salturi, 2009, p. 19).

Esse segundo tipo de paranismo, segundo o autor, é sempre “datado, na medida em que é envolvido pela ação de um certo grupo de indivíduos”, ao passo que “o paranismo, enquanto um sentimento, não é datado, é subjetivo” (Salturi, 2009, p. 19). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Etelvina Trindade (1997) chegou a sugerir um novo vocabulário para dar conta dessa diferenciação. Para ela, o termo “paranidade” traria “uma característica de permanência temporal”, na medida em que “pretende ter uma acepção mais ampla que ‘paranismo’ e menos datada historicamente” (Trindade, 1997, p. 65).

Independentemente, no entanto, de adotarmos junto com Luis Afonso Salturi a categoria *nativa* de “paranismo”, que remete “ao uso feito por Romário Martins” (2009, p. 19), ou a noção *externa* de “paranidade” utilizada por Etelvina Trindade (1997), as origens desse “sentimento” de caráter “atemporal” e “não-datado” continuam bastante imprecisas.

Para Etelvina Trindade, é inviável, porém, falar dessa “paranidade” antes da metade do oitocentos, quando do desenrolar do processo de emancipação do atual estado do Paraná, antiga comarca de Curitiba, em relação à então província de São Paulo. Para ela:

Paraná e paranidade são construções recentes. Datam, no máximo de 150 a 160 anos, não possuindo existência anterior à separação política e territorial da Província de São Paulo e do estabelecimento de uma divisão regional que veio compor, em parte, o que hoje se denomina Estado do Paraná (1997, p. 66).

Para Trindade, alguns dos argumentos pró-emancipação da época, que pretendiam “sensibilizar a Corte para as reivindicações dos futuros paranaenses”, já traziam elementos que seriam depois consagrados pelo movimento paranista, e “apresentavam, assim, muitas das justificativas que dariam bases ao discurso que iria atravessar um século” (1997, p. 67).

Camargo (2007) também vê na emancipação política e administrativa do estado um momento chave da reflexão paranista, pois o problema da representação nativa se acentuou com a busca de uma “identidade do Paraná que se diferenciasse da província de origem,

São Paulo, e do resto do país, em cuja composição política precisava se estabelecer” (2007, p. 15). Assim, o autor informa que, em seu trabalho, “desenhemos o cenário da construção da idéia do Paraná, e por extensão do homem paranaense, no processo de emancipação política e da distinção em relação aos outros brasileiros” (Camargo, 2007, p. 21).

Outro estudo recente do tema, de Juan Cruz Galigniana, segue linha semelhante de raciocínio, ao também afirmar a emancipação como marco inicial dessa reflexão identitária e da necessidade de se distinguir como província diante de outras *partes* do *todo* nacional:

O vasto território anteriormente vivido, sentido e interpretado como terra de passagem – terra de tropeiros e de imigrantes – viu-se na necessidade repentina de uma consolidação de outra ordem. [...] O Paraná surgia então quase como uma realidade intangível, girando entre os sólidos muros simbólicos representados, sobretudo, por São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande [d]o Sul. Possuía à sua frente o imperativo máximo de consolidar-se como estado. Tanto no contexto geográfico e político [...], como no contexto simbólico (em termos de uma identidade regional singular, com suas tradições e estandartes) perante seus habitantes e o resto da nação (Galigniana, 2016, p. 77).

Outros estudiosos do tema, como Pereira (1998), concluíram que a afirmação do paranismo encontrou lugar no ambiente republicano, já que suas ideias de modernidade combinavam com as ideias de progresso associadas ao novo regime político. Assim, o autor pôde observar “uma tentativa paranista em construir uma imagem de um Estado em franco desenvolvimento que teria sido propiciado pela República” (Pereira, 1998, p. 68).

Reforçando essa ligação entre o paranismo e a república, Salturi (2011) afirma que o Paraná como unidade autônoma foi criado num ambiente em que as reflexões sobre a identidade local ainda estavam bastante embrionárias, e que elas só ganhariam corpo, de fato, com o fim da centralização imperial, tempos marcados por um acentuado federalismo. Para ele, no ano de 1853 tínhamos um “momento em que não havia um discurso em torno da identidade local, ou seja, de valores comuns a toda população paranaense”, ao passo que “em 1889, as províncias ganharam maior autonomia em relação ao governo central” e, nesse cenário, “um novo projeto de Paraná começa a tomar forma” (Salturi, 2011, p. 204).

Alinhado com essa interpretação, Pereira observa que o paranismo ganhou força, como movimento organizado, num cenário de expressiva descentralização federativa, e numa “época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que perdera sua eficácia a idéia de Nação, vinculada à figura do Imperador” (1998, p. 76).

Bega (2013), por sua vez, demonstrou que o movimento simbolista local se estendeu do oitocentos à década de 1920 combinando temas de estética literária e de política. Dentre os quais se destacava a demanda por serem “inventadas as tradições paranaenses”, pois até então “o Paraná definia-se pelo não ser: não era mais parte de São Paulo, não era gaúcho,

não era tropical, não tinha representatividade política de destaque” (Bega, 2013, p. 206). A despeito dessas pretensões, o resultado de sua atuação não reverteu significativamente essa tendência, pois “essa geração delineará o que se entende como identidade regional, num primeiro momento pelo não ser – tropical, mulato, parnasiano e cafeeiro” (2013, p. 161)

Independentemente, porém, dessas origens imprecisas, parece ponto pacífico que um de seus momentos privilegiados se deu quando o mundo se encaminhava para os anos 1930, época em que se tornaram mais visíveis e expressivos os sinais de institucionalização de um “movimento” paranista, articulador de gente e de ideias que tratavam das coisas do estado. Para Etelvina Trindade, o auge da “paranidade” se deu na “década de vinte deste século, quando cristalizou-se no chamado ‘movimento paranista’” (1997, p. 65). Luis Afonso Salturi (2009) é ainda mais preciso na sua periodização, indicando um curto intervalo de anos em que essa rede paranista esteve mais bem articulada e com ideais mais bem estruturados: “Entre 1927 e 1930, o Movimento Paranista vivenciou seu auge” (p. 14).

Esses tempos do “movimento paranista” foram um momento privilegiado, em que o Paraná estava na ordem do dia. Fosse no que se refere à sistematização de reflexões sobre ele, fosse no que diz respeito à articulação e agrupamento dos homens que queriam pensá-lo. Nesse processo de institucionalização do paranismo, Romário Martins teve um lugar de protagonismo. A literatura especializada sobre o tema já o qualificou de “figura de proa do movimento” (Trindade, 1997, p. 71), sendo seu “principal líder” (Pereira, 1998, p. 71).

Em 1927, essa figura-chave do movimento paranista tenta organizar uma instituição dedicada a pensar o estado e espalhar essas ideias, criando o chamado *Centro Paranista*. Embora sua existência pareça ter sido bastante frágil, sendo que “nunca foi formalizado” efetivamente, o centro alcançava suas metas na medida em “que difundia as idéias de seu criador sobre o que deveria ser o comportamento paranista” (Oliveira, 2009a, p. 58-59).

No mesmo ano-chave de criação do *Centro Paranista* também começou a circular a revista *Ilustração Paranaense*, que, segundo as observações de Salturi, é o “melhor exemplo” do momento favorável então experimentado pelo movimento paranista, com ideais “organizados e institucionalizados em forma de práticas culturais” (2009, p. 14).

Seu subtítulo, “mensario paranista de arte e actualidades”, dava conta do amplo e diversificado leque de assuntos tratados pelo novo periódico, que ia da *intimidade* da elite curitibana aos avanços urbanísticos desfrutados pela coletividade, passando pela promoção das belezas da terra e dos sucessos de sua gente nas artes plásticas e na arte de escrever:

O próprio subtítulo da revista já indica qual era sua proposta. Concentrando-se em temas e no ideário em voga naquele momento, procurava retratar o ambiente

artístico e sociocultural da capital paranaense e do Estado, fazendo a cobertura de festas, comemorações e eventos sociais (Salturi, 2011, p. 69).

Logo em seu número inaugural, por exemplo, a revista trazia uma foto de dezessete membros de uma família da elite curitibana reunida. A imagem juntava várias gerações dessa família, retratando duas crianças, uma de colo e outra um pouco mais velha. Ambas sentadas no chão, aos pés de uma senhora idosa que, acomodada numa cadeira, figurava ladeada por duas mulheres mais jovens, composição que lhe emprestava um ar matriarcal, de chefe *do lar* que, depois de anos cumprindo seu papel, é amparada por seus sucessores.

Atrás dessas cinco mulheres e crianças sentadas, outros doze homens e mulheres da família aparecem retratados em pé, num conjunto que contemplava um amplo universo geracional, trazendo jovens moças e rapazes, além de dois homens mais velhos, dispostos justamente nas duas extremidades opostas da foto, o que lhes emprestava certo ar patriarcal, de provedores e garantidores da segurança e da proteção aos seus descendentes.

Um desses homens mais velhos, retratado à direita da foto, atrás de uma grande e ornamentada coroa de flores, é o rico e prestigiado *Coronel* David Carneiro. Quase ao lado do *barão* do mate, o filho varão, primogênito na linha de descendência, nosso personagem.



Imagem VI - 25.º aniversário de casamento do Coronel David Carneiro. Curitiba. 1927. (Fonte: Ilustração Paranaense, 1927c).

Seguindo a linha de *coluna social* sobre o que se passava nos círculos da elite local, em fevereiro do ano seguinte a revista trazia seção de página inteira com “Aniversarios do mez de Março”, onde se registrava que o dia 29 se prestava à comemoração da data de nascimento do “Dr. David Carneiro Junior” (Ilustração Paranaense, 1928h). Seu nome era lembrado, assim, junto ao de outras personalidades da vida local, como é o caso do “Dr. Moreira Garcez”, então “ex-prefeito da nossa capital” (Ilustração Paranaense, 1928h).

Em maio de 1928 o tom das referências à família de David Carneiro deixou de ser comemorativo e passou a ser de lamentação, combinada com muitas homenagens. O patriarca falecera, motivando matéria de duas páginas que incluía imagens da grande mobilização social em torno de seu cortejo fúnebre e na qual se destacavam as virtudes desse “grande paranista que o Paraná acaba de perder” (Ilustração Paranaense, 1928e).

Essas três referências ao que acontecia com a família David Carneiro – participando o público da *Ilustração Paranaense* sobre festas, casamentos, aniversários, falecimentos e demais *eventos sociais* ocorridos na *intimidade* de uma família da elite curitibana –, foram tiradas de edições do periódico publicadas nos seus seis primeiros meses de existência.

Não corresponde à verdade, portanto, afirmar que foi só ao “longo de 1929, [que] a revista deixou de ser um *mensário paranista*, [e] tornou-se uma revista de mundanidades e desandou a estampar fotografias de formandos, debutantes, damas da sociedade, crianças e ‘operosos’ industriais” (Dudeque, 2001, p. 66, grifado no original). Esse perfil de *coluna social* sempre fez parte da linha editorial da revista, dividindo espaço desde o seu primeiro número com temas muito mais caros aos objetivos de um “mensário paranista de arte”:

No caso específico da fotografia, os temas eram os mais variados possíveis, assim como os propósitos. Tanto a elite política curitibana era mostrada em ensaios fotográficos com poses ensaiadas, que estavam longe de expressar a realidade, quanto fotografias artísticas eram reproduzidas e ocupavam até mesmo o centro de uma página (Salturi, 2011, p. 76).

Como exemplo desses retratos da elite política curitibana, Salturi faz referência ao quarto número da revista, que começou a circular em fevereiro de 1928, em que uma página inteira trazia “uma foto posada do Presidente do Estado com sua família”, imagem que, conforme sua leitura, “reproduz o ideal de uma família perfeita” (Salturi, 2011, p. 86).

Tal menção ao “ilustre estadista” que liderava o estado, assim como a citação dos “operosos industriais” lembrada por Dudeque (2001), tinha, é claro, uma razão de ser. Esse tipo de referência (ou deferência) denota a ligação havida entre a sobrevivência econômica daquele empreendimento editorial e a definição de sua política de veiculação de notícias:

[...] embora não tenham sido encontrados documentos oficiais, a revista também recebia incentivo financeiro estatal, por parte do então Presidente do Estado, Affonso Camargo. Em troca desse incentivo, fazia-se apologia à política da época por meio de publicações de desenhos e fotografias que retratavam os políticos, dentre eles o próprio Affonso Camargo (Salturi, 2011, p. 86).

Sintomático disso é que a citada foto de um “ilustre estadista” junto a sua família não só era, justamente, uma pose de Affonso Camargo, mas também foi “produzida por João Baptista Groff” (Salturi 2011, p. 86), o dono da revista paranista. Um ano depois, de forma pouco surpreendente, o mesmo periódico trazia matéria de página inteira destacando

as realizações do “Primeiro anno do governo Affonso Camargo”, que se caracterizara por ser “particularmente brilhante e fértil em benefícios para o Estado” (Cezar, 1929).

Assim sendo, o acompanhamento do cotidiano do presidente do estado, incluindo o acesso à sua *intimidade* familiar, fazia parte de uma estratégia de propaganda política e de valorização de sua imagem pública, com enormes ganhos em visibilidade e reputação, que tinham sua faceta mais explícita nas notícias sobre as (grandes) realizações de seu governo.

Se essa exposição das autoridades políticas tinha a ver com o patrocínio do governo à revista, devemos supor, então, que não se tratava de simples coincidência que as seguidas notícias das coisas sucedidas com os David Carneiro – referências que, com seguida deferência, emprestavam aos seus membros grande projeção social e prestígio –, viessem justamente de um veículo que tinha na empresa da família um de seus maiores anunciantes.

Sua edição de janeiro de 1930, por exemplo, trazia matéria sobre “O Matte” (Doria, 1930), estampando a imagem de uma moça em frente a uma mesa tomada de xícaras, bules e demais itens para preparação do chá da planta. A legenda anotava que se tratava do preparo de “uma chavena de ‘Matte Real’, um dos melhores chás brasileiros”. Certamente não se tratava de simples coincidência que na mesma edição da revista sua contracapa, justamente o espaço publicitário mais valorizado do periódico, fosse reservada a um grande anúncio de página inteira, colorido e com detalhes em dourado, da David Carneiro & Cia, com seu “insuperável chá do Brasil”, o *Matte Real* (Ilustração Paranaense, 1930b).

A matéria exaltava as virtudes do mate, que as “autoridades [sic] científicas reconhecem”, além de seu lugar central na configuração da sociedade e da economia do estado, já que constituía a “herva privilegiada o maior produto de exportação paranaense”, estando, seguramente, entre os seus principais “elementos de prosperidade” (Doria, 1930).

Tais relações entre uma economia e uma política *tradicionais* – sustentadas na força do mercado do mate –, uma gente *importante* também ligada a famílias *tradicionais* – que conduziam tanto negócios comerciais quanto negociações políticas –, e o aporte de verbas para garantir a continuidade da *Ilustração Paranaense* já fizeram com que a revista paranista tenha sido tomada por estudiosos do tema como fonte de pesquisa indispensável. Em especial para quem busca entender o movimento paranista em suas conexões com as “lideranças políticas vindas das famílias que dominavam o estado”, já que ela se tratava de “porta-voz de suas ideias, e das forças decisórias do Estado” (Camargo, 2013, p. 201, 203).

Esse perfil elitista da revista, aliás, vem rendendo alguma discussão acadêmica.

Alguns pesquisadores, como Camargo (2007), veem nos artistas que colaboravam com a revista um forte componente de submissão ideológica. Para ele, gente como João

Turin, descendente de italianos de origens modestas, exemplifica com o reconhecimento de suas habilidades artísticas pela alta sociedade curitibana “um lento trabalho de inserção dos trabalhadores visuais nas rodas de influência” (Camargo, 2007, p. 195). Esse processo de aceitação, porém, foi conduzido sob um preço, o da “assimilação dos artistas de origem imigrante”, que se submeteram à tarefa de encontrar, no campo das “formulações visuais”, algumas “soluções às construções simbólicas dos estabelecidos” (Camargo, 2007, p. 184).

Essa integração ao mundo dos “estabelecidos” teria sido norteadada, portanto, pelo fato de que João Turin não parece ter oferecido muita resistência a traduzir em escultura as mensagens paranistas. Ele exemplificaria, assim, uma época em que os “artistas plásticos paranaenses operacionalizam inteligentemente sua produção, oferecendo favores estéticos em troca de possibilidades de ascensão social” (Camargo, 2007, p. 10). Para Camargo, nas páginas da *Ilustração Paranaense* o que observamos são as ideias paranistas “definidas por Romário Martins e desenhadas por João Turin e Lange de Morretes” (2007, p. 170).

Em sentido diverso, outros estudos procuram preencher a lacuna deixada por essas análises, que “não se preocupam em expor a visão dos artistas a esse respeito”, deixando assim de considerar que esses atores “não se enxergavam como meros ‘empregados’ e não produziam suas obras considerando apenas propósitos políticos” (Salturi, 2011, p. 115). O autor denota, porém, certa reserva em relação ao seu argumento. Observa, por exemplo, grandes diferenças entre as “práticas” de pintores e de escultores. Se, no que diz respeito aos autores das mais expressivas telas do paranismo, é “praticamente impossível considerar que eles não tivessem nenhuma autonomia em relação a todas as suas criações, tanto no aspecto formal quanto ao tema por eles representado”, há a ressalva de que esse argumento “talvez não seja suficiente para explicar o processo criativo da arte monumental elaborada pelos escultores, que dependia muito mais do incentivo do Estado” (Salturi, 2011, p. 117).

Assim, João Turin certamente deve ter tido menos liberdade de criação artística do que um pintor como Theodoro De Bona, também de origem italiana. Isso acontecia por ter de lidar em sua profissão com uma grande carga de compromissos pessoais e institucionais negociados com os contratantes das obras. Esses fatores, aliás, ajudariam a explicar os componentes de “submissão” que Camargo (2007) observou em algumas correspondências remetidas pelo escultor a Romário Martins. Numa dessas cartas, João Turin parecia admitir sua “posição de inferioridade social e demonstra a percepção hierarquizada do contato com uma pessoa de quem seguramente ainda esperava bastante” (Camargo, 2007, p. 152):

Ilm.Sr. Romario Martins. Peço vos desculpa de minha demora para vos escrever, a causa foi de eu achar me muito doente [...] Tenho sempre frequentado as aulas

[...] Talvez esta venha vos encontrar não muito contente do meu comportamento, mas Sr. Romario, eu me vendo no meio de mestres e artes doente, não queria dar notícias de minha desventura. Espero que não vos zangueis comigo.

De fato, os componentes de submissão hierárquica, incluindo o prestar contas sobre o comparecimento regular às aulas, mesmo adoentado, poderiam remeter às notícias de um filho ao pai. Essa mensagem foi redigida em 1906, na Bélgica, quando um João Turin (1878-1949) em formação desfrutava de uma bolsa de estudos para aperfeiçoamento de seu ofício que somente fora garantida pela intervenção de Romário Martins, “que conseguirá junto ao Governo do Paraná, subsídio para seus estudos na Europa” (Pereira, 1998, p. 147).

Algumas análises, aliás, destacam o papel articulador exercido por esse pivô do paranismo. Talvez o exemplo mais bem acabado de um grupo de intelectuais que, em sua atuação cotidiana em favor da consagração de determinadas ideias sobre o estado, “valer-se-ão até mesmo de suas ligações com as instituições governamentais na medida em que o próprio governo paranaense terá interesse em forjar tal identidade” (Pereira, 1998, p. 71).

Apesar dessa menor independência no campo do fazer escultórico, não devemos supor, ingenuamente, que o universo da pintura estivesse alheio aos limites ditados pelos contratantes. Mesmo autores dispostos a frisar a relativa autonomia artística da época nos contam que alguns desses artistas, como Alfredo Andersen (1860-1935), se notabilizaram por marcado oficialismo, haja vista terem se dedicado a retratar as figuras mais expressivas da vida local: “Ainda em relação à produção oficial, vale destacar a execução dos retratos da elite econômica e política do Paraná pelo pintor norueguês” (Salturi, 2011, p. 183).

A reconstituição de sua rede de relações pessoais e econômicas, que “evidenciam a dependência que Andersen mantinha com as autoridades políticas”, por sua vez, ajudou o sociólogo a compreender o perfil de suas telas e porque razões essas pinturas muitas vezes “enaltecem o caráter público do retratado”, cumprindo assim uma série de “expectativas” da clientela, “tanto em relação à sua imagem pública e institucional, quanto aos ganhos trazidos pelas diversas formas e registros de representação visual” (Salturi, 2011, p. 54-55).

Assim sendo, apesar de sua opção pela mirada da prática (e da autonomia) artística, desviando o foco do universo dos financiadores das obras de arte, Salturi não deixa de observar aqueles componentes da vida em sociedade aos quais Sergio Miceli recomendou atenção. Dentre eles o “relacionamento efetivo entre elites e artistas, tal como sucedeu no mundo social real e não como sugerem as explicações idealistas e esteticistas da atividade artística ou intelectual resistentes à candura de uma visada sociológica” (1996, p. 140).

Quanto a isso, Miceli nos mostrou que a trajetória do modernista Cândido Portinari foi marcada pelo projeto de “viabilizar uma expressão figurativa nova às demandas

formuladas pelos grupos dirigentes” (1996, p. 16). Um exemplo bem acabado disso, para ele, foi “a encomenda dos murais históricos para o novo prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública”, que podem ser interpretados como um “empreendimento de legitimação visual” em favor da “elite política e intelectual do regime Vargas” (Miceli, 1996, p. 16).

Ao retratar alguns “medalhões da elite política” da época, por sua vez, o pintor se curvou às “circunstâncias laudatórias da encomenda”, não evitando a “consumação de efeitos batidos do gênero”, como representar esses “homens ilustres” na condição de “homens maduros, [...] ostentando uma calvície avançada, trajando ternos escuros, coletes abotoados, camisas brancas e gravatas com alfinetes de pérolas” (Miceli, 1996, p. 46-48).

Um repertório de recursos muito parecidos foi utilizado por Andersen para retratar o pai de nosso personagem. Na tela reproduzida na *Ilustração Paranaense* (1930a), o *Coronel David Carneiro* aparece representado como um senhor respeitável, trajado elegantemente, com terno, camisa branca, colete e gravata. Ou seja, à maneira dos ilustres “medalhões” pintados por Portinari. Inclusive nas feições maduras, emprestadas não tanto pela calvície, mas sim pelos cabelos e bigodes grisalhos, embranquecidos pela experiência.



Imagem VII - Coronel David A. da Silva Carneiro, por Alfredo Andersen. Fonte: (*Ilustração Paranaense*, 1930a).

Em função dessa maneira semelhante de agraciar seus retratados, gente oriunda dos círculos de prestígio curitibanos, podemos projetar na situação do pintor reconhecido pela sociedade local como o “pai da pintura paranaense” as mesmas razões que Miceli atribuiu ao sucesso de Portinari e ao “seu êxito comercial e simbólico junto aos integrantes das elites dirigentes brasileiras, que constituíam a principal clientela desse gênero de pintura”:

O sucesso da fórmula portinaresca se deveu sobretudo ao fato de o artista ter sabido atender às expectativas de representação simbólica nutridas pelos setores de elite que acabaram convertendo a encomenda dessas obras numa marca excepcional de requinte e prestígio (Miceli, 1996, p. 118).

A fim de melhor compreendermos essas opções de Cândido Portinari em seu ofício, muitas vezes limitadoras de sua criatividade artística, não podemos deixar de considerar seu lugar na sociedade carioca da época, inclusive sua origem em uma família estrangeira, circunstâncias que certamente o levaram a apostar no “pesado investimento assumido com seu trabalho artístico como precondição de sua ‘redenção social’” (Miceli, 1996, p. 33):

Ainda que muitos deles se considerassem tão integrados a ponto de se declararem brasileiros, não resta dúvida de que esse fortíssimo envolvimento com as experiências de famílias imigrantes, recém-instaladas no país, essa consciência do quanto dependiam de sua reputação e excelência no trabalho artístico para a conquista de um reconhecimento social, tais fatores tiveram um peso importante na trajetória artística e profissional de muitos deles, de Portinari em particular [...] (Miceli, 1996, p. 33).

Assim, se em relação a Portinari “importa sublinhar”, segundo a sociologia de Sergio Miceli, “o quanto o ofício artístico está sendo mobilizado pelos artistas de origem imigrante como uma imagem de afirmação e orgulho profissionais, como a marca por excelência de sua existência social” (1996, p. 52), situação muito parecida ocorreu em relação a artistas plásticos e escultores ligados ao movimento paranista. A presença de uma série de sobrenomes estrangeiros entre seus principais expoentes indica não só uma menor capacidade de resistência às possibilidades de toda ordem dos contratantes (capacidades econômicas, de prestígio e de desprestígio social, de articulação de circuitos de patrocínio e de influência sobre reputações etc.), mas também que os contratados contavam com trunfos a seu favor, como o fato de serem tidos como mais disponíveis para “os trabalhos manuais como as artes plásticas”, vendo nisso, então, “novas possibilidades de elevação da auto-estima dos ainda considerados estrangeiros no Brasil” (Camargo, 2007, p. 18, 200).

Nesse jogo de vantagens mútuas, e independentemente de quem ganhava mais com essas trocas, importa sublinhar que sólidas relações profissionais e de amizade foram estabelecidas e mantidas. O paranismo e seus temas, por sua vez, também saíram ganhando bastante com isso. A parceria de anos entre os contemporâneos David Carneiro e Theodoro de Bona, ambos nascidos em 1904 e falecidos em 1990, é exemplar disso, e acabou pondo em execução o esquema trabalhado por Camargo (2007), para quem se trata de um fato observável no conjunto da produção paranista uma certa especialização, ou divisão social do trabalho artístico, em que “os estabelecidos mantêm as prioridades literárias e teóricas, deixando aos imigrantes os trabalhos manuais como as artes plásticas” (2007, p. 18).

No mesmo ano em que deu mais um grande passo na consolidação de sua carreira como pesquisador dedicado à revolução federalista no Paraná e a outros episódios da história militar do estado, lançando *O Cerco da Lapa e seus heróis* por uma editora carioca, o endinheirado David Carneiro contratava uma pintura sobre o tema. Em 1934, quando ainda se aperfeiçoava em estudos na Itália, De Bona recebeu uma encomenda do então jovem intelectual paranista para que pintasse a tela *Morte do General Carneiro*, que seria integrada ao acervo do Museu Coronel David Carneiro (Salturi, 2011, p. 158).

A primeira experiência do *último dos paranistas* com os romances de ficção, se aventurando a contar o *Drama da Fazenda Fortaleza* (Carneiro, 1941a), por sua vez, contaria com ilustrações de Theodoro De Bona. Inclusive retratando a morte do heróico *bandeirante* cuja obra indicaria ao Sphan como passível de tombamento. Um tema, aliás, já pintado também numa tela incorporada ao acervo do museu e divulgada pela instituição.



Imagem VIII - [DE BONA, Theodoro]. “Guardamento do corpo de José Felix da Silva”, ilustração de *O drama da Fazenda Fortaleza*, de David Carneiro. (Fonte: Carneiro, 1941a).

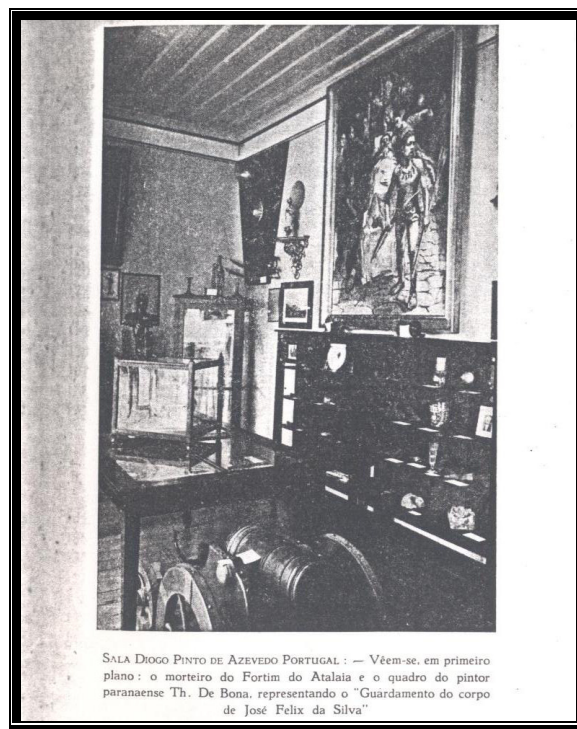


Imagem IX - Interior do Museu Coronel David Carneiro, tendo ao fundo a tela "Guardamento do corpo de José Felix da Silva", de Theodoro De Bona. (Fonte: Sphan, 1940, p. 189).

Reeditava, assim, uma parceria iniciada com um dos primeiros volumes da sua série de livros sobre a *História geral da humanidade*, dedicado aos antigos tempos da *Teocracia* (Carneiro, 1939), quando De Bona ilustrara alguns dos seus *maiores tipos*, como “Moizes gravando o decalogo no Monte Sinai” (Carneiro, 1939, p. 38), Buda, Confúcio e Maomé.

Segundo um depoimento de David Carneiro, estas encomendas de telas e aquisições de ilustrações faziam parte de uma estratégia de auxílio ao artista para “sustentá-lo”, já que

as quase sempre mencionadas subvenções públicas não teriam ocorrido de verdade, ou não teriam sido suficientes para garantir a existência de Theodoro De Bona fora de Curitiba:

Algumas vezes foi um mecenas nas artes plásticas: “Quem sustentou o Bona, em 1930, que estava em Veneza, tirando o curso na Academia de Pintura de Veneza (que, antes, foi aluno de Andersen aqui), deveria ser o Governo, mas este não tinha meios para sustentá-lo. Assim, passei eu a sustentá-lo, com todas as tentativas de quadros que pôde realizar” (Souto Neto, [1985]).

Na cabeça de David Carneiro pareciam estar muito nítidas as reciprocidades e os ganhos (mútuos) a serem obtidos nessas relações (desiguais) entre mecenas endinheirados e ambiciosos de prestígio e artistas em busca de dinheiro e também de prestígio. Citando o historiador português Latino Coelho, ele considerava que se na “vida são os Mecenas que doiram, com os mundanos clarões, que lhes sobejam, os louros altivos dos Virgílios”, em compensação quando da chegada da “morte são os Virgílios que iluminam e perpetuam com os reflexos da sua gloria, os vultos secundarios dos Mecenas” (Carneiro, 1936, p. 3).

O *Virgílio* Theodoro De Bona, aliás, pintou ao menos dois retratos de seu mecenas, legando às suas posteridades, ou à nossa contemporaneidade, a imagem de David Carneiro. Na primeira delas, provavelmente dos anos 1930, ainda vemos representado o homem de negócios que presidiu o Banco do Estado do Paraná. Na outra, já dos anos 1940, vemos a busca pela construção da imagem pública de um homem dedicado às letras, envolvido por um ambiente de livros e de obras de arte, incluindo um busto do *mestre* Augusto Comte.

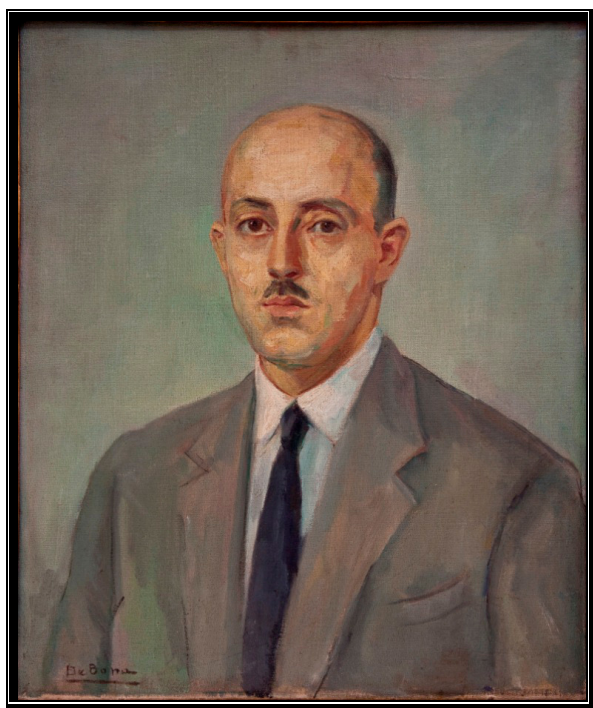


Imagem X - David da Silva Carneiro (Theodoro De Bona, [s. d.], óleo sobre tela, 65 cm x 55 cm). Acervo do Museu Paranaense (MP.4913), Coleção Banestado.



Imagem XI - Retrato de David Carneiro (Theodoro De Bona, 1946, óleo sobre tela). Acervo do Museu Oscar Niemeyer. Foto de Ana Zagonel Pereira.

Os recursos pictóricos utilizados por De Bona na segunda tela lembram muito os do Portinari retratista de Jorge Amado, que, “ao pintar as mãos do escritor segurando uma caneta”, também recorreu à “imagem-clichê do ofício intelectual” (Miceli, 1996, p. 82). Um clichê que, aliás, se fazia acompanhar de outros lugares-comuns dessas representações, como a presença “desse cenário característico da atividade intelectual, o escritório, onde os retratados parecem sitiados pelos livros”, ou mesmo a “mão segurando um livro fechado, o dedo indicador marcando a página”, em que se procura transmitir “a impressão de que o retratado interrompeu a leitura do livro na sua biblioteca para posar” (Miceli, 1996, p. 49).

No ano de 1950, a ambicionada construção dessa imagem pública ganhava alguma projeção ao figurar numa exposição de De Bona no “edifício João Alfredo” (A Divulgação, 1950). Juntando o mencionado retrato do “Dr. David Carneiro” a uma série de “figuras e paisagens” e a outras personalidades da vida local, como a “Exma. Senhora Governador Moysés Lupion”, a mostra vinha, segundo a matéria, “sendo visitada com grande agrado”.

A trajetória de formação artística desse descendente de italianos, aliás, teve muitos pontos em comum com a experiência de vida de João Turin. De Bona também teve chance de estudar fora do país por conta de uma bolsa oferecida pelo estado do Paraná, conseguida por meio das diligências junto aos homens no governo de gente ligada ao círculo paranista. Os mesmos que anos antes haviam sido beneficiados em razão de padrinhos paranistas:

Lange de Morretes e João Turin se entusiasmaram pela qualidade do seu trabalho e o incentivaram para que fosse se aperfeiçoar no Rio de Janeiro ou na Europa. Para isso, pediram ao então Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, que fosse concedida uma subvenção ao artista (Salturi, 2011, p. 156).

Conforme Elisabete Turin (1998), sobrinha-neta de João Turin, esses “favores trocados” expressavam a “grande amizade que havia entre os dois artistas” e o “clima” de “solidariedade” da época (p. 106), bastante marcada pelos benefícios e “pela intermediação de amigos” mais velhos e influentes em auxílio dos jovens iniciantes (Turin, 1998, p. 28).

Outras análises, de fundo sociológico e um tanto mais céticas e *distanciadas*, vêem nessas relações e movimentos uma série de reciprocidades trocadas em processos de “negociações sociais necessárias para atingir objetivos pessoais e profissionais” (Camargo, 2007, p. 151). Ou, ainda, o elemento articulador de uma rede de “teias de interdependência que eles formavam entre si”, na medida em que essa “troca de favores” organizava muitas “interações desses artistas entre si e deles com os demais agentes engajados na produção do valor social de suas obras e de seus reconhecimentos” (Salturi, 2011, p. 51, 57).

A despeito, porém, das motivações e justificativas dessas reciprocidades, se mais ou menos românticas e idealizadas, se mais ou menos céticas e científicas, todos esses autores nos apontam um caminho de pesquisa, que pode nos ajudar a entender as (moviment)ações daqueles a(u)tores sociais que, lá na primeira metade do novecentos, levaram o movimento paranista adiante, casos de Romário Martins e de João Turin, De Bona e David Carneiro.

Seguindo uma fundamentação teórica herdada da sociologia de Norbert Elias, Salturi afirma que um de seus propósitos, ao estudar as sucessivas gerações de artistas plásticos atuantes no Paraná da época, era desvendar “de que modo e porque os indivíduos estão ligados entre si, colocando como questão central as redes de interdependências que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras” (2011, p. 21).

Proposta semelhante, em nosso entendimento, à de Barth, quando sugere que para uma maior “naturalização” das nossas noções de “sociedade” e de “cultura” seria altamente recomendável se dedicar aos procedimentos de “descoberta”, que devem necessariamente partir dos “volteios” dos atores sociais, seguindo “suas atividades e redes” (2000b, p. 178).

A perseguição aos “volteios” da trajetória do *último dos paranistas* nos levou ao nome do iniciador do movimento e grande articulador dessa “rede”. Romário Martins, sua principal referência em termos de reconstituição e divulgação da história regional. Um indicativo importante da estreita relação entre ambos é o fato de Romário Martins ter redigido, na década de 1940, prefácios a dois dos livros publicados por David Carneiro.

Num deles o prefaciador deixava pistas sobre o interesse e as movimentações de David Carneiro no sentido de ter seu novo livro associado a uma de suas inspirações como pesquisador do passado local: “Estas linhas prefaciais só se explicam por desejar Davi Carneiro, num gesto cativante, ligar-me o nome à grande obra” (Martins, 1995 [1942], p. 19). O “moço” David Carneiro foi uma espécie de seguidor de Romário, 30 anos mais velho. No outro prefácio, escrito anos antes para *O Paraná na Guerra do Paraguai*, o senhor do paranismo recomendava seu discípulo sustentando que ele representava uma “estirpe que vai desaparecendo diante da indiferença cosmopolita da nova gente que vai povoando o Paraná”: “Dos atuais escritores que mantém o fogo sagrado das nossas letras históricas, há que colocar *David Carneiro* no mais elevado plano, pelo talento produtivo, pela cultura e pelo amor ao Paraná” (Martins, 1995 [1940], p. 15, grifado no original).

São vários os indicativos da ascendência exercida pelo autor da *História do Paraná* sobre David Carneiro. Para o *último dos paranistas*, era à circunstância de reconhecer no mais velho “meu mestre em assuntos de historia local” que se devia ter aceitado o pedido para que, durante uma “homenagem” planejada com “João Batista Groff”, tomasse a si o

“encargo de interpretar o sentimento que é comum a todos os amigos e admiradores de Romário Martins” (Carneiro, 1974 [1944], p. 29). O escolhido para reverencia-lo dizia que o respeito se justificava, entre outras razões, porque o homenageado fora o “Primeiro a escrever a ‘História do Paraná’” (p. 31) e pela dívida da “criação do neologismo que o consagra e o eternizará, o ‘paranismo’”, dois grandes “serviço[s] dos seus” realizados “em benefício da terra através da qual somos filhos do Brasil” (Carneiro, 1974 [1944], p. 30).

Assim, se Romário Martins somava David Carneiro à “estirpe” que vinha resistindo à “indiferença cosmopolita” há gerações, incluindo a “fase de *Rocha Pombo* [que] pode ser ligada à de *Ermelino de Leão*” e depois “à do autor destas linhas e de *Francisco Negrão*” (Martins, 1995 [1940], p. 15, grifado no original), o mais novo na linhagem reconhecia em Romário um ancestral “a formar, com Negrão e Ermelino, essa tríade a que por decênios esteve entregue a guarda; antes empoeirada e olvidada nos arquivos, das antigas glórias curitibanas” (Carneiro, 1974 [1944], p. 33) da terra que os tornara filhos do Brasil nação.

Muitos dos projetos em que o *mestre* fundador do paranismo e da historiografia paranaense se envolveu contaram com a participação do discípulo historiador e paranista.

Um deles foi o instituto histórico local, criado por Romário Martins em 1900. No final dos anos 1930, por exemplo, o IHGP organizaria uma campanha em favor da arrecadação de fundos para o erguimento de monumento ao índio Guairacá, campanha que recebeu a adesão de David, que enxergava na iniciativa uma “homenagem ao nativo, aos vermelhos, primitivos senhores do sólo pátrio” (1939). Numa carta aberta endereçada ao presidente da república, contendo uma mensagem de endosso à proposta, consta entre os inúmeros apoiadores o nome de “Daví Carneiro” (Instituições Culturais do Paraná, 1941).

Outro projeto que reuniu mestre e discípulo foi a associação Amigos do Livro e das Belas Artes (ALBA), que, inclusive, foi a responsável por patrocinar e lançar a tradução que David Carneiro fez das *Viagens na Comarca de Curitiba em 1820*, de Saint-Hilaire.

Um exemplar de uma revista dessa associação, que circulou a partir de setembro de 1938, foi localizado na documentação do fundo Romário Martins, nos permitindo rastrear mais algumas conexões estabelecidas pelo *último dos paranistas*. Sendo um dos três membros do conselho seccional de Letras, David Carneiro provavelmente tinha uma função equivalente à de João Turin e de Theodoro De Bona, que ajudavam a formar o conselho seccional de Artes Plásticas, também composto por três colaboradores. Na função editorial de “direção da revista” estavam Romário Martins e Jaime Balão Junior, e na “diretoria” administrativa da ALBA constavam Aluizio França, como seu “reitor”, Walfrido Pilotto, como secretário, e De Plácido e Silva, como tesoureiro (Alba, 1938).

Basicamente, são essas mesmas figuras que, anos mais tarde, se notabilizariam por se reunirem em rodas de conversa junto às livrarias da principal rua do centro da cidade:

Havia em Curitiba um grupo já estabelecido de escritores famosos, reconhecidos, tipo Plácido e Silva, Ciro Silva, que não eram parentes, Walfrido Pilotto, Romário Martins... bem mais velhos do que nós e que se reunia na porta da Livraria Mundial, na 15 de Novembro [...] (Martins, 2005, p. 203).

Essas lembranças sobre um ambiente intelectual juntando homens de idade mais avançada, muitos deles consagrados na vida literária, são de Wilson Martins, que via nessa gente os adversários de seu grupo, formado por jovens frequentadores de outra livraria. Demarcavam-se, assim, os respectivos lugares de *paranistas* e de *joaquinistas*: “nós nos reuníamos no outro lado da rua, exatamente em frente, onde era então a Livraria Ghignone. De modo então que até fisicamente eram dois grupos separados e opostos” (2005, p. 203).

A frequência da *Livraria Mundial*, além de espelhar territorialmente a divisão intelectual existente entre a literatura paranista e a de seus críticos, articulava os mesmos atores ligados a outras associações literárias de perfil mais tradicional, reforçando uma divisão que separava, também, representantes da arte “acadêmica” e seus antagonistas:

Esse grupo paranista não tinha realmente um programa. O programa deles era vago, era o amor ao Paraná, às nossas tradições, ao índio Goioerê [sic, provável referência a Guairacá], esse tipo de coisas [...] os paranistas analisavam o Paraná com um [sic] visão lírica [...] o [Guido] Viaro aqui foi um renovador da pintura contra o De Bonna [sic] aqueles, justamente, os acadêmicos. O Viaro foi o anti-acadêmico por excelência naquela época. [...] Mas sempre era esse grupo porque a academia era o grupo central do paranismo (Martins, 2005, p. 204, 209).

Com essas informações do crítico *externo* Wilson Martins sobre as formas de se organizar e de trocar ideias e experiências dos escritores, artistas plásticos e demais atores ligados pelo movimento paranista – tomadas no sentido de produção de um conhecimento “diagonal” –, podemos perceber e identificar um círculo de relações pessoais sendo mantido entre os “acadêmicos” e os “paranistas”. Uma rede que passava por lugares de reunião de pessoas como a *Livraria Mundial* e a *Academia Paranaense de Letras* e por veículos de circulação das ideias dessa gente, caso da revista *Ilustração Paranaense*.

Não se trata de simples coincidência, portanto, que a *Livraria Mundial* se servisse dos espaços publicitários da grande revista paranista para anunciar suas atividades no ramo dos “livros” e da “typographia”, assim como sua localização na “Rua 15 de Novembro n.º 52” (*Ilustração Paranaense*, 1928i). Nas imediações, aliás, ocupando um lugar na “Rua Quinze de Novembro, 51-A”, podiam ser encontrados os responsáveis pela revista, já que ali se instalara sua “redação provisória” (*Ilustração Paranaense*, 1927b). O público visado pela livraria, aliás, era basicamente o mesmo dos leitores da *Ilustração Paranaense*.

Esse público, aliás, deveria ter alguma atenção para dedicar à leitura de um texto do seu número inaugural, em que o “Dr. Pamphilo D’Assumpção” discutia um assunto que na “Academia de Letras do Paraná foi certa vez proposto”, para que ela “adoptosse [sic] como ortografia oficial a empregada por Moraes em seu Diccionario” (D’Assumpção, 1927).

Nos primeiros números da revista, aliás, era bastante comum que os textos viessem chancelados pela origem nas academias literárias do Paraná. O Ciro Silva mencionado no depoimento de Wilson Martins, por exemplo, publicou numa edição de 1928 um “inedito”, intitulado “Resignação do camponez”. Introduzindo os versos, a revista informava que o texto fora “Enviado pelo Centro de Letras do Paraná à **‘Ilustração Paranaense’**” (Silva, 1928). Seus versos traziam temas recorrentes do paranismo, como a presença da paisagem fria e tomada de araucárias, muitas vezes indiferente à vontade (de trabalhar) dos homens do campo, que não tinham outra saída a não ser se conformarem diante da sua recorrência:

Veio finalmente a geada grossa/que tisna até a grimpá do pinheiro,/que matou tudo/e que deixou a terra em plena nudez.../mas o homem, ainda não vencido/disse:“Não faz mal.../Começarei outra vez”.../Mas um dia veio o sono imenso/que fechou os olhos ao velho camponez.../E dos seus lábios parece que se ouvia/enquanto setembro florescia:“Bemdigo á terra o bem que ela me fez”!

Percebemos nesse texto não só os componentes de valorização da lida camponesa com a terra, um dos temas preferidos do paranismo em sua “defesa ufanista do Estado, com destaque às sempre lembradas virtudes do trabalho” (Trindade, 1997, p. 70). É possível identificar, também, o realce paranista da paisagem, reforçado pela ilustração que acompanha o texto. De autoria de João Turin, nela vemos um homem de pés descalços trabalhando a terra, tendo ao fundo uma paisagem com um pequeno capão de araucárias.

Embora explorasse o frio e as araucárias como marcadores da diferença do “clima e [d]a terra [...] em contraste com a ênfase dada à tropicalidade na maior parte do país”, essa visão paranista não deixava de ser uma espécie de variação das imagens mais conhecidas acerca da identidade nacional brasileira, constituindo assim, conforme Trindade, uma “versão paranaense do nacionalismo tropical, cuja ênfase estava na exaltação da natureza, em substituição a um passado estabelecido em bases menos concretas” (1997, p. 67).

Esse tipo de conclusão tem sido compartilhada por outros pesquisadores do tema, que afirmam que o protagonismo que pensadores do paranismo deram ao clima, à flora e à paisagem locais era uma espécie de compensação à falta de grandes realizações humanas. Dudeque, por exemplo, concluiu que porque “não havia uma grande data nativa para ser comemorada, não havia grandes histórias para contar, não havia literatos para citar, nem poetas para recitar e servir de antena para a raça paranaense”, a alternativa encontrada foi

recorrer para as particularidades dadas pela geografia, ficando “estipulado que o diferencial do homem do Paraná estaria não nele próprio, mas no seu entorno” (2001, p. 57, 59).

Tanto o texto como a ilustração eram exemplares, portanto, daquilo que os joaquinistas, ou anti-paranistas, anos mais tarde destacariam como um problema de fundo da arte e da literatura paranistas, que, para deles, tradicionalmente descuidava de “retratar o homem” e acabava sendo “mais descritivo” na medida em que “sua atenção recaía sobre as paisagens”, tema quase sempre desenvolvido “em um sentido ufanista, transbordando adjetivos para a exaltação da natureza e das belezas do Paraná” (Oliveira, 2009a, p. 117)

Entretanto, o paranismo não se limitou à valorização da paisagem paranaense.

Como os próprios joaquinistas admitiriam, um dos seus grandes motivos de desavença com aquele movimento era o fato de que seus representantes se fechassem em círculos de (auto)promoção intelectual e pessoal. No texto que provocou a ira paranista de David Carneiro, Wilson Martins afirmava, com alguma ironia, que aquele grupo estava acostumado “à academia dos elogios mútuos (sem alusão à Academia Paranaense de Letras...)”, formando um “círculo vicioso” daqueles que insistiam, juntos, em “reescrever baboseiras” com “nossos velhos”. Para ele (Martins, 1943), a “melancólica verdade é que o Paraná há muitos anos não dá escritores. Tôdas as glórias ainda repousam sôbre os ombros olímpicos de Emiliano Pernetta ou sôbre a irreverência anedótica de Emilio de Meneses”.

A *Academia Paranaense de Letras* citada pelo antiparanista fora fundada em 1936, tomando o lugar tanto da *Academia de Letras do Paraná* quanto do *Centro de Letras do Paraná*. A *Academia de Letras*, aliás, fora criada em 1922 a partir de uma cisão do *Centro de Letras*, que tinha sido fundado em 1912 por Euclides Bandeira e Emiliano Pernetta, ou, na visão de David Carneiro, por um “velho e valoroso batalhador e polígrafo curitibano” e por quem era “considerado por muitos como o maior dos bardos da terra dos pinheirais”.

Na última edição de 1928, a revista paranista por excelência exibia registros da inauguração de uma série de estátuas por parte de uma dessas agremiações substituídas pela *Academia Paranaense de Letras*. Aproveitando a passagem do “dia 19 de Dezembro” e a celebração do Paraná emancipado, foram feitas “hermas” de expoentes da literatura regional, caso dos poetas simbolistas/paranistas Emiliano Pernetta e Emilio de Menezes. Segundo a matéria (Ilustração Paranaense, 1928a), agindo assim o *Centro de Letras do Paraná* cumpria sua missão institucional de “prestar constante culto á memória dos vates mortos”. Juntando-se a essas homenagens, a revista publicava um texto de cada um desses autores, logo abaixo de fotos em que apareciam retratados, junto aos bustos inaugurados,

“os membros da Directoria e outros socios do Centro”. Nesse grupo figurava Pamphilo D’Assumpção, ao lado do “escultor patricio J. Turim, um dos escultores das hermas”.

Meses antes, Pamphilo utilizara os espaços proporcionados pela revista para contar uma experiência de visita ao Museu Coronel David Carneiro, que fizera acompanhado pelo “jovem amigo” que “habilmente” administrava o espaço. No texto, a seriedade e a dedicação daquele “moço” às coisas do museu e do “espírito” dava o tom da narrativa:

Desde logo impressionou-me agradavelmente a circumstancia de vêr um moço, criado na abastança, com recursos para gozar a vida descuidada e inutil dos filhos ricos, prender-se desde cêdo às coisas sérias que deleitam e elevam, dedicar-se a assumptos que educam e fortalecem o espirito, dando-lhe resistencia contra as atracções más que o podem desviar da rota do bem, para encaminhal-o a rumo do aviltamento. E, realmente, parece que essas preocupações têm actuado sobre o character de meu jovem amigo, que o tem firme e circumspecto, apezar de ser muito moço ainda (D’Assumpção, 1928).

Um aval desses à seriedade, comprometimento e ao caráter instrutivo e socialmente benéfico do trabalho de um rapaz recém-formado, ainda mais vindo de uma personalidade do mundo das letras paranaenses, reconhecido por sua atuação nas questões do “espírito”, certamente foi recebido com satisfação por nosso personagem, então em busca de prestígio e de consagração no campo da atividade intelectual e da lida com a memória histórica.

Contudo, mesmo recém-formado e ainda dando os primeiros passos de sua carreira literária, e sem contar ainda com a reputação do museu que lhe daria maior visibilidade, David Carneiro chegou a colaborar com uma série de textos para a *Ilustração Paranaense*, que costumava receber contribuições de gente já consagrada. Para isso certamente contou muito a influência do sobrenome que carregava, que o associava a uma família importante, cujo sucesso nos negócios fazia deles um dos grandes anunciantes e financiadores do periódico, além de presença constante em suas colunas sociais. Seus primeiros textos assinados para a revista, aliás, traziam o nome “David Carneiro Filho” (1928a, 1928b).

Após o falecimento do pai, começou a deixar sua sombra e passou a assinar seu nome de batismo. Em dois textos que o engenheiro recém-formado publicou sobre temas relativos a aspectos da urbanização de Curitiba agora se apresentava como David A. da Silva Carneiro (Carneiro, 1928a) ou então simplesmente como David Carneiro (1929b).

Conforme demonstra a **Lista II** abaixo, ao colaborar com a *Ilustração Paranaense* suas atenções de engenheiro recém-graduado, embora já interessado em história, se dividiram entre solucionar problemas da modernização urbana de Curitiba e sublinhar a importância de se preservar e se conhecer o passado, fosse através dos acervos integrados aos museus ou de artigos de divulgação sobre temas da história brasileira e paranaense.

Lista II - Artigos de David Carneiro na Ilustração Paranaense

Data	Título	Edição
1928	A lenda de Vila Velha	Anno II, nº 1 (Janeiro).
1928	O estylo colonial no Brasil	Anno II, nº 3 (Março).
1928	A Urbanização de Curitiba	Anno II, nº 10 e 11 (Outubro e Novembro).
1928	Museos	Anno II, nº 12 (Dezembro).
1929	A urbanização de Curitiba. Carta aberta ao Dr. Fernando Chaves sobre o problema do embellezamento de Curityba	Anno III, nº 8 á 11 (23 de novembro).
1930	O cerco da Lapa em 1893	Anno IV, nº 2 (28 de fevereiro).
1930	Martins Francisco de Andrade e Silva e Curitiba	Anno IV, nº 3 (Março).
1930	Antonio Carneiro	Anno IV, nº 5 (Maio).

Entretanto, foi como museólogo e colecionador interessado nas coisas do passado que a *Ilustração Paranaense* mais colaborou com a construção de sua imagem pública. No último número de 1928 a revista reservou uma página inteira para reproduzir um trecho do “opusculo ‘Musêos’” (Carneiro, 1928a), que seria lançado em breve (Carneiro, 1929a). Ainda em 1928, alguns meses antes, a revista prestigiava o trabalho de preservação da memória realizado pela instituição gerenciada por David Carneiro ao informar seus leitores de que enriqueceria o acervo do museu com peças de numismática doadas ao periódico:

Medalha commemorativa do centenario da paz Brasil-Argentina, mandada cunhar pelo Comité Latino Americano desta Capital para ser offerecida aos presidentes das duas republicas Sul americanas. É primoroso trabalho do gravador **J. Peon, um dos nossos maiores artistas no genero.** (A medalha em prata que nos foi offerecida pelo Comité, entregamol-a ao Dr. David Carneiro afim de deposital-a no Museu “Coronel David Carneiro”) (*Ilustração Paranaense*, 1928d, grifado no original).

Logo no primeiro número da revista, um texto sobre uma visita feita ao “nosso museu” (Mira, 1927), o Museu Paranaense, não trazia somente fotos demonstrativas da riqueza do acervo sob a guarda daquela cinquentenária instituição pública, que era formado de “pequenas e caprichosas reliquias, contendo seculos de tradição”, mas também imagens promovendo as peças de um acervo particular, a “coleccção do sr. David Carneiro”.

Junto ao aumento do prestígio institucional do Museu Coronel David Carneiro, promovido em grande medida pela atuação da *Ilustração Paranaense*, o gestor daquele espaço foi ganhando status de personalidade no campo das letras, inclusive recebendo reconhecimento como representante daquele “mensario paranista de arte e actualidades”.

Isso ocorreu, por exemplo, em novembro de 1929, quando assinou junto a figuras conhecidas das artes locais uma “mensagem telegraphica, sob os auspicios da <<Ilustração Paranaense>>” (1929a). Parabenizando o novo presidente mexicano por ter sido o eleito dos “descendentes dos immortaes aztécas”, David Carneiro aparece lado a lado com nomes

não só prestigiados pelo periódico, mas que já estavam numa fase da vida e da carreira em que tinham condições de emprestar seu próprio prestígio pessoal à revista. É o caso do diretor J. B. Groff, do editorialista Romário Martins e dos colaboradores sistemáticos João Turin, Odilon Negrão, Ermelino de Leão, Lange de Morretes e também de... *Ciro Silva!*

Ciro Silva, o leitor deve lembrar, era tido pelo adversário Wilson Martins como um dos integrantes do grupo dos paranistas e acadêmicos que costumava se reunir na *Livraria Mundial*, propriedade de outro colaborador da *Ilustração Paranaense*. Esse nome fantasia era a forma de apresentação pública da “França & Cia., Limitada” (*Ilustração Paranaense*, 1928i), de Heitor Stockler de França, que deixou para a revista uma série de textos. Vários deles pontuados por traços acadêmicos, como a evocação de personagens da antiguidade clássica, e também pelo paranismo, caso da idealização da natureza local. Uma dessas contribuições, que circulou junto ao segundo número da revista, trazia versos seus sobre a sintonia entre “Curityba e o sól” nos dias de primavera, em que a paisagem da cidade ficava “a esplendor sob as irradiações maravilhosas de Apollo enamorado”, combinando numa “eloquencia da côr” o “oiro do Sól, verde da folha, azul do céu!” (Stockler, 1927).

Tudo muito diferente, portanto, da versão joaquinista *cantada* por Dalton Trevisan, que convidava os leitores a viajarem juntos por “uma Curitiba onde o céu azul não é azul”.

Outro dos signatários da mensagem paranista ao presidente eleito mexicano, o não tão conhecido Paulo Tacla, ainda voltará a aparecer com destaque em nossa trama. Por enquanto é suficiente, porém, saber que ele foi o provável articulador daquele movimento de aproximação diplomática. Na condição de “consul do Mexico” reverenciou o novo líder daquele país “hispano-aztéca”, que “suruiu da mescla de duas civilizações” (Tacla, 1930).

A despeito da reputação alcançada, nessa época David Carneiro ainda não era, decerto, o intelectual de renome chamado a participar da fundação, em 1936, da *Academia Paranaense de Letras*, juntando-se a figuras consagradas da cultura local. É o caso de Romário Martins e de Francisco Negrão, além de outros nomes famosos ou em ascensão, quase todos também ex-colaboradores regulares da extinta *Ilustração Paranaense*: *Ciro Silva*, *Dario Vellozo*, *Euclides Bandeira*, *Heitor Stockler de França*, *Jaime Balão Júnior*, *Pamphilo D’Assumpção* e *Valfrido Piloto* (*Academia Paranaense de Letras*, 2011, p. 10).

Na mesma época, seu nome foi lembrado para compor o grupo de 5 conselheiros do recém-criado departamento de cultura de Curitiba, somando-se a Romário Martins, *Aluizio França*, *Lacerda Pinto* e *Joaquim Macedo* ([*Gazeta do Povo*, 1937b]). *Aluizio França*, o leitor deve estar lembrado, foi “reitor” da ALBA integrada por Romário e David Carneiro. Fora isso, chegou a assumir interinamente a prefeitura de Curitiba quase na mesma época,

de junho a setembro de 1937. Naquela oportunidade, o “Prefeito em exercício” convidou Romário Martins, “distinto patricio” cujas qualidades “muito o recomendam a auxiliar-nos no importante mister” que era o “funcionamento [d]a Comissão revisora da nomenclatura dos logradouros públicos da Capital”, trabalho então “cometido aos srs. Drs. Davi Antônio da Silva Carneiro, José Loureiro Fernandes e Artur Martins Franco” (França, 1937).

Voltemos, então, à ALBA conduzida por Romário, David e o ex-prefeito e conselheiro de cultura Aluizio França. De Plácido e Silva, outro de seus membros, utilizava espaços no jornal *Gazeta do Povo* para saudar o seu lugar na “ação cultural que se está promovendo entre nós, e que vai promovendo eco admirável na Capital da Republica”:

[...] a Sociedade dos Amigos dos Livros e das Belas Artes, organizada em Curitiba, sob inspiração de Romario Martins e que vem sendo dirigida pelo espirito de escol de Aluizio França, tambem ha recebido um pouco de nosso entusiasmo, e as referencias em parte alcançam a benemerita instituição, que veio criar vigor às nossas letras. [...] Si diretamente não há a A. L. B. A. realizado grandes resultados, tem fomentado a animação por todos os setores intellectuais da nova e da velha geração [...] (De Plácido e Silva, 1938a, s. p.).

A alusão ao “eco admirável” da “ação cultural” local no Rio de Janeiro, incluindo as “referências” que “em parte alcançam a benemerita instituição”, abordava o conteúdo de uma transmissão da *Educadora* sobre o “movimento literario atual do Paraná”. Embora a audição não tivesse sido bem sucedida por conta de problemas de sintonização radiofônica num dia marcado pela “crueldade dos tempos borrascosos, descargas por todos os lados”, ele conseguira “divisar, em pedaços, ligeiras alusões a nomes a [sic] instituições, sem que se pudesse perceber o inteiro teor das referências”. De toda forma, se permitia sugerir que a “Radio Educadora, sem duvida, retratou tão brilhantes aspectos” de quando “Jaime Balão nos deu ‘Impressões Literarias’, ou sobre o quanto “Dicezar Plaisant vai nos surpreender com as ‘Tocaias da Historia’ [...] E Valfrido Piloto... e Ciro Silva...”, entre outros sinais de que o “Paraná pensante renasce pujantemente” (De Plácido e Silva, 1938a, s. p.).

O múltiplo criador do movimento paranista foi quem concebeu a ALBA. Ao menos é o que nos informa o próprio De Plácido e Silva, ao anunciar ao público, em junho de 1938, que sua “ideia partiu de Romario Martins”, e que suas primeiras iniciativas já podiam ser notadas, pois “os idealisadores da associação dos amigos do livro [...] já enviaram às oficinas o primeiro livro que encetará sua ação de trabalho e de utilidades” (1938b, s. p.).

Embora não seja de se descartar que essa primeira edição da ALBA se tratasse da tradução de Saint-Hilaire, livro que é de 1938, o mais provável é que estivesse sendo feita alusão à publicação da obra de “Carlos Rubens, [que] sob os auspícios da Alba, presentear-nos com ‘Andersen, o Pai da Pintura Paranaense’” (De Plácido e Silva, 1938a, s. p.).

De toda forma, os propósitos da ALBA idealizada por Romário Martins pareciam muito nítidos. Dar continuidade e impulso institucional ao que já havia sido tentado com a impactante e vigorosa *Ilustração Paranaense* ou com o pouco estruturado e operacional *Centro Paranista*. A valorização das coisas do Paraná, incluindo os resultados da sua *ação cultural*. Fossem as telas do *pai da pintura paranaense*, fossem os escritos de alguns daqueles em quem David Carneiro enxergava “bardos da terra dos pinheirais”. Isso porque a ALBA, segundo De Plácido e Silva (1938b), deveria servir de incentivo a que sua gente seguisse “erguendo o conceito bibliografico da grande terra, que já teve um Domingos Nascimento, um Emiliano Perneta, um Rocha Pombo, um Emilio de Menezes, um Julio Perneta, um Dario Veloso, um Sebastião Paraná, um Nestor Vitor, um Alcides Munhoz”.

Se em 1938 as atenções de Plácido e Silva estavam dedicadas a esses outros nomes da *ação cultural* local, não tendo citado o companheiro de ALBA David Carneiro nos dois artigos referidos, algum tempo depois ele compararia o *último dos paranistas* a Romário Martins. Ambos eram “santos de casa” (1940), cuja obra despontava “brilhantemente longe das paragens donde surgiu”, alcançando “êxito em terras alheias” ao mesmo tempo em que era diminuída localmente por uma “grande e criminosa descrença pelo que é nosso”:

Temos um exemplo frizante na monumental obra de Romário Martins: trabalho de folego, tão bom como tão bom. Entretanto o Paraná não o leu. Vende-se para o estrangeiro, quer dizer longe de fronteiras nossas, onde tem sido apreciado a valer e apontado como trabalho de grande valia. [...] Em que pése tôda descrença de ainda meia duzia de falhados, o Paraná trabalha mentalmente. David Carneiro, nome que já se firmou na cultura brasileira, através de suas admiráveis obras publicadas no Rio, também está integrado nesse movimento reconstutor.

Se de fato o nome de David Carneiro contava com alguma projeção na “cultura brasileira” originada da edição de livros fora de Curitiba, algo do seu reconhecido prestígio no universo da cultura paranaense era devido a De Plácido e Silva, que no começo da sua carreira publicou um de seus trabalhos, o livro sobre a *Constituição industrial e teoria da propriedade*. O editor De Plácido e Silva, aliás, não era apenas colunista da *Gazeta do Povo*. Ele era um dos fundadores do jornal e, na época, um de seus donos. Tinha a função de “diretor-gerente”, juntando-se a Acir Guimarães, seu “diretor”. A *Empresa Gráfica Paranaense*, que do endereço na Rua XV de Novembro nº 279 rodava não só o matutino *Gazeta do Povo*, mas vários materiais impressos do *Instituto Histórico* de Romário Martins, era o nome fantasia da Plácido e Silva & Comp. Ltda (De Plácido e Silva, 1941).

E se esse editor de um jornal importante da cidade fazia parte do círculo de contatos de David Carneiro, o mesmo se pode dizer do diretor de *O Dia*. Trata-se de Saul Lupion de Quadros, que cedeu espaços no diário para seus textos de represália à *descrença* de Wilson

Martins na literatura do Paraná. Antes disso, porém, só aceitara em suas páginas o texto do oficial de gabinete de Manoel Ribas com a introdução de um pouco discreto *data venia*.

Foi Lupion de Quadros quem, na impossibilidade de David Carneiro comparecer ao antes citado congresso de estudos comemorativo ao cinquentenário do Cerco da Lapa, mesmo sendo ele “um dos componentes da ‘Comissão Central dos Festejos’”, realizou a leitura do texto redigido pelo amigo, conforme “solicitado pelo Dr. David Carneiro” e, claro, “com prévia aquiescência da mesa” (Governo do Estado do Paraná, 1944, p. 31).

É o mesmo Lupion de Quadros, ou Lupionzinho, quem apontou para a memória do paranismo um dos lugares privilegiados de encontro de sua gente. O *Café Belas Artes*, no centro da cidade. Mais precisamente na Rua XV, na quadra entre a Marechal Floriano e a Monsenhor Celso. Quase vizinho, portanto, à *Livraria Mundial* e à sede da redação da *Gazeta do Povo*, outros pontos de reunião daquela intelectualidade local sempre em busca das novidades do mundo dos livros e das “últimas notícias”, que eram regularmente colocadas junto à “chamada Pedra da Gazeta, parede da fachada da Empresa Gráfica Paranaense”, que rodava o jornal. O perfil de quem costumava se reunir alí fez com que a região ganhasse o apelido de “Senadinho” (Malucelli, 2014, p. 54; Destefani, 2014).

Para o frequentador Lupionzinho, o *Belas Artes* era uma “verdadeira instituição”. Contando “seu salão com meia centena de mesinhas”, era o lugar “preferido pelos artistas e intelectuais”, particularmente os “assíduos e fiéis acadêmicos de um Paraná e paranismo que, parece, engolfou-se em glórias do passado”, incluindo Romário Martins e João Turin, figura carimbada do lugar e “carinhosamente nominado de Patriarca”. Essa preferência fazia desse café, inclusive, uma sede informal de “sessão da Academia”, por reunir figuras como “Jayme Ballão Júnior, Ciro Silva” e o “fulgurante jornalista Acyr Guimarães”, que rapidamente descia “de seu gabinete de diretor da velha Gazeta” (Quadros, [s. d]).

Nesse sentido, devemos considerar que lugares cultos e intelectualizados como as academias de Letras, ou os *espaços* da *Ilustração Paranaense* e da *Gazeta do Povo*, eram espaços de troca de ideias de uma gente que compartilhava outros lugares de sociabilidade. Como já se advertiu, o *movimento* de ideias paranistas era *movimentado*, essencialmente, por “um grupo de pessoas que possuíam uma afinidade cultural e afetiva particular, encontrando-se pelos bares deste Paraná curitibano” (Sant’Anna et al, 1987, p. 129).

Não contamos com indicações mais conclusivas de que David Carneiro fosse um dos frequentadores do café, embora essa não frequência seja bastante improvável, já que o seu grupo costumava se encontrar no *Café Belas Artes*: seus amigos e colegas e seus contatos profissionais encarregados de realizar as artes plásticas e a escultura paranistas.

David Carneiro, aliás, parecia conhecer bem esse tipo de ambiente e seus respectivos clientes, atribuindo aos “frequentadores assíduos dos cafés da Rua 15 de Novembro” muito da “maledicência” paranaense, já que eram um dos locais onde mais se potencializava a “tesoura simbólica com que cortam e atassalham as reputações alheias” (1944a, p. 12). Da mesma forma, o autor paranista se mostrava conhecedor do mapa territorial e social dos cafés da cidade, espaços físicos onde se reproduziam divisões intelectuais mais amplas, já que “os cafés são vários e diversos são os grupos em cada café” (Carneiro, 1944a, p. 15).

Esses trechos, não por coincidência, são justamente do mesmo texto em que David Carneiro acusava os defeitos morais e intelectuais dos *alienígenas* que ocupavam cargos de decisão no governo do estado. Para ele, essa interferência encontraria uma explicação se considerado “o quanto atrapalha a maledicência dos cafés, para a realização dos tímidos”, como os paranaenses costumavam ser em razão de sua psicologia histórica (1944a, p. 16).

A nossa timidez é patológica e a nossa falta de iniciativa atinge às raízes do medo. Temos medo do ridículo e vergonha do que possam os outros mal dizer de nós. [...] Ha quem diga que, no Paraná, não ha homens aptos e que, porisso, êles devem vir de fóra. É que os capazes não se mostram, escondem-se, graças ao seu feítio moral, e os que se exibem valem tanto quanto os alienígenas. [...] Por isso se póde aquilatar o quanto mal faz a nós paranaenses a maledicência dos cafés, que não se vira contra a [sic] adventício que se desconhece, mas que impenitentemente tem fúrias iconoclastas, quando se trata dos santos de casa (Carneiro, 1944a, p. 16-17).

Mesmo que essa reserva toda em relação à *maledicência dos cafés* tenha feito com que David Carneiro se afastasse desses lugares, o que gostaria de apontar é o sentido de grupo, de uma *sociedade* com uma *cultura* compartilhada, originado dessas frequentações comuns. Fosse a presença física no *Café Belas Artes* e na *Livraria Mundial*, ou então em frente à *Pedra da Gazeta* e na *ALBA*, ou fosse o convívio virtual nas páginas da *Gazeta* e na revista daquela associação, assim como em *O Dia* e na *Ilustração Paranaense*. Havia um sentido nativista de grupo, mobilizado e externado nas reservas e ataques contra os *adventícios* ou *alienígenas*, não raras vezes vistos como fomentadores da *descrença no que é nosso* e na *ação cultural dos santos de casa*, mas que mesmo assim estavam chegando a postos de condução dos rumos do estado. Fosse um *advena* de outra região, como o paulista Wilson Martins, fossem adventícios carregando sobrenomes estrangeiros, como os alemães denunciados num livro de 1942 sobre os perigos da ação nazista no país:

[...] grupo imigrante pouco assimilável, que se transformaria em um perigo à integridade nacional, em particular o alemão que em tese é ingrato e pernicioso, porque é monopolizador; porque é uma poderosa força política e tem galgado até posições oficiais e políticas, nos preterindo e suplantando, porque nos suplanta pelo número dentro das nossas cidades, absorvendo o comércio (Apud: Camargo, 2007, p. 67).

Conforme é sugerido por Camargo (2007), podemos ver nesse tipo de manifestação uma atenção à questão da “ascendência social e econômica” dos imigrantes, bem “atenta para a preocupação, nada ideológica” (Camargo, 2007, p. 67), da ameaça social representada por esses adventícios desconhecidos que estavam se integrando à sociedade local, onde muitas vezes rapidamente se destacavam e assumiam posições de mando. O livro citado por Camargo (2007), intitulado *Hitler guerreia o Brasil há dez anos*, foi publicado pela editora do jornal *O Dia*, e conta com um prefácio de Romário Martins explicando os propósitos da publicação: “O material deste volume consiste da importante série de reportagens do brilhante jornalista Mário Martins, redator do ‘O Radical’ do Rio de Janeiro, publicadas em vários números do ‘O Dia’ desta capital” (Martins, 1942, p. 3).

O prefaciador paranista aproveitava a oportunidade para externar um pouco da sua *má vontade* com o alemão denunciada pelo antiparanista Wilson Martins, reativando assim alguns dos argumentos mais presentes nos seus textos da juventude. Angustiado com o futuro da nossa “Pátria da paz e da felicidade”, uma provável alusão ao isolamento do país em relação ao pior da Segunda Guerra Mundial, ele afirmava que essa situação “não deve nem ha-de ser perturbada nem desviada do seu destino, nem pelo advêna nem pelos maus brasileiros”, pois assim deveriam ser tratados os filhos que não reconheciam a “Pátria que acolheu seus pais e que lhes proporcionou [sic] a prosperidade” (Martins, 1942, p. 4).

Gente imigrante que formava “um povo estranho, com duas Patrias, como Jano, de duplo rosto”, ainda bastante desviados em relação às características da “nossa formação étnica fundamental”, e que somente naquele momento histórico, por serem “populações nacionais descendentes das nações do Eixo, [...] ora estão preocupando o espírito público”, mas que muitos anos antes “já em tempo constituíram temas desenvolvidos por avisadores previdentes dos perigos que ameaçam nossa nacionalidade” (Martins, 1942, p. 4, 3):

Vários foram os que deram o brado de alerta em horas bem distantes ainda dos acontecimentos que nestes últimos anos vêm sendo vistos pela sua face principal, que é a formação de um espírito marginal hoje acentuadíssimo em odioso contraste com o sentimento nacional de amor e de defesa, acima de tudo, da soberania e da integridade do Brasil (Martins, 1942, p. 3).

Apesar de todas as advertências no mundo da reflexão social, na realidade do dia-a-dia tão “descuidados, porém, andamos sempre”, que nas “nossas assembleias políticas, em cargos de administração, em postos da Antiga Guarda Nacional, mantivemos sempre elementos advindos e seus descendentes nossos compatriotas”, tendo sido por conta dessa delegação de poderes “que assim chegamos a absurdos como este” das escolas étnicas:

As próprias escolas mantidas por sociedades e “colonias” de origem estrangeira, escolas onde não se ensinava a nossa língua nacional nem a nossa história, –

eram subvencionadas sem fiscalização, pelo nosso governo! Num meio assim, tão ingenuamente descuidado, foi surgindo naturalmente um grupo marginal espiritualmente voltado para as questões europeias (Martins, 1942, p. 5).

Se a queixa romariana se dirigia à falta de ensino da “nossa história” aos “advênas”, David Carneiro refletia sobre a importância de se divulgar as possíveis fontes de orgulho do Paraná, incluindo o seu “passado histórico, tradicional e heróico!”, com o sentido de reverter um estado de coisas muito pouco abstrato. Qual seja, a “espécie de autofagia” que ele sentia no dia-a-dia, um cotidiano movido pela imaginação de que “os advenas [...] teem qualidades superiores às nossas”, fazendo com que, quase sem resistência, “damos-lhes posições de relevo para que comandem o que é nosso e a nós próprios” (Carneiro, 1944a, p. 9). A alternativa proposta, diante desse cenário, seria uma espécie de “isolamento” regional paranista, pois “nosso Estado só nos pode ser motivo de exaltação e de orgulho”:

Não devemos ter medo de andar sósinhos, desde que nossas instituições sejam melhores do que as alheias. Não devemos temer o nosso isolamento si, sós, estivermos melhor do que estando mal acompanhados. Tudo deve exaltar-nos para a superioridade: raça, bosques, campos, cataratas, altas montanhas azuis, tudo enfim, sem esquecer o nosso passado (Carneiro, 1944a, p. 9).

As (re)ações de paranismo nativista contra os *adventícios* influentes ligados a outros estados brasileiros podiam ser combinadas, portanto, com um nativismo nacionalista direcionado aos *adventícios* influentes que carregavam sobrenomes de fora do país, como várias vezes denotou o principal mentor do paranismo e modelo de David Carneiro.

Dissuadir “adventícios” chegados de outros lugares ao Paraná, fosse um vizinho do estado de São Paulo como Wilson Martins ou então os imigrantes estrangeiros que mudaram de continente para fazer a vida no país depois saudados pelo responsável por *Um Brasil diferente*, da concepção de que chegavam ao estado para fazer progredir uma terra de *sertão*, um vazio de gente esperando por desenvolvimento e civilização, parece ter sido uma das grandes motivações de David Carneiro e de outros intelectuais paranistas. Assim é que adquirem contornos mais nítidos suas razões ao afirmar que “difícil foi viver até aqui, formar um elemento nacional novo na parte mais pobre, embora mais bonita do Estado, e fazê-lo, torná-lo província e Estado em progresso contínuo” (Carneiro, 1944a, p. 39).

E se o *último dos paranistas* recorria a argumentos aparentemente carregados de nacionalismo para elogiar as campanhas de abasileiramento dirigidas ao *amálgama* racial de sua região, “transforma[n]do por educação racional [...] este canto do Brasil” (Carneiro, 1944a, p. 23), o amigo Romário Martins tinha afirmado rigorosamente a mesma coisa no seu manifesto de criação do paranismo, embora com um acento bem mais regionalista. Na versão do precursor do movimento, “o paranaense do futuro” deveria sair de uma “eugenia

de tôdas as raças”, mas “com os sentimentos altos e generosos de nossa primeira formação histórica”, sendo absolutamente essencial, para tanto, estabelecer um mínimo de unidade cultural e, através da “educação dos espíritos”, “criar comunicantes entre os tão variados agrupamentos étnicos que formam a nossa atual sociedade” (Martins, 1948, p. 39).

A motivação primeira do paranismo não era a afirmação da diversidade nacional e das diferenças entre *a parte e o todo*, mas justamente o desafio de estabelecer laços de comunidade entre uma *parte* ainda dividida em várias *partes* pelo *advento* de estrangeiros:

Os Estados cosmopolitas como o nosso, povoados pelas imigrações, vão constituindo sua sociedade por agrupamentos entre si distintos pelas tradições, pelos costumes, pelas tendências espirituais e sentimentais, pelo pensamento e pela linguagem, seguindo os traços característicos de suas origens ancestrais. Nós estamos nessa situação (Martins, 1948, p. 38).

Este estado de coisas multifacetado, que fizera de Curitiba um campo aberto à pesquisa de “materiais etnográficos para estudar a diversidade de usos e costumes” e um motivo de “perturbadora surpresa” para quem viesse de outros lugares “esperando ver uma cidade nos moldes das cidades históricas do país” (Martins, 1948, p. 38), não era, contudo, o horizonte ambicionado pelo fundador do paranismo. Era necessário ao movimento pensar e realizar a “confraternização dos nossos elementos sociais de tôdas as origens, para a formação dêsse espírito de brasilidade que nos há de salvar de nós mesmos” (1948, p. 38).

Assim, embora ele não se propusesse a aderir às “cogitações da hora presente” e nem às “previsões taumatúrgicas dos sociólogos”, não deixava de projetar o “que havemos de ser no futuro ainda distante, como tipo étnico nacional em terras do Paraná”. Por ser uma gente do Brasil em solo paranaense, decerto seria um tipo social que ainda carregava consigo uma “parte do antigo etno lusitano e de sua mestiçagem” e as heranças étnicas em relação às quais, mesmo se estando *nessa situação* aludida de enorme diversidade cultural e cosmopolitismo, ainda “restam-nos a ascendência histórica, a língua gramatical, oficial e acadêmica, e, graças aos Céus! os sentimentos fundamentais afetivos, generosos e liberais, a agilidade mental, o amor à liberdade, os princípios da fé cristã” (Martins, 1948, p. 39).

Como já tivemos oportunidade de sugerir, quando a fronteira gerada pelos nossos *nativos* nativistas era com o “adventício” imigrante, ou seja, com a gente *diferente* que precisava ser juntada à *parte* paranaense *do todo* nacional, o patriotismo brasileiro e o regionalismo paranista passavam a ser rigorosamente conciliáveis. Os *outros* da brasilidade e da *paranidade* não eram tão somente os (outros) regionalismos internos. Podiam ser, também, os estrangeir(ism)os. Por conta disso, aliás, é que o manifesto paranista sustentava

que seu programa se tratava de “filho legítimo de brasilidade e integrador de todos os nossos étnos sociais no espírito novo e liberal dos nossos desígnios” (Martins, 1948, p. 38).

Era essa ambição de integração e de eliminação da diversidade que fazia com que a grande ambição paranista fosse estabelecer um antídoto àquilo tudo que De Plácido e Silva enxergava como uma generalizada incredulidade *pelo que é nosso* e em relação aos *santos de casa*, mantendo então firme orientação contrária, ou seja, “a fé constante nas nossas realizações, a confiança no nosso futuro, a ufania do nosso passado” (Martins, 1948, p. 38).

Todos os trechos acima foram retirados de uma matéria do segundo número da revista *A divulgação*, de 1948, onde um Romário Martins já em fim de carreira, vindo a falecer logo em seguida, fazia um balanço do movimento paranista, comentando desde a origem e conotação do termo até os seus movimentos de uma vida toda para fazer aderir essa noção ao cotidiano da sociedade paranaense. Trancreve, nesse sentido, o conteúdo do texto “O que é o Paranismo”, uma das principais iniciativas do seu *Centro Paranista*, instituição que, segundo admitia com certa amargura, “apesar dos esforços empregados, não logrou subsistir” (1948, p. 40). Comenta, também, que o insucesso não foi suficiente para dissuadi-lo da ideia. “Perseverei, contudo”, lançando em 1932 “as bases da ‘União Paranista’, projeto de ação cívica e política, apresentado à meditação dos paranistas”, que também “não conseguiu firmar-se”. A despeito disso, seu idealizador afirma que deixou consequências, pois “seu programa [...] passou a constituir um decálogo paranista”, servindo como base para “a definição e a orientação do Paranismo”. Certamente por conta do ambiente menos descentralizado montado pelo governo federal em 1932, esse programa procurava delinear e dirigir os entendimentos paranistas de pertencimento territorial:

A “União Paranista” não é regionalista por visar conquistas de ordem e de progresso para o Paraná; é até por isso mesmo nacionalista, porque da grandeza moral, espiritual e material da cada Estado, é que se há de formar e manter a grandeza, a unidade e a força do Brasil (Martins, 1948, p. 40).

É desse contexto também, não por acaso, a tentativa de relançamento da *Ilustração Paranaense*, que voltou a circular numa edição de fevereiro de 1933, depois de ter sido suspensa quando da Revolução de 1930. Ela não seguiu, porém, além dessa edição isolada.

Outra revista sobre o tema, lançada meses depois, é a *Paranista*, localizada junto ao acervo de Romário Martins e que parece não ter alcançado o segundo número.²⁸ Tendo o *Matte Real* de David Carneiro entre seus anunciantes de página inteira, foi dirigida por Romário e Alfredo Andersen. No texto de abertura era reeditada a metade final de artigo antes publicado como editorial da *Ilustração Paranaense* de 1933, convidando “turistas” a

²⁸ O acervo da Biblioteca Pública do Paraná também conta só com o primeiro número da revista *Paranista*.

“vinde ver o Paraná!” (Martins, 1933a). Ainda mais se quisessem sentir “o clima propicio á vida ariana” e “conviver com um povo que resume todas as raças européas!”. Destacava, ainda, as “feições phisicas características que o singularisam”, a exemplo dos “pinheiraes imensuráveis, magnificos de impavidez”, onde ao “seu abrigo vivem, compactos, os herveas, que a indústria transforma na mais saudável bebida” (Martins, 1933a).

Os repetidos temas, portanto, da singularidade racial e natural típicas da região. Contudo, é outro texto seu, no miolo da revista, que nos interessa explorar em razão da semelhança com alguns dos argumentos centrais de David Carneiro. Já vimos que o *último dos paranistas* associava a indicação do paulista Wilson Martins a um lugar no governo paranaense porque houvesse “quem diga” que no Paraná “não há homens aptos”. No texto originalmente publicado em *O Dia*, a frase era levemente diferente: “E ha quem diga que no Parana não ha homens, e que por isso eles devem vir de fóra” (Carneiro, 1943c).

O texto de Romário Martins na revista *Paranista*, “Homens do Paraná”, já de saída anunciava seu principal objetivo. Dissuadir e reverter a ideia que ia “passando em julgado, contra a verdade e a justiça, – que o Paraná não tem homens” (Martins, 1933b, p. 21). O que significava essa sentença? Para ele, se tratava da “falsa fama, que nós mesmos ajudamos a propalar, de que aqui é a terra singular que somente produz mediocridades” (Martins, 1933b, p. 22). Mas, questionava, “o homem do Paraná haveria de ser inferior ao das demais unidades politicas e sociaes da federação?”. E continuava, perguntando aos leitores que “mais é preciso para affirmar a existência do homem paranaense, com a expressão que se pretende dar ao vocabulo? Actuação nas artes, nas industrias, nas sciencias, no campo da politica, no domínio da administração publica?” (1933b, p. 22).

Se a questão era esta, Romário Martins enumerava, ao estilo do que David Carneiro faria uma década depois em relação às obras e nomes representativos da “ação cultural” paranaense, uma série de personalidades da vida local que exemplificavam a presença dos “homens paranaenses” nesses vários domínios do social. Assim, (re)colocava entre os “mais notaveis” na poesia Emiliano Pernetá e Emilio Menezes, além de redigir uma longa lista com nomes de expressão na “alta politica” e nas “presidencias das províncias”, na “magistratura”, no “sacerdocio”, na “tribuna sagrada”, nas “armas”, na “engenharia”, no “magistério”, no “jornalismo”, na “ethnographia”, na “pintura e na escultura”, entre outros domínios da vida cultural e social. No campo da “industria fabril”, por exemplo, onde o nome de “David Carneiro, o moço” aparecia prestigiado junto a figurões da área, como o Barão do Serro Azul “Ildefonso Pereira Correia” e “Agostinho Ermelino de Leão Junior”.

Amarrando seu raciocínio, antecipava as conclusões do discípulo quando atribuiu a um *ignorante* as afirmações do *profundo nada* na literatura local, dizendo que a “leviana afirmação” de que o Paraná não contava com homens “tem origem na ignorância do nosso passado e na falta de observação da nossa actualidade”. Seu lugar na formação do país, por exemplo, era central, pois nunca “faltou, porem, ás defesas da Patria em todas as lutas que se travaram pela sua dilatação territorial, pela sua unidade politica e pela honra nacional, e fel-o numerosa e bravamente, desde os mais remotos tempos” (Martins, 1933b, p. 21).

Estamos muito próximos, portanto, do núcleo da interpretação social carneireana e, também, daqueles aspectos do paranismo observados por Dudeque (2001) ao atribuir ao movimento um caráter de “regionalismo ao inverso”. Uma construção de identidade social regional pela sua singularidade racial, natural e pelo seu entorno, sim. Com especial empenho, porém, em igualar o Paraná aos demais estados como elemento constituidor do todo. Assim sendo, e como o próprio autor tratou de assinalar, enquanto uma série de paranistas buscava seus símbolos da identidade local no *entorno* paranaense, outros vários paranistas, em especial os “historiadores mostraram as grandezas dos homens do Paraná, dotando tropeiros, indígenas e genealogias de passados quase tão heróicos quanto aqueles que os paulistas criaram, na mesma época, para os bandeirantes” (Dudeque, 2001, p. 61).

Muitos pensadores do paranismo escolheram, então, outra saída que não fosse a de contornar o problema da falta de história e de cultura desse pedaço de país. Vários desses homens resolveram enfrentar a questão, problematizando-a. Segundo Luis Fernando Lopes Pereira, aliás, foi o lugar-comum da “inexistência de uma história vigorosa” que moveu os paranistas a vasculhar o passado, já que era “preciso construir uma história regional que mostrasse o Paraná como um local que possuía uma tradição” (Pereira, 1998, p. 71).

Juntando positivismo e paranismo, que tinha fortes laços com o primeiro (Pereira, 1998), vimos então que David Carneiro e seu grupo vislumbravam uma ameaça naquilo que fugisse aos esquemas de uma *ordem* social cujos *progressos* eram realizados com base na economia do mate e nas antigas tradições culturais luso-brasileiras, incluindo a língua portuguesa. Para nosso personagem do paranismo, o “ideal seria, como ponderou Gustave Le Bon, harmonizar convenientemente o estático e o variavel, de forma que o progresso fosse o desenvolvimento normal da ordem correspondente” (Carneiro, 1952, p. 37).

Pensando assim é que ele agradeceria ao diretor do Sphan, quando este teve o cargo ameaçado pelas indefinições promovidas pelo golpe do Estado Novo, a “liberdade que me tem dado” de “trabalhar para o meu País, no sentido de bazear os seus Progressos e o seu pujante futuro, numa tradição organica, numa ordem bazilar indestrutível” (Carta 42).

Essa tradição orgânica, que juntava o estado ao país, era sem dúvida luso-brasileira, um patrimônio das “colonizações primitivas”, embora essas ligações ainda fossem caso de sensibilização interna e externa, pois pouco (re)conhecidas no Paraná e fora dele. Nesse sentido, aliás, não foi à toa que ele saudou a chegada da revista *A Divulgação* (Carneiro, 1947b), porque de “DIVULGAÇÃO precisa o Paraná, afim de que se mostre aos de fóra, o que somos, e aos de casa, o que podemos, com bôa vontade e trabalho esclarecido”.

É interessante observar, aliás, as propostas que o paranista apresentava, logo no primeiro número da nova revista, no sentido de responder à pergunta: “Como comemorar o centenário do 19 de dezembro de 1853?” (Carneiro, 1947a, p. 9). Se, como já vimos, essas comemorações foram pautadas por um engrandecimento da imigração europeia no estado, em que tanto o livro de Wilson Martins quanto o *Paraná Vivo*, do também joaquinista Temístocles Linhares, promoveriam a ideia da singularidade e das diferenças entre *a parte e o todo*, os projetos de David Carneiro caminhavam num sentido absolutamente contrário.

Para ele, o sentido dessas comemorações deveria ser, sim, o de celebrar a “parte do Brasil a que hoje chamamos Estado do Paraná”. Como fazer isso? Para ele, resgatando a ancestral “fibra dos parananguaras” paranaenses de “há quasi 200 anos”, tempos ainda das ligações coloniais, uma fibra que, segundo se perguntava, não era de fazer “inveja à que o nosso povo exhibe hoje?”. E completava seu raciocínio, levantando uma dúvida carregada de malícia e de segundas intenções: “Teria sido o nosso amolecimento moral resultado das imigrações sucessivas e do conseqüente desamor ao torrão local?” (Carneiro, 1947a, p. 9).

Essa revista, *A divulgação*, pode muito bem ser considerada uma tentativa de reeditar a *Ilustração Paranaense*, pelo menos em termos de seus principais conceitos, no perfil dos seus colaboradores e na sua política editorial. Como já mencionamos na **Introdução**, era assim, aliás, que David Carneiro a concebia, como um veículo para preencher “o claro deixado” pela antiga revista paranista (Carneiro, 1947b, p. 52). O antes citado Heitor Stockler de França, dono de gráfica e da livraria que era um dos pontos de encontro da intelectualidade paranista, também saudava a chegada do novo periódico, mas agora “na qualidade de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná”. Via com bons olhos aquela iniciativa, diante da qual “me empolgo e entusiasmo”, no sentido de divulgar a respeito do “progresso intelectual do nosso meio, através de páginas de subido quilate, marcantes do prestígio intelectual do Paraná e do Brasil” (França, 1947, p. 11).

Outro dos “paranaenses ilustres” que valorizou a chegada do periódico foi Dicesar Plaisant. Trata-se de um dos mais prestigiados livreiros do Paraná na época, responsável pelo lançamento de várias obras de David Carneiro no início dos anos 1940. Chancelado

por Romário Martins como “o editor nº 1 da literatura paranaense”, que com “o capital da sua inteligência e da sua força de ação” se tornara “o garimpeiro das boas letras patricias” (Martins, 1995 [1942], p. 15), fazia coro aos tons mais nacionalistas do paranismo ao dizer que o mérito de *A Divulgação* seria “estreitar os liames do povo brasileiro, promovendo-lhe o intercâmbio que consolida o espírito de unidade nacional” (Plaisant, 1947, p. 50).

Num dos vários *boxes* da revista sobre “*A Divulgação* no conceito de paranaenses ilustres”, Dicesar Plaisant era apresentado como membro da *Academia Paranaense de Letras*, assim como ocorreu com o próprio David Carneiro (1947b). Não é de se duvidar, aliás, que a revista fosse uma resposta dos *acadêmicos* ao grande sucesso da contestadora *Joaquim*, que em 1947 estava no auge, só vindo a parar de circular no ano seguinte. Sua reputação editorial, contudo, certamente deveria passar pelo aval de Romário Martins. O “conceito” desse “paranaense ilustre” foi caprichosamente reproduzido na caligrafia à mão, original, sem passar por processos de transcrição e editoração *mecânica*. De forma quase combinada à declaração de David Carneiro, a grande figura do paranismo validava a “ideia de fundação de uma revista divulgadora de assuntos da nossa terra”, porque “precisamos dizer o que somos, o que valemos e o que pretendemos ser! (Martins, 1947, p. 37).

Nesse dizer o que somos e o que devemos ser certamente deveria ser tratada a questão imigratória. Como, aliás, foi feito desde o primeiro número da revista. De forma poética e livre, como no texto de Pedro Calmon intitulado “O Paraná”, em que o estado era retratado como mais um andante “nos largos caminhos da civilização”, percorridos por uma “raça misturada, povo loiro”, mas de “cultura brasileira” e “sobrecarregado de passado”, inclusive entre “os estrangeiros que se nacionalizam” (Calmon, 1947, p. 4).

Também tratado, porém, de uma forma mais séria e informativa, como na matéria editorial “Política imigratória” (*A Divulgação*, 1947). Nela se valorizava a capacidade do “país pode[r] absorver os fluxos alienígenas que desejam colaborar para o seu engrandecimento”, ressaltando, porém, que ao “elemento estrangeiro coube participar ativamente dessa revolução econômica” que tinha fundamentos muito mais amplos (p. 11). E repetindo os argumentos de intelectuais de projeção nacional sobre as ameaças da concentração de número expressivo de estrangeiros, como Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, demandava saídas “afim de se assegurar da respectiva assimilação ao meio nacional, bem como impedir a concentração, no seu território, de elementos que possam vir a formar perigosas minorias raciais” (*A Divulgação*, 1947, p. 12). Trata-se de uma recolocação, já no contexto do pós-guerra, das advertências anti-nazistas realizadas por Romário Martins em 1942. Se no texto de 1947 o problema era colocado no fato de se

“permitir, como se fez no decorrer do século XIX, entrada tumultuária, no seu território, de elementos de todas as procedências, sem se preocupar com as consequências que dessa política de ‘porta aberta’ lhe poderão advir no futuro” (*A Divulgação*, 1947, p. 12), tivemos os mesmos argumentos sendo mobilizados meia década antes por Romário Martins:

Do ponto de vista do Paraná, que é o mesmo dos quatro Estados do sul, a massa de estrangeiros que a política imigrantista do Imperio e do começo da Republica reuniu em “colonias” de vida independente, sem controle de nenhuma especie quanto às necessidades da assimilação dos seus elementos à evolução da civilização nacional, – temos a observar uma constancia de erros e de indiferença, prejudicial ao futuro, que é, através da historia, esta atualidade transformadora de bizonhas populações que fomos buscar à Europa não somente no nosso como até principalmente no proveito delas proprias (1942, p. 4).

Daí a importância de, mesmo superadas ou diminuídas as ameaças nazistas, dar continuidade às campanhas de nacionalização e de assimilação àquilo tudo que o movimento paranista de Romário Martins vinha fazendo *a divulgação* desde vários anos antes. Ou seja, “quem somos” e “o que valemos”, mas também “o que pretendemos ser”.

David Carneiro foi presença constante nas páginas da revista ao menos até 1952, sendo que a partir da edição de 1º aniversário do periódico passou a figurar numa lista de “colaboradores” sistemáticos incluída nas seções de “Expediente” deste número em diante. Juntava-se, assim, a figuras como a do “diretor-proprietário” Arnaud F. Velloso e a outros “colaboradores”, como Heitor Stockler de França e Valfrido Piloto (*A Divulgação*, 1949).

Numa linha de atuação muito semelhante à de sua antiga colaboração com a extinta revista paranista, deixou basicamente textos sobre história regional e a doutrina positivista. Ao contrário dessa participação anterior, porém, os temas de urbanismo deixaram de pautar as contribuições do engenheiro, cada vez mais tendente a se dedicar às coisas do passado.

Lista III - Artigos de David Carneiro na Revista A Divulgação

Data	Título	Edição
1947	A emancipação do Paraná: como comemorar o centenário do 19 de dezembro de 1853?	Anno I, nº 1-2 (Novembro-Dezembro de 1947). p. 9-10.
1948	Homens e palavras - as frases do General Carneiro para definí-lo	Anno I, nº 9-10-11 (Agosto-Setembro-Outubro 1948). p. 8.
1949	O combate do “Cormorant” em Paranaguá	Anno II, nº 14-15-16 (Janeiro-Fevereiro-Março [de 1949]) p. 3.
1950	Mariano Pinto - herói esquecido da Guerra Cisplatina	Anno III, nº 28-29-30 (Março, Abril e Maio [de 1950]). p. 12 e 33.
1950	Angelo Sampaio (ilustre vítima de Canudos)	Anno III, nº 31-32-33 (Junho, Julho e Agosto [de 1950]). p. 3 e 35.
1950	A noção positiva de civismo	Anno III, [sem nº] (Setembro, Outubro e Novembro [de 1950]). p. 5, 28 e 32.
1950-1951	Da necessidade de proteção aos monumentos que atestam nossa velha cultura	Anno IV, [sem nº] (Dezembro de 1950, Janeiro e Fevereiro de 1951). p. 8-9 e 37.

1951	Do julgamento positivo (A propósito do 1º centenário da Política [sic] Positiva)	Anno IV, [sem nº] (Novembro-Dezembro de 1951). p. 22-25.
1952	Bandeiras curitibanas e paulistas	Anno V, [sem nº] (Janeiro-Fevereiro de 1952). p. 35-36.
1952	Memória histórica	Anno V, [sem nº] (Março e Abril de 1952). p. 28-29.

Uma das contribuições mais substantivas para os propósitos do nosso trabalho saiu a público na virada de 1950 para 1951, quando publicou o texto “Da necessidade de proteção aos monumentos que atestam nossa velha cultura” (Carneiro, 1950a). Provavelmente ainda chateado com a forma como se desligou do Sphan, a instituição aparece citada duas vezes, de forma bem pouco lisonjeira e sem uma menção direta à sua ativa colaboração com o órgão 15 anos antes. Segundo contava, a experiência “pessoal me tem mostrado que o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional trabalha pouco”, e o que fazia era revertido para áreas menos periféricas e marginalizadas do país continental:

[...] e quando algo devesse fazer não haveria de encarar os problemas nacionalmente inexpressivos que possuímos no Estado para deixar perecer o que há de importante no Nordeste ou em Minas Gerais, onde os monumentos são significativos, mais antigos e abundantes (Carneiro, 1950a, p. 9).

O autor inicia o texto dizendo que a indiferença com as seguidas destruições desses monumentos da nossa velha cultura era um fenômeno de ordem nacional, motivado por um aspecto típico do “nosso país, com as suas preocupações excessivas de acelerar a evolução, sobretudo no sentido material”. Contudo, esse descaso era tributário também de um sentido de vazio de ancestralidade, potencializado em áreas de grande influência estrangeira, como se estivéssemos “ficando no ar (especialmente aqui no Paraná) como si fôssemos todos os membros das gerações atuais, seres humanos sem antepassados” (Carneiro, 1950a, p. 8).

Avançando no argumento sutilmente lançado no seu primeiro texto para a revista, quando insinuara a relação existente entre uma alegada falta de “fibra” paranaense e a abertura e flexibilidade para os adventícios estrangeiros, o autor abordava alguns dos sérios problemas decorrentes da imigração. Para ele, era inquestionável que “o novo ritmo de progresso no Estado do Paraná por exemplo (e com mais intensidade refletido em sua capital) provém das imigrações iniciais, do segundo quartel do século XIXº. imigrações essas que foram alemães [sic]”, porém ele não começara do nada, do vazio. Atestando isso havia algumas construções do “século XVIII” e do “século XVIIº”, “documentos concretos do nosso passado” e “marcos da civilização básica” que, ainda que “seja muito pouca coisa”, deveriam por isso “ser guardadas com carinho extremo” (Carneiro, 1950a, p. 8, 9).

É necessário frizar, todavia, que os imigrantes de origem teuta encontraram aqui na antiga província, uma cultura transplantada de Portugal e já aclimatada; uma

organização política e social enraizada; tradições e certo caráter de vida capaz, sinão de satisfazerem, ao menos de servir de apoio aos mais exigentes elementos das mais adiantadas correntes imigratórias (Carneiro, 1950a, p. 8).

Os responsáveis pelos pioneiros “marcos da civilização básica” paranaense eram, da mesma forma, “adiantadas” correntes europeias de origem portuguesa colonizadoras do Brasil. E desconsiderar isso era como se desconectar de um processo civilizatório bastante característico do novo mundo, assumindo o papel de “engeitados marginais da civilização euro-americana, [por]que progredimos sem conhecimento das origens remotas do progresso material realizado” (Carneiro, 1950a, p. 8). Era, em outros termos, tentar *transplantar* sem esta devidamente *aclimatada* uma civilização outra, mais característica do velho mundo, já que esses “imigrantes, sem desejarem introduzir modificações, a não ser de caráter material em nosso meio, conservaram a tradição e a cultura européia que trouxeram”. E, para piorar, quando ainda nem “havia sequer iniciado a mescla, quer quanto ao sangue, quer quanto à cultura”, às desses alemães “novas imigrações se processaram, não de mesma origem, sinão de várias procedências” (Carneiro, 1950a, p. 8).

Como veremos no **Capítulo V**, David Carneiro não teve que ser menos “paranista”, com as conotações e sentidos aqui abordados, quanto tratou de consagrar um patrimônio nacional junto com a instituição. A atenção às “origens remotas” do progresso material paranaense e aos seus “marcos de civilização básica” remetiam à mesma figura étnica que o Spahan buscava oferecer à nação como seu ancestral civilizador. O luso-brasileiro.

Esse diacrítico é que diferenciava o Paraná *europeu e branco* de David Carneiro do Paraná *europeu e branco* que Wilson Martins consagraria anos depois, ao mesmo tempo em que alinhava o seu regionalismo paranista ao nacionalismo étnico da época, baseado na necessidade de abrasileirar *culturalmente* gente nascida no país, promovendo o sentido de “brasilidade” num povo de mentalidade colonial, com a cabeça voltada para o estrangeiro.

Por conta desse sentido de nacionalismo, aliás, é que David Carneiro era elogiado pelo antes citado Paulo Tacla. Uma espécie de embaixador da causa do monumento ao índio Guairacá na sede do governo federal (Tacla, 1941), o paranista radicado no Rio de Janeiro era bastante ligado a Romário Martins e “colega de infância” de David, enxergando no *último dos paranistas* uma das “vozes que honram a brasilidade cada vez mais intensa do povo do Paraná”, sendo um dos exemplos daqueles que erguiam, “ao sul, vozes condignas e autorizadas e sinceras da Pátria” (Tacla, 1951, p. 13). Para o companheiro de mocidade, David Carneiro decerto seria um pivô da nacionalidade em terras paranaenses, e “desencadearia as velhas energias da raça, inexoráveis no revide, justiceiras, implacáveis”, se “amanhã alguém tentasse roubar o Brasil ao seu destino de grande pátria latina”.

O cenário apresentado então não era muito imprevisível, já tendo sido traçado por uma série de intérpretes do país. Um Brasil dividido. Um “norte” tropical e de idioma português e uma zona de “clima temperado” dominada por “outros”, estrangeiros alheios à língua e às tradições latinas que não se sentiam como um “filho” do Brasil e de Portugal:

E a língua que falamos, sonora filha do latim, teria recuado suas fronteiras para o norte, na direção do trópico, deixando a posse deste rico clima temperado. Cumpre especialmente aqui, nesta zona da Pátria brasileira onde se fixam eslavos e germânicos recém-chegados, estranhos às clássicas tradições latinas, recordar que o Brasil é filho de Portugal e que só continuará sendo a mesma Pátria se conservar fidelidade às suas origens (Tacla, 1951, p. 13).

Prefaciador de um dos livros da série carneireana sobre o papel do Paraná na formação da nação brasileira (Tacla, 1995 [1940]), o autor acabou se juntando às ideias de seu companheiro de uma “amizade vivíssima dos bancos escolares” da *Escola Americana*, de Curitiba, um intelectual que, segundo ele, merecia admiração por ter aberto “mão do marajatismo dos seus recursos materiais para queimar-se em pesquisas, meditações, esforços exaustivos no serviço silencioso da Pátria e do seu e do muito nosso Paraná” (Tacla, 1995 [1940], p. 19-20). Se um deles afirmava a necessidade de recordar aos eslavos e alemães que o Paraná era parte do Brasil, e portanto, descendente de Portugal, David Carneiro também fazia isso e, além do mais, afirmava que um dos sentidos de sua obra era rever, inclusive entre os próprios brasileiros de fora do estado, “o maior desprezo por tudo aquilo que nos diz respeito, como se não fôssemos filhos do Brasil” (1995 [1942], p. 171).

O que, por sua vez, era reforçado pelo paranista na capital federal, igualmente influenciado pelas ideias de Romário Martins, que não perdia oportunidade de reiterar sobre o estado do Paraná o que “sempre dele tenho dito”, ou seja, “que é a terra moça por excelência entre as terras do Brasil, mas a mais agressivamente lusíada, a mais encantadora como ebulição sentimental, peregrina, ao berço das nossas raízes” (Tacla, 1951, p. 13).

Com a obsessão de difundir e de tornar mais bem aceita regional e nacionalmente sua *versão* da identidade social paranaense conectada ao país é que foram estratégicos seus inúmeros livros editados dentro e fora do estado, além de suas contribuições com artigos para uma série de jornais e revistas, incluindo, obviamente, as publicações de caráter mais voltado aos temas do “paranismo”. Isso era essencial no convencimento e na popularização desses valores sociais, que demandavam a transmissão de “novas convicções” através da “educação”, no sentido que vinha do “latim – **ex-ducare** –, conduzir para o exterior, levar do indivíduo para a sociedade” (Carneiro, 1950b, p. 5, grifado no original).

Nessa empreitada foram igualmente estratégicas as *posições* sociais ambicionadas ou ocupadas junto a lugares de maior ou menor prestígio institucional, como os museus

Paranaense e Coronel David Carneiro ou o Sphan. Para o a(u)tor, se “todas as pessoas de que nos aproximamos nos julgam”, considerando não só o critério de “capacidades intrínsecas”, mas também os “trabalhos executados” e as “posições sociais ocupadas” (Carneiro, 1951a, p. 22), era preciso construir socialmente, através da demonstração dessas capacidades, desses trabalhos e das posições ocupadas, a imagem pública de portador daquilo que *A divulgação* qualificava de “a palavra autorizada de David Carneiro” (1948, p. 17). Autoridade que decerto seria um requisito para o sucesso e a boa aceitação do conteúdo *palavreado* e transmitido, no caso, “um curso de História do Paraná” entregue àquele que não só “era a maior autoridade no assunto”, mas também uma das “figuras expressivas das letras nacionais”, sendo merecedor, portanto, de uma aula inaugural prestigiada por “numerosas figuras da sociedade paranaense”, incluindo o “Governador do Estado”, e cujo objetivo principal era “a elucidação de pontos de capital importância a propósito das origens e evolução do povo do Paraná” (*A divulgação*, 1948, p. 17).

Ambicioso dessas fontes de “autoridade” pessoal e institucional e obstinado em fazer o seu Paraná autorizado como outros estados brasileiros, enquanto uma importante *parte do todo* nacional, é que o paranismo de David Carneiro ingressou na trajetória institucional do Sphan. O paranismo dele, mas também o do orientador Romário Martins.

Foi então que o Sphan se integrou à trajetória do movimento regional paranista.

CAPÍTULO V - O regionalismo de David Carneiro e o Sphan: prestígio e disputas pela consagração das identidades sociais paranaense e brasileira

Um dos motivos que mais me impressionou no *último dos paranistas*, como gaúcho acostumado a um regionalismo rotineiramente baseado nas diferenciações entre *a parte e o todo* e na ausência de conexões do estado di(st)ante do país, foi a sua participação tão bem-sucedida junto ao Sphan, um serviço “nacional”, apesar de seu flagrante regionalismo.

Quase todas suas sugestões de tombamento foram acatadas pelo órgão, que em tese deveria estar indisponível às expressões de regionalismo. Sobre isso, uma estudiosa da trajetória do “Serviço” nos informa que, embora competissem vários projetos de atuação institucional, sagrou-se vencedora e mais bem aceita a perspectiva de seu primeiro diretor:

A posição que Rodrigo Melo Franco tomou nesse debate delinearia, ou melhor, daria propriamente uma forma ao pensamento que se consolidou no SPHAN, ao buscar, sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil que seria apresentada, no âmbito das relações internacionais que estabelecia, para garantir um pertencimento ao mundo das nações modernas (Chuva, 2003, p. 316).

Órgão pensado, criado e dirigido por gente ligada ao modernismo, o Sphan não deixou de refletir as disputas e ecoar as discussões travadas nesse (multifacetado) grupo. Aí incluída “a questão da valorização, ou não, das diferenças regionais como constituidoras da identidade nacional”, já que, “para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade”, estando a sinalizar “os imensos desencontros, contrastes e diversidades presentes no território brasileiro” (Chuva, 2003, p. 314).

Podemos sugerir, então, que o Sphan das origens se alinhou, encabeçado por seu primeiro diretor, a um projeto de modernidade sustentado numa visão “totalizante” de *Cultura*, entendida como processo civilizador e ligada à “noção de um progresso universal da razão que culminaria na ‘civilização’ européia ocidental” (Sahlins, 1997, p. 46).

Longe, porém, de ser uma perspectiva simplesmente imposta por seu primeiro dirigente, respeitosamente chamado pelos colegas de repartição de *Doutor Rodrigo*, essa noção era compartilhada por mais gente atuante, e importante, nos quadros da instituição. Tratava-se, por exemplo, de “um traço marcante da concepção modernista” de dois colegas do alto escalão, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa, também muito seguros de

que os bens (re)conhecidos e protegidos pelo Serviço do Patrimônio estavam inseridos “num processo civilizatório europeu percebido como universal” (Chuva, 2003, p. 328).

No entanto, esse horizonte universalista aparecia singularmente combinado com aspectos de uma noção de *cultura* muito próxima àquela que, segundo Sahlins, se formou justamente “em contraste” com as ideias dos “apóstolos iluministas de uma ‘civilização’ universal” que “podia ser transferida aos outros”. Trata-se de “uma idéia antropológica de cultura”, baseada no entendimento de que há “variedades, não graus, de cultura”, e de que cultura “é aquilo que caracterizava de modo singular um determinado povo” (1997, p. 46).

No caso da intelectualidade modernista reunida em torno da direção do Sphan, as aspirações de civilização não punham em dúvida convicções a respeito da singularidade do país. Seus propósitos eram garantir a integração do “Brasil na universalidade da arte européia”, mas “ao mesmo tempo garantindo-lhe particularidades”. Coube-lhes, então, “construir uma identidade nacional que, associadamente, revelasse uma nação moderna e pertencente ao mundo civilizado, podendo estabelecer o Brasil em pé de igualdade nas redes internacionais de trocas simbólicas em funcionamento” (Chuva, 2003, p. 321).

Entretanto, tudo se passava como se esse processo de particularização fosse considerado seriamente pela instituição apenas na escala global, da “identidade nacional” em relação ao contexto mundial. Ou seja, na relação do *todo* – o mundo civilizado ou o “concerto internacional das nações”, na expressão consagrada por Mário de Andrade –, em contraste com uma de suas respectivas *partes* constituidoras, no caso, a nação brasileira.

Parecia, porém, estar fora das cogitações institucionais mais imediatas naqueles anos inaugurais arquitetar uma imagem da nação que desse conta daquilo que Mário de Andrade estava a pensar e a refletir. Ou seja, sobre a “diversidade cultural brasileira”, ou ainda sobre como “enquadrar a cultura brasileira múltipla e plural” (Chuva, 2003, p. 317). Se é verdade que os regionalismos brasileiros ensinam que assim como o “global passa pelo nacional, o nacional se articula como regional” (Oliven, 2010, p. 428), podemos dizer que o Sphan foi pensado e criado para dar conta, principalmente, daquela primeira relação.

Para gente influente dentro da instituição, considerar toda a grande multiplicidade nacional significava ceder terreno ao provincianismo em desfavor do cosmopolitismo:

Também Carlos Drummond de Andrade seria um legítimo representante de tais idéias. Concebidas [...] a partir da crença na universalidade da arte e da cultura e preocupadas com um provincianismo que limitava as possibilidades de inserção no quadro internacional, as idéias às quais se alinhava Drummond vinculavam-se a uma matriz iluminista e racionalista do pensamento (Chuva, 2003, p. 316-17).

Os dois primeiros anos de atuação oficial do novo “Serviço do Patrimônio” – repartição que já vinha executando algumas atividades “experimentalmente” desde 1936 (Fonseca, 2005, p. 97; Chuva, 2003, p. 316) –, foram marcados por uma intensa rotina.

Quanto a isso, a análise estatística de Silvana Rubino nos informa que o “trabalho de tombamento tem início em 1938 e, até dezembro daquele ano, 215 bens haviam *sido inscritos* em livros de tombo, mais do que a terça parte dos bens preservados durante a gestão Rodrigo [de 1937 a 1967]” (1996, p. 97, grifado no original). Outro indicativo dessa intensa atividade institucional nos primeiros anos é a rapidez com que seu núcleo diretor tratou de reunir dados sobre bens com potencial de tombamento espalhados pelo Brasil.

É justamente nesse cenário dos anos inaugurais, em que houve grande mobilização de colaboradores locais dispostos a realizar o mapeamento de bens a serem preservados nos estados, que o nome do paranaense David Carneiro ingressou na história da instituição.

5.1. O prestígio regional de um “servo no serviço da pátria” e o chamamento do Sphan a construir uma imagem do Brasil

Quando iniciou a colaboração de David Carneiro com o Sphan, no começo de 1937, o órgão fora recém-oficializado por uma reorganização do então Ministério da Educação e Saúde Pública (MES),²⁹ e ainda não contava com o ato administrativo que constituiria o seu principal instrumento de atuação na época, o tombamento, que só seria regulamentado meses depois, em 30 de novembro de 1937, com o Decreto-lei nº 25 do Estado Novo.

Os contatos institucionais com David Carneiro, realizados antes mesmo da lei de tombamento, certamente se deram em função da urgência com que eram tratadas as questões do patrimônio pelo novo órgão. Um mapeamento dos bens passíveis de proteção governamental passou a ser realizado enquanto ainda tramitava o projeto legislativo. Um exemplo dessa antecipação é um relatório de outubro de 1937, em que Mário de Andrade, na condição de “assistente técnico” regional, apresentava suas “primeiras pesquisas, realizadas no Estado de S. Paulo, a respeito de monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal” (1981 [1937], p. 80).

Segundo pesquisadores da trajetória institucional, o “projeto de lei federal” que futuramente seria editado como Decreto-lei nº 25/1937 saiu do Sphan ainda durante a sua fase de “caráter experimental”, sendo remetido ao MES em julho de 1936 (Chuva, 2009, p.

²⁹ Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

166). Em outubro do mesmo ano, o agora “projeto de lei 511” foi encaminhado pelo gabinete do presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional (Rubino, 1991, p. 89).

De toda forma, quando da reorganização do MES e da oficialização do Sphan, no início de 1937, a lei de tombamento “ainda tramitava” (Chuva, 2009, p. 166). Para alguma contrariedade de Rodrigo, provavelmente. Em maio, já na condição de diretor nomeado, ele pedia a Mário de Andrade um inventário semelhante ao solicitado a David Carneiro, embora sinalizando ao conhecido de longa data que se tratava de um trabalho “preliminar”:

Não sei se me terei explicado bem, quando lhe falei pelo telefone interurbano: o que eu queria pedir a Você era elaborar um plano para ser executado até o dia 30 de junho próximo, no sentido de serem inventariadas tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo. Não se trata ainda do tombamento, uma vez que a lei que organiza a proteção do nosso patrimônio não foi promulgada até agora (tem de passar pelo Senado, depois de aprovada a redação final pela Câmara). O que lhe peço é apenas um inventário preliminar (Andrade, 1987b [1937], p. 125).

Contando decerto com a proximidade da aprovação da nova lei de tombamento, o diretor do Sphan trabalhava com o prazo mencionado, 30 de junho de 1937, para conclusão dos inventários locais demandados a Mário, David e a outros colaboradores nos estados:

Estou providenciando ativamente para intensificar também os trabalhos na Paraíba, em Pernambuco, Bahia, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e aqui no Distrito Federal, a fim de que, ao terminar o primeiro semestre do ano, já tenhamos um inventário apreciável do patrimônio histórico e artístico nacional em matéria de arquitetura (Andrade, 1987b [1937], p. 126).

Esses mapeamentos locais tinham sentido de prioridade em razão de que, na época, ainda “não se conhecia o acervo a ser preservado”, a não ser em algumas regiões mais notórias e reconhecidamente antigas, pois se tinha “uma noção prévia de que estados como Pernambuco, Bahia, Minas e São Paulo possuíam bens a proteger” (Rubino, 1991, p. 60).

Os primeiros anos de atuação do Sphan foram marcados, então, por muitos contatos e articulações, num ambiente de movimentada rotina. Já fizemos referência, nesse sentido, aos levantamentos estatísticos de Silvana Rubino (1996) sobre o significativo número de tombamentos realizados somente em 1938. Outras pesquisas indicam números divergentes, mas têm igualmente destacado o dinamismo dessa fase inicial das atividades institucionais do órgão: “Todos sabemos que foi no final da década de 1930, mais especificamente em 1938, que foi inscrito o número mais expressivo de bens (292)” (Fonseca, 2005, p. 114).

Assim, se os tombamentos realizados na época fizeram parte de um “surto inicial” (Chuva, 2009, p. 207), o caso paranaense nos ajuda a compreender que isto se deu muito em função dos resultados desses mapeamentos regionais realizados enquanto a instituição ainda não dispunha da lei de tombamento. Este trabalho preliminar contribuiu para formar

a “clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam, previamente, a respeito daquilo que pretendiam enquadrar” como sendo patrimônio (Chuva, 2009, p. 206).

As seguidas cartas, livros, documentos e fotos trocados entre David Carneiro e o Sphan, vencendo a distância entre Curitiba e o Rio de Janeiro, estavam inseridas, portanto, num ambiente marcado pelo emprego de uma “capacidade de trabalho que parecia buscar recuperar o tempo perdido” (Rubino, 1996, p. 97). Contabilizando desde a primeira carta, de 19 de março de 1937, até 30 de novembro do mesmo ano – data da edição definitiva da nova lei de tombamento, o vigésimo quinto decreto-lei do chefe do poder executivo após o golpe do Estado Novo e o fechamento das casas legislativas –, localizamos no arquivo central da instituição, no Rio de Janeiro, uma série de 45 cartas, ofícios e telegramas.

Em pouco mais de 8 meses, portanto, a média de correspondências foi, em números bastante grosseiros, de ao menos 5 por mês, ou ao menos uma carta redigida por semana. Essa quantidade de documentos de trabalho se torna ainda mais expressiva se levarmos em consideração, ainda, que um mês inteiro não contou com troca de cartas. Trata-se de agosto de 1937, quando David Carneiro se ausentara do país para tratar de seus negócios do mate no “Uruguai, onde estou, por algumas semanas, à sua disposição” (Carta 26). Essa disponibilidade, bastante difícil de sustentar diante de condições de comunicação tão pouco favoráveis, seria de fato comprometida, como indica a interrupção de suas *conversas* ao longo de um mês. Considerando, ainda, fatores como a velocidade das comunicações na época, o reduzido quadro de pessoal do Sphan e o caráter “voluntário” do vínculo de David Carneiro com a instituição, acredito que se tratam de números muito pouco desprezíveis.

O acionamento de uma rede intelectual de contatos nos estados foi uma estratégia muito utilizada por *Doutor Rodrigo*. Compensava, assim, não só as limitações de alcance territorial de uma estrutura administrativa pouco capilarizada, sustentada basicamente na “área central”, que era a “denominação informal dada à equipe de profissionais constituída na sede do Sphan, no Rio de Janeiro” (Chuva, 2009, p. 85). Compensava também a própria falta de estruturação institucional típica da época, já que a área central, encarregada de dar conta do país inteiro, não chegava a contar com uma dezena de funcionários: “O quadro de profissionais da sede [...] era constituído, basicamente, do diretor, duas secretárias e a equipe da chamada Seção Técnica, formada por seis arquitetos” (Chuva, 2009, p. 280).

Muito dessa compensação das limitações institucionais da época se deu, portanto, por conta do perfil e da atuação de *Doutor Rodrigo*, graças à sua não raras vezes lembrada “competência maior [que] foi, justamente, sua capacidade de entrelaçar redes de relações em torno da ‘causa’ do patrimônio” (Chuva, 2009, p. 186), o que fazia da face mais visível

do Sphan “um personagem de muito carisma – articulador emblemático da rede de relações que se formaria e se manteria em torno dele próprio e do SPHAN” (Santos, 1996, p. 77).

Rodrigo mobilizava, assim, não só funcionários remunerados eventualmente distribuídos fora da capital federal, como foi o caso de Mário de Andrade em São Paulo. Acionava, também, vários colaboradores voluntários sediados nos estados, que, assim como ocorreu com David Carneiro, cumpriam a função de articulação local do “Serviço”:

Intelectuais do Rio de Janeiro, como Alceu Amoroso Lima e Afonso Arinos de Melo Franco, e de outros estados, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, Artur César Ferreira Reis e Augusto Meyer, mesmo sem serem funcionários regulares da repartição, mantinham contatos com Rodrigo M. F. de Andrade e participavam de algum modo das atividades do Sphan (Fonseca, 2005, p. 98).

Conforme o depoimento da arquiteta Dora Alcântara, uma funcionária de prestígio no interior da instituição, os principais critérios de definição desses interlocutores do Sphan de Rodrigo nos estados eram sua consagração e seu reconhecimento intelectuais:

A notícia que tenho sobre o critério que norteou os tombamentos na fase inicial de atuação do Patrimônio foi a de uma solicitação dirigida por Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade [...] a pessoas de público e notório saber, de diversas regiões do país, para que indicassem, em suas respectivas regiões, os elementos que, por sua significação, pudessem ser considerados como patrimônio nacional.³⁰

O fato é que, associado a esse ambicionado prestígio intelectual, acabou sendo acionado para cumprir esse papel de regionalização institucional um círculo formado por “vários intelectuais advindos do movimento modernista, a maioria deles velhos conhecidos de Rodrigo Melo Franco de Andrade”, ou então gente indicada por esses contatos, como é o caso do “gaúcho Augusto Meyer; e o baiano Godofredo Filho, ambos escritores ligados a Mário de Andrade e ao movimento modernista em suas regiões” (Chuva, 2009, p. 109).

Se essa maneira de se organizar institucionalmente, “determinada pelas relações pessoais, foi sempre poderosamente determinante no funcionamento do Sphan, tal qual na administração pública federal brasileira de uma forma geral” (Chuva, 2009, p. 186), no que diz respeito ao caso paranaense, especificamente, há bons indicativos de que o critério e as estratégias para firmar esses contatos institucionais foram um pouco menos personalistas.

A solicitação de colaboração foi dirigida aos responsáveis pelos dois principais museus regionais, nomes muito provavelmente fora da órbita dos contatos prévios de Rodrigo e do Sphan. David Carneiro, administrador do maior acervo particular do Paraná, pertencente ao Museu Coronel David Carneiro, e José Loureiro Fernandes, diretor do

³⁰ ALCÂNTARA, Dora. Tombamento: critérios e procedimentos. *Patrimônio na Visão da Sexta Diretoria Regional*. Rio de Janeiro: SPHAN/FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), 1985. p. 32-34. (Apud: Guedes, 2000, p. 68).

Museu Paranaense, o grande museu público do estado. Só que, ao contrário de Loureiro Fernandes, David Carneiro foi ágil na resposta às cartas enviadas pelo diretor do Sphan.

Foi na condição de responsável pelo museu local, então, que nosso personagem foi chamado a auxiliar no mapeamento, escolha e indicação de uma série de bens imóveis com potencial de reconhecimento como patrimônio histórico e artístico brasileiro. Mais ainda. Ao que tudo indica, os contatos iniciais estavam pautados basicamente no interesse do “Serviço” em conhecer melhor a estrutura e a trajetória do museu situado em Curitiba:

Fiquei vivamente reconhecido a V. S. pela attenciosa resposta que teve a bondade de dar á solicitação contida em meu officio no. 16, de 19 de março p. findo. De facto, as informações e os esclarecimentos que V. S. se dignou fornecer acerca da benemerita instituição que dirige são de grande valia, bastando por si sós para habilitar este Serviço a compendiar devidamente os dados principaes sobre o historico e sobre a organização do Museu (Carta 3).

Sugerimos antes que o critério, ou estratégia, para o encaminhamento de solicitação de apoio ao Sphan no Paraná teria sido endereçá-la aos responsáveis pelos dois grandes museus do estado, não se tratando, portanto, de articulações “pessoais” da direção do Sphan, no Rio, com contatos locais prévios. A princípio uma simples suspeita, as certezas começaram a ganhar força quando realizamos uma consulta, não programada inicialmente, aos arquivos do Museu Paranaense, para explorar a correspondência institucional da época.

Era simples coincidência que seu diretor tenha, em carta de 6 de julho de 1937 endereçada ao Sphan, se desculpado pelo atraso no retorno a carta de 19 de março de 1937, justamente a mesma data do primeiro ofício institucional do Sphan a David Carneiro?

Em resposta ao vosso officio de 19 de Março do corrente ano, comunico-vos que não me foi possível responder-vos mais antecipadamente, em face das remodelações que estão sendo feitas neste Museu. Pelo Decreto Estadual nº 4.893 de 14 de Maio de 1937, o Museu Paranaense foi transferido para o Municipio de Curitiba, estando a sua direção ao meu encargo (Fernandes, 1937).

Ao consultar, tempos depois, as fontes sobre a atuação do “Serviço” no Paraná disponíveis nos arquivos centrais da instituição, no Rio de Janeiro, tivemos oportunidade de localizar cópias não assinadas de duas cartas do Sphan, as de nº 13 e de nº 16. Ambas de 19 de março de 1937, eram endereçadas respectivamente ao “Exmo. Snr. Director do Museu Paranaense” (Andrade, 1937) e ao “Exmo. Snr. Director do Museu David Carneiro” (Carta 1), sem quaisquer referências aos nomes dos responsáveis por esses cargos. No meu entender, essa impessoalidade não se tratava de simples formalismo institucional. Um outro indício, aliás, do desconhecimento quanto aos encarregados dos dois grandes museus do estado é o trecho em que Loureiro Fernandes praticamente se apresenta ao responsável pelo Sphan, informando que a “direção” do Museu Paranaense estava “ao meu encargo”.

O conteúdo das duas correspondências era absolutamente idêntico, demonstrando o interesse da instituição em levantar informações sobre o acervo e as atividades dos museus:

No exercício das atribuições conferidas ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [...], rogo vos digneis enviar a esta repartição (Avenida Nilo Peçanha, 155, 7º Andar, sala 710), os catálogos e publicações referentes a esse Museu e bem assim o favor de comunicardes os dados mais importantes relativos à organização e ao histórico dessa prestigiosa instituição (Carta 1).

Mesmo atrasado, Loureiro Fernandes não só atendeu ao pedido, enviando textos a respeito do museu, como sugeriu um estreitamento das relações institucionais (e pessoais):

Para melhor intensificação de intercâmbio cultural, tenho o imenso prazer de remeter-vos pelo Correio o resumo do Histórico do Museu Paranaense, e a obra “Catálogo e Estudos do Museu Paranaense”, esperando enviar-vos as novas publicações que forem sendo feitas. Saúde e Fraternidade (Fernandes, 1937).

Por seu turno, o interesse com que David Carneiro se dispôs a auxiliar o novo órgão federal também chama atenção. Sua resposta, um manuscrito de 7 folhas, não tardou nem uma semana a ser redigido. No dia 24 de março de 1937 ele escrevia ao diretor do SPHAN sobre os primeiros resultados “da missão que me confiastes”, embora lamentasse que em função da “pressa em responder, [...] não poder fazê-lo com todo o detalhe” (Carta 2).

Esse contato com os responsáveis pelas duas grandes instituições museológicas do estado tinha a ver com uma diretriz do *Doutor Rodrigo* – e, portanto, com uma orientação institucional –, já apontada por Mariza Veloso Santos em sua “etnografia da Academia SPHAN” (1996, p. 85). Observando os processos de formação do seu conselho consultivo, encarregado de dar a última palavra sobre a pertinência das propostas de tombamento, a autora notou o recurso a uma estratégia. A transmissão da autoridade de seus integrantes ao colegiado, e assim ao próprio órgão, buscando então “fazer coincidir a auto-representação dos seus membros com a auto-representação da instituição SPHAN” (p. 82). Então, a “cada introdução de um novo elemento eram sempre enfatizadas pelo presidente as qualidades requeridas para o pertencimento àquele grupo”, dentre elas, o “saber consagrado” (p. 82):

Um traço marcante é a aura atribuída ao próprio critério de pertencimento ao conselho, cuja maior condição de honorabilidade e legitimidade qualificava-se através da idéia de “especialização”, o que não significava valorizar menos um saber universalizante, que provavelmente à época era traduzido como “cultura geral”. Na primeira ata daquele colegiado, criado em 1938, [...] encontramos a preocupação em marcar a constituição do conselho permeada de auto-representação mágica, instituída pela alta capacidade de arbitragem, tendo em vista uma inquestionável especialização (Santos, 1996, p. 83-84).

Em sentido semelhante, Kersten (2000) buscou fazer uma leitura antropológica dos processos de patrimonialização ocorridos no Paraná entre os anos de 1938 e de 1990, argumentando que “é possível apreender o processo de tombamento como um ritual que

sacraliza o bem”, na maioria das vezes conduzido por quem, “detendo poder e autoridade, coloca-se no papel de guardião desta memória [de um grupo], que passa a ser veiculada como coletiva” (p. 50). Assim, a “sacralização” patrimonial seria realizada por “sacerdotes modernos”, cujos poderes estão baseados na autoridade ligada à sua “especialização”:

Para que o processo de tombamento seja legitimado é necessário que tenha este caráter probatório, garantido por um corpo de *especialistas*, investidos de poder delegado pelo Estado. Esses *sacerdotes modernos* compõem os Conselhos de Patrimônio e o corpo administrativo das instituições públicas (Kersten, 2000, p. 52, grifado no original).

Concordando com essas observações de Mariza Veloso Santos (1996) e de Márcia Kersten (2000), gostaríamos, porém, de sugerir um enfoque diferente à questão. Partindo do suposto de que essas tentativas de fazer coincidir “auto-representações” pessoais e institucionais não eram unilaterais, vamos tentar perceber na relação de David Carneiro com o Sphan, ou seja, no auxílio de um “especialista” *provinciano* a uma repartição com “poderes” nacionais, a busca de projeção da autoridade “institucional” em seu “membro”.

Minha sugestão de interpretação é que todo o “nacionalismo” demonstrado por David Carneiro ao tentar fazer (re)reconhecidas as experiências ancestrais de sua terra pela memória nacional brasileira foi utilizado pelo “paranista” como fator de credibilidade e de prestígio em suas disputas locais pela consagração de determinadas identidades do Paraná.

Trabalhamos com uma perspectiva inspirada nas sugestões de Pierre Bourdieu (2011). Sua contribuição institucional com o Sphan, assim como seus vários movimentos editoriais no sentido de promover o (re)conhecimento do (ante)passado paranaense como elemento integrante (e importante!) da experiência histórica nacional – inclusive em publicações lançadas fora do estado –, foram operados por David Carneiro, basicamente, no nível local. Seus movimentos de projeção “nacional” foram explorados a fim de garantir para si mesmo destaque na esfera regional, o que se alinha às reflexões de Machado (2012) sobre a construção que sempre promoveu da imagem de uma “personalidade curitibana”.

Quanto a isso, Bourdieu sugere que a autoridade e o prestígio dos intelectuais do regionalismo, bem como a consagração local dos valores e ideias que eles defendem, podem vir a ser potencializadas pela visibilidade social e (re)conhecimento desses mesmos atores, ideias e valores em outras esferas, além dos limites circunscritos da província. Para darmos conta disso, porém, seria importante compreender que, muitas vezes, é justamente:

[...] a posição desses intelectuais no campo intelectual nacional que poderia estar na origem das suas tomadas de posição sobre as relações entre o nacional e o regional [...] o empenhamento pelo regional, pelo local, pelo provincial, fornece aos detentores de um capital cultural e simbólico, cujos limites são, muitas vezes, objectivamente imputáveis (e quase sempre subjectivamente imputados) ao

efeito de estigmatização regional, um meio de obterem um rendimento mais elevado deste capital nacional investindo-o num mercado mais restrito, em que a concorrência é mais fraca (Bourdieu, 2011, p. 130-131).

As cartas trocadas com o Sphan indicam o grande interesse daquela “personalidade curitibana” em ver seu nome associado ao da nova repartição federal. Em carta de 19 de abril de 1937, por exemplo, contava seus planos de que “tomassemos como empregada uma datilografa”, cujos serviços deveriam ser remunerados pelo governo, mas também por ele, homem já muito bafejado pela fortuna do rico negócio do mate, mas ainda em busca dos sopros de prestígio institucional que o Sphan talvez pudesse lhe render: “o Serviço do Patrimônio pagaria por metade, ficando a outra metade por minha conta” (Carta 6). Seu próprio investimento de tempo e de trabalho, aliás, não deveria ser retribuído com dinheiro, porque “a minha colaboração será inteiramente gratuita, considerando-me desde já pago pela satisfação de servir ao meu País naquilo que Ele me considera capás” (Carta 6).

Antes disso, insinuara que mesmo antes do Sphan já vinha fazendo esse trabalho voluntariamente, e parecia sondar as perspectivas de ver essas ações chanceladas por uma designação oficial: “talvê esteja de ha muito, tomando a mim, encargos que devessem estar ás mãos de delegados nomeados, e efetivos. Eziste algum nesta região?” (Carta 2).

Sua ambição, aliás, era ampliar seu “raio de ação” em direção aos estados vizinhos do sul do país. Em carta, tentava convencer Rodrigo da aptidão para isso dizendo que faria valer, para o bom cumprimento dessa tarefa, suas ligações com institutos históricos e museus regionais, além da boa rede de relações derivada desses vínculos institucionais:

Sou do Instituto Historico de Florianopolis, e nele tenho varios amigos dedicados que me poderiam aussiliar muito. Tambem conheço os museus ezistentes lá, todos particulares. Quanto ao Rio Grande do Sul, tambem tenho bons amigos no Instituto Historico de Porto Alegre, e o proprio diretor atual do Muzeu Julio de Castilhos é meu conhecido e facilitará a minha ação (Carta 6).

À informação de que as atividades do novo Serviço do Patrimônio no Rio Grande do Sul estavam sob a coordenação de Augusto Meyer, que em Porto Alegre acumulava as atribuições de diretor da Biblioteca Pública do Estado às de “assistente technico da 7ª Região com séde naquella cidade” (Carta 7), David Carneiro procurou argumentar que seu interesse não era o de exercer o comando do órgão em todo o sul do país, embora a situação mudasse completamente de figura caso sua sede regional passasse a Curitiba:

O meu dezejo não era ocupar a chefia da 7ª Região do Serviço de Defeza, porque desde logo compreendi que essa chefia iria ezigir que a rezidencia daquele que dela se encarregasse devia ser fixada em Porto Alegre, como V. Sa. me disse em sua estimada carta de 5 do corrente mês. Eu não deixaria de pleiteal-a no cazo unico, ou ecepcional, de a séde dela poder ser transferida para aqui, o que afasta, sem duvida, possibilidades (Carta 8).

Mesmo dissuadido da ideia de mapear o patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul, David Carneiro seguia insistindo, meses mais tarde, para que ao menos lhe fosse destinado o papel de representante institucional no estado vizinho de Santa Catarina:

Não tenho nenhum dos seus favores a responder, e formulo a presente cartinha para perguntar-lhe si o prezado Amigo dezeja que eu me encarregue do levantamento das obras de arte de Santa Catarina. Já estou com uma grande cópia de material coligido, e creio que seria possível fazer, sinão um trabalho tão completo quanto foi feito para o Paraná, ao menos semelhante (Carta 36).

O recebimento de Rodrigo a essa proposta, que falava em escrever ao “Dr. Augusto Meyer, assistente tecnico dessa Região, recommendando-lhe confiar ao ilustre amigo o inventario dos monumentos de excepcional valor artístico existentes em Santa Catharina” (Carta 35), parece ter acionado um alerta no paranista. Talvez ele estivesse subordinado a mais alguém, além do diretor do Sphan na capital federal. Talvez o território do Paraná não fosse, como decerto chegara a cogitar, uma jurisdição institucional somente sua: “O Dr. Augusto Meyer é encarregado de que região? Abrange o Paraná tambem? Eu dezejaria ser enfrornado na organização do serviço. Tenho cachassa por essas coizas!” (Carta 37).

As cartas trocadas com Rodrigo denotam o empenho de David Carneiro em ter seu nome associado ao recém-criado órgão do governo federal, para então poder operar tal coincidência de “auto-representações” no universo de suas relações locais. Numa dessas cartas, o paranista solicita um documento oficial do Sphan declarando que estava a serviço da instituição: “Dezejaria que o Sr. me mandasse uma carta circular de apresentação, em meu nome, ás pessoas do interior, pedindo-lhes que facilitassem a minha ação” (Carta 14).

Essa carta de apresentação certamente reforçaria um procedimento rotineiro de David Carneiro, o de se dirigir formalmente às instituições e às *autoridades* locais como representante do Sphan no Paraná. Numa correspondência remetida em novembro de 1937 ao Museu Paranaense, por exemplo, o intelectual paranista se colocava nessa “patriótica” condição ao apresentar seu “encarregado” do inventário do acervo do museu para o Sphan:

Na qualidade de Diretor Regional do Conselho de Defeza do Patrimonio Artistico Historico Nacional, apresento-lhe o Snr. José de Miranda Ramos, encarregado por mim do levantamento dos museus deste Estado. Esperando que V. S. lhe dispense toda a atenção necessaria á culminação do patriotico dezideratum, subscrevo-me atenciosamente (Carneiro, 1937b).

Ao complementar, dias depois, seu pedido de informações sobre o grande museu público do estado, David Carneiro insinuava seu papel institucional central, pois estava na condição de intermediário local da sede do Sphan e em contato direto com suas demandas:

Presado senhor: - Tendo o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Conselho de Defeza do Patrimonio Artistico Historico Nacional, solicitado dados referentes ao historico da organização desse Museu, venho pela presente

solicitar-lhe que os mesmos me sejam fornecidos, a fim de que possa atender o pedido daquele senhor (Carneiro, 1937a).

A estratégia de associação de seu nome à nova instituição federal parece ter dado resultado. Meses depois era remetido um ofício institucional comunicando a “incineração de trinta exemplares da coleção zoológica do Museu Paranaense” ao “Delegado regional do Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico Histórico Nacional” (Fernandes, 1938).

Dois anos depois, David Carneiro (1940c) já parecia bem mais “enfrentado” na dinâmica organizacional e sobre seu lugar na estrutura do Sphan. Seguiu falando em nome da instituição, mas agora na condição bem menos ambiciosa de “Técnico da 7a.Reg[ião].”, como fez ao solicitar publicações do Instituto Histórico ao amigo Romário Martins:

Presado Senhor:– Por solicitação do Snr. Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional venho pedir a V.S. o obsequio de remeter-me, afim de que encaminhe ao mesmo, a coleção completa da revista desse instituto, necessaria ao preenchimento completo das finalidades do Serviço do Patrimônio.

Um fator determinante para essa melhor compreensão a respeito do órgão que agora representava e sobre a função institucional que lhe competia certamente foi, além da troca de informações derivada da contínua correspondência, o recebimento de uma carteirinha funcional. Datada de 19 de fevereiro de 1938 e com o “Visto” de Rodrigo, consta nela a “função” de “Assistente-técnico” da região “7ª. do Paraná ao R. G^{de}.” (Sphan, 1938c).

Outro assunto presente nas cartas trocadas entre David e Rodrigo que evidencia a busca de projeção social e intelectual do autor paranaense, via Sphan, são os debates sobre as possibilidades de publicação (e chancela) institucional de trabalhos de David Carneiro.

O primeiro movimento nesse sentido foi dado pelo órgão, que também tinha bastante interesse em projetar na instituição iniciante uma parte do prestígio dos eventuais colaboradores, fossem eles funcionários regulares, os membros do seu conselho consultivo, os interlocutores nos estados ou mesmo colaboradores externos. Estes eram chamados a apresentar textos seus nas edições organizadas pela instituição, que, até por ser recém-criada, “também se legitimava a partir dos autores que publicava” (Chuva, 2009, p. 253).

Em junho de 1937, o Sphan demandava do colaborador paranaense um texto sobre o Museu Coronel David Carneiro, para inserção na edição inaugural da sua revista oficial:

Antes de terminar, quero consulta-lo ainda sobre a possibilidade do illustre amigo honrar com sua collaboração o primeiro numero da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejamos publicar no fim do corrente mês. Ficar-lhe-ei profundamente agradecido se o senhor elaborar um artigo sobre o Museu David Carneiro, com esclarecimentos sobre a respectiva organização, o seu historico e as suas collecções (Carta 15).

A resposta falava da impossibilidade de cumprimento do prazo, entre outras razões porque estava comprometido com outras demandas de textos seus. Parece ficar evidente a

estratégia de promover sua imagem e a notoriedade do valor de sua elaboração intelectual: “Não sei si me sobrará tempo para lhe remeter um escrito para o próximo dia 15 deste mês [...]. Tenho que entregar para a poliantéa do General Tiburcio de Souza, para a Revista Militar, um artigo, e mais outro para a Revista do Conselho Cultural daqui” (Carta 17).

Apesar desses argumentos sobre o envolvimento e ocupação com outras atividades intelectuais, David Carneiro encaminhou ao Rio de Janeiro, em 16 de junho, material textual e fotográfico sobre seu acervo, com o qual “poderá o meu prezado Amigo organizar notícia sobre o Museu Cel. David Carneiro como uma espécie de ‘reportagem’” (Carta 21).

Sua diligência e interesse no cumprimento dessa empreitada institucional podem ser medidos pela ágil solução do problema da ausência de boas fotografias do museu. Se em 9 de junho de 1937 David Carneiro alegava que um dos impedimentos ao rápido envio de dados sobre a instituição era a “falta de documentação fotográfica [...] para acompanhar o escrito” (Carta 17), uma semana depois seu administrador relatava, usando termos tirados do vocabulário militar, que o problema já havia sido contornado às custas de sua fortuna: “Não tenha receio quanto á documentação fotográfica. Pela série que lhe mando, do museu, verá que consegui um oficial na altura da missão, embora careirissimo” (Carta 21).

Uma vez encaminhada a documentação solicitada, e recebido um retorno de que “a nossa revista se acha agóra habilitada a estampar um artigo interessante e bem ilustrado sobre aquella notavel instituição” (Carta 22), o dissimulado pouco caso inicial – ou mesmo desinteresse – deu lugar a uma série de indicativos da ansiedade de ver seu museu exposto no canal de divulgação oficial de um órgão público de projeção nacional. No fim de agosto de 1937, perguntava: “E a revista?” (Carta 28). Na medida em que não obtivera resposta, voltava ao assunto dias depois: “A revista da Diretoria já está em andamento?” (Carta 30).

Depois de quase um mês sem respostas, a grande expectativa estimulou ainda mais a impaciência, externada numa cobrança que mesclava pouca sutileza com certa gentileza: “Não me dís o meu prezado Amigo mais nada sobre a revista. Não saiu?” (Carta 33).

De fato, nossa personalidade regional não conseguia mais esconder que aguardava “com profundo interesse o 1º numero da Revista” (Carta 24), edição que, quem sabe, poderia ajudar a projetá-lo nacionalmente. Era mais um colaborador, portanto, que entrava no circuito de solidariedades e de ganho de prestígio montado em torno da publicação, na medida em que, conforme observado anteriormente por Chuva, seus “autores constituíram uma rede de alianças e uma reciprocidade nas trocas em que seus discursos legitimavam a ação institucional, mas eram também legitimados por um veículo oficial” (2009, p. 246).

Deve ter sido com alguma satisfação, portanto, que o autor conferiu, dividindo espaço com textos de personalidades da vida intelectual brasileira como Mário de Andrade ou Gilberto Freyre, as breves “Notas” ilustradas sobre seu museu particular (Sphan, 1937), estampadas naquela revista que apresentava uma “configuração gráfica mais aproximada a um livro” (Chuva, 2009, p. 267), e que, “embora não fosse uma publicação de luxo, tinha cuidados gráficos, e era recheada de fotografias e desenhos” (Chuva, 2003, p. 323).



Imagem XII - Interior do Museu Coronel David Carneiro, no 1º número da Revista do Patrimônio (Fonte: Sphan, 1937, p. 168).

Tempos depois, em 1940, a revista voltaria a repercutir o nome de David Carneiro, só que desta vez como autor. Se em 1937 a divulgação do museu precedera o tombamento do acervo, de 1941, agora a revista dava maior visibilidade a um bem já tombado. Aliás, a dois bens já patrimonializados, pois embora o artigo tratasse do “Colegio dos Jesuitas em Paranaguá”, algumas linhas eram dedicadas a contar um pouco da “construção da Fortaleza da Barra”, tombada em 1938, já que os “trabalhos para realização de tamanho vulto, os iniciais pelo menos, processaram-se no colegio dos jesuitas” (Carneiro, 1940a, p. 375).

Trata-se da única contribuição assinada de David Carneiro publicada pela revista no período aqui considerado. Esse artigo sobre um exemplar da arquitetura jesuítica no Paraná não parece, aliás, ter sido incluído no 4º número da revista sem um propósito institucional muito bem delineado. Ele faz companhia, nesse sentido, a outro texto sobre o tema da presença jesuíta no sul do país: “Os sete povos das missões”, de Alberto Lamego (1940).

Embora Rodrigo tenha afirmado, já no texto de abertura do 1º número da revista, intitulado *Programa*, que a mesma “não se tratava de iniciativa de propaganda do *Serviço*” (Chuva, 2003, p. 323, grifado no original), Lamego sustentava que seu artigo aproveitava

um momento político oportuno à celebração da memória das missões, muito por conta da atuação institucional do Sphan e do Estado Novo liderado por um gaúcho de São Borja:

Agora que o grande estadista que dirige a Nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos “Sete Povos das Missões”, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas, determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos notícia das festas realizadas no Povo de São Francisco de Borja há quasi dois séculos (Lamego, 1940, p. 56).

Na mesma revista, páginas adiante, David Carneiro reforçaria essa *propaganda* citando em seu texto sobre a presença dos jesuítas em Paranaguá as “ruínas missioneiras do Rio Grande do Sul, que o Serviço do Patrimônio estabilizou definitivamente” (1940a, p. 378). Essa referência aos resultados da atuação do Sphan, longe de ser iniciativa isolada de David Carneiro, certamente passou pela avaliação da instituição – ou de Rodrigo? –, antes da sua publicação definitiva. Um significativo indício disso é que uma versão datilografada do mesmo texto, provavelmente uma cópia dos originais remetidos ao Sphan, datada de 25 de março de 1940, não fala em ruínas que a técnica do órgão “estabilizou definitivamente”. Fala, sim, em “reconstituiu definitivamente” (1940b, p. XII), o que não só significaria uma intervenção discutível – embora não seja nosso propósito avançar nessa polêmica –, mas também uma terminologia pouco compatível com a ação institucional realizada no local.

Independentemente, porém, dessas referências com tons muito pouco discretos de propaganda política e institucional, o que nos interessa sublinhar é o lugar que esses artigos tiveram no processo de educação sobre o universo abrangido pela atuação institucional do Sphan. Conforme Chuva (2003), a *Revista do Patrimônio*, “menina dos olhos” de Rodrigo, era pensada institucionalmente como um dos principais instrumentos para definir e “fixar o mapa de possibilidades” do universo da patrimonialização, sugerindo o que tinha potencial de tombamento ao “prescrever os atributos desse *patrimônio*” (p. 322, grifado no original).

Conforme a autora, esse perfil editorial da *Revista do Patrimônio* ficaria explícito desde o seu número inaugural, quando colaboradores de várias áreas de especialização foram acionados para discutir e tentar estabelecer os horizontes da atuação institucional:

No nº 1 da *Revista*, de 1937, quatro artigos fizeram uma espécie de apresentação, traçando um panorama geral tanto de diferentes tipos de *patrimônio histórico e artístico nacional*, quanto das possibilidades de sua *proteção*, das formas e dos meios para executá-la, com especialistas com atuação profissional variada (Chuva, 2003, p. 323, grifado no original).

Os quatro textos referidos pela historiadora são, respectivamente, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa, Gilberto Freyre e Mário de Andrade. Os dois primeiros, portanto, do núcleo central da instituição, os outros dois colaboradores nos estados. Chama

especial atenção para “Documentação necessária”, de Lucio Costa, em que se observa um certo “perfil programático”, na medida em se discutia as prioridades da patrimonialização, sem vacilar ao demonstrar que a “preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação” (Chuva, 2003, p. 324). Entretanto, a autora adverte que a contribuição mais consequente de Lucio Costa ocorreria anos depois.

Na edição imediatamente seguinte àquela em que David e Lamego remetiam à presença jesuíta no país. E justamente num texto sobre o tema. Para Chuva, “a participação mais significativa de Lucio Costa foi, sem dúvida, através do seu artigo seminal intitulado **Arquitetura Jesuítica no Brasil**, na *Revista do Patrimônio* Nº 5, de 1941”, em que o arquiteto modernista, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do Sphan, “consagrou uma tipologia que seria reconhecida não somente no interior do *Serviço*, mas pela própria historiografia da arte no Brasil” (2003, p. 325, grifado no original). Na classificação proposta, e muito bem recebida, até porque vinha do “principal mentor das concepções sobre patrimônio histórico e artístico nacional naquele momento fundador” (Chuva, 2009, p. 39), a imaginada *evolução* das artes no Brasil era encadeada com o que então se pensava ser o *desenvolvimento* artístico da *civilização* universal, baseado em modelos europeus:

Aparentemente queimando etapas, essa cronologia sintetizava experiências, e tirava-lhes o sumo essencial, de forma a atualizar a nova nação que, num curto espaço de tempo, alcançava o tempo do velho mundo. Estavam sendo forjadas uma ancestralidade e uma herança que permitiriam à nação prosseguir acompanhando, sincronicamente, a partir de então, a evolução da “arte universal” (Chuva, 2009, p. 324).

Foi com essa perspectiva de equacionar realidades distintas que se organizou uma modern(ist)a mirada sobre os tempos do Brasil colonial. Em uma “cronologia [que] cobria não mais do que 250 anos (fins do século XVI e começo do XIX), [s]e abarcava as fases do processo civilizatório no mundo europeu ocidental: o *clássico* grego; o *românico*; o *gótico*; e o *renascentista*” (Chuva, 2009, p. 324, grifado no original). Bem estudada, a arte ligada à “produção arquitetônica colonial brasileira se enquadrava numa classificação universal”, que incluía desde o “primeiro estilo – o mais caracterizadamente jesuítico – até ao estilo mineiro da última fase” (Chuva, 2003, p. 325, 326), indo do *clássico* à nossa *renascença*.

O curioso e sugestivo é que anos antes, em março de 1928, nosso personagem já havia publicado na *Ilustração Paranaense* um texto sobre “O Estylo colonial no Brasil” (Carneiro Filho, 1928a). Nele, o paranista chamava atenção para a circunstância de que, “na America, os jesuitas tiveram a gloria de instituir um estylo”, o que deveria ser bastante valorizado, pois era um “bem para nós, o termos um estylo que é nosso, commum á América do Sul”. Somado ao seu caráter “unico no mundo”, o motivo de exaltação desse

estilo deveria ser, também, o seu lugar nas contribuições da “civilização ocidental, para a architectura”. Assim, tínhamos um estilo de construir “característico”, mas que unia tanto o país quanto o continente a outros símbolos de “civilização”, como o “berço” egípcio e os antigos gregos, com “a sua admiravel architectura”, além do “novo estylo, o Renascença”. Todos deixaram em seus testemunhos construtivos um indicativo de seu desenvolvimento como *civilizações*: “Os estylos de architectura são geralmente creados quasi inconscientemente pelos architectos dos diferentes paizes que são concebidos, quando estas estão no apogeu da sua gloria, no auge do seu dominio” (Carneiro Filho, 1928a).

Um exemplo deste apogeu era o movimento da “Renascença” europeia, em que os “admiráveis” ibéricos e seus “feitos heroicos” tinham, reconhecidamente, um lugar central. Nativos de um Portugal “incomparavel nessa epoca”, tiveram um “rico” estilo de construir:

Enfim, do descobrimento da America, da efervescencia ocidental, do cadinho das sciencias resurgindo animadas e brilhantes, dos feitos heroicos dos marinheiros ibericos surge o novo estylo, o Renascença. É fogoso e precipitado na terra de Buonarota, de Bramante e de Bernini [...] e é heroico, rico, ajaezado de brilhantes de esmeraldas e safyras, e ornado das plantas americanas, na terra, incomparavel nessa epoca; dos admiraveis architectos do convento **dos Jeronymos** [em Portugal] (Carneiro Filho, 1928a, grifado no original).

Essa linha de raciocínio, que costurava noções como as de formação nacional e estilos arquitetônicos “característicos” a um patrimônio civilizatório tido como universal, ou ao menos “ocidental”, estava bastante próxima, portanto, daquelas teses desenvolvidas anos depois, no âmbito do Sphan, por intelectuais do quilate e prestígio de um Lucio Costa.

Em David Carneiro e entre os principais doutrinadores do Sphan encontramos, portanto, uma linha de raciocínio comum. Nela, tudo se passava como se o imaginado processo universal de civilização, embora pensado em escala global e com tons mesmo de irreversibilidade, se desdobrasse necessariamente em civilizações particulares. De processo único, no sentido iluminista, a civilização passava a contar com personalidade(s). Ou então singularidades, como na concepção romântica de “cultura”, sem o “C” maiúsculo que remetia à idéia de civilização universal e gradual, baseada no centro irradiador europeu.

Quanto a isso, aliás, não podemos deixar de considerar o quanto o universalismo e a “questão do pertencimento à civilização ocidental é crucial na configuração que toma o processo de ‘invenção’ de um ‘patrimônio nacional’ no Brasil” (Chuva, 2009, p. 357). Creio que residia nesse aspecto, uma atenção redobrada com a valorização do nosso “estilo colonial”, tido como testemunho histórico privilegiado do amplo processo de “civilização ocidental” ocorrido em terras brasileiras, o principal elemento de conexão entre as ideias

“regionalistas” do paranista David Carneiro e as diretrizes que orientavam figuras-chave da instituição responsável pela proteção do nosso patrimônio histórico e artístico “nacional”.

Assim, para além do esforço continuado de fazer coincidir (auto)representações institucional e pessoal, é óbvio que houve também grande coincidência de representações sobre aquilo que identificava o Brasil e sobre o patrimônio histórico que o representava.

Vejamos isso com mais calma.

5.2. O lugar do Brasil no mundo “civilizado”: o Sphan e o (ante)passado colonial e moderno da nação “luso-brasileira”

Ao longo deste capítulo, viemos falando do projeto institucional de enquadrar a trajetória histórica e artística da “imaginada” nação brasileira a um processo entendido como global e contínuo, de *modernização* e *civilização* (ocidental) do mundo inteiro, que tinha como fonte e como modelo uma “imaginada” realidade europeia. Assim, a “produção artística brasileira foi reconhecida, porque inserida num processo civilizatório europeu percebido como universal”, fundando um contar do passado da nação e da arte brasileira em que “as transformações sucessivas repetem, curiosamente e na mesma cadência, as várias etapas que percorreu o conjunto da arte européia” (Chuva, 2003, p. 328, 326).

Pautado nessa ambição de equivalência é que “Rodrigo Melo Franco considerava fundamental, ao mesmo tempo, reafirmar uma herança europeia – portuguesa – e, em contrapartida, negar uma possível herança indígena” (Chuva, 2003, p. 316). Da mesma forma com a contribuição negra, legado bem pouco considerado pela instituição. No caso do barroco de Minas Gerais, que, conforme nos lembra Rubino, se tratava de um “estado cuidado pessoalmente por Rodrigo” (1996, p. 101), seus patrimônios do passado eram interpretados como o “acervo mais rico do país” justamente porque estavam aderidos das técnicas do europeu português e, ao mesmo tempo, alheios aos fazeres do negro africano e do nativo americano: “Além disso, Minas Gerais era lusitana: a mão de obra escrava não imprimiu à sua arquitetura os sinais de sua origem africana ou ameríndia, sendo decisiva a influência do elemento reinol através de seus mestres de ofício” (Rubino, 1996, p. 101).

Conforme já notara anteriormente Silvana Rubino (1991) – num trabalho orientado por um olhar antropológico, em que os documentos presentes nos arquivos da instituição foram tomados enquanto “um dado etnográfico”, por trazerem “categorias explicativas [...] nativas”, enquanto seus respectivos redatores eram “os entrevistados que já faleceram, que fornecem suas entrevistas por escrito” (p. 16) –, não se observa, nas *fachadas da história*

então promovidas pela instituição, “um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã via a detração de um outro, mas via sua exclusão, via a construção de um elo de ligação com tudo aquilo que pode ser um digno bisavô, antepassado, ancestral” (1991, p. 136).

Esse acento na contribuição do português, agente europeu e branco formador da nação, moveu o Sphan de Rodrigo e de Lucio Costa (e de David Carneiro) a se voltar para o território nacional perseguindo o “seu patrimônio colonial, na categoria de arte barroca, pois era esta que iria vincular o Brasil à história da arte universal” (Chuva, 2003, p. 325).

As igrejas mineiras, justamente porque aderidas desses saberes e fazeres trazidos pelo português – sendo em sua “estrutura e ornamentação interna muitas vezes anteriores ao século XVIII” expressão e testemunho dos tempos em que esse lugar era uma extensão colonial, territorial e cultural da *civilização* europeia –, é que “representavam para Rodrigo a melhor contribuição que poderíamos dar ao patrimônio mundial” (Rubino, 1996, p. 101).

Com essa obsessão por rastrear as influências do elemento português no processo de formação nacional brasileira, busca que remetia particularmente aos nossos tempos de dependência colonial, não surpreende que uma enorme parte dos bens tombados durante os primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio fosse representativa desse período.

Uma importante análise estatística sobre a época de origem dos 689 bens tombados nos trinta primeiros anos de atuação institucional, de 1937 a 1967, já observou que “se somarmos o século XVIII aos dois precedentes, temos que a Colônia é o período por excelência do patrimônio nacional, com 529 inscrições no total” (Rubino, 1996, p. 103).

Outra estudiosa da trajetória institucional concluiu que se levarmos em conta os processos de tombamento realizados pelo Sphan entre os anos 1930 e 1940 não fica difícil perceber que “a história contada por meio da maioria absoluta dos bens selecionados foi demarcada cronologicamente no período colonial” (Chuva, 2009, p. 217). De maneira semelhante, em alguns dos pareceres de técnicos da casa se nota que “o ‘valor histórico’ era considerado dado para as construções do século XVIII ou anteriores” (2009, p. 236).

A *Revista do Patrimônio*, por sua vez, também era um lugar do patrimônio colonial.

A fim de perseguir os rastros das antes citadas tentativas institucionais de delimitar, popularizar e consagrar o universo de possibilidades de atuação do Sphan é que Márcia Chuva pesquisou toda a série dos primeiros números da revista, considerando “os assuntos mais recorrentes nos artigos, visando uma abordagem do investimento realizado pelo Sphan, no sentido de recortar e delinear seu campo próprio de intervenção” (2009, p. 267).

Localizou, então, um grande esforço de fazer corresponder o que a instituição já vinha fazendo e o que sustentava que tinha como atribuição fazer. Os temas que mais

“insistentemente veicularam, por meio do privilégio dado ao recorte temático”, formavam uma linha editorial “que coincidia, em grande medida, com o recorte na seleção dos bens para tombamento” (Chuva, 2009, p. 264). Montando um quadro analítico estruturado em torno dos assuntos abordados nos artigos da revista e das respectivas ligações institucionais dos seus autores – se “funcionários”, “membros do conselho consultivo”, gente ligada ao “gabinete” de Doutor Rodrigo ou então demais “colaboradores” e “convidados” –, Chuva observou o privilégio à “categoria de arte barroca e colonial” (2009, p. 272). Se, porém, os integrantes dos grupos de “colaboradores” e “convidados” *externos* já “concentraram-se, significativamente, na categoria”, embora não se possa deixar de notar que tenham “percorrido temas variados”, os textos publicados pelos “funcionários” do Sphan “tratavam única e exclusivamente de temáticas relativas ao período colonial” (Chuva, 2009, p. 272):

Sem dúvida, a concentração espantosa confirmaria a hipótese de que os intelectuais ligados à prática seletiva do patrimônio histórico e artístico nacional – isto é, vinculados à estrutura técnico-administrativa do Sphan – fizeram um enorme investimento para aprofundar o conhecimento sobre esse objeto predefinido (Chuva, 2009, p. 272).

A *Revista do Patrimônio*, editada pelo Sphan desde seu primeiro ano de atividade oficial, em 1937, tinha um importante lugar no processo de mapeamento e identificação do patrimônio (colonial) brasileiro. Contribuiu para ampliar, desde seu número inaugural, as questões do Sphan para além do ambiente institucional, incentivando e mobilizando, assim, para a “causa do patrimônio”, que a revista também ajudou a circunscrever e a delimitar:

A *Revista* seria um dos instrumentos para a consolidação da nova área de intervenção estatal, participando do processo em que foi criada a “causa” do patrimônio. Esses autores [colaboradores da revista] exerceram, assim, importante papel na criação e legitimação da “causa” e na hegemonização das concepções de patrimônio histórico e artístico nacional (Chuva, 2009, p. 263).

Assim, muito por conta dessas publicações e de outras que fizeram parte das “linhas editoriais do Sphan” é que se “ampliaram significativamente as redes então tecidas e o universo de agentes engajados na temática patrimonial”, ao criarem condições muito melhores de adesão e de participação para as “diversas regiões brasileiras e diferentes estratos sociais que se envolveram de variadas formas nessa ação” (Chuva, 2009, p. 32).

Se, como nota Anderson, as nações são em grande medida tributárias da capacidade de alcance da imprensa, que faz de gente desconhecida “companheiros de leitura [...] ligados através da letra impressa”, tornando assim possível, “na sua invisibilidade visível”, conceber uma “comunidade nacionalmente imaginada” (2008, p. 80), as séries de *Revistas do Patrimônio* e de *Publicações do Sphan* contribuíram para atribuir ao nosso *patrimônio*

histórico e artístico nacional “elos de identidade que unem todos os membros constituintes da nação, ainda que eles jamais venham a se conhecer” (Chuva, 2009, p. 29-30).

Assim, se uma das funções pensadas para os bens patrimonializados era que fossem interpretados socialmente como “símbolos que veiculam os significados de uma ideia de nação que lhe dão concretude e visibilidade” (Chuva, 2009, p. 70), a *Revista do Patrimônio* e as *Publicações do Sphan* tinham a atribuição de potencializar esse processo. Como? Tornando o invisível visível para mais gente, muitas vezes desconhecidas umas das outras.

Se o Decreto-lei 25/1937, cujo objetivo era “organiza[r] a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, tratava esse patrimônio com grande imprecisão conceitual, essas indefinições passaram a ser desfeitas nas próprias rotinas institucionais. Incluindo a preparação de sua revista oficial, pensada para ser a faceta mais conhecida do órgão: “Após o decreto nº. 25 iniciou-se a redação da Revista do SPHAN, e com ela a definição mais detalhada dos critérios e prioridades que o serviço adotaria” (Rubino, 1991, p. 100).

Nessa mesma linha, Márcia Chuva afirma que a ação editorial do órgão é que “deu grande amplitude às possibilidades potenciais de determinação do patrimônio histórico e artístico nacional, definido de forma bastante genérica no decreto-lei” (2009, p. 247). Assim sendo, a *Revista do Patrimônio* era a faceta mais visível de um grande processo de refinamento de critérios que vinha ocorrendo cotidianamente no âmbito institucional. Os amplos horizontes da legislação fundadora foram sendo redimensionados no dia-a-dia das patrimonializações federais, “trabalho [que] deu conteúdo ao decreto” (Rubino, 1991, p. 100), compensando assim suas indefinições de origem com uma estratégia de ir “deixando que a própria prática do órgão viesse a definir seu conteúdo” (Chuva, 2009, p. 167).

A instituição encontrou na sua revista, portanto, um lugar para espelhar junto ao público interessado e à sociedade os debates promovidos internamente a respeito da nova lei de tombamento. Delineava-se, assim, um documento “marcado pela generalidade e subjetividade, permitindo considerar que qualquer objeto poderia estar no interior da categoria de patrimônio histórico e artístico nacional” (Chuva, 2009, p. 167), já que esse universo estava muito pouco “detalhado, e também vago e abrangente em suas categorias imprecisas como ‘interesse público’” (Rubino, 1991, p. 98), ou então em “expressões tais como ‘fatos memoráveis’, ‘excepcional valor’, ‘feição notável’” (Chuva, 2009, p. 167).

Essas reflexões sobre como se deram os processos institucionais de concepção do que, afinal de contas, era o nosso patrimônio histórico e artístico nacional são importantes, no meu entender, para melhor visualizarmos e compreendermos a posição de David Carneiro frente às demandas institucionais que lhe estavam sendo colocadas. Os critérios

institucionais, em processo de gestação e refinamento, certamente não estavam óbvios para David Carneiro quando indicou, em abril de 1937, literalmente meia dúzia de “obras notáveis de arquitetura”, que embora “pouquíssimas”, para ele, precisavam ser submetidas à “defeza do nosso patrimonio artistico e historico” (Carta 4). O decreto-lei nº 25/1937, mesmo com suas imprecisões características, ainda nem existia. Tampouco as séries de revistas e publicações do Sphan. O que havia, basicamente, era a troca de informações pelas cartas. Estas, porém, não indicam uma discussão conceitual mais aprofundada. O que havia, aliás, era praticamente uma antecipação da vagueza da futura lei de tombamento. Nesse sentido, lembremos, a solicitação do Sphan a David Carneiro falava em relacionar obras “que possam ser consideradas de excepcional valor artistico ou historico” (Carta 3).

Mesmo a proposta de *tombamento* dessas obras, via uma nova legislação federal, só foi comunicada a David Carneiro quando a instituição demandou que ele aprofundasse a “relação succinta dos monumentos paranaenses que se encontra em sua estimada carta”:

Ao manifestar-lhe, pois, o meu sincero reconhecimento pelo breve, mas substancioso inventario que V. S. teve a bondade de me adeantar relativamente ás obras de architectura de excepcional valor artistico e historico situadas no territorio desse Estado, venho rogar-lhe por este meio o favor de completar a tarefa tão judiciosamente iniciada, elaborando acerca de cada uma das obras relacionadas uma pequena memoria afim de ser incorporada definitivamente ao archivo deste Serviço, não só para o necessario registro no Livro do Tombo a que se refere o projecto de lei que organiza a protecção do patrimonio historico e artistico nacional (projecto esse que a Camara dos Deputados acaba de aprovar em ultima discussão) [...] (Carta 5).

Em seguida, Rodrigo listava o que precisava constar na documentação detalhada:

As memorias cuja elaboração tomo a liberdade de solicitar a V. S. deverão constar de um historico do monumento, de uma descripção pormenorizada do mesmo, convindo que mencionem ainda as alterações ou reformas que a edificação houver soffrido, o seu estado actual de conservação e as referencias bibliographicas a seu respeito. Além disso, deverão ser acompanhadas de documentação photographica tão completa quanto possível quer relativa á parte externa, quer ao interior dos edificios (Carta 5).

O conteúdo dessa correspondência, cabe advertir, se assemelha muito ao da carta enviada quase na mesma época por Rodrigo, no Rio, a Mário de Andrade, em São Paulo:

O que lhe peço é apenas um inventário preliminar, com os seguintes dados a respeito de cada edificação a relacionar: descrição sumária, histórico breve, autoria da obra (quando for possível apurá-la), material empregado na construção (cantaria, taipa ou o que for), estado atual de conservação, reforma ou alterações que tiver sofrido, reparos urgentes de que precisar, referências bibliográficas que existirem a seu respeito e, por fim, documentação fotográfica (esta última tão completa quanto possível) (Andrade, 1987b [1937], p. 125).

Conforme sugerido por Márcia Chuva, esse tipo de cartas, demandando coisas e ao mesmo tempo fornecendo instruções, era uma prática bastante rotineira, tendo um sentido de controle, em que os agentes da área central “validavam procedimentos” realizados no

país inteiro (2009, p. 283). Encontrava-se, então, na “correspondência, via de comunicação privilegiada, [...] uma maneira de regular e controlar a atuação de funcionários, além de acumular informações sistemáticas sobre as regionais do Sphan” (Chuva, 2009, p. 283).

É lógico, então, que essa rotina se tratava de uma estratégia para que a mesma gente do “grupo que viria a gerar e gerir o Sphan” (Chuva, 2009, p. 124), muitos deles intelectuais modernistas mineiros e cariocas concentrados na capital federal, pudessem acompanhar, orientar e fiscalizar o que estava sendo feito nas *pontas*. Fosse por um antigo companheiro nesse projeto institucional, caso de Mário, ou alguém como David Carneiro, recém-incorporado àquela rede dos “representantes regionais, que pareciam constituir uma espécie de confraria, vinculada pela ‘causa’ do patrimônio” (Chuva, 2009, p. 283).

Tratava-se, sem dúvida, de uma estratégia de alinhamento de ideias e de práticas institucionais, embora considere que temos poucas razões para deduzir que tal alinhamento não se desse de maneira absolutamente desigual. Havia uma dinâmica em que somente uma das pontas efetivamente *regulava e controlava* o que estava se passando na outra. Restava a esta última, muitas vezes, a falta de informações de um não “enfronhado” e uma relativa “liberdade” para continuar fazendo o que vinha fazendo antes do Sphan. No caso de David Carneiro, ele de fato seguiu fazendo para a instituição o que afirmaria com algum exagero logo nos seus primeiros contatos com o órgão, ou seja, ser “efetivamente a única pessoa que defende o patrimonio historico e artistico do Brasil, nesta região” (Carta 2).

Então o regionalismo paranista entrou definitivamente na trajetória da instituição.

- - - - -

Já mencionamos o quanto foi bem-sucedida a contribuição “regional” do paranista David Carneiro na imagem do “nacional” formada pelo Sphan. Um único imóvel não foi tombado dentre aqueles que tiveram processo de patrimonialização abertos em 1938 a partir das sugestões de “obras notáveis” de arquitetura encaminhadas por David Carneiro.

Trata-se da Fazenda Fortaleza, de Tibagi.

Mesmo não patrimonializada, sugiro, porém, rastreamos as movimentações desse processo de tombamento, assim como as valorações mobilizadas por ambas as partes, que nos ajudarão a perceber melhor a sintonia entre o Sphan e o seu colaborador regional.

Segundo o próprio David Carneiro admitia, sua proximidade com o tema histórico da Fazenda Fortaleza se deu anos antes dos seus primeiros contatos institucionais com o Sphan. Numa seção de “Explicação Preliminar” de um romance histórico que escreveu sobre o assunto, David nos conta que “encontrei o caso do “Drama da Fazenda Fortaleza”, no livro de SAINT-HILAIRE” (Carneiro, 1941a, p. 7), que ele traduzira alguns anos antes.

Em 1938, quando republicou a primeira tradução brasileira dos diários da viagem do botânico francês ao então território paranaense, antiga Quinta Comarca de Curitiba, David Carneiro dizia que fez isso devido a uma espécie de provocação de um amigo paranista sempre atento às coisas da terra. Romário Martins, que o instigou à empreitada de suprir uma “lacuna imperdoável” (Carneiro, 1938c, p. 5). Já que todos os “estados importantes desta constelação brasileira já haviam traduzido das viagens de Saint-Hilaire, tudo o que dizia respeito às regiões respectivas”, caberia então ao estado do Paraná, “dizia-me Romário Martins, ficar em último lugar? Não, não é possível!” (Carneiro, 1938c, p. 5).

Foi então que, num ímpeto de “zelar” pelas tradições regionais do estado, aquele orgulhoso “filho” da terra começou a tradução incentivada pelo influente Romário Martins, o “mais importante ideólogo e vulgarizador do paranismo” (Galigniana, 2016, p. 71):

Fui nesse dia para caça pensando em que o Paraná não podia ficar atrás dos outros estados. Embora mais moço, apesar de menos rico, e tendo menos bagagem de tradição, essa pouca tradição que ele tinha devia ser zelada pelos seus filhos. – Tudo o que estivesse nas minhas mãos fazer, seria feito! – [...] No dia seguinte, 30 de Maio, recebi das mãos de um amigo comum, o livro que devia traduzir. Meti mãos á obra imediatamente (Carneiro, 1938c, p. 5-6).

O fato, porém, é que David Carneiro já vinha repercutindo localmente o tema desde antes do Sphan, como quando fez em 1936 uma conferência sobre o construtor da fazenda, José Felix da Silva, aos colegas do Rotary Club de Curitiba. Apresentação posteriormente transcrita ao final do livro *O Drama da Fazenda Fortaleza*, como anexo (Carneiro, 1941b), e parcialmente reproduzida nos documentos encaminhados ao Sphan (Carneiro, 1936).

Essas circunstâncias envolvendo nomes paranistas como os de David Carneiro e Romário Martins, além da elite local *rotariana*, são importantes porque nos mostram como, de fato, ocorreu aquilo que é oportunamente observado por Márcia Chuva (2009). Ou seja, que a capacidade de articulação do Sphan e de *Doutor Rodrigo* tão somente “se superpôs a relações pessoais preexistentes”, fazendo com que o órgão fosse “constituído por elas” e por “redes estabelecidas que se revestiram de ação institucional” (2009, p. 294).

Assim, para a autora, “redes regionalizadas foram entrelaçadas [...] a partir da criação do Sphan” (Chuva, 2009, p. 294), permitindo que, como tenho sugerido, alguns movimentos regionalistas, caso do paranismo de David Carneiro, acessassem a instituição.

Na carta de 8 de abril de 1937, em que arrolava resumidamente as “obras notáveis de arquitetura civil, religiosa e militar de meu Estado”, David Carneiro simplesmente não esboçava quaisquer referências mais detalhadas à caracterização artística ou histórica da Fazenda Fortaleza. Ao incluí-la na lista, só indicava que, geograficamente falando, sua sede estava localizava “perto de Tibagi”, na região do “2º Planalto da Serrinha” (Carta 4).

Numa ficha de identificação do imóvel, por seu turno, David Carneiro detalhava os aspectos militares do prédio, já evidentes no nome de *Fortaleza*, descrevendo que a sede da fazenda era “cercada por muros de taipa, que serviam de trincheira, visto estar situada na região dos [índios] coroados e sujeita a constantes ataques dos mesmos” (Ficha Sphan nº 4). O paranaense interessado nas coisas do passado também afirmava que “diz alguém, estribado em tradições locais”, que a fazenda fora, inclusive, “construída no lugar em que obteve uma vitória sobre os índios e que considerou de bom augúrio” (Ficha Sphan nº 4).

Uma vez aberto o processo de tombamento nº 107-T-38, seguiram-se uma série de movimentos institucionais que indicam o interesse do Sphan em incluir a fazenda na lista dos bens tombados. Um documento de 18 de fevereiro de 1938, por exemplo, certificava o envio de notificação de tombamento ao responsável legal pelo imóvel (Sphan, 1938d):

Certifico que a notificação nº 24, datada de 17 de Fev. de 1938, e relativa á inscrição da Fazenda Fortaleza, no municipio de Tibagi, em Castro, Paraná, no Livro do Tombo a que se refere o artigo 4º, nº 3, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi assinada e expedida ao Snr. Argemiro Camargo.

Na medida em que não houve retorno, o Sphan voltou a oficiar ao responsável pelo imóvel em 1º de junho, por meio da Notificação nº 221, em que exigia uma posição em relação ao interesse da instituição de fazer da Fazenda Fortaleza uma edificação tombada:

Atendendo á circunstancia de não terdes respondido a notificação nº 24, [...] cumpre-me notificar-vos para, [...] dentro do prazo de 15 dias a contar do recebimento desta, anuídes ao tombamento da Fazenda Fortaleza, [...], de vossa propriedade, ou se o quizerdes impugnar, oferecerdes dentro do mesmo prazo, as razões de vossa impugnação (Sphan, 1938b).

A resposta de Argemiro Camargo (1938) desta vez chegou à instituição, alegando não só que “não chegou ás minhas mãos a vossa notificação nº 24 a que vos referis”, mas esclarecendo também que “eu não sou proprietario da Fazenda Fortaleza”, cuja antiga área fora “sub-dividida” entre “diversos possuidores”, sendo ele dono de “uma pequena parte da referida propriedade” e “arrendatário” da área “onde fica localizada a sua antiga sede”.

Em resposta, foi demandado ao remetente dados do efetivo responsável legal, cuja ciência ao tombamento era uma condição para que se pudesse dar andamento ao processo:

Acusando o recebimento de vossa carta de 1º de agôsto último, em resposta ao ofício dêste Serviço nº 221, tomo a liberdade de solicitar-vos a fineza de uma informação relativamente ao nome e ao endereço do proprietario da séde da fazenda Fortaleza, [...], que vos está atualmente arrendada (Sphan, 1938a).

A formalização de anuência ao tombamento por parte do proprietário do bem a ser tombado era um documento essencial para garantir a correção do processo administrativo, incluindo o direito legal ao contraditório. Tentava-se inviabilizar, assim, impugnações futuras, feitas após o tombamento. Era, por isso mesmo, um aspecto sempre observado por

uma equipe liderada por um advogado “com larga experiência jurídica, como Rodrigo M. F. de Andrade, [que] estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade” (Fonseca, 2005, p. 104). Complexo e bastante polêmico, até pelo seu ineditismo, já que a lei federal criando o tombamento se tratava da “primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade” (Chuva, 2009, p. 147).

Um exemplo desse cuidado institucional aconteceu na relação com o próprio David Carneiro. Proprietário legal da coleção particular do Museu Coronel David Carneiro, o colaborador regional do Sphan não respondeu à notificação nº 34 (Sphan, 1938e), de fevereiro de 1938, o que suspendeu esse processo de tombamento até 1941, quando foi emitida a notificação nº 34-a, em que o diretor do Sphan se dirigia ao seu contato no Paraná “Rogando vos digneis acusar o recebimento da presente notificação” (Sphan, 1941). Tendo David Carneiro respondido a nova notificação em carta de 3 de fevereiro de 1941, para “declarar que aceito o tombamento” (1941d), o diretor do Sphan despachou internamente o documento recebido, orientando que, “à vista da anuência, inscreva-se”.

Voltando à Fazenda Fortaleza, como ficou pendente o envio de informações sobre a propriedade legal das terras onde estava sediada, seu processo de tombamento acabou interrompido por anos. Retomado em 1948, o chefe da Divisão de Estudos e Tombamento propôs então o “arquivamento do processo”. A justificativa era não só que o mesmo “teve seu andamento paralisado pelo fato de não ter sido possível apurar o nome e endereço do proprietário” do imóvel, mas também por conta da (re)consideração da relevância do seu “valor artístico”: “À vista do documentário fotográfico existente no arquivo desta Divisão, verifica-se, entretanto, que o prédio da referida fazenda não se reveste de excepcional valor artístico, pelo que não parece necessário seu tombamento” (Costa, 1948).

Quanto a isso, é importante registrar que as práticas e rotinas de tombamento foram assinalando, muito por conta das escolhas realizadas e dos critérios técnicos adotados, uma verdadeira “hierarquia no sistema classificatório, em que o valor histórico estava secundarizado frente ao artístico” (Chuva, 2009, p. 255), sendo aquele atributo várias vezes “utilizado como compensação à ausência de valor artístico ‘puro’” (Chuva, 2009, p. 215).

Em 1948, portanto, a área central do Sphan mobilizava essa hierarquização dos valores patrimoniais a fim de reconsiderar critérios de apreciação arquitetônica que já constavam nos fichamentos feitos por David Carneiro. Em 1937, o interlocutor paranaense do órgão sustentava sua indicação de reconhecimento nacional da fazenda muito mais pelo seu simbolismo histórico, como marco do avanço da *civilização* sobre áreas *selvagens*, do

que propriamente pela sua singularidade construtiva ou estilística, chegando inclusive a assinalar que sua arquitetura “Hoje está quasi toda remodelada” (Ficha Sphan nº 4).

Há alguns expressivos indicativos, aliás, de que David Carneiro lidava nessa época com uma escala de valores inversa em relação àquela operada pela instituição. Priorizava o potencial histórico em desfavor dos atributos artísticos dos bens indicados a tombamento. Numa carta de 1º de junho de 1937, por exemplo, ele mencionava o “lindo trabalho” que era a “ponte de cantaria sobre o rio dos Papagaios”, que se tratava de “uma obra de arte como arquitetura de pontes”. Na medida em que, no entanto, ela “tem pouca historia, ou nenhuma”, o pesquisador do passado local indagava se o Sphan considerava que, nos materiais a serem apresentados, “se poderia incluir relatorio dessa ponte?” (Carta 14).

Na resposta, *Doutor Rodrigo* esclarecia o colaborador local sobre os critérios institucionais utilizados. Orientava que “só cumprirá inclui-la no seu relatorio caso tenha um valor artístico verdadeiramente excepcional, uma vez que carece de valor historico”, e que a noção de arte tinha que ser considerada “significando aqui alguma coisa mais que o sentido emprestado a obra de arte na terminologia dos engenheiros” (Carta 15, grifado no original). Ou seja, algo além da designação geral de obras como pontes, viadutos ou túneis.

Como a questão do valor artístico parece não ter ficado suficientemente resolvida para David Carneiro, que ainda tinha dúvidas mesmo diante das breves instruções recebidas, ele informava na correspondência seguinte que, quanto à “ponte dos Papagaios, mandarei o relatório com todo o resto, e si o Sr. achar de excluirl-a, excluirá” (Carta 17).

O que estava envolvido aqui não eram só compreensões porventura distintas sobre o que representava *valor artístico* ou *obra de arte*, mas também sobre o significado de valor histórico. Ao afirmar que a ponte dos Papagaios tinha pouca ou nenhuma história, David Carneiro certamente estava querendo dizer que não servira de lugar a nenhum fato passado notável. Ou seja, que nela não se passara nada como as guerras de independência do Brasil meridional que, quem sabe um dia, atribuiriam valor de “lenda” a Vila Velha.

Do outro lado dessa relação institucional, como já salientado pela historiadora Márcia Chuva, o Sphan trabalhava a dimensão dos atributos históricos em pelo menos duas frentes. Uma delas, muito próxima ao entendimento de David Carneiro, era um “conceito de histórico” ligado à “ideia fetichista de homenagear personagens vinculadas a uma história a ser contada por meio de edificações que as simbolizavam” (Chuva, 2009, p. 216). O plano era consagrar, assim, marcos materiais e visíveis de “heróis que teriam sido, nessa perspectiva, peças-chave na construção da nacionalidade” (Chuva, 2009, p. 216). Por outro lado, a instituição também estava muito atenta e dedicada a uma noção de “história que

permanentemente se desejava construir, relativa ao desenvolvimento técnico e tecnológico, do qual a nação era herdeira, advindos da fração portuguesa, considerada majoritária no processo de formação de uma herança material nacional” (Chuva, 2009, p. 185).

O que se pretendia alcançar era um conhecimento que desse conta, portanto, dos documentos relacionados aos processos de civilização material e artística no Brasil, fossem eles relativos às técnicas e saberes dos (europeus civilizados) jesuítas ou dos portugueses.

E David Carneiro, como lidou com essa outra perspectiva histórica? Ele chegou a ser *enfronhado* nessas discussões institucionais? Com o passar do tempo, creio que sim.

Uma parte da antiga biblioteca particular de David Carneiro se encontra, hoje, no acervo da Superintendência do Iphan no Paraná. Nela podemos encontrar exemplares dos primeiros números da *Revista do Patrimônio*, provavelmente remetidos pelo próprio Sphan de *Doutor Rodrigo* ao seu colaborador e assistente técnico junto ao estado do Paraná:

Não foi possível identificar a forma de distribuição das edições do Sphan, apenas que elas eram distribuídas para uma rede de agentes do universo de relações de Rodrigo Melo Franco, e o restante vendido no próprio Sphan ou em bancas, segundo depoimento de Lucio Costa (Chuva, 2009, p. 274).

O intelectual positivista, contudo, não costumava fazer muitas anotações nos textos – salvo algumas correções que usualmente fazia nos seus próprios textos publicados, como a retificação de uma data, por exemplo –, o que dificulta uma avaliação mais segura da sua efetiva apropriação das reflexões institucionais desenvolvidas na *Revista do Patrimônio*.

Embora seja bastante improvável que David Carneiro não tenha tido contato com os textos alheios publicados na *Revista do Patrimônio*, seu acesso às reflexões desenvolvidas no interior da instituição certamente se deu de outras maneiras. Nas cartas, por exemplo.

Localizamos junto ao acervo da Superintendência do Iphan no Paraná cópia de um bilhete escrito à mão por Rodrigo Melo Franco de Andrade, numa folha timbrada com o brasão do governo federal, do Ministério da Educação e Saúde e do Sphan. Nessa mensagem de 15 de outubro de 1938, o diretor do órgão remetia, “com os melhores agradecimentos” (Andrade, 1938), um relatório de Lucio Costa sobre viagem realizada à região das missões, no Rio Grande do Sul, datado de um ano antes, 20 de dezembro de 1937 (Costa, 1937).

No relatório datilografado se afirmava que o valor daquele patrimônio residia no fato de não estar agregado de traços da participação de “bárbaros”, ou de *não civilizados*. Aquele acervo, incluindo os bens móveis, fora feito sem “influencia do elemento nativo”, já que não “encontrámos, porém, nas peças estudadas, vestígios senão muito vagos, de influencia indigena”. Um indicativo, segundo o autor, da postura intransigente dos jesuítas, que, “scientes da ‘superioridade’ de sua propria technica [...] desprezavam como errado

tudo que fugisse às receitas do formulario europeu” (Costa, 1937, grifado no original). Apesar do tom de denúncia ao caráter etnocêntrico e unilateral desse processo, Lucio Costa não deixava de avaliar positivamente o acontecido, que, segundo seu parecer, evitara um sério problema, o da *barbarização* da técnica trazida pela *civilização* europeia, ou, nas suas palavras, “daquella ‘gaucherie’ que aproxima os barbaros de qualquer raça quando pretendem reproduzir de ‘ouvido’ os elementos de architectura greco-latina” (Idem).

Nada absolutamente distante, portanto, dos argumentos que Lucio Costa seguiria desenvolvendo institucionalmente nos anos seguintes, sobre a relevância da obra histórica deixada pelo jesuíta em razão da “forte influência de um padrão artístico erudito europeu” (Chuva, 2009, p. 183), um fator que fez com fosse “também extremamente valorizada a arquitetura jesuítica como representativa da ancestralidade da nação” (2009, p. 208).

Se Lucio Costa e o Sphan fizeram uso da *Revista do Patrimônio*, em 1941, para fazer acreditada a tese de que a arquitetura colonial brasileira tinha equivalência com o melhor da arte civilizada ocidental, o Sphan e David Carneiro tinham se servido do mesmo meio, um ano antes, para denunciar o “crime de lesa-arte” cometido contra o prédio jesuíta de Paranaguá após seu erguimento na época colonial. Uma série de reformas que “levou o velho collegio a ter um aspeto disforme, que não seria o seu primitivo” (1940a, p. 370).

Uma grande atenção à “arte” e à “técnica” exemplificadas pela edificação, assim como aos detalhes que lhe atribuíam “beleza” e “estilo”, aliás, dava o tom desse texto de David Carneiro capaz de divulgar o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá para o país inteiro. Quanto a isso, o paranista sugeria que mesmo que estivesse “hoje transformada em vetusta ruína”, deveria ser considerado, para “se compreender bem toda a importancia que teve de inicio a construção”, o que ela já representara um dia em termos de técnica, beleza e arte:

Não há duvida que toda a construção não obedeceu a um único plano, nem os artífices foram, nos lavores de cantaria (que são pobres mas elegantes) de igual capacidade artística e técnica. Em seguida às modificações realizadas na fachada e mesmo no corpo do edificio e ainda o desaparecimento do *belo monumento contiguo ao collegio*, de que [o historiador Francisco] Negrão nos fala, e que seria a igreja cujos restos desapareceram em 1898, tudo levou o velho collegio a ter um aspeto disforme, que não seria o seu primitivo. Saint-Hilaire extranhava que os jesuitas, tão cuidadosos nos edificios que construiam, tivessem, no collegio de Paranaguá, abandonado essa regra. Mas esse crime de lesa-arte não lhes deve ser imputado, em vista das deteriorações realizadas depois da sua expulsão (Carneiro, 1940a, p. 361, 370, grifado no original).

Essa atenção aos aspectos artísticos da obra jesuíta de Paranaguá, olhar que de certa forma antecipava o enfoque do artigo icônico de Lucio Costa sobre a “arte” da arquitetura jesuítica e colonial no país, mostrava grande afinidade com as perspectivas institucionais, em relação às quais, aliás, David Carneiro já devia estar bem mais *enfronhado* em 1940.

Isso é especialmente válido se considerarmos um dos objetivos que dá sentido ao texto. Ou seja, fazer uma espécie de absolvição dos “artífices” jesuítas, que, com sua “capacidade artística e técnica”, elegância nos “lavors” e suas “regras” e cuidados construtivos – reconhecidos inclusive pelo *sábio* Saint-Hilaire –, não deviam ter responsabilidade alguma sobre o “crime de lesa-arte” cometido contra o prédio, cujo aspecto “primitivo” devia ser outro, menos “disforme”. Nesse sentido, aliás, o autor fechava seu texto reiterando aos leitores que a “remodelação posterior à expulsão dos jesuitas introduziu janelas grandes de guilhotina que tornaram disforme e desharmoniosa a fachada” (Carneiro, 1940a, p. 381).

O texto de 1940 avançava muito, então, na explicação e entendimento do que fora só constatado em 1937, ou seja, as suas grandes imperfeições plásticas: “As suas janelas são umas pequenas e outras grandes, o que contribue para lhe dar um aspéto disforme. Não possui nenhum ornato exterior” (Relatório Sphan nº 1). Ficavam mais compreensíveis, também, a estranheza e a depreciação que os olhos europeus de Saint-Hilaire tinham lançado sobre aquela obra de companheiros de civilização nas terras do novo mundo: “*Os jesuitas tinham em Paranaguá um convento que ainda existe; mas aquí eles não cuidaram de sua casa como na maioria dos edificios que constroem. É este um edificio grande, uma construção feia e sem regularidade*” (Apud: Carneiro, 1940a, p. 371, grifado no original).

Em sentido semelhante, nos textos e fichas encaminhados ao Sphan em 1937, quando comparados ao artigo publicado pela revista em 1940, não apareciam as referências ao “belo monumento” que era a igreja jesuíta que um dia teria existido vizinha ao colégio.

Nesse sentido, David Carneiro não só estava demonstrando uma grande afinidade com as reflexões de Lucio Costa, e vários de seus colegas, a respeito do “grande interesse plástico, das igrejas jesuíticas” (Rubino, 1996, p. 99). Sintonizava-se, também, com o que vinha fazendo desde 1937 aquela instituição que, conforme já observado por Sérgio Miceli, estava particularmente empenhada, ou, talvez melhor dito, restritivamente “empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados esteticamente significativos para uma história das formas e estilos da classe dirigente brasileira”, trabalhando assim com uma “definição deliberadamente restrita dos campos de operação” (1987, p. 45).

Estou sugerindo que o olhar de David Carneiro foi se abrindo – ou, talvez melhor dizendo, sendo aberto – para outros “patrimônios”, a fim de dar conta, por exemplo, da arquitetura religiosa tradicional e de sua plasticidade característica. Tais construções, como notado por Silvana Rubino em relação aos números das primeiras patrimonializações, certamente figuravam no lugar mais destacado da “hierarquia interna visível entre os bens tombados”, já que é “evidente a predominância do imóvel religioso católico” (1996, p. 98).

É interessante observar, aliás, que se as primeiras 6 indicações de David Carneiro contemplavam apenas uma igreja, veremos adiante que em seguida o paranaense do Sphan sugeriu mais 4 edificações religiosas para tombamento, de um total de 6 novas indicações.

A primeira indicação de arquitetura religiosa, a Igreja Matriz da Lapa, certamente foi relacionada, aliás, por conta de sua ligação com a história militar do estado e do país. Num texto de vários anos antes de suas relações com o Sphan, ele não só já tratava do tema dos “tezouros artisticos e historicos a defender”, mas exemplificava a questão utilizando o caso dessa igreja, que, no seu entendimento, “seria preciso defender a todo o transe da destruição” (Carneiro, 1929a, p. 29, 30). Os motivos? Sua ligação com o cerco da Lapa. O fato de ter sido palco de suas ações e o lugar de enterramento dos *heróis* daqueles dias:

Aqui entre nós, por exemplo, em nosso estado e proximo á capital, poderíamos citar a já muito conhecida, celebrada e decantada egreja matriz da cidade da Lapa, thetro [sic] central dos feitos heroicos de 1893-1894. Foi nella que recebeu o seu ferimento mortal, o Coronel Candido Dulcidio Pereira, e santuario ella tem sido onde se depositaram as sagradas cinzas do General Gomes Carneiro, do Coronel Dulcidio, de Aminthas de Barros e de outros heróes (1929a, p. 30).

Se recordarmos, ainda, de “O estylo colonial no Brasil” (Carneiro Filho, 1928a), texto quase da mesma época em que colocava a arquitetura jesuíta em condições de comparação com outras expressões da “civilização ocidental”, como a “admiravel” Grécia antiga, então “encarregada de desenvolver as forças intellectuaes da humanidade”, podemos sugerir que o que parece ter havido é que as reflexões patrimoniais desenvolvidas no âmbito do Sphan serviram como uma espécie de aprofundamento teórico, e quem sabe de *autoridade* institucional, a concepções que – embora menos sofisticadas, talvez – eram assumidas por David Carneiro muito antes de seus primeiros contatos com o novo órgão.

Podemos, então, retomar a análise dos pontos de conexão entre as diretrizes de atuação cotidiana do Sphan e aquelas ideias alimentadas por David Carneiro antes mesmo de sua bem sucedida participação institucional. Voltemos, então, à Fazenda Fortaleza.

É bastante presumível, já vimos, que a Fazenda Fortaleza tivesse sido mais um dos tombamentos do “surto inicial” de 1938, o que teria feito com que absolutamente todas as sugestões iniciais de David Carneiro tivessem sido bem recebidas e aceitas pelo órgão. Em razão disso, penso que podemos continuar explorando nessa situação específica alguns dos valores, concepções e ideias divididos tanto pela instituição quanto pelo a(u)tor paranista.

Nesse sentido, o relatório institucional do pesquisador do passado local recorria aos argumentos da palestra aos rotarianos de Curitiba no ano anterior, em que ele *sublinhara*, literalmente, as notas científicas de Saint-Hilaire. Esse olhar europeu classificara, no século anterior, a sede da fazenda como um lugar de civilização “enfado” nas áreas “selvagens”

do novo mundo: “Fortaleza, continua o sabio, era na época da minhaviagem [sic], a fazenda mais enfiada nas terras ocupadas pelos selvagens, que frequentemente cometiam dezordens mas eram perseguidos e mortos” (Carneiro, 1936, p. 13, grifado no original).

Ao sublinhar essa passagem das narrativas da viagem de Saint-Hilaire às terras “selvagens” do novo continente, David Carneiro estaria demonstrando sua concordância com aquelas *sábias*, embora etnocêntricas, avaliações e classificações? Acredito que sim.

Para o paranista, o fundador da “Fortaleza”, sargento-mor José Felix da Silva, era um “bandeirante tipico”, que, com ousadia, “talou campos e conquistou sertões” (Carneiro, 1936, p. 15), sediando sua fazenda onde a civilização *branca* ainda não se fixara, fazendo dele e de seus domínios “o marco de posse mais avançado e mais forte no terreno dos selvagens, para Oeste”: “Si no caminho de Oeste poucos tinham coragem de viver, atrás do sargento mór iam surgindo fazendas que ainda hoje ezistem, [...] percorridas ha 116 anos pelo sabio francês a quem devemos a descrição de todas elas” (Carneiro, 1936, p. 12).

Assim sendo, a Fazenda Fortaleza era importante na medida em que representava, na sua época, a divisa entre as áreas do “sertão” *selvagem*, situadas a oeste dela, e o leste já modelado pela *civilização*, compreendendo as terras que ficavam na direção do litoral. Para David Carneiro, as “cartas corograficas dos Sertões” não deixavam dúvidas quanto a isso:

Que era essa zona geografica que constitue hoje o Estado do Paraná, no fim do seculo XVIII^o.? Todas as cartas corograficas que vi [...] acuzam naquela época, a ezistencia de Paranaguá e Guaratuba no litoral; Curitiba, Principe, Registo [sic], São José, Caiacanga, Carlos e Castro, no interior. Todos os outros germens das atuais cidades paranaenses, ou eram fazendas, ou pequenos povoados, e tão pequenos que nos mapas nem mereciam menção (Carneiro, 1936, p. 8).

Havia uma atenção constante, em David Carneiro, de assinalar as evidências dessas remotas ocupações *civilizadas* no interior dos *sertões* paranaenses. Assim, se num primeiro momento ele retratou ao Sphan um oeste do estado vazio de “obras notaveis”, sugerindo que em todo o “3º Planalto de Guarapuava Nenhum monumento subziste” (Carta 4), em seguida ele voltaria atrás nessa avaliação preliminar, e talvez precipitada pela ansiedade de responder, dizendo na mensagem seguinte que “Esqueci-me de fazer referencia” ao fato de que “no Paraná ezistem ruinas notaveis da infiltração jezuitica hespanhola” (Carta 6).

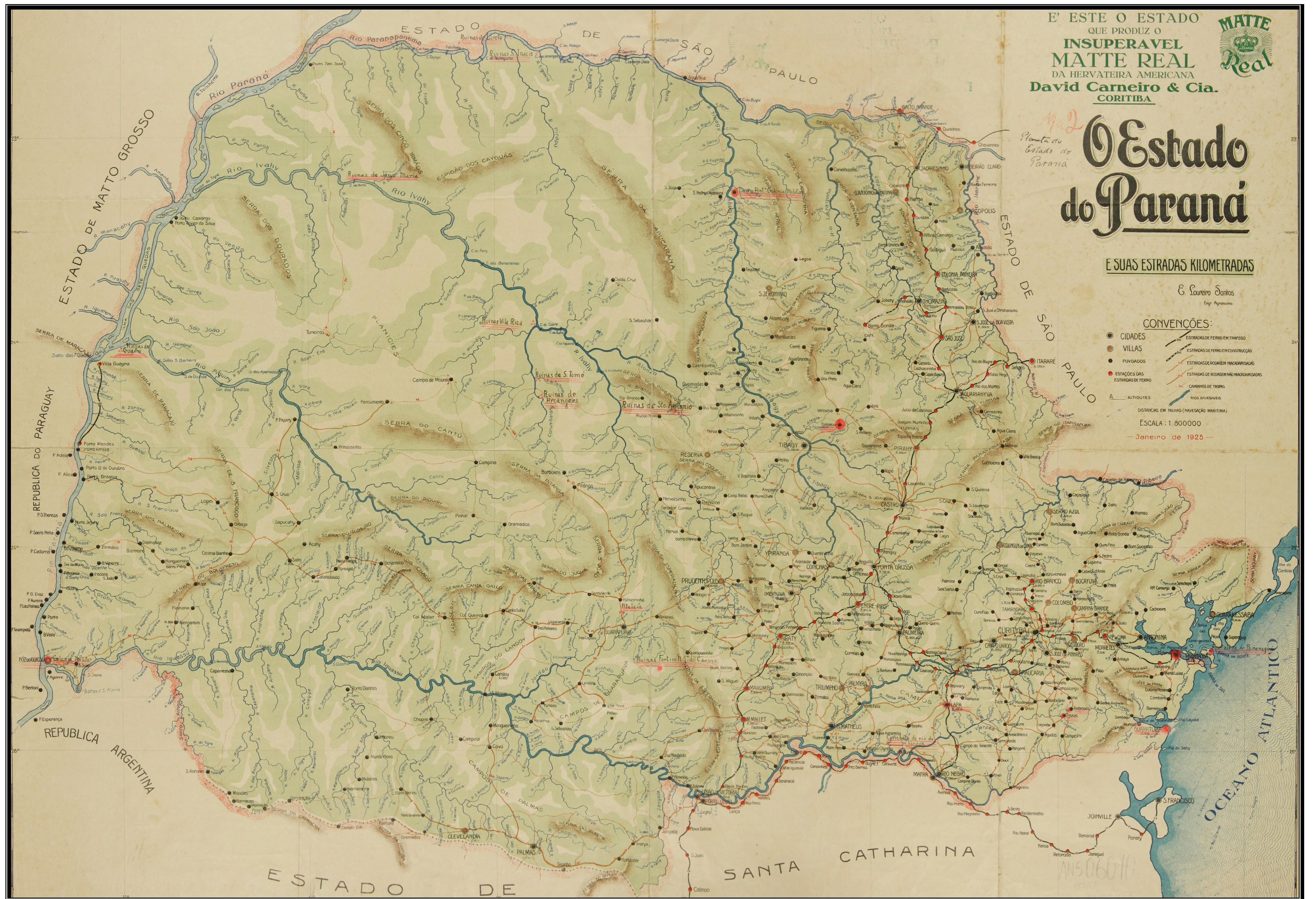
Talvez animado pela possibilidade de se tratarem de ruínas semelhantes às deixadas pelos jesuítas e guaranis no Rio Grande do Sul, Rodrigo demonstrou bastante interesse em que fosse mandado também um “additamento a essas indicações, [e] que tenha a bondade [...] [de] enviar-me documentação photographica e dados informativos referentes ás ruinas de obras cuja conservação ou restauração lhe tenham parecido impraticaveis” (Carta 25).

A essa sugestão carregada de expectativas, David Carneiro procurou fazer ver que as tais “ruínas” honravam o nome, estando, de fato, em avançado grau de arruinamento:

Quanto às ruínas assinaladas no mapa, creio que custaria demaziado para pouco proveito, a documentação fotografica das ruínas jesuíticas do nosso Oeste. Guaira tem apenas tijólos amontoados no lugar onde parece ter havido a antiga redução. As outras ruínas estão nas mesmas condições (Carta 26).

Mesmo não avançando no processo de documentação desses vestígios jesuíticos em solo paranaense, ao observarmos um mapa enviado por David Carneiro ao Sphan vemos que ele indicou uma série de “ruínas” de ocupações jesuíticas localizadas *além* da Fazenda Fortaleza, nas regiões noroeste e oeste do estado: 1) “Sto. Antonio”; 2) “Arcangeles”; 3) “S. Tome”; 4) “Vila Rica”; 5) “S. Inácio”; 6) “Loreto”; 7) “Jesus Maria”; 8) “Guaira”.

Além disso, nesse mapa foram sinalizadas por David Carneiro as localizações da colônia militar de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do estado, e da “Ant^a. Colonia Militar” de “Jatahy”, ao norte da Fazenda Fortaleza, em direção à divisa com o estado de São Paulo. Nas imediações de Guarapuava, por seu turno, o mapa assinalava também a antiga localização do forte do “Atalaía” e a presença das “Ruínas Fortim N. S^a. do Carmo”.



Mapa I - "Mapa histórico" do Paraná desenhado por David Carneiro sobre mapa de estradas do Paraná patrocinado pela Hervateira Americana. Fonte: ACI - Rio de Janeiro.

Em carta, David Carneiro esclarecia a Rodrigo que essas ruínas das fortificações existentes na região de Guarapuava estavam nas mesmas condições das ruínas jesuíticas, tendo sido assinaladas no mapa a despeito de sua precariedade como monumentos do passado, já que dos “fortins de Guarapuava existem sináis, apenas vizíveis” (Carta 26).

Essas referências às fortificações de Guarapuava e às colônias militares fixadas em áreas limites do estado seguiam as mesmas razões militaristas que o levaram a indicar para tombamento não só o forte de Paranaguá, mas a própria *Fortaleza* fazenda de Tibagi, que:

[...] nasceu com as duas cintas de muralhas de taipa com seteiras, que ainda hoje existem em ruínas e lá estão para atestar a obra, e a gestação batalhadora e ferós, [...] de maneira que conquistada a região deo [sic] Tibagi, começou logo a colonização e o amanho da terra, tendo-a policiada e garantida (Relatório nº 4).

Além do mais, todas essas sugestões de tombamento federal de bens ligados à história militar paranaense se combinavam muito bem com uma diretriz de *Doutor Rodrigo*. Qual seja, a de que se deveria preservar da destruição as fortificações espalhadas pelo país como “as provas mais convincentes e emocionantes” da “decisão e da capacidade de nosso povo assegurar a defesa da integridade nacional” (Andrade, 1987 [1961], 57).

Segundo David Carneiro em 1937, a fortaleza de Paranaguá era um exemplo muito bem acabado disso, até por representar os limites meridionais dos domínios portugueses na América – que baseariam o futuro território nacional brasileiro –, ameaçados seguidamente por outros povos “estrangeiros”, fossem os vizinhos de colonização espanhola ou outros:

Deve-se a sua construção, não só a ameaça da invazão dos espanhóis, que já eram senhores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como também ao perigo constante a que se achava esposta a cidade de Paranaguá pelos navios corsários. Tal fato poderemos ver pelo trecho abaixo transcrito do livro “Casos e Coisas da Historia Nacional” de David A. Carneiro: “Couza muito pouco sabida pela maioria dos nossos homens, é que Paranaguá foi durante muito tempo, foco de tropelias de corsários estrangeiros [...]” (Relatório Sphan nº 3).

Só que essas fortalezas não eram apenas *provas* da vontade de garantir um território já possuído. Elas *provavam*, também, a exploração e a “colonização” dessas terras. Nesse sentido, aliás, o monumento ainda presente da Fazenda Fortaleza poderia muito bem ser comparado às “ruínas” do antes existente Atalaia, dois marcos da “conquista bandeirante” deixados, respectivamente, por José Félix da Silva e Diogo Pinto de Azevedo Portugal:

José Félix da Silva é bandeirante típico, no Paraná. [...] Comparado a Diogo Pinto, o seu amigo e colega de conquista, pode-se dizer que si foi menos bandeirante de que [o] conquistador dos Campos de Guarapuava, foi mais colonizador do que ele, igualando-o na luta aos gentios. Si o fortim do Atalaia teve que rezistir aos ataques constantes dos camés, dos dorins e dos vоторons, a Fazenda Fortaleza não teve menos, que rezistir ás investidas traiçoeiras dos caingangues (Relatório Sphan nº 4).

Se a bélica Fazenda Fortaleza foi tida por Saint-Hilaire e David Carneiro como o lugar de civilização mais enfiado nos sertões selvagens do segundo planalto paranaense em 1820, David acrescentaria em *O Paraná na história militar do Brasil* que o forte de Diogo Pinto nos campos de Guarapuava “foi guarda avançada única do Oeste paranaense, durante quase toda a primeira metade do século XIX”, sendo aquele “pequeno quartel que abrigou tropa brasileiro-lusa no terceiro planalto paranaense” (Carneiro, 1995 [1942], p. 116).

Além de ser uma trincheira na luta contra os (contra)ataques dos nativos, aquela fortificação tivera sentido num contexto de indefinição e de disputa por fronteiras, o que, segundo o autor, exigiu uma resistência de fundo *patriótico* à “cobiça dos castelhanos” e às “prováveis invasões espanholas no Oeste do Brasil”, ou seja, “algumas medidas de caráter militar, necessárias para a posse do Oeste luso-brasileiro” (Carneiro, 1995 [1942], p. 111).

Com essa perspectiva é que se construíra o Atalaia, fortim com “8 metros de alto e muros de taipa” que se tratava do “segundo em Guarapuava”, antecedido que fora pelo de Nossa Senhora do Carmo. Embora, ainda sim, para “defender o europeu do europeu seria fraco, mas para defendê-lo do índio era um fortim respeitável” (Carneiro, 1934b, p. 129).

Quanto a esse aspecto estratégico numa batalha em duas frentes, contra os nativos do lugar e os espanhóis, aliás, Diogo Pinto e o Atalaia reprisavam o que ocorrera no século anterior com um dos pioneiros nas expedições à região de Guarapuava. Ou seja, com “o ativíssimo Afonso Botelho”, que do “fortim de Nossa Senhora do Carmo”, no ano de 1771, “partiu com alguma gente armada para bater os campos, e procurar local mais conveniente para quartéis e para um forte definitivo” (Carneiro, 1995 [1942], p. 77). Essa ação isolada certamente não reverteria o caráter *selvagem* do lugar, mas, diante das circunstâncias, ao menos garantiria vantagens militares nas brigas contra outras nações do mundo *civilizado*:

A deficiência de população não permitia que os campos de Guarapuava fossem imediatamente conquistados aos indígenas. O que visava o Marques de Pombal era a realização das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, e não uma luta estéril com tribos de selvagens enfurecidos (1995 [1942], p. 78).

Assim, na imaginação de David Carneiro sobre o passado se misturavam os séculos setecentos e oitocentos e a ancestralidade de gerações distintas, casos de Afonso Botelho e de Diogo Pinto, assim como os patrimônios de Nossa Senhora do Carmo e do Atalaia, tudo entendido como partes de um processo que, embora anterior ao Brasil *nação*, foi definidor de seu futuro pertencimento territorial. Para ele, as movimentações das “bandeiras” com a gente do *Paraná* daquela época, um estado de uma nação ainda por serem criados, sempre tiveram sentido territorial e colonizador, ao contrário de outras “bandeiras” movidas pela ganância e interesses menos “altruístas”, destituídos de quaisquer sentidos “úteis” ao país:

[...] as bandeiras paranaenses do século XVIII e mesmo as do princípio do século seguinte, vizaram exclusivamente garantir a posse do – CERTAM – ou dilatar a conquista, quanto possível. As bandeiras paulistas para as Minas Gerais vizaram apenas o ganho. As nossas, mais humildes, porque nós apenas fomos integrar a obra daqueles, por nos termos emancipado demaziado tarde, as nossas, dizia eu, foram mais altruístas e mais uteis ao Brasil, na formação do seu território (Relatório Sphan nº 4).

Ao sustentar junto ao Sphan, em 1937, que essa antiga gente “nossa”, ancestrais de “nós”, os paranaenses do novecentos, vivera uma verdadeira “epopéia, nos heroicos feitos dos seus bandeirantes, que para o Brasil conquistaram o Rio Grande” (Relatório Sphan nº 4), por exemplo, ele afirmava, de forma talvez embrionária, ideias *nacionalistas* que seguiria refinando ao longo dos anos seguintes, provavelmente afetado pelas campanhas de civismo do Estado Novo e pelos contatos com o *nacionalismo* incentivado pelo Sphan.

Orgulhoso do patrimônio transmitido pelo fundador da *Fortaleza* fazenda fixada nos sertões do estado, o intelectual paranista sustentava que a projeção nacional da terra e da região vivida e experimentada pelos dois dependia de descendentes e “filhos” como ele(s): “Tivesse a comarca às dezenas filhos de sua envergadura, e o Paraná, ante o Brasil, como parte integrante dele, estaria mais acatado e mais forte” (Relatório Sphan nº 4).

Foi então que eu me lembrei de fazer o esquema geral das nossas bandeiras curitibanas, e com isso apenas, nessa ocasião, contribuí, junto com outros historiadores, para anular a nefasta idéia de cisão de um Estado, cujas passadas glórias não devem ser menos motivo de respeito para o Brasil inteiro, do que o são para nós, aqui nascidos (Carneiro, 1944a, p. 47-48).

Promover a (re)conexão sociológica do estado do Paraná ao Brasil, da *parte* com o seu respectivo *todo*, desfazendo a “nefasta ideia de cisão” entre eles, tinha muito a ver, portanto, com demonstrar e divulgar, também para fora do grupo dos “nós, aqui nascidos”, que o atual território do estado não se tratara, como sugeri(ri)am expoentes da imigração *adventícia* ou o adventício antiparanista Wilson Martins, um imenso *sertão*, marcado pelo *vazio*, sem (ante)passado e sem *realizações culturais e históricas*. Ou então, quando muito, um lugar de circulação dessas gentes adventícias, já que, “segundo a tese desenvolvida por um ilustre historiador brasileiro, teria surgido da passagem de elementos civilizadores, vindos do Sul para o Norte, pela Estrada do Viamão” (Carneiro, 1995 [1942], p. 24):

As histórias do Brasil tratam sempre do Paraná e dos paranaenses com muito pouco caso; aliás, não temos do que nos queixar. Humildes, quase sem história dentro do nosso solo, passagem e ligação entre grandes Estados, até se chegou a acreditar, como atrás ficou dito, que o Paraná fora fundado e desenvolvido nessa passagem (Carneiro, 1995 [1942], p. 215).

No mesmo ano em que escreveu essas irônicas linhas sobre as conexões da *parte* ao *todo*, David Carneiro reprisava a experiência de tradução dos diários de Saint-Hilaire trazendo para o português as narrativas de viagem de outro estrangeiro no Paraná do

oitocentos. Trata-se do livro *Pioneering in South Brazil*, que, segundo o próprio tradutor nos conta, trazia na edição estrangeira, uma “preciosidade” garimpada em julho de 1941 numa “loja de livros” em Washington, o seguinte “sub-título: ‘*tres anos de floresta e campo, vividos na provincia do Paraná*’” (Carneiro, 1942, p. 3, grifado no original).

Trouxe o opúsculo em questão a fim de destacar o desconforto que causava em David Carneiro, nessa época em que o estamos acompanhando mais de perto, quaisquer “impressões” – fossem elas contemporâneas ou até mesmo históricas –, que definissem o Paraná como uma grande floresta, ou um imenso sertão, vazio. Nesse sentido, o tradutor de Bigg-Whiter alertava que, embora em quase toda a narrativa não “se lhe nota um ezagero, e menos uma inverdade”, havia passagens em que o olhar objetivo daquele engenheiro do mundo civilizado, que em geral escrevera “o que vê, com calma e sobriedade”, se deixara trair pelo (preconceito e pelo) “ezagero a que teria sido levado pela aparência da selva”:

Sem duvida é da natureza humana a tendencia a ezagerar tudo o que dís respeito à pessoa que fala de si proprio: e o autor, Bigg Wither, na introdução, não falhou à regra, dizendo que esteve no interior do Brazil “*em meio de ferozes senas de selvagem natureza onde nenhum homem civilizado antes penetrou*” (Carneiro, 1942, p. 3-4, grifado no original).

Na opinião do contrariado David Carneiro, fora a “ignorancia das espedições historicas” a principal responsável por esse equívoco, que levava o visitante europeu a, precipitadamente, “dizer que andou ‘*em terras nunca antes pizadas por homens civilizados*’” (Carneiro, 1942, p. 4, grifado no original). Quem fosse bem informado sobre o passado dessa *parte do todo* brasileiro saberia que a área percorrida por Bigg-Whiter já havia sido trilhada antes pelos “bandeirantes curitibanos, parnanguáras e são-joséanos do seculo XVIII” (Carneiro, 1942, p. 4). Isso sem considerar os pioneiros portugueses, que há muito mais tempo haviam disputado esses sertões do estado com os jesuítas: “Bandeiras portuguezas, numa guerra de esterminio, comprimindo os padres da companhia de Jezus, palmilharam essas florestas, mordendo os calcanhares aos padres retirantes” (1942, p. 4).

Agora, uma pergunta. Aquele mapa histórico apresentado por David Carneiro ao Sphan, em 1937, não tinha exatamente o mesmo propósito, ou seja, preencher os *vazios* de ação civilizatória, com dados sobre a presença do (ante)passado brasileiro e paranaense?

Tendo esse projeto em mente, David Carneiro certamente viu na colaboração com o Sphan uma oportunidade ímpar de consagrar um lugar para sua terra no “mapa do Brasil passado” que estava sendo elaborado pela instituição federal, encarregada de “identificar obras de civilização espalhadas nesse mapa de extensão continental” (Rubino, 1996, p. 97).

Nesse sentido, a cartografia que fez dos “monumentos” e “ruínas” do patrimônio nacional em solo paranaense, cujas localizações foram cuidadosamente desenhadas à mão sobre um mapa rodo-ferroviário de 1925 (*Mapa I*), não ajudava a compensar, de alguma forma, os *vazios* demográficos (e históricos) do mapa original, que mostrava a metade oeste do estado bastante *selvagem* na comparação com o restante do território paranaense?

Se os indicativos de “cidades”, “villas” e “povoados” com expressivo adensamento populacional se concentravam, basicamente, no leste do estado, as sinalizações vermelhas de David Carneiro contribuía para redimensionar a amplitude da *civilização* no Paraná. Assim, o “mapa histórico” do Paraná esboçado por David Carneiro mostrava uma versão ligeiramente alternativa ao território retratado não só nos documentos históricos que consultara, como as citadas “cartas corográficas dos sertões”, mas na própria imaginação cartográfica de seu tempo. Nesse sentido, o *vazio* do oeste paranaense aparecia retratado não só no mapa de “estradas kilometradas” distribuído pela empresa ervateira da família desde janeiro de 1925, mas também na própria *Ilustração Paranaense*, que em 1929 exibiu numa seção de “Atualidade Paranaense” um mapa do estado em que só constavam três núcleos urbanos a oeste de Guarapuava. As cidades de Palmas, Clevelândia e Foz do Iguaçu (*Mapa II*), os únicos pontos pretos num enorme e (in)expressivo *vazio* cartográfico.



Mapa II - O Paraná em 1929. (Fonte: *Ilustração Paranaense*, 1929c).

Entretanto, o texto de abertura da mesma edição da revista paranista, de Romário Martins, funcionava como contraponto a essa imagem do *vazio*. Abordava o que chamava de “refluir das <<bandeiras>>”, uma movimentação econômica de “carreiras” que vinha

ocorrendo nessa região aparentemente intocada. Seus personagens faziam de suas rotas e andanças “aventuras idênticas” às dos <<bandeirantes>>, que “pesquisando e explorando a <<terra de ninguém>>”, se tornaram “triumfadores do sertão”. Ninguém estava, portanto, começando um desbravamento do “deserto, que abre clareiras para a passagem da civilização”, pois os homens “de Antanho e os de hoje se assemelham”, sendo estes últimos, numa linha de continuidade, os descendentes do “refluir das <<bandeiras>> que completam agora a sua obra formidanda, de quatro séculos de história...” (Martins, 1929).

Seguindo a mesma linha da figura mais influente do paranismo, David Carneiro fez de seu mapa do Paraná (ante)passado uma cartografia com pontos de civilização não muito recentes, que remetiam a mais de séculos, época de um país e de um estado ainda em fase de formação, e a figuras históricas de relevo, como um José Félix da Silva ou um Diogo Pinto, ambos tomados por David Carneiro como duas grandes “figuras”, dois “diamantes encastados na jóia que constitui a história colonial do nosso Estado” (1941b, p. 272).

Os bens que indicou para tombamento como “patrimônio nacional”, sinalizados no mapa histórico remetido ao Sphan, por sua vez, certamente traziam também o brilho dessa “jóia”. Nesse sentido, a classificação, ou adjetivação, de “colonial” foi uma recorrência nos textos redigidos por David Carneiro para sustentar suas propostas de tombamento federal.

5.3. O lugar do Paraná no “mapa do Brasil passado”: uma “parte” do país Colonial

Localizamos durante os trabalhos de campo uma série de fichas de catalogação de imóveis assinadas por David Carneiro. Sua identificação consta no campo reservado ao responsável pelo preenchimento, “O encarregado do Tombamento”. Eram fichas-padrão fornecidas pelo próprio órgão. No cabeçalho constam as identificações institucionais, como “Ministerio da Educação e Saude Publica” e a sigla “S.P.H.A.N.”, além de uma referência à forma institucional de categorizar os bens mapeados: todas as fichas assinadas por David Carneiro apresentam no cabeçalho a classificação na categoria de “Artes Eruditas”.

Metade dessas fichas dava conta de maior detalhamento sobre os 6 bens que David Carneiro indicara inicialmente. Outras 6 fichas, porém, engrossavam a listagem preliminar. Foram fichados 12 bens, portanto. Mesmo ampliado o universo de bens tombáveis, as indicações de David Carneiro se atinham basicamente ao mesmo horizonte geográfico. A Lapa e Paranaguá continuavam a ser lugar privilegiado dos imóveis dignos de receberem a chancela de patrimônio histórico da nação. A Casa de Câmara e Cadeia da Lapa era um

deles. Em Paranaguá, por sua vez, David Carneiro arrolou a Casa do Visconde de Nacar e as igrejas Matriz, da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e de São Benedito.

Além dessas 3 igrejas parnanguaras, David Carneiro incluiu nessa segunda leva de indicações de tombamento a ficha de identificação de uma quarta edificação religiosa, a igreja matriz de Guaratuba. As cartas trocadas com Rodrigo em 1937 não nos permitem concluir quando, ou como, foi sendo ampliado esse universo de bens tombáveis no Paraná.

É interessante notar, porém, que até o fim do mês de maio de 1937 as cartas não se referiam a nenhum bem além daqueles 6 indicados inicialmente. Em 1º de junho, porém, David Carneiro trazia uma novidade, informando que, salvo a realização da documentação fotográfica necessária, os trabalhos de identificação se encontravam “em franco andamento”, na medida em que “estão bem adiantadas as partes referentes á fazenda Fortaleza e á fortaleza de Paranaguá”, bens anteriormente relacionados, mas que também a realização da “parte referente á capela de S. Luis de Guaratuba já está pronta” (Carta 14).

David Carneiro certamente não estava fazendo referência aos fichamentos, mas sim aos relatórios datilografados que acabaria remetendo ao Sphan. Localizamos uma série de 7 desses relatórios, de tamanhos e conteúdos díspares, mas geralmente organizados sob uma mesma estrutura. Continham um texto inicial de caráter mais autoral, descrevendo os bens e contando resumidamente suas trajetórias, seguido de uma ou mais transcrições de trechos tirados de outras obras sobre o tema, geralmente de autores como o próprio David Carneiro, do Saint-Hilaire traduzido por David Carneiro, do memorialista de Paranaguá Antonio Vieira dos Santos e do historiador paranaense Agostinho Ermelino de Leão.

Esses textos, todos não manuscritos, vinham sem identificação de autoria e sem datação. A única exceção, para nossa satisfação, foi justamente o relatório sobre a igreja matriz de Guaratuba (Relatório Sphan nº 2). Ao término de cada uma das 3 partes do documento de 9 folhas, incluindo a capa, David Carneiro vistava o conteúdo datilografado. Escreveu a mão, seguido da sua assinatura, um “Visto” e um “Conforme” nas duas partes do relatório em que foram transcritos, respectivamente, um documento histórico sobre o tema e o conteúdo dos “Trechos extraídos do livro de Saint Hilaire, VIAGEM NO INTERIOR DO BRASIL EM 1820. Traduzido do original francês por David A. da Silva Carneiro, á Fls. 238 a 243” (Relatório Sphan nº 2). No trecho mais autoral e descritivo do relatório, por sua vez, David Carneiro assinou e datou à mão a folha datilografada, fazendo constar um “Curitiba, 26 de Maio de [1]937” (Relatório Sphan nº 2). Quase na mesma época, portanto, em que comunicava ao Serviço do Patrimônio a proximidade de conclusão dos trabalhos, informação reforçada na carta seguinte, de 16 de junho de 1937 (Carta 21):

Dos relatórios dos monumentos artísticos e históricos do Paraná, a parte de documentação já está, toda ela, passada à máquina. Estão faltando apenas as fotografias e a descrição resumida de cada um deles. Mas no próximo dia 21, devem sair daqui o Miranda e o fotógrafo para tomarem medidas e fotografarem tudo o que deve ser descrito e relatado. Espero, pois, poder, logo, ver-me deencumbido dessa parte da missão que o meu prezado amigo me deu.

Só depois de praticamente concluído esse trabalho é que David Carneiro teve acesso às fichas de identificação que acabou preenchendo na quantidade de 12 unidades. Em 30 de junho de 1937 ele comunicava ao diretor do Sphan que “Hoje recebi as fichas”, mas que as informações inseridas antecipadamente nos relatórios talvez permitissem o preenchimento das fichas nos escritórios da sede da repartição: “A meu ver, com os dados que lhe vou mandar, teria o Sr. todos os elementos para fazer aí a ficha” (Carta 23).³¹

Uma das razões que motivou a incerteza em dar conta das fichas foram as dúvidas em relação à maneira correta de preenchimento de seus campos. Ao tomar contato com o modelo de ficha, por exemplo, o paranaense questionava o diretor do Sphan se no “título ‘Autoria’ – se entende autoria do projeto, da construção, ou da ordem de autorização (rei ou governo)?” (Carta 23). Apesar das dúvidas, na mensagem seguinte David Carneiro remetia as fichas preenchidas: “Fiz aqui, também, as fichas; estudei o caso e achei que podia mandá-las cheias. Se não estiverem perfeitas, peço-lhe que me desculpe” (Carta 24).

Essa correspondência, de 16 de julho de 1937, parecia uma espécie de prestação de contas de uma etapa concluída, em que o interlocutor paranaense do Sphan remetia uma série de materiais sobre o universo de bens que, para ele, demandavam patrimonialização:

Foram com os dados e as fichas, as fotografias, separadas em sobre-cartas, o mapa do Estado do Paraná assinalando os pontos fichados, e os lugares históricos [...] Peço desculpas, mais uma vez, se não estive à altura do que me propus fazer. Estou sempre às suas ordens também, para acrescentar ou corrigir o que não estiver perfeito (Carta 24).

Nesse universo de bens fichados, fotografados e mapeados não parecem ter sido incluídos, em acréscimo às 6 sugestões iniciais de tombamento, outros imóveis além da já mencionada igreja matriz de Guaratuba. Na sua carta de 16 de julho, David Carneiro dizia ter “o prazer de comunicar que hoje remeti, registados [sic], os dados relativos à Fortaleza de Paranaguá, à igreja de Guaratuba, à Fazenda Fortaleza e à cidade da Lapa” (Carta 24).

Ao mandar a documentação sobre esses bens, teria restado alguma coisa para enviar depois? Ou não, e David Carneiro conseguiu reunir tudo aquilo que imaginava naquele momento, atendendo assim ao planejamento transmitido ao seu superior institucional na

³¹ Tomando como parâmetro São Paulo, há bons indicativos para concluirmos que houve nessa época uma distribuição das fichas da área central para os “assistentes técnicos” nos estados. Em 26 de junho de 1937, Mário de Andrade era informado por Rodrigo Melo Franco de Andrade que “Envio hoje a Você, sob registro, 50 fichas destinadas ao tombamento de arquitetura nesse estado” (Andrade, 1987a [1937], p. 132).

carta anterior, um plano segundo o qual, como deveria “seguir para o Uruguai no próximo dia 10, [...] dezeitaria remeter o tombamento completo para aí, antes de partir” (Carta 23)?

Nas cartas a que tivemos acesso, não há qualquer indicativo de que Rodrigo tenha pedido complementações ou a inclusão de bens não inventariados a David Carneiro, muito embora o paranaense tenha sempre se colocado à disposição para fazer isso, caso fosse preciso. Em carta remetida quase dois meses depois do envio do material de identificação, David Carneiro perguntava a Rodrigo: “Já teve ocasião de verificar o nosso trabalho? Saú o que dezeitava, ou são muitas as incorreções e as falhas? Ainda estamos com as mãos na massa, e podemos corrigir ou aperfeiçoar tudo o que seja necessario” (Carta 30).

O fato, contudo, é que as 12 fichas dão conta de um universo ampliado em relação àquele que fora inicialmente delimitado na primeira carta de indicação de “obras notáveis”.

Todas as fichas de bens que tiveram processos de tombamento abertos durante o ano de 1938 obedeciam a uma numeração em sequencia, que vai do “1” ao “8”, anotada a lápis no campo “Tombamento sob o nº”, provavelmente pelo próprio David Carneiro. Os bens que não tiveram processos instruídos naquela época, por sua vez, foram identificados pelas últimas quatro fichas da série de doze, ou seja, as fichas nº 9, 10, 11 e 12. O palacete Visconde de Nacar e a igreja matriz de Paranaguá até hoje não foram reconhecidos individualmente como patrimônio cultural brasileiro. As igrejas de São Benedito e da Ordem Terceira de São Francisco, também de Paranaguá, por sua vez, só seriam tombadas nos anos 1960, quase ao fim da gestão de Rodrigo Melo Franco à frente da instituição.

Lista IV - Bens Identificados por David Carneiro no Paraná

Ficha nº	Bem identificado	Processo de Tombamento	Relatório
1	Convento dos Jesuítas, de Paranaguá	101-T-38 (tombamentos diversos)	Sim
2	Igreja São Luís de França (Matriz), de Guaratuba	21-T-38 (tombamento duplo)	Sim
3	Fortaleza Nossa Sra. Prazeres, de Paranaguá	101-T-38 (tombamentos diversos)	Sim
4	Fazenda Fortaleza, de Tibagi	107-T-38	Sim
5	Igreja Santo Antônio (Matriz), da Lapa	21-T-38 (tombamento duplo)	Sim*
6	Casa de Câmara e Cadeia, da Lapa	106-T-38	Sim*
7	Casa onde morreu o Coronel Gomes Carneiro, da Lapa	108-T-38	Sim*
8	Casa do Coronel Joaquim Lacerda, da Lapa	29-T-38	Sim*
9	Casa do Visconde de Nacar, de Paranaguá	-----	Não
10	Igreja da Ordem 3ª. São Francisco, de Paranaguá	-----	Não
11	Igreja Matriz, de Paranaguá	-----	Não

12	Igreja de São Benedito, de Paranaguá	-----	Não
x x x x	Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística, Pertencente ao Museu David Carneiro	40-T-38	Não
x x x x	Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística do Museu Paranaense	140-T-38	Não
x x x x	Ponte dos Papagaios, em Palmeira	-----	Sim
x x x x	Quartéis em Curitiba	-----	Sim

* Relatório Sphan nº 5 (Cidade da Lapa). Fonte: ACI - Rio de Janeiro.

Todas as fichas não contam com datação. Se nas 8 primeiras fichas, porém, o representante do Sphan no Paraná assinava simplesmente “David Carneiro”, escrito por extenso, nas últimas 4 fichas aparece firmado seu nome quase completo, com o segundo nome abreviado: “David A. da Silva Carneiro”. Um sugestivo indício de que estamos lidando com documentos produzidos em momentos distintos. Esse detalhe me parece definitivo no sentido de deduzirmos que as fichas de bens não tombados naquele contexto foram encaminhadas depois das fichas que geraram a abertura de processo de tombamento.

O que estamos procurando sugerir é que o insucesso na indicação de alguns bens para tombamento pode ter ocorrido em função de outras circunstâncias que não uma pouca provável diferença de entendimentos sobre o que constituía nosso patrimônio histórico e artístico nacional. Conforme já mencionamos, a atenção ao nosso (ante)passado “colonial”, (formado de) gente luso-brasileira, alinhava a área central e o assistente técnico, o órgão federal estadonovista e o membro paranista anos depois processado pelo seu regionalismo.

Ao descrever o Antigo Colégio dos Jesuítas, por exemplo, sublinhava se tratar de “uma construção em estilo colonial” (Relatório Sphan nº 1). A mesma qualificação era conferida não só à “Fortaleza colonial da Barra de Paranaguá” (Ficha Sphan nº 3), mas também à “Igreja Colonial de Guaratuba” (Ficha Sphan nº 2), edificação cuja arquitetura possuía um “frontal, de puro estilo colonial” (Relatório Sphan nº 2), que se combinava a um “campanário encimado igualmente por ornatos coloniais” (Ficha Sphan nº 2).

Mesmo imóveis que acabaram não sendo tombados naquele momento receberam a chancela de herança dos tempos coloniais. É o caso da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em Paranaguá. Conforme a descrição de David Carneiro, a “igreja, como todas as construídas ao tempo do Brasil Colonial, divide-se em Corpo e Sacristia”. Uma mirada da rua, por sua vez, permitiria concluir que as “linhas exteriores do templo são simples, havendo como motivos ornamentais apenas o frontal, de puro estilo colonial” (Ficha Sphan nº 10). Outra edificação religiosa da cidade, a Igreja de São Benedito, também tinha entre as razões para ser patrimonializada e protegida pelo governo federal a

importante circunstância de que sua “construção é em estilo colonial” (Ficha Sphan nº 12). Assim como a outra igreja colonial parnanguara, suas “linhas exteriores são simples, tendo como motivo ornamental apenas o frontal, em puro estilo colonial” (Ficha Sphan nº 12).

Idêntica caracterização cabia à Igreja Matriz da cidade, de fachada “simples, tendo como motivo ornamental apenas o frontal, em puro estilo colonial” (Ficha Sphan nº 11). A configuração desse frontal, aliás, é o que restava de original na edificação, que dava mostras de ter sofrido “modificações, salientando-se a do campanario e a da parte interior”:

Na fachada, do lado esquerdo, está o campanario. De seu primitivo tipo nada conserva, visto ter sido reformado [...] sem a mínima preocupação de conservar o seu primitivo estilo, só lhe trouxe, como consequência fatal, o desacordo com o frontal, que, esse sim, conserva o tipo primitivo (Ficha Sphan nº 11).

Se a descaracterização era uma realidade da Matriz de Paranaguá, a mesma não afetara a Igreja de São Benedito. Esta, segundo David Carneiro, era o exemplar mais íntegro da cidade, remetendo à antiguidade da sua ocupação: “De todas as construções coloniais, de Paranaguá, é a única que conserva seu aspéto primitivo” (Ficha Sphan nº 12).

Se no litoral eram as ligações com o passado colonial do estado que davam o tom das justificativas em favor do reconhecimento como patrimônio nacional, em relação à arquitetura de serra acima as razões eram idênticas. Na Lapa, por exemplo. A Casa do Coronel Joaquim Lacerda tinha um “estilo colonial de pedra e cal” (Ficha Sphan nº 8), enquanto sua Casa de Câmara e Cadeia também era “em estilo colonial, pedra e cal e com dois andares” (Ficha Sphan nº 6). Ambas combinavam, portanto, com a Igreja Matriz de Santo Antonio, identificada por ele como “Igreja Colonial da Lapa” (Ficha Sphan nº 5).

A Fazenda Fortaleza, *jóia* da trajetória colonial do estado, não poderia se tratar de outra coisa que não de uma casa “em estilo colonial, toda de pedra” (Ficha Sphan nº 4), sendo também descrita como uma casa “de estilo colonial, baixa” (Relatório Sphan nº 4).

Dos 12 bens fichados por David Carneiro, apenas 2 não traziam referências sobre o pertencimento ao nosso acervo “colonial”. A Casa do Visconde de Nácar, que se tratava de construção dos tempos do pós-independência, “característica do segundo quartel do século passado” (Ficha Sphan nº 9), e a casa da Lapa “onde morreu o General Carneiro”, que, embora estivesse “toda remodelada”, sendo assim “difícil [...] dar seus caracteres exatos”, provavelmente se tratava de imóvel da “Metade do século passado” (Ficha Sphan nº 7).

Na atenção e valorização do nosso (ante)passado “colonial” encontramos, então, um importante fator de combinação entre o regionalismo paranista de David Carneiro e o tipo de projeto nacionalista levado adiante pelo Sphan. E aí entra em jogo, também, outro elemento central para ambos os grupos, o *diacrítico* da tradição cultural “luso-brasileira”.

Nesses dois componentes, por sua vez, se encontra o núcleo da desavença com expressões outras do regionalismo paranaense, como o (anti)paranismo proposto por Wilson Martins.

Quanto a isso, Márcia Chuva destacou entre os textos *programáticos* do primeiro número da revista do Sphan um artigo do consagrado Gilberto Freyre, intitulado *Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colônias*, em que o autor pernambucano lançava um olhar sobre a “produção artística colonial que reafirmava a noção de nação constituída, primordialmente, pela cultura portuguesa” (2003, p. 323).

Ainda segundo as impressões de pesquisa dessa historiadora, podemos observar nos textos dos “números subsequentes da *Revista*” que sua “preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro” (Chuva, 2003, p. 324-325).

Essa associação entre o “tipicamente brasileiro” e uma “ancestralidade portuguesa” foi um dos fatores que motivou o disseminado uso institucional da categoria de luso-brasileiro, que combinava essas duas ideias sobre nossa formação histórica, social e étnica. Um texto do doutrinador Lucio Costa na *Revista do Patrimônio*, por exemplo, trazia *Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro*, iniciadas com um destaque à ascendência e imposição da *Cultura* e civilização do europeu português sobre as demais *culturas* do país:

Tendo o Brasil permanecido como colônia portuguesa até 1822, é natural que o nosso mobiliário seja, antes de mais nada, um desdobramento do mobiliário português. Se o material empregado era, isto sim, bem brasileiro, aqueles que o trabalharam foram sempre ou portugueses filhos mesmo de Portugal [...] ou, quando nascidos no Brasil, de ascendência exclusivamente portuguesa, ou então mestiços, misturas em que entravam, junto com o do negro e do índio, dosagens maiores ou menores de sangue português. Quanto ao negro ou índio sem mistura, limitava-se o mais da vezes a reproduzir moveis do reino e de qualquer forma se fazia mestre no ofício sob as vistas do português (Costa, 1939, p. 149).

É importante sublinhar, quanto a isso, que a valorização do luso-brasileiro era um fator de controvérsia no que dizia respeito à consagração de uma ideia de nação *moderna e civilizada*, e que essa defesa se chocava em vários aspectos não só com outras “identidades hifenizadas”, mas com a própria crítica que se estava fazendo a essa tradição cultural.

Exemplo disso é que “nas ciências humanas o Colonial passava a ser entendido como a origem das mazelas nacionais, um passado a ser superado”, tese que sustentava as leituras de país de gente “como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros [que] estavam refinando as bases do paradigma historiográfico brasileiro que tinha por pressuposto a crítica do passado colonial português”, uma revisão feita na “mesma altura em que nossas vanguardas artísticas modernistas saíam a campo” (Pereira, 2009, p. 11).

Quase ao mesmo tempo, portanto, em que o Sphan dava os primeiros passos de sua trajetória institucional em defesa da proteção do nosso patrimônio colonial luso-brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda lançava, em 1936, seu livro *Raízes do Brasil*, em que a nossa “herança ibérica” era tida como “sinônimo de atraso e anacronismo” e o “grande obstáculo para a criação de uma *grande nação moderna*” (Souza, 2001, p. 80, grifado no original).

Essa reflexão intelectual de um grande e renomado intérprete do país, por sua vez, espelhava de alguma maneira o que estava acontecendo na sociedade mais ampla, inclusive entre pensadores de muito menor expressão, nos quais se apresentava “um sentimento anti-lusitano exacerbado no período republicano”, que acabou atribuindo enorme negatividade e desconfiança à “herança portuguesa na formação do Brasil” (Botelho, 2005, p. 120).

Num trabalho em que discute a relação entre “etnicidade” e a “identidade nacional” do país, o brasilianista Jeffrey Lesser (2015) notou que a “invenção da brasilidade” se deu num ambiente de relativo desconforto com nosso (ante)passado ibérico. Assim, se em “fins do século XX, eram muitos os brasileiros que associavam os problemas do país ao fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal” (Lesser, 2015, p. 60), cem anos antes, em “fins do século XIX, os portugueses muitas vezes eram descritos pelas elites e pelas massas ao mesmo tempo como brancos e não brancos” (p. 150). Esse *desembranquecimento* era promovido pelo imaginário depreciativo de que “os problemas brasileiros resultam da colonização pelos portugueses” (p. 153), o que deslocava nossos primeiros *européus* para baixo na escala das “hierarquias raciais que colocavam a raça branca no topo” (p. 110).

Um exemplo trazido por Lesser de que “o significado de ser branco” sofreu sempre “nítida transformação” é, aliás, contemporâneo ao momento que estamos aqui observando:

O deputado federal Acylino de Leão o resumiu com clareza em 1935, quando a Câmara dos Deputados votou a favor da concessão de subsídios aos imigrantes japoneses, mas não aos portugueses: “Os colonos japoneses [...] são ainda mais brancos que os portugueses”, declarou ele (Lesser, 2015, p. 46).

David Carneiro, em sentido absolutamente contrário, sistematicamente denunciava esse tipo de argumento que, ao final das contas, “nos inferioriza” (1944a, p. 26). Para o intelectual paranista, “Maldizendo o português, menosprezamos a nossa raça de origem, enquanto o imigrante alemão, polonês, e italiano, mantêm (sempre mantiveram), a ligação metropolitana”, sendo que, na verdade, a estratégia (étnica) de não inferiorização de *nós*, os nativos, os “paranaenses de sangue luzo-índio”, deveria ser muito diferente, “opondo a cultura luza, que seria equivalente, à européia, que eles gabam” (Carneiro, 1944a, p. 26).

Essa tentativa de reverter os processos de inferiorização da nossa tradição étnica e cultural portuguesa, desqualificada como não “equivalente” da “gabada” (e ambicionada)

cultura europeia, identificava David Carneiro com os projetos institucionais do Sphan, que estava batalhando para associar nosso (ante)passado ibérico à modernidade e à civilização. Tentando fazer aceita, por exemplo, uma nova “historiografia da civilização material no Brasil, absolutamente pautada na ideia da influência majoritária portuguesa na formação brasileira, apropriada e adaptada a ponto de criar algo inteiramente novo” (Chuva, 2009, p. 323), e lançando um olhar positivo sobre a arte dos nossos tempos coloniais, valorizador do nosso “barroco, até então desqualificado, inclusive pelos padrões europeus” (p. 323).

A arquitetura colonial luso-brasileira passou a ser (re)conhecida, ao menos desde aqueles “modernistas” anos de 1920 e 1930, como sendo uma coisa típica do país, nacional porque autêntica, em descrédito das arquiteturas que a sucederam, tidas como estrangeiras:

A arquitetura colonial foi privilegiada não somente pela sua ancianidade (valor comumente partilhado no âmbito da preservação cultural no mundo ocidental), mas porque foram-lhe atribuídas características que, segundo as concepções modernistas, distinguiam-na como primeiro momento de uma produção autenticamente nacional. Foi diferenciada, dessa forma, do que veio depois, considerado como importado (produção relativa ao século XIX e começo do século XX) (Chuva, 2003, p. 329).

O que gostaria de sublinhar, disso tudo, é o quanto essa retórica e esse pensamento institucionalizados no Sphan tinham de componentes desautorizando, no campo dos símbolos de identidade da nação, as contribuições da recente imigração europeia ao país, minimizadas como sendo simples *cópias* ou *importações* daquilo que vinha do *estrangeiro*.

Eis, portanto, um importante elemento de combinação entre os projetos do Sphan e os do pensador paranista David Carneiro, a(u)tor social que, como vimos, enxergava a si e a seu círculo como representantes da *civilização* em terras paranaenses e, portanto, no país.

Assim, se todos os esforços do Sphan concorreram para dar à nação brasileira a “profundidade histórica pretendida” (Rubino, 1991, p. 127), que deveria remeter a “uma história remota e originária”, componente fundamental para montar “uma genealogia da nação brasileira” ou uma “ancestralidade para a nação” (Chuva, 2009, p. 48), penso que o regionalismo paranista – não só de David Carneiro, mas também de outras figuras locais criticadas pelo seu nativismo, tradicionalismo e má vontade com a mudança imigrante –, seguiu rigorosamente o mesmo caminho. Num sentido muito particular, porém, de mostrar essa profundidade histórica, remissiva a uma ancestralidade luso-brasileira, no seu Paraná.

Naqueles primeiros anos “o ‘patrimônio nacional’ foi definido em termos de um nacionalismo conservador” pelo Sphan do Estado Novo, centrado na convicção de que “a substância da ‘identidade nacional’ dependia da sua origem lusitana” (Chuva, 2009, p. 239-240). Tal diretriz levou, por exemplo, a que se “julgasse inoportuno o tombamento” no

Rio Grande do Sul de uma centenária “habitação do primeiro colono alemão, [construída] no ano de 1824” (2009, p. 287), e, conforme os relatórios técnicos da casa, “principalmente no momento presente, que é o da maior intensificação da nacionalização”.³²

Por sua vez, na também sul-brasileira “minha Terra Curitibana” de David Carneiro (Carta 8), o *último dos paranistas* e assistente do Sphan elogiava *todas as campanhas de sadio nacionalismo* dirigidas às famílias de *colonistas adventícios* que insistiam em preservar *tradições de além-mar* em descrédito de uma cultura que remetia a *famílias mais antigas*, de luso-brasileiros aqui chegados muito antes da chegada deles. Gente *civilizada* que deixara uma história colonial que estava sendo *apagada* no *surto civilizador* de *raças não ibéricas* que se *sentia* no estado, para sua *tristeza*, já que “sou efetivamente a única pessoa que defende o patrimônio histórico e artístico do Brasil, nesta região” (Carta 2).

Considerando-se voz isolada e minoritária na resistência aos efeitos negativos do surto imigrante experimentado no estado, o paranista de fato vinha, como chegou a sugerir a Rodrigo, “há muito, tomando a mim, encargos que deversem estar às mãos de delegados” do novo órgão federal (Carta 2). Antes de se sentir prestigiado institucionalmente como o “delegado” regional na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, ele já utilizava suas possibilidades e armas na denúncia e reversão do “falso espírito de progresso” que levava à demolição da “velha matris de taipa” da capital, “destruindo uma das últimas obras tradicionais de Curitiba antiga” (Carneiro, 1934b, p. 162). E o pior, para ser *apagada* e substituída por uma obra de inspiração adventícia, dando “lugar a uma mediocre catedral gótica, feita em tijolos”, fato que “não podemos deixar de lastimar” por ser mais um dos exemplos de que “por aqui tão pouca gente respeita tradições” (Carneiro, 1934b, p. 162).

Para ele, tanto no Paraná quanto no Brasil havia uma história “já feita” e tradições que precisavam ser respeitadas e mantidas pelos representantes de outras tradições:

alemães e poloneses timbram em conservar tradições européias que trouxeram para o Brasil, desinteressando-se por completo da história que aqui encontraram já feita, já escrita, já vivida e que todos os filhos da terra, aqui nascidos tem obrigação de continuar, não de desvirtuar ou contrariar (Carneiro, 1951b, p. 9).

Havia, porém, gente de famílias adventícias que dava bons exemplos, como um veterano da Força Expedicionária Brasileira que se juntara ao país na II Guerra Mundial porque “se sentiu filho deste País e deste Estado”, conciliando brasilidade com paranismo:

Ele era filho ou neto de poloneses. Integrou-se no Brasil, porque se sentiu filho deste País e deste Estado. Tomou consciência das suas obrigações. Acorreu ao chamado da Pátria. Foi servi-la e por ela morreu bravamente, dignamente, [...]

³² *Relatório de viagem de Paulo Thedim Barreto* [arquiteto da sede do Sphan]. Dezembro de 1940. Arquivo Central do Iphan (ACI) - Série Obras (SO) (Apud: Chuva, 2009, p. 287).

testemunho eloquente de que não morre para os corações dignos aqueles que foram dignos de alimentar a chama sagrada do devotamento e do patriotismo (Carneiro, 1951b, p. 9).

Uma das razões que levou Benedict Anderson a estudar a nação como comunidades imaginadas foi o fato de que ela parece ser realmente “concebida como uma profunda camaradagem horizontal”, a despeito e “independentemente da desigualdade e exploração efetivas que possam existir dentro dela”, um sentido de “fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas” (2008, p. 34).

O mesmo parece valer também para o intelectual David Carneiro, cujo trecho acima é apenas uma das várias passagens de sua obra em que externou compreensão para com aqueles que se dispuseram a se sacrificar e a morrer pela comunidade imaginada Brasil.

As mesmas motivações de caráter étnico nos ajudam a compreender e a explicar, portanto, as identidades aparentemente contraditórias conferidas a David Carneiro durante sua trajetória intelectual. Regionalista, quase sempre. Às vezes, porém, mais nacionalista. Sempre, porém, enormemente nativista e desconfiado em relação aos “adventícios”, especialmente os estrangeiros, em quem via uma ameaça à arquitetura colonial do Paraná e à língua pátria, ambos patrimônios transmitidos pelos portugueses: “Monumentos coloniais que ainda possuímos devem ser tão ciosamente preservados como a própria língua portuguesa que as colonizações posteriores tendem a deturpar” (Carneiro, 1950a, p. 37).

Assim, se o Sphan assumiu mesmo a bandeira de um nacionalismo conservador, nada muito diferente aconteceu com David Carneiro. Intelectual ligado a uma tradicional família ervateira curitibana, fez de seu *regionalismo nacionalista* uma frente conservadora de resistência às mudanças sociais trazidas pelo acesso e sucesso de *adventícios* no estado justamente num momento de profundas incertezas na até então pouco ameaçada cultura do mate. Seguindo Ricardo Costa de Oliveira (2001), se de fato *História psicológica do Paraná* é mesmo “o mais importante livro sobre o ‘paranismo’”, muito disso se deve a ele ser o resultado de um olhar sobre a realidade regional que “já pensa a situação de um *status quo* em crise”, deixando ver, assim, “a relação do pensamento com um contexto” (p. 184).

Ao contrário dos desdêns em relação à nossa ascendência ibérica, “David Carneiro sempre exaltou a sua origem portuguesa”, como já foi apontado por uma estudiosa de sua enorme produção editorial (Machado, 2012, p. 21), que inclui as cartas trocadas com o pai durante a vida de estudante, que resultaram em dois livros. O primeiro deles, de 1928, trata-se de uma compilação simples dessas correspondências. Republicadas depois, em 1938, essas cartas passaram a vir acompanhadas de uma *Biografia do Cel. David Carneiro*,

onde o paranista tenta inicialmente traçar sua linhagem familiar, fazendo “a reconstituição do quadro dos antepassados do Coronel David Carneiro, meu Pai” (Carneiro, 1938a, p. 7).

Esse “mapeamento genealógico” (Machado, 2012, p. 21) remetia a uma ancestralidade bastante antiga, que, segundo David Carneiro, retrocedia no tempo a “aí por 1656” e à figura de um “capitão de milícias do reino”, antepassado que, ao ser transferido da Europa para a colônia portuguesa do outro lado do Oceano Atlântico, iniciara o “tronco das famílias Carneiro nos varios ramos espalhados pelo Brazil” (Carneiro, 1938a, p. 6).

Assim, não era sem grandes componentes de orgulho étnico que David Carneiro afirmava que sua linhagem familiar e sua ancestralidade podiam ser achadas na *Nobiliarquia Portuguesa*, obra “escrita por Vilas Bôas Sampaio em fins do seculo XVIII, [qu]e á pagina 259, fás [...] referencia á familia, em Portugal” (Carneiro, 1938a, p. 7).

Esse mesmo orgulho étnico era estendido, também, às suas miradas sobre o passado da coletividade – fosse da nação ou da região –, que, segundo sua concepção, fora marcado pela personalidade do colonizador português. Como Afonso Botelho de Sampaio e Souza. Um “fidalgo de linhagem ilustre”, da “província de Trás os Montes” (Carneiro, 1995 [1942], p. 66), Afonso Botelho era só mais um grande nome entre os “homens ilustres” da história lusitana, mas uma figura ímpar na trajetória do Paraná, como “parte do Brasil”:

Grande homem hospedou o Paraná! Se algum dia houver outro da sua envergadura, timoneando o barco administrativo nesta parte do Brasil, certo tratará de ir a Portugal, onde tantíssimos homens ilustres encheram sua história no século XVIII e onde mais um pouco de cinza não fará grande falta, e dessa terra de heróis que deu Vasco da Gama, Albuquerque, Camões e o admirável marquês de Pombal, há de trazer para culto dos venerantes, dos cultores do passado, os ossos sagrados do coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza! (Carneiro, 1995 [1942], p. 79).

Na concepção de David Carneiro, boa parte do patrimônio “nacional” indicado ao Sphan era consequência da passagem desse filho da “terra de heróis” chamada Portugal por aquilo que no futuro seriam territórios brasileiro e paranaense. Por ter fundado “a povoação de Guaratuba, à qual dá uma linda igrejainha”, além de erguer na “Lapa a igreja que até hoje tem, de heróicas tradições”, é que se poderia deduzir que “Sampaio e Souza foi o grande construtor do Paraná no terceiro quarto do século XVIII” (Carneiro, 1995 [1942], p. 63). A “fortaleza colonial da Barra de Paranaguá”, por sua vez, só estava lá, sujeita a ser tombada e protegida em 1937, porque sua construção, começada “em 19-1-1767 e terminada em 23-4-1769”, fora “dirigida por Afonso Botelho de Sampaio e Souza” (Ficha Sphan nº 3).

Muito embora seu notório nativismo, fosse ele externado em paranismo ou em nacionalismo, o fizesse crítico daqueles que pretendiam manter “tradições trazidas de além

mar” (Carneiro, 1944a, p. 83), a cabeça de David Carneiro parecia também estar bastante voltada para além mar, mais precisamente para seus ancestrais “ibéricos”, para Portugal.

Seu mapa histórico do Paraná encaminhado ao Sphan, por exemplo, tinha inspiração em iniciativas semelhantes existentes em Portugal, conforme confidenciou a Rodrigo ao mencionar o “projeto que ha muitos anos acalento”, de montar “mapa historico semelhante ao que conheço de Portugal, e em que figuram não só os monumentos, mas os lugares historicos, os castelos, e até os campos de batalha daquele país” (Carta 6).

Daquela “terra de heróis” também vinha uma inspiração constante para seus trabalhos de história militar, certamente um dos autores mais continuamente citados por David Carneiro. O engenheiro-historiador português Latino Coelho (1825-1891), nome de referência que aparece mencionado, inclusive, nos relatórios enviados ao Sphan (Relatório Sphan nº 4). Aliás, suas definições sobre a correspondência entre as nacionalidades e a universalidade, combinando noções românticas e iluministas, eram bastante compatíveis com as do Sphan, já que, segundo a leitura de David Carneiro, “Latino Coelho mostra [...] muito bem em sua ‘História Militar de Portugal’” que “as partículas geográficas e étnicas que se denominam nações [...] fazem parte do todo que é a Humanidade” (1952, p. 57).

Ao narrar a satisfação de publicar um livro sobre as impressões deixadas pela visita de *D. Pedro II na província do Paraná* (Carneiro, [s.d.]), um “ponto de referência, aos leitores interessados nos assuntos locais” que se somava à “gloria de traduzir Saint-Hilaire, na parte do Paraná, popularizando-o no meu estado” ([s.d.], p. 133), David Carneiro traçava um paralelo com as estratégias teórico-metodológicas do seu modelo português:

Escrevendo sôbre a História Militar de Portugal, Latino Coelho sentiu necessidade de se socorrer das descrições dos viajantes sempre que lhe falharam documentos pròpriamente portugueses [...] É isso que se pode repetir para o século XIX para o Brasil e especialmente para o Paraná (Carneiro, [s.d], p. 133).

Se Latino Coelho era uma referência historiográfica, outro nome português o ajudou quando decidiu se aventurar pela ficção. Ao contar, numa “Explicação Preliminar”, que ainda “não havia escrito romances”, sendo “esta a primeira vez que o fiz com o ‘Drama da Fazenda Fortaleza’”, o autor faz reverência à literatura do “inegalável EÇA DE QUEIROZ” (Carneiro, 1941a, p. 7, 8). É outro escritor lusíada que acompanha, porém, o desenvolvimento da narrativa. Dos 20 capítulos da obra, nada menos que metade conta com epígrafes tiradas de *O bobo*, romance histórico de Alexandre Herculano (1810-1877).

Assim, muitas das suas maiores fontes de inspiração intelectual passavam por Portugal e seus grandes nomes no processo de *Evolução moderna* (Carneiro, 1941c), indo de Latino Coelho, “cujos ‘historicos’ (estudos biograficos) de grandes tipos universais,

mas especialmente portugueses, são notabilísimos”, a Alexandre Herculano, escritor com quem em “Portugal o movimento romantico se iniciou” (Carneiro, 1941c, p. 50).

Vejamos, então, um breve trecho de *O bobo* de Alexandre Herculano, onde são destacadas e valorizadas as virtudes portuguesas e as suas valiosas contribuições para o mundo ocidental, comparando com o que David Carneiro afirmava sobre o mesmo tema. Herculano, primeiro. Para o autor, o país das grandes navegações de além-mar não era:

[...] a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do século XV. Dir-se-ia um povo predestinado. Quais seriam hoje de feito as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização atual do gênero humano seria a mesma que é? (Herculano, 1997 [1878], p. 17).

Agora, David Carneiro. Para ele, no que se refere ao “ciclo das grandes nevegações [sic]”, não houve “Glória coletiva” que se assemelhasse àquela de Portugal, posto “a dos portugueses foi, sem duvida insuperavel” (Carneiro, 1941c, p. 139). De seu povo vinha a gente “que preparou todas as grandes navegações”, pois “só Portugal esteve trabalhando firmemente para o bem geral sustentando dificuldades e afronta[n]do dezanimos” (p. 119):

Si ele [Cristovão Colombo] não fizesse a Espanha entrar nas navegações como jogador felís e a contragosto, no momento justamente em que os maiores entraves ás emprezas portuguesas dezapareciam, a America acabaria encontrada de qualquer maneira pelos portugueses no seu andar sistematico (1941c, p. 124).

São inúmeros, portanto, os indicativos da atenção de David Carneiro às coisas de além-mar, vindas de Portugal, sinais pouco disfarçados, ao meu ver, de orgulho étnico. Para o companheiro de mocidade Paulo Tacla, o que fazia daquele paranista uma das vozes “da brasilidade cada vez mais intensa do povo do Paraná” era o fato de que, “como em mim”, Portugal “se lhe entranhava na alma”, mesmo “sem nunca conhecer ao vivo, de perto”, aquele país. Que diria, então, depois de ter visitado e percorrido, como fizera “há pouco, na companhia do grande transmontano, Dr. João de Almendra, o <<jardim da Europa à beira mar plantado>>”: “Deslumbrou-se em Portugal” (Tacla, 1951, p. 13).

O que ele presenciou e experimentou nessa viagem às *raízes do Brasil* foi um país moderno, cujo caráter decerto não poderia ser visto como a origem do atraso brasileiro. Isso, pelo menos, foi o que sugeriu numa palestra realizada num certo clube étnico lusófilo localizado no Rio de Janeiro, o *Centro Transmontano*, no começo dos anos 1950. Para ele, Afonso Botelho de Sampaio e Souza e sua terra só poderiam servir de motivos de orgulho:

Com pulsos vigorosamente lusiadas, David Carneiro agarrou Traz-os-Montes e vertiginosamente colocou a província montanhosa para cá do Marão, a milhares de milhas da sua magestade e da sua altivez, bem no coração do Rio de Janeiro [...]. Guardo a mais forte das impressões de uma noite gloriosa na vida do Centro Transmontano quando David Carneiro discorreu sobre a figura de Afonso Botelho de Sampaio e Souza, aproveitando-se da oportunidade para dizer o que

um liberal rigoroso, o que um positivista sincero, o que um patriota denodado achava-se no direito de manifestar sobre o que vira em Portugal, país com o mais perfeito sistema rodoviário do mundo, com as melhores finanças na Europa, com um governo defensor dos pobres e dos moderados sem ser perseguidor, dos mais abastados, com um estadista assombroso, que se recomenda à posteridade com realizações sobrehumanas, tidas como milagres do homem e do povo portugueses (Tacla, 1951, p. 13).

Esse centro carioca, de 1923, tinha origem no *Club Transmontano* de Lisboa, em atividade desde 1905 promovendo conferências “muito importantes para a criação dum sentimento de pertença e para uma comunhão de valores, imagens e representações sobre a terra de origem, a *pequena pátria*, o torrão natal, e sobre a subetnicidade dos comprovincianos transmontanos” (Melo, 2006, p. 73, grifado no original). Projetado, de início, como “um grupo de defesa e promoção duma região e duma subetnia” portuguesas (2006, p. 72), no contexto brasileiro a associação parece ter assumido uma conotação nacional e étnica, remetendo à valorização do território e da gente da nação portuguesa.

O interessante e sugestivo, aliás, é que nessa situação específica, de valorização da ancestralidade étnico-nacional da pátria brasileira, deixava de ser um problema de ordem maior para Paulo Tacla se mostrar atento e dedicado a duas nações ou ter a cabeça voltada para certas tradições do além-mar: “É verdade que um homem não pode ter duas pátrias, como não pode ter duas mães. Mas a fidelidade à pátria nativa não exclui veneração pela antiga metrópole, assim como a figura materna nos impõe amor aos avós” (1951, p. 13).

Por conta dessa fidelidade, aliás, David Carneiro sugeriria que as comemorações do centenário da criação do Paraná independente fossem pautadas pela celebração da memória do trasmontano Afonso Botelho, esse “portentoso governador colonial que aqui tivemos”:

Aproximando-se a data centenária desse glorioso movimento, parece-me indispensável que se comece a pensar de que forma; pelo livro, pela palavra, em mármore, granito, bronzes, telas, ou pela maneira que for, havemos de comemorar os nossos heróis de há cem anos atrás e sobretudo aquele antecedente estupendo, de há 200 anos, aquele português de fibra, de aço, de ouro, que tornou possível o trabalho dos outros (Carneiro, 1947, p. 10).

Tudo bastante distante, portanto, do que realmente aconteceria, se considerarmos que foram “as comemorações do Centenário da Emancipação Política, em 1953, [que] ensejaram novas versões do Paraná e do paranaense” (Kersten, 2009, p. 219). Aquilo tudo que representava o que “foi chamado Paraná português” (Kersten, 2009, p. 218), celebrado e valorizado não só por David Carneiro, mas pelo “patrimônio” em geral, era bem diferente da “mancha loira” que o governador Bento Munhoz da Rocha Neto e intelectuais da sua intimidade, como Wilson Martins, ajudariam a colorir no mapa do Brasil, ao sul do país.

Também estava muito distante, nesse aspecto, do *Paraná vivo* de Temístocles Linhares, o livro oficial do centenário desse estado “*sui generis*”, em que não só “o legado

cultural ibérico não teria fincado bases sólidas”, mas também em que “o autor alerta para as influências capazes de interferir na cultura luso-brasileira, que se pretendia defender a todo custo, provavelmente uma crítica àqueles que viam nos portugueses a origem do desenvolvimento do Paraná” (Oganauskas, 2009, p. 152, 151, grifado no original).

O Paraná contado nos livros de David Carneiro, ao contrário, era o da região desenvolvida por ancestrais portugueses como Afonso Botelho, que deixaram “marcos da civilização básica” que viabilizaram “o trabalho dos outros”, como os “extra-íberos vindos posteriormente”. Marcos contados também a órgãos de preservação patrimonial como o Sphan, que ele decerto imaginou que poderia sustentar o seu projeto de “mostrar às futuras gerações que tivemos antepassados ilustres, e que dêles herdamos uma base de cultura, essa mesma que pouda impulsionar a evolução mais tarde verificada!” (Carneiro, 1950a, p. 37). Um projeto que, no seu entendimento, demandava gente “com poder ou com prestígio suficientes para levar a sério [...] o encargo da preservação dêsses exemplares” (p. 8).

Foi a obsessão pela valorização do personagem português Afonso Botelho, aliás, um dos principais motivos das suas polêmicas com o também historiador Valfrido Piloto. Este último, tributário de uma perspectiva mais crítica e menos laudatória, procurava fazer ver, desde pelo menos 1939, que o “excesso de paixão por parte de David Carneiro foi responsável pelo retrato ‘inverídico’ de Afonso Botelho” (Machado, 2012, p. 71). O paranista, ao contrário, se caracterizou pela “tentativa de convencer, primeiramente, os paranaenses, e, posteriormente, toda nação da importância de Botelho” (2012, p. 71).

Muito da movimentação intelectual de David Carneiro foi revertida, portanto, em disputas de fundo étnico em que a geração de fronteiras territoriais e culturais se dava de maneira não-essencializada e situacional, certo, mas em que era recorrente e sistemática a mobilização do sinal diacrítico da tradição “luso-brasileira”. Fosse para se separar de outras interpretações do universo regional, fosse para diminuir a *distância* em relação aos pensadores da nação, incluindo os instalados no Sphan. Estes, segundo o olhar paranista de David Carneiro, tendiam, lá *de fora*, a enxergar os “de casa” como se eles não fossem “filhos do Brasil”, fosse pelas suas grandes áreas de sertão, fosse pelo seu passado como região de passagem ou fosse pela grande imigração e pela estrangeirização de sua gente.

O *último* dos representantes do movimento regional paranista, o homem processado por incentivo ao regionalismo, de fato pensava no Paraná e na sua gente como uma *parte do todo* nacional. E se outros não enxergavam isso, tomou para si a missão de reverter esse cenário, promovendo e divulgando as conexões entre a pátria, o pai, e seu filho mais moço.

Ao oferecer tanto aos “de casa” quanto aos das outras *partes do todo* essa visão de unidade, esse intelectual *branco* teorizador do Paraná *branco* se segmentava não só da imaginação social presente entre outros regionalistas sobre o pioneirismo imigrante e o ineditismo da *civilização branca* do estado. Afastava-se, também, de interpretações sociais oferecidas dentro e fora do Paraná, que o estigmatizavam como antigo vazio transformado num outro Brasil, um país *diferente* marcado pela excepcionalidade racial ou étnica. Interpretação oferecida, inclusive, entre homens “de casa” prestigiados no centro do país, que muito antes do seu grande desafio *adventício* Wilson Martins já vinham construindo uma certa imaginação social. A ideia de que, ao se chegar no Paraná, se encontraria “um outro mundo intercalado como por milagre de mágica no Brasil”, um lugar em que “tudo sentíamos a nossa falta de comunidade”, porque era típica dessa *terra do futuro* a “natureza moça e sem tradições de um pedaço da nossa pátria” (Victor, 1996 [1913], p. 72-73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cientista social Maria Tarcisa Silva Bega comenta numa passagem de sua tese de doutorado, que é just(iç)a(da)mente um dos trabalhos mais citados pelos pesquisadores interessados em estudar os “movimentos” do movimento paranista, o quanto é desafiador e complexo entender a Curitiba e o Paraná da virada do oitocentos para o novecentos. Uma das razões dessa dificuldade é a “reconstrução na atualidade”, palavras dela, de um ambiente social marcado pela resistência dos “naturais” da terra contra os “imigrantes” brancos chegados da Europa. Algo absolutamente inusitado numa cidade e num estado em que, hoje em dia, boa parte dos habitantes se orgulha de afirmar seu passado europeu, uma aceitação do imigrante que viabilizou slogans como *Paraná das etnias e cidade europeia*.

Uma abertura e integração social e simbólica do elemento formador europeu que vem alimentando parcela expressiva das hoje quase onipresentes e rotinizadas imagens da identidade social paranaense como o resultado das diferenças entre *a parte e o todo*.

De fato, cogitar um cenário de exclusão social e simbólica dessa gente atualmente tão supervalorizada e socialmente presente é um desafio, que exige uma boa capacidade de estranhamento. Está muito mais acessível a todos nós perceber que desde aquela época se estava rotinizando o *mito* do *Paraná branco* – que se trata de um mito social, mas também sociológico –, excludente da figura do negro na história e na sociedade paranaenses.

Essa ideia, por sua vez, ajuda a compor a identidade social regional sobre a *parte* do Brasil “diferente” do *todo*. Mais branca, mas também mais fria que o restante do país. Um binômio que, ligando gente e terra, sociedade e natureza, quase sempre é remetido, não por acaso, aos valores que (a)costumamos atribuir e associar à desenvolvida Europa.

A permanência, ao longo do tempo, desses dois diacríticos de estabelecimento de fronteiras entre *a parte e o todo* tem feito, porém, com que sejam bem menos notados pela historiografia e pelas ciências sociais em geral os usos sociais de sinais diacríticos de estabelecimento de solidariedades do estado do Paraná como uma *parte do todo* nacional. As perspectivas generalistas e panorâmicas geralmente empregadas não dão conta das aproximações entre *a parte e o todo*, entre expressões de regionalismo e de nacionalismo.

As informações que expusemos sobre a trajetória de David Carneiro nos permitem afirmar sua representatividade em termos de interesses de ordem *regional*. Homem ligado à economia eminentemente *regional* do mate, ligado a círculos de intelectuais acusados de provincianos e último expoente do movimento paranista, tendo sido inclusive processado

sob a acusação de incentivo ao regionalismo, poucos seriam os motivos para que supuséssemos sua participação mais ativa nas várias expressões de nacionalismo da época.

Recentemente a sociologia de Codato & Bonamin (2010) buscou testar a “hipótese inicial” de que resistências à “questão da redefinição da autonomia das elites regionais” (p. 29) teriam surgido em razão das ações promovidas pelo Estado Novo e seu “sem-número de aparelhos”, sendo o Sphan “um deles” (p. 4). A premissa era localizar sinais regionais de oposição, pois “ela é um efeito mais ou menos obrigatório da centralização ditatorial” (p. 29), que visava “suplantar as identidades particulares”, “enquadrando os ‘imperialismos estaduais’” e liquidando aspectos “como língua, símbolos e tudo que não se referisse ao ‘Brasil’” (2010, p. 4). Essa classificação baseada no desencontro entre nacionalismo e regionalismo não obteve, contudo, apoio nos processos de tombamento e na documentação institucional estudados pelos sociólogos, pois “os dados à medida que não documentam o conflito tornam essa suposição difícil de comprovar” (Codato & Bonamin, 2010, p. 29).

Lançando um olhar menos panorâmico sobre a microscópica relação social do *último dos paranistas* com um dos aparelhos da centralização estadonovista, o novo Serviço do Patrimônio, as nossas classificações sociológicas pautadas nas fronteiras entre a “nação” e a “região” perdem bastante da sua operacionalidade. Esperamos ter demonstrado o quanto podem, e mesmo devem, ser levadas a sério as afirmações daquele nativo do estado brasileiro do Paraná sobre a associação possível entre paranismo e brasilidade.

Afirmando etnicidade ao sustentar a centralidade da figura do luso-brasileiro no processo de formação social paranaense, fazendo dessa gente referências da ancestralidade local, tanto o pioneiro do movimento paranista quanto o último desses regionalistas, tanto o “mestre” quanto o “moço” discípulo, se aproximavam dos problemas da “nacionalidade”. Se o Sphan procurava oferecer ao país uma narrativa sobre antepassados europeus de valor, dignos de consagração porque fundadores de uma nação moderna e civilizada, as questões enfrentadas pelo paranismo não eram de ordem muito diferente. Prestigiar os “de casa” e “nossas realizações culturais” contra a imaginação social de que “tudo de fora é melhor”.

A diferença, talvez, é que enquanto para os modernistas do Sphan esse “de fora” estava principalmente nas *cabeças* de gente reconhecidamente brasileira, ou seja, na nossa mentalidade colonial bastante receptiva às importações da arquitetura estrangeira, para os paranistas do sul do país esse “de fora melhor” estava fisicamente presente em imigrantes com suas bem pouco brasileiras *cabeças* loiras e sua forma de construir bastante singular.

Os diacríticos da brasilidade e da unidade nacional não eram mobilizados apenas em relação às expressões de diversidade brasileira e de regionalidade, assim como as

fronteiras do paranismo não eram acionadas só em relação aos símbolos da nacionalidade. Para ambos, a noção de “estrangeiro” movimentava um diacrítico nuclear, transformando em *outros* as “importações”, os “adventícios” e mesmo o tão valorizado “europeu”, alinhando assim as posições do movimento paranista e dos nacionalismos brasileiros.

O interessante é que a situação social que nos ajudou a perceber isto foi justamente um conflito entre nosso *nativo*, informante privilegiado sobre o paranismo, e um *adventício* que tem sido considerado pela literatura especializada um continuador do regionalismo paranista de Romário Martins, porque também propaga(nde)ador da retórica das diferenças de identidade entre *a parte e o todo* e das singularidades paranaenses no cenário brasileiro.

Utilizando a estratégia etnográfica de construir um *conhecimento diagonal* através desse outro informante privilegiado sobre o paranismo, fomos observando nas críticas desse (anti)paranista, pensador regional responsável por consagrar a imagem de *Um Brasil diferente*, que os paranistas não compartilhavam necessariamente de sua leitura do Paraná. Se ele afirmava que o estado fora formado, basicamente, de imigrantes, sendo os do “norte europeu” os maiores responsáveis pela “civilização” desse lugar, os paranistas tendiam às posições mais tradicionais do nacionalismo, valorizando o nosso processo de *civilização* luso-brasileira e deixando aos “estrangeiros” a carga da assimilação e do abasileiramento.

O Paraná seria mesmo um imenso *sertão* vazio de gente negra ou branca, esperando os “extra-íberos” chegarem ao longo do oitocentos para impulsionar, com sua contribuição cultural, o processo de civilização do lugar? Nem pensar, como o patrimônio “colonial” paranaense do setecentos e do começo do oitocentos deixava claro. Seria mesmo um lugar sem sinais das ancestrais tradições luso-brasileiras? De jeito algum, pelas mesmas razões.

A diretriz compartilhada de definir a identidade regional contrastando *a parte e o todo* não deve nos levar a confundir esses dois movimentos regionalistas, que têm nos inimigos David Carneiro e Wilson Martins dois exemplos bem acabados de suas posições enormemente antagônicas. Se ambos apostavam no branco europeu como “raça” ou “etnia” civilizadora e ofereciam ao estado sociologias raciais e culturalistas alternativas ao resto do país negro e esperançoso de civilização futura, a “diversidade” imigrante apresentada por Wilson Martins dava lugar ao *branqueamento* futuro que David Carneiro projetava não só à *parte* paranaense, mas ao *tudo* (luso-)brasileiro, fazendo do Paraná uma *parte do todo*.

Esses sentimentos de solidariedade e de pertencimento nacional compartilhados com o restante do *tudo*, por sua vez, tinham relação direta com a crença no pertencimento a uma tradição cultural e civilizatória comum às suas várias *partes*, transmitida por velhos ancestrais europeus vindos de um país que era, sem dúvida, objeto privilegiado de sua

atenção. Frequentador de um clube étnico português, leitor assíduo da literatura lusitana e estudioso empolgado dos feitos históricos e culturais daquela “terra de heróis”, incluindo o patrimônio brasileiro e *paranista* herdado da “civilização básica” de lá “transplantada” por homens “de fibra” como o português transmontano e agente colonial Afonso Botelho. São variados os indicativos de que David Carneiro também mantinha, assim como muitos dos “estrangeiros” recriminados e discriminados por ele, a cabeça voltada para o *além mar*.

Se estamos realmente corretos em nossa linha de interpretação, e de fato houve essa combinação entre as aspirações *regionalistas* de David Carneiro e as diretrizes de atuação da gente encarregada de conduzir os rumos da repartição responsável pela identificação, chancela e proteção do nosso patrimônio “nacional”, não foi um caso isolado na trajetória da instituição esse alinhamento de projetos que, em princípio, corriam de maneira paralela.

Em sua etnografia dos primeiros anos da “Academia Sphan”, Santos notou algumas “coalizões” do órgão federal com expressões regionalistas, já que Rodrigo teria conseguido acomodar junto às rotinas e práticas da instituição, por exemplo, a postura regionalista de um Gilberto Freyre, “fato que nos chamou muito a atenção na fase de pesquisa de campo”:

A respeito das coalizões, podemos citar como exemplo a relação de Rodrigo - e isto significa o SPHAN - com o grupo regionalista de Pernambuco representado por Gilberto Freyre. É interessante notar que este grupo apresenta divergências quanto a algumas concepções caras ao discurso sobre patrimônio, como aquela referente à idéia de universal, já que os regionalistas enfatizavam muito mais os valores específicos, singulares e próprios da região - entendida como unidade sócio-cultural. Porém, apesar de algumas diferenças, registra-se a concordância a respeito de uma categoria fundamental à armação da formação discursiva sobre patrimônio. Trata-se da categoria *passado* (1996, p. 81, grifado no original).

Se era o olhar atento ao “passado” que alinhava Rodrigo e o Sphan ao seu contato em Pernambuco, apesar de suas posições conflitantes sobre a importância de se valorizar as particularidades regionais, o mesmo se pode dizer do seu interlocutor no estado do Paraná.

Entretanto, não me parece que o elemento de combinação tenha sido, como sustenta Santos, que a noção de passado foi “elaborada de forma semelhante por ambos os grupos”, já que para eles o “passado é substância viva para compreender o presente” (1996, p. 81). O que no fundo ligava Gilberto Freyre a Rodrigo, assim como vinculou David Carneiro ao Sphan, era o perfil *étnico* desse passado. Ou seja, a *origem* da gente que transmitiu esse patrimônio histórico para o país, marcas de ocupação humana onde antes só havia *vazios* de gente *civilizada (branca)*. É aí que entra em jogo a categoria de “luso-brasileiro”, que, como verificamos ao longo deste trabalho, era uma noção central não somente para os intelectuais reunidos em torno da nova instituição federal, mas para os paranistas em geral.

Se era a ancestralidade étnica luso-brasileira e suas tradições culturais que, segundo o regionalista pernambucano, ligavam o estado ao país, fazendo de sua região *parte do todo* nacional, não foi com uma linha de raciocínio muito diferente que o paranista David Carneiro procurou rebater aquelas leituras que Gilberto Freyre e outros renomados intérpretes da nacionalidade atribuíam ao Paraná. Ora tido como terra vazia de “homens” ou lugar de passagem, ora como um “não filho” do Brasil, um ambiente de gente europeia não raro encarado como uma ameaça potencial à unidade cultural e territorial brasileira.

Por incrível que pareça hoje em dia, são as reticências e contrariedades em relação à centralidade e importância da imigração europeia no estado que ajudam a compreender o regionalismo paranista rejeitado pelo regionalismo antiparanista de Wilson Martins, que acusava naquele movimento intelectual nacionalismo, xenofobia, nativismo e má vontade com a diversidade provocada pela abertura do país e do estado a essa gente *diferente*:

A partir dos anos 1930, passado meio século do início da imigração, o que era negativo torna-se positivo: os imigrantes, à medida que ocupam espaços econômicos e culturais e começam a ascender no campo político, tornam-se o diferencial para a identidade paranaense (Bega, 2013, p. 160).

E se a antropologia é, como sugeriram Malinowski e vários outros antropólogos, um exercício capaz de fazer com que nos compreendamos melhor a partir da compreensão de formas menos familiares de viver a vida em sociedade, o contato com os regionalismos paranista e antiparanista nos chamou a atenção para uma comparação possível com certo regionalismo gaúcho. Se a década de 1950 pode ser tomada como um momento chave da afirmação das versões antiparanistas da identidade regional paranaense, no caso sul-rio-grandense o movimento tradicionalista estava igualmente começando a disseminar sua imagem do estado e de sua gente. Uma imagem que, popularizada, acabou secundarizando a igualmente expressiva imigração europeia presente no estado em favor de quem chegara antes àquelas terras, pois “a construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos alemães e italianos” (Oliven, 1992, p. 100).

A despeito disso, a etnografia de Ruben Oliven assinala que a adesão aos valores desses *outros* nas zonas de grande colonização imigrante “era uma forma de [...] afirmarem sua brasilidade e sua gauchidade” (1992, p. 80), duas maneiras de pertencimento territorial absolutamente compatíveis quando se tratava de se despir da estigmatização de estrangeiro. Essa identificação a “uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando fora a metade do território sul-rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais” costuma ocorrer independentemente da não-inclusão do imigrante na composição da figura do gaúcho tradicional, apesar de toda sua representatividade social, considerando

a “notável projeção econômica e política dos descendentes de colonos de origem alemã e italiana que desenvolveram a região norte” do Rio Grande do Sul (Oliven, 1992, p. 100).

O fato é que, segundo o antropólogo anotou no seu diário de campo, acompanhar um festival de música gauchesca numa dessas zonas de expressiva colonização europeia do Rio Grande do Sul significava tomar contato com “*um mar de cabeças loiras, várias delas provavelmente se considerando como herdeiros dos índios guaranis dos Sete Povos das Missões, afirmando que elas têm algo de diferente do resto dos brasileiros*” (Oliven, 1992, p. 106-107, grifado no original). Um conjunto de convicções e de incoerências socialmente disseminadas que, justamente por ser um dos inúmeros indicativos do “renascimento da cultura gaúcha”, pode ser “encarado como uma vitória do Tradicionalismo” (1992, p. 115).

Comparar esse fenômeno social regional com os processos que levaram os regionalismos (anti)paranistas à “vitória” de uma identidade imigrante para o Paraná nos remeteria, porém, a uma outra história. Ou, quem sabe, ao tema de uma outra antropologia.

INFORMANTES E FONTES

A DIVULGAÇÃO. (1950). [Sem título]. *A Divulgação*. Curitiba, Ano III, nº 28-29-30, março, abril e maio [de 1950]. p. 35. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1949). [Expediente]. Curitiba, Ano II, nº 14-15-16, Janeiro-Fevereiro-Março de 1949. p. 2. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1948). “Curitiba ouve o verbo eloquente de Pedro Calmon e a palavra autorizada de David Carneiro, duas figuras expressivas das letras nacionais”. *A Divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 3-4, fevereiro-março de 1948. p. 17. Acervo BPP.

_____. (1947). “Política imigratória”. *A Divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 11-12. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

ALBA. (1938). *ALBA* - Mensário da Sociedade Amigos dos Livros e das Belas Artes. Curitiba, setembro de 1938. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 05, sem volume.

ANDRADE, Mário de. (1981 [1937]). *Primeiro relatório enviado pelo Assistente Técnico à Diretoria do S.P.H.A.N. - São Paulo, Sexta Região*. 16 de outubro de 1937. In: ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1981. p. 79-106.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. (1987 [1961]). “O patrimônio histórico e artístico nacional”. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 29.11.61. In: _____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 38). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. p. 56-66.

_____. (1987a [1937]). Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Mário de Andrade. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1937. In: _____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 38). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. p. 132.

_____. (1987b [1937]). Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Mário de Andrade. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1937. In: _____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 38). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. p. 125-126.

_____. (1938). Cópia de bilhete manuscrito de Rodrigo M. F. de Andrade ao “Prezado Dr. David Carneiro”. 15.10.1938. Acervo Superintendência do Iphan no Paraná.

_____. (1937). Cópia não assinada de carta datilografada nº 13, de Rodrigo M. F. de Andrade ao “Ilmo. Snr. Director do Museu Paranaense”. [Rio de Janeiro], 19 março [193]7. Arquivo Técnico-Administrativo do Iphan - Representantes (pasta 47). CARNEIRO, David. 1937-1956. Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

BITTENCOURT, Fausto N. (1943). *Portaria nº 12*, de Fausto N. Bittencourt, Diretor do Departamento de Segurança Pública da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná. Curitiba, 27 de outubro de 1943. Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

CALMON, Pedro. (1947). “O Paraná” (especial para “A Divulgação”). *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 4. Acervo BPP.

[CAMARGO], [Argemiro]. (1938). Carta não assinada [de Argemiro Camargo]. Castro, 1º de agosto de 1938. Processo nº 107-T-38 (Tombamento da Fazenda Fortaleza - Município de Tibagi - Castro - Paraná). Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

CARNEIRO, David. ([s.d.]). *D. Pedro II na província do Paraná*. [s.l.]: [s.n.]. 149 p. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1995 [1942]). *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores [Fundação Cultural de Curitiba]. (Coleção Farol do Saber).

_____. (1995 [1940]). *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Fundação Cultural. (Coleção Farol do Saber).

_____. (1974 [1944]). “Discurso em homenagem a Romário”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, volume XXIII, ano 1974. p. 27-33.

_____. (1959). “Justificação à edição presente - Introdução biográfica: o Cel. Alfredo Severo”. In: SEVERO, Alfredo. *As falsas bases do comunismo russo* (II Volume). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959. p. I-XVII.

_____. (1952). *A história da história do Paraná*. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba.

_____. (1951a). “Do julgamento positivo (A propósito do 1º centenário da Política [sic] Positiva)”. *A divulgação*. Curitiba, Ano IV, Novembro-Dezembro de 1951. p. 22-25. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1951b). “O exemplo de um veterano da FEB...”. *A divulgação*. Curitiba, Ano IV, janeiro-fevereiro de 1951. p. 8-10. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1950a). “Da necessidade de proteção aos monumentos que atestam a nossa velha cultura”. *A divulgação*. Curitiba, Ano IV, Dezembro de 1950, Janeiro e fevereiro de 1951. p. 8-9 e 37. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1950b). “A noção positiva de civismo”. *A divulgação*. Curitiba, Ano III, Setembro-Outubro-Novembro de 1950. p. 5, 28 e 32. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1950c). *A historia do Incidente Cormoran*. Curitiba: Edição da Municipalidade de Paranaguá.

_____. (1947a). “A emancipação do Paraná: como comemorar o centenário do 19 de dezembro de 1853?”. *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 9-10. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1947b). “‘A Divulgação’ no conceito de paranaenses ilustres”. *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 52. Acervo BPP.

_____. (1944a). *História psicológica do Paraná*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia.

_____. (1944b). *O Paraná e a Revolução Federalista*. São Paulo: Atena Editora.

_____. (1944c). “Os dois máximos heróis da resistência da Lapa”. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894 - Comemorativo ao Cinquentenário do Cerco da Lapa*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense. p. 345-523.

_____. (1943a). *Transição revolucionária - Apendice sobre julgamentos em história* - Coleção história geral da humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Atena Editora.

_____. (1943b). *Auto de declarações de David Antonio da Silva Carneiro*, de 30 de outubro de 1943. Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná - Delegacia Auxiliar de Polícia. Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

_____. (1943c). “A maledicência”. *O Dia*, Curitiba, 23 de outubro de 1943. Serviço de Recortes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/RJ.

_____. (1942). *O Paraná em 1872 (Impressões do Eng.º Thomaz P. Bigg-Wither, publicadas em Londres - Pioneering in South Brazil)*. Separata do Boletim P. M. C.

[Prefeitura Municipal de Curitiba]. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense - Plácido e Silva & Cia Ltda. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1941a). *O drama da Fazenda Fortaleza*. Curitiba: Dicesar Plaisant.

_____. (1941b). “Panegírico de JOSÉ FELIX DA SILVA - Conferência feita no Rotary Club de Curitiba”. In: _____. *O drama da Fazenda Fortaleza*. Curitiba: Dicesar Plaisant. p. 255-274.

_____. (1941c). *Evolução moderna* (Epopéia - Industria - Drama) - Coleção história geral da humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena Editora.

_____. (1941d). Carta datilografada e assinada de David Carneiro ao “Ilmo. Snr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade”. Curitiba, 3 de fevereiro de 1941. Processo nº 40-T-38 (Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística, pertencente ao Museu David Carneiro - Curitiba - Paraná). Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

_____. (1940a). “Colegio dos Jesuitas em Paranaguá”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 4, Rio de Janeiro. p. 361-381.

_____. (1940b). *Convento dos Jezuitas em Paranaguá*. Curitiba, 25 de março de 1940. Cópia de texto datilografado. Acervo da Superintendência do Iphan no Paraná.

_____. (1940c). Carta datilografada de David Carneiro, Técnico da 7a.Reg[ião do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], ao Ilmo. Snr. Presidente do Instituto Historico e Geografico do Paraná. Curitiba, 2 de julho de 1940. DEAP. Fundo Romário Martins, caixa nº 16, volume 04.

_____. (1939). *Teocracia* - Coleção história geral da humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena Editora.

_____. (1938a). *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l].

_____. (1938b). *O dia da Pátria*: Palestra proferida pelo rotariano David Carneiro na sessão de 8 de setembro de 1938 (Rotary Club de Curitiba). Curitiba: Tip. A <<Cruzada>>.

_____. (1938c). “Prefacio do tradutor”. In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens na comarca de Curitiba em 1820*. Tradução de David Carneiro. Curitiba: Amigos dos Livros e das Belas Artes. p. 5-10.

_____. (1938d). Cartão manuscrito de David Carneiro a Romário Martins. Curitiba, 30 de setembro de 1938. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 16, volume 01.

_____. (1937a). Carta datilografada de David Carneiro ao Diretor do Museu Paranaense. Curitiba, 12 de novembro de 1937. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense. Volume Correspondência Expedida e Recebida - 1937-1939.

_____. (1937b). Carta datilografada de David Carneiro ao Diretor do Museu Paranaense. Curitiba, 05 de novembro de 1937. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense. Volume Correspondência Expedida e Recebida - 1937-1939.

_____. (1936). “Trecho de uma conferencia pronunciada pelo Dr. Davi A. da Silva Carneiro, no ano de 1936, no Rotary Club, sobre a personalidade de JOSÉ FELIS DA SILVA”. Apud: [CARNEIRO, David]. *Fazenda Fortaleza, perto de Tibagi (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (29 folhas). Sem data. Série Inventário - Tibagi, PR - Casa Fazenda da Fortaleza. Caixa 0302, Pasta 01, Envelope 06. ACI - Rio de Janeiro.

_____. (1934a). *O cerco da Lapa e seus heróis*. Rio de Janeiro: Editora Ravaro.

_____. (1934b). *Casos e coisas da historia nacional*. Rio de Janeiro: Editorial Alba Ltda.

_____. (1931). *Muzeus: sua historia e sua função*. Curitiba: Ed. J. B. Groff.

_____. (1930). “O cerco da Lapa em 1893 [sic]”. *Ilustração Paranaense*. Anno IV, nº 2 de 1928. Curitiba, 28 de fevereiro de 1930. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1929a). *Museus*. Curitiba: João Haupt & Cia.

_____. (1929b). “A urbanisação de Curitiba - Carta aberta ao Dr. Fernando Chaves sobre o problema do embelezamento de Curitiba”. *Ilustração Paranaense*. Anno III, nº 8 á 11. Curitiba, 23 de novembro de 1929. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1928a). “Museos”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 12 de 1928. Curitiba, dezembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928b). “A urbanisação de Curitiba - O que disse e o que pensa o engenheiro David A. da Silva Carneiro”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 10 e 11. Curitiba, outubro e novembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

CARNEIRO FILHO, David. (1928a). “O estylo colonial no Brasil”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 3 de 1928. Curitiba, março de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928b). “A lenda de Villa Velha”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 1 de 1928. Curitiba, janeiro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

CARNEIRO JUNIOR, David. (1928). *Discurso do orador da turma de engenheiros civis de 1927*. Curitiba: Impressora Paranaense.

CARNEIRO, David A. da Silva. **(1928c)**. *O problema do mate brasileiro*: contribuição para a sua solução - Sugestões apresentadas ao Instituto do Mate. Curitiba: [s.n].

_____. **(1924a)**. Correspondência de David Antonio da Silva Carneiro (pai) a David Antonio da Silva Carneiro (filho). Paris, 16 de outubro de 1924. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 139.

_____. **(1924b)**. Correspondência de David Antônio da Silva Carneiro (pai) a David Antônio da Silva Carneiro (filho). Gravenhage [Holanda], 1º de outubro de 1924. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 137-138.

_____. **(1924c)**. Correspondência de David Antônio da Silva Carneiro (pai) a David Antônio da Silva Carneiro (filho). Ostende [Bélgica], 18 de setembro de 1924. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 134-137.

_____. **(1924d)**. Correspondência do Coronel David Antonio da Silva Carneiro (pai) a David Antonio da Silva Carneiro (filho). Rio de Janeiro, 16 de maio de 1924. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 118-119.

_____. **(1922)**. Correspondência do Coronel David Antônio da Silva Carneiro (pai) a David Antônio da Silva Carneiro (filho). Curitiba, 26 de junho de 1922. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 112-114.

_____. **(1921)**. Correspondência do Coronel David Antonio da Silva Carneiro (pai) a David Antonio da Silva Carneiro (filho). Curitiba, 11 de julho de 1921. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 105-108.

_____. **(1916)**. Correspondência do Coronel David Antonio da Silva Carneiro (pai) a David Antonio da Silva Carneiro (filho). Curitiba, maio de 1916. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 96.

_____. **(1915)**. Correspondência do Coronel David Antonio da Silva Carneiro (pai) a David Antonio da Silva Carneiro (filho). Curitiba, 22 de julho de 1915. In: **CARNEIRO**, David. *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Rio de Janeiro: [s/l], 1938. p. 94.

CEZAR, Samuel. (1929). “O primeiro anno do governo Affonso Camargo”. *Ilustração Paranaense*. Anno III, nº 1 e 2 de 1929. Curitiba, janeiro e fevereiro de 1929. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

COSTA, Lucio. (1948). Folha de “despacho” datilografado do Diretor da D.E.T. [Divisão de Estudos e Tombamento], L[ucio]. Costa, de 24.IV.1948. Processo nº 107-T-38 (Tombamento da Fazenda Fortaleza - Município de Tibagi - Castro - Paraná). ACI - RJ.

_____. (1939). “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. p. 149-162.

_____. (1937). Cópia (não assinada) de relatório datilografado de Lucio Costa ao “Exmo. Snr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, M. D. Director do Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional”. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1937. Acervo da Superintendência do Iphan no estado do Paraná.

D’ASSUMPÇÃO, Pamphilo. (1928). “Um museu”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 9 de 1928. Curitiba, setembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1927). “A ortografia da língua nacional”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 1 de 1927. Curitiba, novembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - MP.

DE PLACIDO E SILVA. (1941). *Fatura parcial nº 23/427, de Placido e Silva & Comp. Ltda. (Empresa Gráfica Paranaense)* ao Instituto Historico e Geog. Paranaense. Curitiba, 31 de julho de 1941. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 14, Volume 03.

_____. (1940). “Santo de casa”. [Gazeta do Povo], [Curitiba], [22 de março de 1940]. Recorte de jornal com identificação manuscrita. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, Volume 01.

_____. (1938a). “Surtos literários”. [Gazeta do Povo], [Curitiba], [23 de dezembro de 1938]. Recorte de jornal com identificação manuscrita. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, Volume 02.

_____. (1938b). “Pertinacia de gedeonita”. [Gazeta do Povo], [Curitiba], [19 de junho de 1938]. Recorte de jornal com identificação manuscrita. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, Volume 02.

DESTEFANI, Cid. (2014). “Curitiba e o famoso senadinho”. *Gazeta do Povo* (Coluna *Nostalgia*), Curitiba, 05 de abril de 2014. Disponível em: <<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/curitiba-e-o-famoso-senadinho-8ezi3pkaxu6q32mgitwye9zri>>>.

_____. (2013). “A lendária Tiradentes”. *Gazeta do Povo* (Coluna Nostalgia), Curitiba, 4 de agosto de 2013. Disponível em: <<<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1396539&tit=A-lendaria-Praca-Tiradentes>>>.

_____. (2009). “Pela velha Tiradentes”. *Gazeta do Povo* (Coluna Nostalgia), Curitiba, 27 de setembro de 2009. Disponível em: <<<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=928110>>>.

DORIA, Escragnole. (1930). “O matte”. *Ilustração Paranaense*. Anno IV, nº 1 de 1930. Curitiba, 31 de janeiro de 1930. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

FERNANDES, José Loureiro. (1944). “Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894”. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894 - Comemorativo ao Cinquentenário do Cerco da Lapa*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense. p. 13-14.

_____. (1938). Ofício 23-[1]938 (minuta datilografada e não assinada), do Diretor do Museu Paranaense a David Carneiro, Delegado regional do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Curitiba], 22 de Janeiro de 1938. Museu Paranaense. Volume Correspondência Expedida e Recebida - 1923-1936.

_____. (1937). Of. 6-[1]937 (cópia manuscrita), do Diretor do Museu Paranaense ao “Ilmo. Snr. Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Curitiba, 6 de julho de 1937. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense. Volume Correspondência Expedida e Recebida - 1937-1939.

FRANÇA, Aluizio. (1937). *Ofício nº 376 do Gabinete do Prefeito Municipal de Curitiba, “dr. Aluizio Franca - Prefeito em Exercício” ao “Ilmo. Snr. Romário Martins”*. Curitiba, 27 de julho de 1937. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 01, Volume 01.

FRANÇA, Heitor Stockler de. (1947). “‘A Divulgação’ no conceito de paranaenses ilustres”. *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 11. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

FIRMAN NETO, Pedro. (1943). *Relatório de Inquérito do Delegado Auxiliar da Polícia Civil do Estado do Paraná*. Curitiba, 26 de novembro de 1943. Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Davi Carneiro ou Davi Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

[GAZETA DO POVO]. ([1937a]). “Conselho de Cultura do município de Curitiba”. [*Gazeta do Povo*], [11 de dezembro de 1937]. Recorte de jornal com identificação manuscrita. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 01, Volume 01.

_____. ([1937b]). “Os conselheiros do Departamento de Cultura”. [Gazeta do Povo], [22 de outubro de 1937]. Recorte de jornal com identificação manuscrita. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 01, Volume 01.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. (1944). *Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894 - Comemorativo ao Cinquentenário do Cerco da Lapa*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense.

GUIMARÃES, Nestor Erichsen. (1943). *Auto de declarações de Nestor Erichsen Guimarães*. Curitiba/PR, 24 de novembro de 1943. Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná - Delegacia Auxiliar de Polícia. Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Davi Carneiro ou Davi Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

HERCULANO, Alexandre. (1997 [1878]). *O bobo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática.

IHGP. (1939). “A mentalidade tropical de Davi Carneiro sabe fixar um grande símbolo - Da GAZETA DO POVO de Curitiba, de 2 de novembro de 1939”. *Guairacá* - órgão do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Curitiba, novembro de 1939. p. 5. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 14, volume 01.

ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. (1930a). ANDERSEN, A[lfredo]. “Coronel David A. da Silva Carneiro”. *Ilustração Paranaense*. Anno IV, Nº 7. Curitiba, 31 de julho de 1930. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1930b). [Propaganda *Matte Real*]. *Ilustração Paranaense*. Anno IV, nº 1 de 1930. Curitiba, 31 de janeiro de 1930. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1929a). “Mensagem telegraphica, sob os auspícios da <<Ilustração Paranaense>>, a S. Exa. o Presidente eleito do México - Curitiba, 20 de novembro de 1929”. *Ilustração Paranaense*. Anno III, nº 12. Curitiba, dezembro de 1929. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1929b). “Actualidade paranaense”. *Ilustração Paranaense*. Anno III, nº 7 e 8 de 1929. Curitiba, junho e julho de 1929. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1929c). “Actualidade paranaense”. *Ilustração Paranaense*. Anno III. N. 8 a 11 de 1929. Curitiba, 23 de novembro de 1929. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1928a). [Sem título]. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 12. Curitiba, dezembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928b). “A urbanização de Curitiba - Pavimentação da cidade”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 12 de 1928. Curitiba, dezembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928c). [Sem título]. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 9 de 1928. Curitiba, setembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928d). “Commemoração do centenario Brasil-Argentina”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 9 de 1928. Curitiba, setembro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928e). “Cel. David A. da Silva Carneiro”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 5. Curitiba, maio de 1928. Biblioteca da Superintendência do Iphan no Paraná.

_____. (1928f). “O asfalto em Curitiba: uma empresa que se impõe”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 4 de 1928. Curitiba, abril de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928g). “As grandes industrias do Paraná - a Hervateira Americana - a produtora do excellente Mate Real”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 3 de 1928. Curitiba, março de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1928h). “Anniversarios do mez de Março”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 2 de 1928. Curitiba, fevereiro de 1928. Biblioteca da Superintendência do Iphan no Paraná.

_____. (1928i). “Livraria Mundial” [anúncio]. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 1 de 1928. Curitiba, janeiro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1927a). “A rosa”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 2 de 1927. Curitiba, dezembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1927b). [Expediente]. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 1. Curitiba, novembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

_____. (1927c). “25.º aniversario do consorcio do sr. David S. Carneiro e d.^a Alice S. Carneiro, commemorado no mez proximo passado”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 1 de 1927. Curitiba, novembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - MP.

_____. (1927d). “O arranha céu”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 1 de 1927. Curitiba, novembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO PARANÁ. (1941). *Mensagem das Instituições Culturais do Paraná ao Excelentíssimo Snr. Presidente Getúlio Vargas - Palácio do Catete, Rio de Janeiro*. Curitiba, 27 de junho de 1941. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, volume 04.

JANIEWSKI, Ks. J. (1938). “Europejczycy w Paranie”. *LUD - jornal polonez*. Curitiba, 14 de junho de 1938. Nr. 42, Rok XIX. p. 6. DEAP. Fundo Romário Martins, Cx. 13, v. 01.

LAMEGO, Alberto. (1940). “Os sete povos das Missões”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 4. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Educação e Saúde). p. 55-81.

MARTINS, Romário. (1995 [1944]). *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba (Coleção Farol do Saber).

_____. (1995 [1942]). “‘O Paraná na história militar do Brasil’ - de Daví Carneiro”. In: CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores [Fundação Cultural], 1995. (Coleção Farol do Saber). p. 15-19.

_____. (1995 [1940]). “Uma notável edição do dr. Dicesar Plaisant”. In: CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Fundação Cultural. (Coleção Farol do Saber). p. 15-17.

_____. (1948). “Paranística”. *A divulgação*, Curitiba, nº 3-4, Ano I, fevereiro-março 1948. p. 37-41. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1947). “‘A Divulgação’ no conceito de paranaenses ilustres”. *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 37. Acervo BPP.

_____. (1942). “A ação nazista no Brasil”. In: MARTINS, Mário. *Hitler guerreia o Brasil ha dez anos*. Curitiba: Empresa Editora <<O Dia>>. p. 3-6.

_____. (1933a). “Turistas, vinde ver o Paraná!”. *Paranista*. Curitiba, Anno I, Num. 1, Setembro de 1933. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 05, sem volume.

_____. (1933b). “Homens do Paraná”. *Paranista*. Curitiba, Anno I, Num. 1, Setembro de 1933. p. 21-23. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 05, sem volume.

_____. (1929). “O refluir das <<bandeiras>>”. *Ilustração Paranaense*. Anno III. N. 8 a 11 de 1929. Curitiba, 23 de novembro de 1929. Biblioteca Romário Martins - MP.

MARTINS, Wilson. (2005). Depoimento de Wilson Martins sobre a revista *JOAQUIM*. Curitiba, 07 de abril de 2005. In: OLIVEIRA, Luis Claudio Soares de. *Joaquim: Dalton Trevisan (en)contra o paranismo*. Curitiba: Travessa dos Editores. p. 203-215.

_____. (1989 [1955]). *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz.

_____. (1946). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 1946. Apud: “Introdução à primeira edição”. In: MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. p. 1-5.

_____. (1943). “Literatura do Paraná”. *O Dia*, Curitiba, 29 de setembro de 1943. Apud: Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Arquivo Nacional/RJ.

_____. ([s. d.]). Depoimento de Wilson Martins. In: SANCHES NETO, Miguel (Org.). *Wilson Martins*. Curitiba: Editora da UFPR. p. 23-41.

MIRA, Crispim. (1927). “O nosso museu”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 1 de 1927. Curitiba, novembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

NEGRÃO, Odilon. (1928). “Arte brasileira”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 1 de 1928. Curitiba, janeiro de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

O DIA. (1947). “Homenagem a Romário Martins” (recorte de jornal). *O Dia*, 10 de dezembro de 1947. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, volume 02.

PLAISANT, Dicesar. (1947). “‘A Divulgação’ no conceito de paranaenses ilustres”. *A divulgação*. Curitiba, Ano I, nº 1-2, novembro-dezembro de 1947. p. 50. Acervo BPP.

PRINZ, Dario. (1943). *Auto de declarações de Dario Prinz*. Curitiba/PR, 23 de novembro de 1943. Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná – Delegacia Auxiliar de Polícia. Apud: Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

QUADROS, Saul Lupion. ([s. d.]). “Crônica sobre o Café Belas Artes”. Curitiba. Arquivo do autor. Apud: TURIN, Elisabete. *A arte de João Turin*. Campo Largo/PR: INGRA, 1998. p. 86-87.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. (1930). “A significação do Paraná”. Conferência proferida na sessão do Círculo de Estados Bandeirantes de 3 de abril de 1930. Curitiba.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1938). *Viagens na comarca de Curitiba em 1820*. Tradução de David Carneiro. Curitiba: Amigos dos Livros e das Belas Artes.

SEVERO [dos Santos Pereira], Alfredo. (2003 [1931]). *As falsas bases do comunismo*. Curitiba: Vicentina/Editora Vila do Príncipe Ltda.

_____. (1939). “Duas palavras”. In: CARNEIRO, David. *Teocracia* - Coleção história geral da humanidade através dos seus maiores tipos. São Paulo: Athena Editora. p. 7-15.

SILVA, Ciro. (1928). “Resignação do camponez”. *Ilustração Paranaense*. Anno II, nº 6 de 1928. Curitiba, junho de 1928. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

SOUTO NETO, Francisco de Souto. ([1985]). “David Carneiro, o segundo presidente do Banestado” [entrevista]. [Jornal *Opção Cultural*], [Curitiba], [1985]. Disponível em: <<<https://franciscosoutoneto.files.wordpress.com/2012/02/dsc03075.jpg>>> e <<<https://franciscosoutoneto.files.wordpress.com/2012/02/dsc03143.jpg>>>.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1941). Notificação nº 34-a, de Rodrigo M. F. de Andrade. [Rio de Janeiro], 16 de janeiro de 1941. Processo nº 40-T-38 (Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística, pertencente ao Museu David Carneiro - Curitiba - Paraná). Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

_____. (1940). *Catálogo Museu Coronel David Carneiro*. Curitiba - Paraná. (Publicações do Sphan - Publicação nº 3). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

_____. (1938a). Notificação nº 375, de Rodrigo M. F. de Andrade. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1938. Processo nº 107-T-38 (Tombamento da Fazenda Fortaleza - Município de Tibagi - Castro - Paraná). ACI - Rio de Janeiro.

_____. (1938b). Notificação nº 221, de Rodrigo M. F. de Andrade. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1938. Processo nº 107-T-38 (Tombamento da Fazenda Fortaleza - Município de Tibagi - Castro - Paraná). Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

_____. (1938c). [Carteira funcional de] David A. da S. Carneiro. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1938. Arquivo Técnico-Administrativo do Iphan - Representantes (pasta 47). CARNEIRO, David. 1937-1956. Arquivo Central do Iphan - Rio de Janeiro.

_____. (1938d). Certificação de notificação nº 24, de Auxiliar de Escrita. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1938. Processo nº 107-T-38 (Tombamento da Fazenda Fortaleza - Município de Tibagi - Castro - Paraná). ACI - Rio de Janeiro.

_____. (1938e). Certificação de notificação nº 34, de Auxiliar de Escrita. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1938. Processo nº 40-T-38 (Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística, pertencente ao Museu David Carneiro - Curitiba - Paraná). ACI - RJ.

_____. (1937). “O Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Educação e Saúde). p. 168-170.

STOCKLER, Heitor. (1927). “Curityba e o sól”. *Ilustração Paranaense*. Anno I, nº 2 de 1927. Curityba, dezembro de 1927. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

TACLA, Paulo. (1995 [1940]). “O livro de David Carneiro”. In: CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. p. 19-20.

_____. (1951). “Vozes da Pátria, ao Sul!”. *A divulgação*. Curitiba, Ano IV, setembro e outubro de 1951. p. 13. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

_____. (1941). Telegrama a Romário Martins. Rio [de Janeiro], DF, 3 de outubro de 1941. DEAP. Fundo Romário Martins, Caixa 12, volume 01.

_____. (1930). “Mexico Immortal”. *Ilustração Paranaense*. Anno IV, nº 2 de 1930. Curityba, 28 de fevereiro de 1930. Biblioteca Romário Martins - Museu Paranaense.

TSN - Tribunal de Segurança Nacional. (1944). Ata da 3ª Sessão do Tribunal de Segurança Nacional. Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1944. Processo nº 4387, do Paraná, do Tribunal de Segurança Nacional. Ano de 1943. Acusado: Daví Carneiro ou Daví Antônio da Silva Carneiro. Acervo do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

VIANNA, Oliveira. ([s.d]). “Oliveira Vianna, o maior sociólogo brasileiro, considera Guairacá honra e glória da raça americana”. Recorte de jornal sem identificação. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 14, Volume 01.

_____. (1944). Carta de Oliveira Vianna a Romário Martins. [Niterói/RJ], 5.IV.[1]944. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 12, Volume 02.

_____. (1939). Carta datilografada de Oliveira Vianna (Gabinete do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio) ao Ilmo. Sr. Paulo Tacla, M. D. Secretário geral da Comissão Executiva pró monumento a Guairacá. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1939. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 13, Volume 04.

_____. (1938). Transcrição manuscrita de carta de Oliveira Vianna a Romário Martins. Rio [de Janeiro], 29 de novembro de [1]938. DEAP. Fundo Romário Martins. Caixa 16, Volume 04.

VICTOR, Nestor. (1996 [1913]) *A terra do futuro: (Impressões do Paraná)*. 2ª ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba (Coleção Farol do Saber).

Fichas e Relatórios Encaminhados por David Carneiro ao Sphan

FICHA SPHAN nº 1. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 1. *Convento dos Padres Jesuitas de Paranaguá*. [1937]. Série Inventário - Paranaguá, PR - Museu de Arqueologia e Artes Populares II (Paranaguá). Caixa 0702. ACI - RJ.

FICHA SPHAN nº 2. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 2. *Igreja Colonial em Guaratuba*. [1937]. Série Inventário - Guaratuba, PR - Igreja Matriz de Guaratuba. Caixa 0298, Pasta 03, Envelope 14. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 3. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 3. *Fortaleza Colonial da Barra de Paranaguá*. [1937]. Série Inventário - Paranaguá, PR - Fortaleza da Ilha do Mel. Caixa 0301, Pasta 01, Envelope 01. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 4. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 4. *Fazenda Fortaleza*. [1937]. Série Inventário - Tibagi, PR - Casa da Fazenda Fortaleza. Caixa 0302, Pasta 01, Envelope 07. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 5. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 5. *Igreja Colonial da Lapa*. [1937]. Série Inventário - Lapa, PR - Igreja Matriz da Lapa. Caixa 0299, Pasta 02. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 6. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 6. *Cadeia Publica da Lapa*. [1937]. Série Inventário - Lapa, PR - Casa de Câmara e Cadeia. Caixa 0299, Pasta 03. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 7. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 7. *Casa onde morreu o General Carneiro*. [1937]. Série Inventário - Lapa, PR - Casa onde morreu o General Gomes Carneiro. Caixa 0299, Pasta 02, Envelope 01. ACI - RJ.

FICHA SPHAN nº 8. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 8. *Casa de Joaquim Lacerda*. [1937]. Série Inventário - Lapa, PR - Casa do Coronel Joaquim Lacerda. Caixa 0299, Pasta 01. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 9. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 9. *Caza do Visconde de Nacar*. Sem data. Série Inventário - Paranaguá, PR - Prédio da Prefeitura. Caixa 0300, Pasta 03, Envelope 01. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 10. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 10. *Igreja da Ordem 3ª S. Francisco*. Sem data. Série Inventário - Paranaguá, PR - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas. Cx. 0301, Pasta 02, Envelope 09. ACI - RJ.

FICHA SPHAN nº 11. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 11. *Igreja Matris de Paranaguá*. Sem data. Série Inventário - Paranaguá, PR - Igreja Matriz. Caixa 0301, Pasta 02, Envelope 10. ACI - Rio de Janeiro.

FICHA SPHAN nº 12. CARNEIRO, David. Ficha de Identificação - Tombamento nº 12. *Igreja de São Benedito*. Sem data. Série Inventário - Paranaguá, PR - Igreja de São Benedito. Caixa 0301, Pasta 02, Envelope 01. ACI - Rio de Janeiro.

RELATÓRIO SPHAN nº 1. [CARNEIRO, David]. *Convento dos Jesuitas em Paranaguá (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (9 folhas). [1937]. Série Inventário - Paranaguá, PR - Museu de Arqueologia e Artes Populares II. Caixa 0702, Pasta 2666. ACI - RJ.

RELATÓRIO SPHAN nº 2. CARNEIRO, David. *Igreja Colonial em Guaratuba (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (9 folhas). Curitiba, 26 de maio de 1937. Série Inventário - Guaratuba, PR - Igreja Matriz de Guaratuba. Cx. 0298, Pasta 03, Env. 13. ACI - RJ.

RELATÓRIO SPHAN nº 3. [CARNEIRO, David.] *Fortaleza da Barra na Ilha do Mel (Paranaguá) (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (17 folhas). [1937]. Série Inventário - Paranaguá, PR - Fortaleza da Ilha do Mel. Cx. 0301, Pasta 01, Envelope 01. ACI - RJ.

RELATÓRIO SPHAN nº 4. [CARNEIRO, David]. *Fazenda Fortaleza, perto de Tibagi (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (29 folhas). [1937]. Série Inventário - Tibagi, PR - Casa Fazenda da Fortaleza. Cx. 0302, Pasta 01, Envelope 06. ACI - Rio de Janeiro.

RELATÓRIO SPHAN nº 5. [CARNEIRO, David]. *Cidade da Lapa (legendária e heroica) que em 1894 salvou a República (Estado do Paraná)*. Texto datilografado (43 folhas). [1937]. Série Inventário - Lapa, PR - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade da Lapa. Caixa 0299, Pasta 01, Envelope 01. ACI - Rio de Janeiro.

RELATÓRIO SPHAN nº 6. [CARNEIRO, David]. *Quartéis em Curitiba*. Texto datilografado (7 folhas). [1937]. Série Inventário - Curitiba, PR - Quartéis de Curitiba. Caixa 0297, Pasta 02, Envelope 02. ACI - Rio de Janeiro.

RELATÓRIO SPHAN nº 7. [CARNEIRO, David]. *Ponte dos Papagaios*. Texto datilografado (3 folhas). [1937]. Acervo da Superintendência do Iphan no Paraná.

Correspondência entre David Carneiro e o Sphan (1937-1948)

Carta	Remetente	Local	Data	Redação
1	Rodrigo M. F. de Andrade	[Rio de Janeiro]	19 [de] março [de 1937]	Datilografado
2	David Carneiro	Curitiba	24 de março de 1937	Manuscrito
3	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	5 de abril de 1937	Datilografado
4	David Carneiro	Curitiba	8 de abril de 1937	Manuscrito
5	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	13 de abril de 1937	Datilografado
6	David Carneiro	Curitiba	19 de abril de 1937	Datilografado
7	Rodrigo M. F. de Andrade	[Rio de Janeiro]	28 de abril de 1937	Datilografado
8	David Carneiro	Curitiba	30 de abril de 1937	Manuscrito
9	Rodrigo M. F. de Andrade	[Rio de Janeiro]	10 de maio de 1937	Datilografado
10	David Carneiro	Curitiba	12 de maio de 1937	Manuscrito
11	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio [de Janeiro]	17 de maio de 1937	Datilografado
12	David Carneiro	Curitiba	22 de maio de 1937	Manuscrito
13	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	28 de maio de 1937	Datilografado
14	David Carneiro	Curitiba	1º de junho de 1937	Manuscrito
15	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	5 de junho de 1937	Datilografado
16	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	6 [de] junho [de 1937]	Datilografado (telegrama)
17	David Carneiro	Curitiba	9 de junho de 1937	Manuscrito
18	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	12 de junho de 1937	Datilografado
19	[Rodrigo M. F. de	Rio de Janeiro	14 de junho de 1937	Datilografado

	Andrade]			
20	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	15 de junho de 1937	Datilografado
21	David Carneiro	Curitiba	16 de junho de 1937	Manuscrito
22	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	24 de junho de 1937	Datilografado
23	David Carneiro	Curitiba	30 de junho de 1937	Manuscrito
24	David Carneiro	Curitiba	16 de julho de 1937	Manuscrito
25	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	22 de julho de 1937	Datilografado
26	David Carneiro	Montevidéu	27 de julho de 1937	Manuscrito
27	David Carneiro	Curitiba	30 de agosto de 1937	Datilografado
28	David Carneiro	Curitiba	30 de agosto de 1937	Manuscrito
29	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	4 de setembro de 1937	Datilografado
30	David Carneiro	Curitiba	11 de setembro de 1937	Manuscrito
31	David Carneiro	Curitiba	20 de setembro de 1937	Datilografado
32	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	24 de setembro de 1937	Datilografado
33	David Carneiro	Curitiba	27 de setembro de 1937	Datilografado
34	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	27 de setembro de 1937	Datilografado
35	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	13 de outubro de 1937	Datilografado
36	David Carneiro	Curitiba	15 de outubro de 1937	Manuscrito
37	David Carneiro	Curitiba	18 de outubro de 1937	Manuscrito
38	David Carneiro	Curitiba	4 de novembro de 1937	Datilografado
39	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	9 de novembro de 1937	Datilografado
40	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio de Janeiro	12 de novembro de 1937	Datilografado
41	David Carneiro	Curitiba	15 de novembro de 1937	Manuscrito
42	David Carneiro	Curitiba	16 de novembro de 1937	Manuscrito
43	David Carneiro	Curitiba	18 de novembro de 1937	Datilografado
44	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio [de Janeiro]	24 de novembro de 1937	Datilografado

45	David Carneiro	Curitiba	29 de novembro de 1937	Manuscrito
46	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio [de Janeiro]	4 de dezembro de 1937	Datilografado
47	David Carneiro	Curitiba	7 de dezembro de 1937	Manuscrito
48	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio [de Janeiro]	10 de dezembro de 1937	Datilografado
49	[Rodrigo M. F. de Andrade]	Rio [de Janeiro]	11 de dezembro de 1937	Datilografado
50	David Carneiro	Curitiba	30 de abril de 1945	Manuscrito
51	David Carneiro	Curitiba	10 de maio de 1945	Manuscrito
52	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	16 de maio de 1945	Datilografado
53	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	22 de maio de 1945	Datilografado
54	David Carneiro	Curitiba	22 de maio de 1945	Manuscrito
55	David Carneiro	Curitiba	4 de junho de 1945	Manuscrito
56	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	12 de junho de 1945	Datilografado
57	David Carneiro	Curitiba	18 de junho de 1945	Manuscrito
58	David Carneiro	Curitiba	26 de junho de 1945	Manuscrito
59	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	11 de julho de 1945	Datilografado
60	David Carneiro	Curitiba	10 de julho de 1945	Manuscrito
61	David Carneiro	Curitiba	21 de julho de 1945	Manuscrito
62	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	23 de julho de 1945	Datilografado
63	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	28 de julho de 1945	Datilografado
64	David Carneiro	Curitiba	1º de agosto de 1945	Manuscrito
65	Renato de Azevedo Duarte Soeiro - Diretor Substituto	Rio [de Janeiro]	9 [de] agosto [de 194]5	Datilografado (telegrama)
66	David Carneiro	Curitiba	16 de novembro de 1945	Manuscrito
67	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio de Janeiro	21 de novembro de 1945	Datilografado
68	Rodrigo M. F. de Andrade	Rio [de Janeiro]	21 [de] novembro [de 194]5	Datilografado (telegrama)
69	David Carneiro	Curitiba	30 de julho de 1948	Manuscrito
70	Rodrigo M. F. de Andrade	[Rio de Janeiro]	13 de agosto de 1948	Datilografado

Fonte: Arquivo Técnico-Administrativo do Iphan - Representantes (pasta 47). CARNEIRO, David. 1937-1956. ACI - Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. (2011).** *Academia Paranaense de Letras: biobibliografia* / Túlio Vargas, Valério Hoerner Júnior, Wilson Bóia - Ed. rev. por Albino Freire, Ernani Buchmann e Valério Hoerner Jr. Curitiba: Academia Paranaense de Letras.
- ANDERSON, Benedict. (2008).** *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.
- BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. (1986).** “Demografia e economia: o empresariado paranaense 1829-1929”. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. p. 245-294.
- BARTH, Fredrik. (2005).** “Britain and the Commonwealth”. In: BARTH, Fredrik [et al.]. *One discipline, four ways: british, german, french, and american anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press. p. 1-57.
- _____. (2000a). “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. Trad. John Cunha Comerford. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (Organização Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa. p. 25-67.
- _____. (2000b). “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”. Trad. John Cunha Comerford. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (Organização Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa. p. 167-186.
- _____. (1994). “Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade”. Trad. Rogério Puga. In: VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (Org.). *Antropologia da etnicidade: para além de Ethnic groups and boundaries*. Lisboa: Fim de Século. p. 19-44.
- BASTOS, Elide Rugai. (2011).** “Região e nação: velhos e novos dilemas”. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 444-457.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. (2013).** *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora da UFPR.
- BIONDI, Karina. (2010).** *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- BITTENCOURT, Andre Veiga. (2013).** *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- BOTELHO, André. (2005).** *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru, SP: Edusc.

BOURDIEU, Pierre. (2011). “A identidade e a representação, elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUENO, Luciana Estevam Barone. (2009). *O paranismo e as artes visuais*. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. (2013). “Interesses cruzados: arte, política e trocas sociais no Paraná do entreguerras”. In: FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (org.). *História e arte: encontros disciplinares*. São Paulo: Intermeios. p. 201-217.

_____. (2007). *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná, 1853-1953*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. (2007). “Vozes de ébano: narrativas sobre as experiências negras no Sul do Brasil”. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). *Por que “raça”? : breves reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na antropologia*. Santa Maria: Editora UFSM. p. 249-275.

CARVALHO, José Murilo de. (1990). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. (2003). “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003. p. 313-333.

CLIFFORD, James. (2002). “Sobre a autoridade etnográfica”. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 17-62.

CODATO, Adriano & **BONAMIN**, Giovana. (2010). “Patrimônio histórico e dominação simbólica: o jogo entre centralização e regionalização no universo das elites durante o Estado Novo”. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2010, Caxambu - MG. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo - SP: ANPOCS. p. 1-31.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. (2009). *Tingüís, pioneiros e adventícios na “mancha loira do sul do Brasil”: o discurso regional autorizado na formação social e histórica paranaense*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

_____. (2007). “O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense”. *Revista de História Regional*, 12(2): 151-190, Inverno, 2007. p. 151-190.

COSTA E SILVA, Valéria Torres da. (2009). *A modernidade nos trópicos*: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional. Recife: Carpe Diem.

DUDEQUE, Irã Taborda. (2001). *Espiraís de madeira*: uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP.

DUMONT, Louis. (2008). *Homo hierarchicus*: o sistema de castas e suas implicações. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____. (1985). “Marcel Mauss: uma ciência em devenir”. Trad. de Álvaro Cabral. In: _____. *O individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. p. 179-199.

DURHAM, Eunice R. (1986). “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth C. L. *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 17-37.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (2011 [1940]). *Os nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2005). “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. In: _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Trad. Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar. p. 243-255.

FREHSE, Fraya. (2005). “Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 36, julho-dezembro de 2005. p. 131-156.

FRY, Peter. (2011). “Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual”. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 12, n. 27. p. 1-13.

_____. (2005). “Entrevista com Peter Fry”. *Cadernos de campo*. São Paulo, v. 13, n. 13. p. 133-146.

FONSECA, Maria Cecília Londres. (2005). *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Ministério da Cultura/Iphan.

GALIGNIANA, Juan Cruz. (2016). *Construção social da memória em torno a João Baptista Groff e a ilusão biográfica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

GEERTZ, Clifford. (2009). “Nós/não-nós: as viagens de Benedict”. In: _____. *Obras e vidas*: o antropólogo como autor. Trad. Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 135-167.

_____. (1978). “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel; revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 13-41.

GIUMBELLI, Emerson. (2002). “Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002. p. 91-127.

GLUCKMAN, Max. (2010). “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. Trad. Roberto Yutaka Sagawa e Maura Miyoko Sagawa. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora UNESP. p. 237-364.

GUEDES, Tarcila. (2000). *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume.

HOFBAUER, Andreas. “Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil”. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). *Por que “raça”? : breves reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na antropologia*. Santa Maria: Editora UFSM. p. 151-188.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. (2009). “Patrimônio cultural, a presentificação da história e da memória no Paraná”. In: SZWAKO, José Eduardo León, OLIVEIRA, Márcio de (Orgs.). *Ensaio de sociologia e história intelectual no Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR. p. 211-224.

_____. (2000). *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR.

LEITE, Ilka Boaventura. (1996). “Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação”. In: _____ (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas. p. 33-53.

LESSER, Jeffrey. (2015). *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. I. ed. São Paulo: Editora Unesp.

LIMA, Nísia Trindade de. (1999). *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM.

MACHADO, Daiane Vaiz & **ARAÚJO**, Rodrigo Gomes de. (2013). “Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier”. In: TRINDADE, Alexandro Dantas, COSTA, Hilton & ROIZ, Diogo da Silva

(Orgs.). *À margem do(s) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR. p. 69-95.

MACHADO, Daiane Vaiz. (2012). *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana*: David Carneiro. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1986). “Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas”. In: CARDOSO, Ruth C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 127-140.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1984). “Baloma; os espíritos dos mortos nas Ilhas Trobriand”. In: _____. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70. p. 155-272.

_____. (1998). “Introdução: Tema, método e objetivos desta pesquisa”. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça, revista por Eunice Ribeiro Durham. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural. p. 21-38.

MALUCELLI, Rafaela. (2014). *História dos bares e restaurantes de Curitiba: projeto memória do gosto*. Curitiba: Canal de Negócios.

MARQUES, Ana Cláudia & **VILLELA**, Jorge Mattar. (2005). “O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, v. 48, nº 1. p. 37-74.

MELO, Daniel. (2006). “Aquém do marão: o associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diápora”. *Sociologia, problemas e práticas*. [Lisboa], nº 50, 2006. p. 67-87.

MICELI, Sergio. (1996). *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1987). “Sphan: refrigério da cultura oficial”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 22. p. 44-47.

MITCHELL, J. Clyde. (2010). “A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte”. Trad. Marcelo Gruman. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Editora UNESP. p. 365-436.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de & **SOUZA**, Marcilene Garcia de. (1999). “Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 13, novembro de 1999. p. 7-16.

NADALIN, Sergio Odilon. (1974). “Imigração e colonização alemã na obra de Romário Martins”. *Boletim do Departamento de História* - UFPR. Curitiba, 21. p. 87-95.

OGANAUSKAS, Flávia Regina Marchiori. (2009). “Memória e identidade regional paranaense: o contraponto historiográfico de um Paraná *sui generis*”. In: SZWAKO, José Eduardo León, OLIVEIRA, Márcio de (Orgs.). *Ensaio de sociologia e história intelectual no Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR. p. 147-172.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (2011). “Gilberto Freyre e a valorização da província”. *Revista Sociedade e Estado*. Volume 26. Número 1. Janeiro/Abril 2011. p. 117-149.

OLIVEIRA, Luiz Claudio Soares de. (2009a). *Joaquim*: Dalton Trevisan (en) contra o paranismo. Curitiba: Travessa dos Editores. (Coleção A Capital, 8).

OLIVEIRA, Márcio de. (2009b). “Por uma sociologia do Brasil meridional”. In: SZWAKO, José Eduardo León, OLIVEIRA, Márcio de (Orgs.). *Ensaio de sociologia e história intelectual no Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR. p. 17-30.

_____. (2005). “O ‘Brasil diferente’ de Wilson Martins”. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 18. n. 44, Maio/Ago. 2005. p. 215-221.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2001). *O silêncio dos vencedores*: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (2006). “Identidade catalã e ideologia étnica (Pensamento antropológico e etnização)”. In: _____. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15. p. 117-200.

OLIVEN, Ruben George. (2010). “Cultura e identidade nacional e regional”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coordenador de área). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: Antropologia. São Paulo: ANPOCS. p. 407-430.

_____. (2000). “Nação e região na identidade brasileira”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. p. 65-80.

_____. (1996). “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil*: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas. p. 13-32.

_____. (1992). *A parte e o todo*: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis/RJ: Vozes.

PEIRANO, Mariza G. S. (1992). “A favor da etnografia”. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro. p. 197-223.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. (1998). *Paranismo: o Paraná inventado – cultura e imaginário no Paraná da I República*. 2ª edição. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. (2009). “Prefácio”. In: SUTIL, Marcelo Saldanha. *O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século 20*. Curitiba: Travessa dos Editores. p. 9-16.

_____. (1996). *Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889)*. Curitiba: Ed. da UFPR.

PETERS, Ana Paula. (2005). “O movimento paranista”. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim & TRICHES, Rita Inocência (Org.). *Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Editora Bagozzi. p. 257-281.

PISCITELLI, Adriana. (2006). *Jóias de família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PRICE, Richard. (2004). “Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, nº 21, jan./jun. 2004. p. 293-312.

PUGLIELLI, Helio de Freitas. (1991). *Para compreender o Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC).

QUADROS, Claudia Irene de & **KASEKER**, Mônica. “Wilson Martins: das ondas do rádio à crítica literária”. *Interin*, Curitiba, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010. p. 1-13.

RAGO, Margareth. (1998). “Sexualidade e identidade na historiografia brasileira”. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

RUBINO, Silvana. (1996). “O mapa do Brasil passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 24. p. 97-105.

_____. (1991). *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1937-1968*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. (2012). *Civilização e barbárie: a construção da idéia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond.

SAHLINS, Marshall David. (2006). “Introdução”. In: _____. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Trad. de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 9-19.

_____. (1997). “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I)”. Tradução de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. *Mana*, vol. 3, nº 1, Rio de Janeiro. p. 41-73.

SALTURI, Luis Afonso. (2011). *Gerações de artistas plásticos e suas práticas: sociologia da arte paranaense nas primeiras décadas do século XX*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

_____. (2009). “Paranismo, movimento artístico do sul do Brasil no início do século XX”. *Periféria - revista de recerca i formació en antropologia*. Número 11, Diciembre 2009. p. 1-22. Disponível em <<www.periferia.name>>.

_____. (2007). *Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: a trajetória do artista-cientista*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

SANCHES NETO, Miguel (Org.). (1997). *Wilson Martins*. Curitiba: Editora da UFPR (Série Paranaenses, n. 8).

SANT’ANNA, Aurélio et al. (1987). “Paranismo – neo paranismo – pós paranismo – pós modernismo”. *História: questões e debates*. Curitiba. 8 (14/15), jul-dez. 1987. p. 128-136.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. (1996). “Nasce a academia SPHAN”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 24. p. 77-95.

SANTOS, Ricardo Ventura. (2008). “Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional”. In: LIMA, Nísia Trindade & SÁ, Dominich Miranda de (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 123-144.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma.

_____. (2009). “Nina Rodrigues: um radical do pessimismo”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e BOTELHO, André (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 90-103.

_____. (1999). “Questão racial e etnicidade”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) Antropologia*. São Paulo: Sumaré. p. 267-326.

_____. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1987). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEYFERTH, Giralda. (2008). “Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil”. In: LIMA, Nísia Trindade & SÁ, Dominich Miranda de (Org.). *Antropologia*

brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 147-177.

_____. (2007a). “A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambigüidade e alotropia na idéia de nação”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Trânsitos coloniais*: diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas, SP: Editora da Unicamp. p. 269-311.

_____. (2007b). “A noção de raça no Brasil: ambigüidades e preceitos classificatórios”. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). *Por que “raça”?*: breves reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na antropologia. Santa Maria: Editora UFSM. p. 101-129.

_____. (2000). “Identidade nacional, diferenças regionais, questão étnica e a questão imigratória no Brasil” In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. p. 81-109.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (2006). “Minhas perguntas, suas tartarugas”. In: _____. *O antropólogo e sua magia*: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 41-58.

SOUZA, Jessé. (2001). “Elias, Weber e a singularidade cultural brasileira”. In: WAIZBORT, Leopoldo (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 63-88.

SUTIL, Marcelo Saldanha. (2009). *O espelho e a miragem*: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século 20. Curitiba: Travessa dos Editores.

SZWAKO, José Eduardo León. (2009). “O Paraná das etnias: ensaio sobre racismo na produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Neto”. In: SZWAKO, José Eduardo León, OLIVEIRA, Márcio de (Orgs.). *Ensaio de sociologia e história intelectual no Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR. p. 45-57.

TREVISAN, Dalton. (2002). *Em busca de Curitiba perdida*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. (1997). “Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional”. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 13. p. 65-74.

TURIN, Elisabete. (1998). *A arte de João Turin*. Campo Largo/PR: INGRA.

VAN VELSEN, J. (2010). “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. Trad. Irith G. Freudenhein. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Editora UNESP. p. 437-468.

VILLAR, Diego. (2004). “Uma abordagem crítica do conceito de ‘etnicidade’ na obra de Fredrik Barth”. Trad. Sérgio Paulo Benevides. *Mana*, Rio de Janeiro, 10(1). p. 165-192.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. (1974). “Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins”. *Boletim do Departamento de História UFPR*. Curitiba, 21. p. 119-123.